

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Ciências
Sociais.

A transfiguração do sertão:
Múltiplas territorialidades em Angueretá,
Curvelo – M.G.

Marli Sales

Campinas, março de 2007

MARLI SALES

**A transfiguração do sertão:
Múltiplas territorialidades em Angueretá,
Curvelo – M.G.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, área de concentração “Processos sociais, identidades e representações no mundo rural”, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi.

Campinas
Março de 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Sa32t Sales, Marli
A transfiguração do sertão: múltiplas territorialidades em Angueretá, Curvelo-MG / Marli Sales. - - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

**Orientador: Emília Pietrafesa de Godoi.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Cerrados. 2. Territorialidade humana. 3. Paisagens.
4. Agricultura. 5. Camponeses. 6. Antropologia. 7. Geografia. .
I. Godoi, Emília Pietrafesa de. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(cn/ifch)

Título em inglês: The transfiguration of the sertão: multiple territorialities in Angueretá, Curvelo-MG

**Palavras – chave em inglês (Keywords): Cerrados
Human territoriality
Landscape,
Agriculture
Peasants
Anthropology
Geography**

Área de concentração : Processos sociais, identidades e representações no mundo rural

Titulação : Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora : Emília Pietrafesa de Godói, Romeu Sabará, Neusa Maria , Mendes de Gusmão, Fernando Antônio Lourenço, Bernadete Aparecida Castrioglio de Oliveira Castro

Data da defesa : 26-03-2007

Programa de Pós-Graduação : Ciências Sociais.


Marli Sales

A TRANSFIGURAÇÃO DO SERTÃO: MÚLTIPLAS
TERRITORIALIDADES EM ANGUERETÁ, CURVELO- MG.

Tese de Doutorado em Ciências Sociais
apresentada ao Programa de Doutorado em
Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob orientação da Profª Drª
Emília Pietrafesa de Godoi.

Este exemplar corresponde à versão
final da tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em 26 de
março de 2007.

Banca Examinadora:

Profª Drª Emília Pietrafesa de Godoi (presidente) - 

Profª Drª Bernadete Aparecida Castrioglio de Castro Oliveira - 

Profª Drª Neusa Maria Mendes de Gusmão - 

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço - 

Prof. Dr. Romeu Sabará - 

Suplentes:

Profª Drª Renata Medeiros Paoliello -

Profª Drª Maria Tereza Duarte Paes Luchiari -

Profª Drª Maria Cristina Pompa -

AGRADECIMENTOS

São numerosas as contribuições que recebi no decorrer deste trabalho. Mas alguns nomes não podem deixar de serem registrados. Agradeço, em primeiro lugar, ao programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, na pessoa dos professores Emília Pietrafesa de Godoi, Fernando Antonio Lourenço, Elide Rugai Bastos e Patrick Dwyer, pela coragem de acolher uma geógrafa desconhecida, e por lhe apontar novos e estimulantes caminhos intelectuais.

À Prof. Emília Pietrafesa Godoi agradeço também a sua preciosa orientação, que auxiliou-me a superar limitações e a seguir em frente quando os obstáculos pareciam intransponíveis. Prof^a Emília foi extremamente generosa, nessa orientação. A sua imagem esbelta andando pelo IFCH, cumprindo uma agenda sempre repleta e o seu rosto iluminado pelas discussões teóricas e sinceramente interessada pelos trabalhos de seus alunos, apontando possibilidades, discutindo percursos, orientando seu grupo sempre grande de orientandos, estarão em minha mente e meu coração, como estímulo para que eu seja uma pesquisadora, professora e orientadora melhor.

Agradeço ao IGA- Instituto de Geociências Aplicadas na figura de seu diretor, Prof. Dr. David Marcio Santos Rodrigues, pela cessão dos mapas do diagnóstico do Vale do Paraopeba, produzidos por esta autarquia mineira e à Cláudia que os selecionou e imprimiu.

Pelas leituras críticas, agradeço à Prof.^a Bernadete de Castro e Prof. Fernando Lourenço, que participaram do seminário de Tese, à Prof.^a Neusa Gusmão e ao prof. Romeu Sabará, que participaram da banca do exame de qualificação. Agradeço muito especialmente à Prof.^a Nilcéa Moraleida Gomes, professora Adjunta do Dept^o de Ciência Política – UFMG, atualmente aposentada, que foi a primeira pessoa com quem discuti o sertão mineiro.

Agradeço aos amigos que se tornaram mestres da ciência e da vida: Maria da Conceição Lemos e Romeu Sabará; não por acaso, ela nascida em Curvelo e ele em Pocraine, lugares-sertão. Pessoas, portanto, que possuem, não somente intimidade acadêmica com o tema, mas também grande vivência pessoal com o mesmo. À amiga Lussandra Martins Silva, que produziu vários mapas, à amiga Adriana Silene Vieira pela revisão do texto e ao amigo Elcio Ragazzi, grande conhecedor da obra de Guimarães Rosa, que cedeu generosamente seu tempo, seu conhecimento e seus livros.

Agradeço à FASAR- Faculdade Santa Rita, de Conselheiro Lafaiete, através de suas diretoras Maria da Paz e Fernanda Pertence, cujo apoio foi fundamental para conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus irmãos pelo apoio irrestrito e ao Sérgio por todas aquelas numerosas pequenas grandes coisas e pela companhia no campo.

Agradeço de maneira muito, muito especial a minha mãe, Maria do Rosário, que me apoiou, e pediu sempre a Deus por mim.

Agradeço, finalmente, mas não menos, a todos os habitantes de Angueretá, sem os quais este trabalho não seria possível e não teria sentido.

A meus pais:

Maria do Rosário Torres Bicalho

Lincoln de Sales Bicalho (*in memoriam*)

**“Quando o caminho da roça fica bom, o
milho acaba”.**

(Lincoln de Sales Bicalho 1932-2004)

**“Estou em todas as partes e para melhor
ver, para melhor arder, me apago”.**

(Otávio Paz 1914-1998)

RESUMO

Este trabalho trata das transformações materiais e simbólicas verificadas em Angueretá, distrito de Curvelo, MG, no período posterior a 1970. O processo de incorporação das áreas de cerrado à moderna agricultura, que tem início a partir de então, tem como agente o Estado brasileiro, articulado ao capital privado. O município de Curvelo, bem como toda a área em que se inscreve – o sertão mineiro – sofre uma verdadeira transfiguração: novos atores, novas ordens, novas territorialidades, que dialogam e se antagonizam com as ordens, atores e territorialidades pré-existentes. A implantação de uma poderosa malha viária e a retirada do cerrado com sua substituição pela monocultura de eucalipto são os primeiros impactos. A alteração da paisagem a extinção e/ou interdição dos recursos do cerrado obriga os habitantes de Angueretá, *locus* empírico da investigação, a re-elaborarem suas práticas tradicionais. Discute-se em que medida foram alterados o ambiente, as práticas, as representações simbólicas e as territorialidades, desses habitantes.

Palavras-chave – cerrado, territorialidades, paisagem, agricultura, camponês, antropologia, geografia

ABSTRACT

This work deals with the material and symbolic transformations seen at Angueretá, Curvelo district, M.G., verified in the period after 1970. The incorporation process of natural cerrado areas to the modern agriculture which starts since then has its agent as the Brazilian state joined to the private capital. The municipal district of Curvelo as the whole area in which it inserts itself-the Minas Gerais's sertão-suffers a real transfiguration: new actors, new orders, new territorialities which dialogue and act in opposition to the orders, actors and territorialities which already exists. The implantation of a powerful transport system and the withdraw of the backwards with its substitution by the eucalyptus monoculture are the first impacts. The landscape alteration and thye extinction and/or the interdiction of resources of the woody pasture, oblige the Angueretá's inhabitants, locus empiricous of the ivestigation, to re-elaborate their traditional practices. One can discuss in which measure the environment was changed, the practices, the symbolic representation and these inhabitants's territorialities .

Key words –natural cerrado, , landscape, agriculture, territoriality, peasant, anthropology, geography.

SUMÁRIO

Figuras	XIX
Fotos	XIX
tabelas	XIX
INTRODUÇÃO	25
O Objeto da pesquisa	25
Da Geografia à Antropologia	28
A pesquisa	35
CAPÍTULO 1 – proposições TEÓRICAS	57
Paisagens do sertão e do cerrado – antagonismos e aproximações.....	59
Territorialidades	91
CAPÍTULO II – A produção do espaço no sertão mineiro	103
A ocupação do sertão mineiro	103
Curvelo, portal do sertão	113
A ação modernizadora no sertão mineiro	129
CAPÍTULO III – Dialética da transfiguração no sertão mineiro	143
A implantação da malha viária e inserção da região numa nova ordem territorial	144
Carvoejamento e reflorestamento de eucalipto: a retirada do cerrado.....	153
A horticultura: nova relação com a terra	170
O impacto dos novos objetos técnicos na paisagem e na territorialidade de Angueretá.....	174
CAPÍTULO IV – O SERTÃO E A TESSITURA DA VIDA em ANGUERETÁ	179
A tessitura da vida	179
O distrito de Angueretá	180
Sertão: identidade aberta	198
O poder público em Angueretá.....	203
Ética e justiça no sertão	218
Produzindo a vida com os produtos do sertão	241
CAPÍTULO V – Desterritorializações e reterritorializações EM Angueretá	257
Territorialidades ampliadas	260
Novas paisagens, múltiplas territorialidades	266
Consumo do espaço e novas territorialidades.....	271
considerações finais	279
BIBLIOGRAFIA CITADA	291

ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 – Área do Cerrado no Brasil	68
FIGURA 2- O sertão: encontro de diversas frentes	83
FIGURA 3 – Divisão territorial do trabalho do tropeirismo.....	84
FIGURA 4 – Localização de Curvelo dentro do circuito turístico ‘Guimarães Rosa’	87
FIGURA 5 – Mapa da presença de Guimarães Rosa e sua obra no “circuito turístico Guimarães Rosa”..	88
FIGURA 6 – Ondas de aceleração no sertão mineiro.....	112
FIGURA 7– Mapa de localização de Curvelo em Minas Gerais e no Brasil	114
FIGURA 8 - Mapa organizado por Eduardo Canabrava Barreiros do termo da Vila de Curvelo, suas freguesias e povoados no período de 1731- 1867.....	118
FIGURA 9 – Distância de Curvelo em relação aos principais centros do país.....	140
FIGURA 10 – Mapa da rede ferroviária e rodoviária de Curvelo	145
FIGURA 11 - Redes nacionais de transporte rodoviário, transporte ferroviário, distribuição de energia e telecomunicações.....	146
FIGURA 12 – Interações espaciais no Brasil - 1960.....	148
FIGURA 13 – Organização do espaço no final dos anos 90.	150
FIGURA 14 – Densidade Demográfica em Minas Gerais - 1960	151
FIGURA 15 – Densidade Demográfica em Minas Gerais, 2000.....	152
FIGURA 16 – Área ocupada pelo cerrado em Minas Gerais no ano de 1960.....	154
FIGURA 17 – Área antropizada do Estado de Minas Gerais – 2006	155
FIGURA 18 – Territorialidade do grupo Plantar em Minas Gerais.....	158
FIGURA 19 – Substituição do cerrado pelo eucalipto no período 1965- 2006.....	161
FIGURA 20 – Mapa de Angueretá.....	182
FIGURA 21 – Arruamento e casas de Angueretá:	184
FIGURA 22 – Mapa dos municípios vizinhos	261
FIGURA 23- Mudança da entrada principal de Angueretá	263
FIGURA 24 – A nova entrada de Angueretá.....	264
FIGURA 25- Macro territorialidades em Angueretá – 2003.....	275
Figura 26 – Macro territorialidades em Angueretá - 2007	276

FOTOS

FOTO 1 – Cultivo de hortaliças em Angueretá	172
FOTO 1– Terrenos ondulados de Angueretá cobertos pelo cerrado em estágio avançado de degradação	180
FOTO 2 – Praça principal de Angueretá	186
FOTO 3 – Cultivos de abastecimento em Angueretá	190
FOTO 4 – Criação de gado em Angueretá.....	191
FOTO 7– A varanda da cozinha.....	227
FOTO 7 – O menino Douglas à frente da barraca de sua família.....	239
FOTO 8– Veredas (em segundo plano) situadas em Angueretá.....	245
FOTO 9 - Barraca à beira da estrada vendendo araticum.....	252
FOTO 13 – Interdição da circulação na fazenda Primavera, arrendada pela V&M	270

TABELAS

Tabela 1 – Investimentos do PRODECER	141
Tabela 2 Evolução da população residente em Curvelo 1970 - 2004.....	152

SIGLAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CAI – Complexo Agroindustrial
CAMPO - Companhia de Promoção Agrícola
CEASA – Central de Abastecimento S.A.
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPAC – Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FSC - Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IGA - Instituto de Geociências Aplicadas
JICA – Japan International Cooperation Agency
JK – Juscelino Kubitscheck
MG – Minas Gerais
PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIN – Programa de Integração Nacional
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRODECER- Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

SNPA - Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

UNB – Universidade de Brasília

V&M – Vallourec & Mannesmann

WRM – World Rainforest Movement ou Movimento Mundial pelas Florestas
Tropicais

INTRODUÇÃO

O Objeto da pesquisa

Durante muito tempo, as áreas de cerrado, em sua quase totalidade, tiveram um papel marginal, dentro da organização sócio-espacial brasileira, constituindo-se num dos espaços mais permanentes em termos de estrutura produtiva. De forma geral, enquanto praticamente todo o território brasileiro assistia a significativas mudanças, “com deslocamentos de produtos tradicionais por ondas que invadiam os territórios do Oeste, do Norte e do Sul do país, constituindo frentes pioneiras e expandindo fronteiras econômicas e populacionais ou deslocando atividades e trabalhadores para o espaço urbano” (CASTRO, 1996), as áreas de cerrado mantiveram suas tradicionais estruturas produtivas e funcionaram como exportadoras de mão-de-obra. Em todos os grandes deslocamentos populacionais - direcionados para o sudeste, na década de 30 e posteriores, e, após os anos 60, direcionados para o norte e centro-oeste -, as áreas de cerrado apareceram como expulsoras de população.

Contudo, a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, o desenvolvimento de novas tecnologias de produção agrícola permite a incorporação dessas áreas pelo capital. As áreas de cerrado passam a ser

ocupadas por uma agricultura comercial, o que leva, já nos anos 90, a uma relativa inversão do sentido da migração populacional, transformando-as no que se poderia denominar como uma nova fronteira agrícola. Tal transformação, ainda em curso, produziu e tem produzido intensas transformações no espaço, seja no que diz respeito à paisagem, seja aos processos, às territorialidades, às relações de trabalho, às representações simbólicas.

O presente trabalho investiga o impacto dessas transformações sob seus aspectos materiais e simbólicos no distrito de Angueretá, pertencente ao município de Curvelo, Minas Gerais, Brasil. Situado exatamente no centro geodésico do Estado de Minas Gerais, este funcionava outrora como entrada para o que se conhecia como sertão mineiro e baiano, via Diamantina e Montes Claros. É importante lembrar que os caminhos rumo ao Vale do Jequitinhonha e Diamantina passavam necessariamente pelo Serro e por Curvelo antes da fundação de Brasília. A construção da BR 040, nos anos 70 dá a Curvelo uma posição ainda mais importante, uma vez que se torna passagem obrigatória não somente para Brasília como também para todo o Centro-Oeste brasileiro.

Por essa posição estratégica, por sua já razoável estrutura de comunicação, transporte e energia, e por se tratar de um espaço favorável à mecanização agrícola – em virtude do relevo de chapada, favorável à mecanização – a partir da década de 70, passou a ser importante alvo das estratégias estatais de incorporação das áreas do cerrado à modernização agrícola.

Não apenas Curvelo, como também toda a área em que se inscreve (oeste e centro-oeste de MG), receberam os aportes de várias estratégias de

desenvolvimento regional e modernização agrícola, dentro dos programas dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND's, notadamente o PND II. Os PND's¹ se caracterizaram pela ênfase em grandes projetos de integração nacional e expansão das "fronteiras de desenvolvimento", para o que foram utilizados incentivos fiscais e sistemas de crédito específicos, bem como desenvolvidos programas destinados a essas áreas de cerrado. Nos anos 80, as áreas de Cerrado, inclusive Curvelo e entorno, continuaram recebendo atenção e incentivos, sendo que a ação estatal mais importante, nesse período, foi a criação e implantação do PRODECER – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, em parceria com o Japão, também objetivando a produção de grãos, prioritariamente a soja, destinados à exportação. O PRODECER se encontra atualmente em sua quarta versão, o PRODECER IV, com previsão de liberação de U\$510 bilhões pelo governo japonês, principal financiador do projeto desde sua origem². A área foi alvo também de diversas iniciativas e programas estaduais, que, somadas às federais, citadas anteriormente, comandam uma rápida e profunda transformação espacial. O Estado brasileiro é o agente do novo que se instala: novos atores, novas ordens, novas territorialidades, que dialogam e se antagonizam com as ordens, atores e territorialidades pré-existentes. Daí a importância, dada neste trabalho, à descrição dessas políticas e a forma como seus resultados marcam o território de Angueretá.

Os impactos, imediatos e persistentes, se multiplicam no tempo, transformando a estrutura social, política, econômica e cultural, que

¹ O PND I, foi lançado no governo de Ernesto Geisel, coincidindo com o chamado 'milagre brasileiro'.

² Informação dada por Henrique Altemani de Oliveira, no artigo "Relações Brasil-Japão: inércia ou retomada" in <http://www.pucsp.br/geap/asiaemfoco/textosdeespecialista/inerciaouretomada.htm>

consideramos verdadeira transfiguração, tanto em termos espaciais quanto políticos e culturais-ideológicos e que constitui no foco principal desta pesquisa.

Da Geografia à Antropologia

A definição pela presente problemática deve-se, em parte, a uma trajetória pessoal e intelectual na qual o interesse pelo objeto da antropologia se anuncia muito cedo.

Sendo muitos os percursos possíveis para investigar esse objeto, neste trabalho a construção metodológica tem um lugar relevante em virtude da opção desta pesquisadora que, tendo percorrido uma trajetória acadêmico-científica na área de Geografia, decide investir na incorporação de elementos teórico-metodológicos da Antropologia como forma de fortalecer a interpretação acerca da realidade estudada.

A presente preocupação – o universo rural - pode ser dada como uma continuidade ou aprofundamento das preocupações que formam o objeto da dissertação de mestrado - *“Os produtores familiares de figo e pêssego do município de Jacui, MG – 1994/1995.”* (SALES, 2006). Nela, foram utilizadas as análises de Alexander Chayanov, sobre a “racionalidade interna camponesa”, “sua lógica própria de organização espacial, a qual faz com que, embora se inserindo nos fluxos e setores capitalistas – ou mesmo passando por adaptações que evitem sua extinção – (...) não passem por uma completa assimilação por parte do sistema capitalista” (SALES, 1996). Foi naquele trabalho e naquelas circunstâncias que nos vimos na obrigação de buscar a contribuição das Ciências Sociais, notadamente da Antropologia e da

Sociologia Rural. Mais tarde, ainda no contexto da dissertação de mestrado, a convivência com esse campo teórico veio se dar novamente ao trabalhar com a categoria “agricultura familiar”, a partir de LAMARCHE (1993) e WANDERLEY (1988 e 1989). O primeiro autor afirma que “a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (LAMARCHE, 1993: 16 *apud* SALES, 1996:10). A conclusão da pesquisa não era diferente e afirmávamos:

“grande parte do debate sobre a economia camponesa parece, portanto, pertencente à agricultura familiar, mesmo porque, (...) ainda que não mais se apresentem como genuinamente camponesas, as unidades agrícolas familiares trazem, em numerosos casos, características do campesinato” (SALES, 1996:10)

Para a “coleta dos dados primários” dessa primeira pesquisa científica, foi elaborado um questionário composto por questões abertas e fechadas. O licenciamento da orientadora de mestrado levou à busca de orientação complementar com a Prof^a. Maria Nazaré Braudel Wanderley, da UNICAMP, instituição à qual ela estava vinculada àquela época, cujos trabalhos constituíam importante fonte bibliográfica da dissertação. Em função disso o questionário foi adaptado na forma de roteiro entrevista. A ida a campo foi iluminada por esse encontro que enriqueceu a pesquisa e a pesquisadora que fez incorporar à pesquisa e à pesquisadora algumas referências bibliográficas e importantes reflexões acerca do agricultor familiar.

Para realizar estas entrevistas foi necessário ficar morando um mês no município. O intenso convívio com entre pesquisadora e pesquisados levou à percepção de que estes ofereciam muito mais do o referencial teórico de então permitia trabalhar. Esse material que acabou vindo à tona no texto final da

dissertação de mestrado, ficou inexplorado, mas poderia ser melhor trabalhado pela Antropologia.

Foi se evidenciando o reconhecimento da importância do saber produzido pelas Ciências Sociais para aquela pesquisa. O trabalho final demonstrou essas influências. Um dos membros da banca, geógrafo admirável³, criticou o pequeno número de mapas utilizados e o texto da conclusão que dizia coisas como:

“Identifica-se um forte sentimento de topofilia em relação à propriedade e um apreço muito grande às suas tradições e sua autonomia. Trata-se de uma cada vez mais difícil e relativizada autonomia, mas o trabalho do agricultor familiar se fundamenta nesta crença e no esforço para se manter como controlador das decisões dentro da propriedade. Neste sentido, verifica-se a recusa a uma adesão total à lógica do capital quando, por exemplo, opta por não mais cultivar o figo, mesmo assumindo o prejuízo do investimento realizado, porque este lhe parece penoso, porque lhe fere as mãos. Ou ainda a insistência em ignorar as orientações do técnico quanto ao raleio dos frutos ou ‘a data de pulverização, julgando mais acertados os procedimentos que vem utilizando ao longo dos anos, assim como seus pais também o fizeram, mesmo que em relação a outros cultivos *‘num calculo nada. Se for fazer, cálculo, acaba não fazer nada, fica doido, larga mão de tudo e desacostuma’*. É a luta pela manutenção de sua autonomia, em contraposição a uma racionalidade estranha que se impõe com força cada vez maior. A penosidade do trabalho nunca seria levada em conta pela racionalidade da empresa capitalista...” (SALES, 1996:185-186)

No texto do trabalho havia sido desenvolvida a idéia de que o fator penosidade influenciava fortemente as decisões dentro da unidade. Foram reproduzidas algumas falas que levaram a essa análise, mas não faziam muito

³ Prof. Dr Osvaldo Bueno Amorim

sentido numa perspectiva geográfica, a não ser que se fosse trabalhar com Geografia Cultural. Alguns exemplos:

“ Aquilo lá é penoso, tem que cuidar muito e é muito caro”

Ou

“Além disso ele (o figo) me queimava todo. Aí era uns dez dias coçando sem parar e eu fui tomando raiva daquele trem, e disse que ano que vem não tenho mais figo para desbrotar” ou “ Eu agora tô conseguindo o que eu queria que é trabalhar menos. Que à toa eu não fico, mas falo de fadiga. Aquilo de pensar ‘tenho que fazer’ ... o grande não preocupa”. (SALES, 1996:179)

“Entende-se que a forte ligação entre o trabalhar e o viver, e o trabalho e a família, diminuindo o confronto entre trabalho e tempo livre e convergindo todas as dimensões da vida do agricultor para dentro dos limites da propriedade, implica que, para os agricultores familiares, o direito ao trabalho é o direito à vida. A sua fixação geográfica significa, também, o seu enraizamento social, a sua dignidade como homem e cidadão.” (SALES, 1996:188)

Revelava o olhar atento para o **outro**, os significados do **outro**, a subjetividade do **outro**, ainda não suficientemente amparados teórica e metodologicamente.

Quatro meses após defender a dissertação de mestrado, já como professora efetiva do departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, ocorreu um novo e estimulante encontro com a Antropologia, através da participação em grupo de pesquisa interdisciplinar composto por mais um geógrafo e dois antropólogos para estudar o impacto da Aracruz Celulose nas populações tradicionais do litoral capixaba. Forneceu contato com alguma literatura e debates estimulantes.

No I Encontro “Espaço e Cultura” realizado pelo departamento de Geografia da UERJ, em 1998, uma antropóloga presente lançou aos geógrafos

a crítica de estarem “re-inventando a roda”, no que dizia respeito às discussões sobre cultura. De fato, aos olhos desta geógrafa parecia que grande parte do alicerce das teorias da Geografia Cultural – corrente da Geografia que trabalha intensivamente com a percepção dos sujeitos e as questões culturais – estava ou na Psicologia ou na Antropologia.

Na medida em que se ampliava a busca pelos fundamentos, cada vez mais se dava a aproximação com a Antropologia, o que veio a ocorrer definitivamente quando da inscrição no programa de doutoramento em Ciências Sociais, tendo como orientadora uma Antropóloga, a Prof^a. Emília Pietrafesa de Godoi.

Foi nessa altura, ainda que um pouco tarde, que passamos a fazer nossa leitura sistemática e orientada da produção antropológica. Tratava-se de alguém que havia construído sua competência com anos de estudo na área de Geografia, se considerando segura como geógrafa, e agora não sabia nada, nessa nova trajetória.

Contudo, construiu-se a compreensão de que não deveriam ser descartados os aportes da formação como geógrafa. Até porque, desde o início da História da Antropologia enquanto ciência moderna, as relações com a Geografia foram extremamente intensas. O desenvolvimento de ambas as áreas do conhecimento não se fez de forma independente. Note-se que o alargamento do conhecimento geográfico, entendido como o conhecimento e interpretação das diversas áreas do planeta, é considerado por alguns dos estudiosos da história da Antropologia como sendo um dos fatores

determinantes que criaram as condições para o desenvolvimento da Antropologia⁴:

“Pero una buena teoría solo se puede construir sobre una amplia base de hechos. Es ésta la razón por la cual necesariamente todas las ramas de la antropología quedaron rezagadas hasta que los descubrimientos geográficos ensancharon su radio de acción.” (LOWIE, 1946:14).

Tais aproximações entre Antropologia e Geografia adquirem profundo significado para uma pesquisadora que havia se voltado para a Antropologia, e de novo encontrava a Geografia. E afinal havia ficado claro que fora justamente isto que a conduzira até a Antropologia: como geógrafa, carecia de um enfoque dado por elementos que tinham sido excluídos do curso principal da ciência geográfica.

A Geografia havia ensinado a respeitar os sujeitos da investigação, a reconhecer e respeitar sua alteridade. Entretanto, esta alteridade não era um tema posto em grande relevância e levado às últimas conseqüências, como no caso da Antropologia. E era justamente isso que se fazia necessário: a escolha de um caminho que possibilitasse o tratamento das questões subjetivas (do outro) apresentadas no campo, com maior propriedade.

⁴ No nascimento da Antropologia enquanto ciência moderna, a Real Sociedade de Geografia, em Londres foi um dos principais financiadores de muitas das viagens dos antropólogos de então, sendo responsável também pela divulgação e publicação de muitos desses trabalhos. Porém, mais importante que este fato, é o papel fundamental do alemão Alexander Von Humboldt, considerado o pai da Geografia, não apenas influenciando e estimulando jovens antropólogos, mas marcando definitivamente a construção metodológica dessa ciência. No século XX, essas aproximações entre Antropologia e Geografia não se arrefecem. Registre-se que Franz Boas (1858-1942) havia sido aluno do geógrafo Theobald Fischer tendo mesmo atuado como geógrafo antes de se tornar antropólogo. Segundo LOWIE (1946), Boas “...estúdio física y geografía em Hidelberg Y Bonn, desde donde siguió a su profesor principal, Theobald Fischer, a Kiel.” (LOWIE, 1946:159). De acordo com BUNZL, (1996, citado por SEEMANN, 2005), Boas foi também fortemente influenciado pelo geógrafo Alexander Von Humboldt

A ida a campo foi o fator mais importante nesse aprendizado, antídoto para o apriorismo, o espontaneísmo, o senso comum. A assimilação dos problemas e desafios apresentados pelo campo e sua honesta confrontação fez com que se revelassem Geografia e Antropologia como ciências muito próximas, tendo no campo, o mais importante elo em comum. O que parecia uma ruptura agora se demonstrava como desenvolvimento.

O trabalho de campo foi o mediador da aquisição dos novos instrumentos para realização do projeto científico. É importante ressaltar este aspecto, pois o campo é, ao meu ver, o grande ponto de contato entre Antropologia e Geografia. A Antropologia parece ser uma das poucas ciências, além da Geografia, a dar significado imprescindível ao espaço. Uma das poucas áreas do conhecimento para a qual realmente fazem diferença os elementos da paisagem e do espaço vivido por seus sujeitos de investigação. O homem estudado pela antropologia não é um homem solto no espaço, mas profundamente enraizado nele, assim como o homem que a Geografia estuda. É um sujeito geográfico: está inserido em uma realidade definida por fatos geográficos, que são, como mostra REGO (2001) das mais diversas naturezas:

“Por exemplo, as condições de moradia, a estrutura fundiária, as relações de trabalho no campo e na cidade, as relações com o ambiente. São fatos que condicionam a vida de todas as pessoas e as pessoas, então, têm as suas vidas mergulhadas dentro dessa geograficidade – dentro desta geograficidade que existe de fato. E elas vivem esses fatos e têm a sua vida no dia-a-dia influenciadas por eles, por exemplo: o preço que se paga de aluguel por um imóvel, ou pela prestação da casa própria, o preço que se paga pelo transporte, ou o tempo de deslocamento diário que é necessário fazer até o trabalho. São fatos geográficos que contextualizam a vida de uma pessoa e que influenciam fortemente a sua vida. Assim como os alimentos, o ar que se respira, o

silêncio, o barulho etc., e tantas outras condições de vida. "(REGO, 2001:

Tanto a Antropologia quanto a Geografia cruzam estes dados, correlacionam-nos a fim de obter uma compreensão maior da realidade. Como já foi dito, esses dados fazem diferença.

O antropólogo vai a campo e essa ida é fundamental na definição de seu trabalho, pois, como indica FONSECA, (1999:60) "sem esta "contextualização" (um tipo de *representatividade post ipso facto*), o "qualitativo" não acrescenta grande coisa à reflexão acadêmica".

Ao mesmo tempo, parece existir uma diferença fundamental entre a forma como um geógrafo e um antropólogo se relacionam com sua área de campo. A grande pergunta existencial para os geógrafos contemporâneos é "o que é a Geografia?" e não "como fazemos geografia?". Ele se dirige ao campo excessivamente confiante em seu olhar, seus instrumentos, suas teorias. Ao mesmo tempo, isso que parece uma certeza para os geógrafos é justamente a pergunta que mais instiga boa parte dos antropólogos: a validade de sua "autoridade" etnográfica.

A pesquisa

O presente trabalho investiga as transformações verificadas no universo material e simbólico no distrito de Angueretá, pertencente ao município de Curvelo, Minas Gerais, Brasil, a partir dos anos 70 do século XX, período que marca o início das estratégias estatais de incorporação das áreas de cerrado à agricultura moderna. Discute-se em que medida foram alterados o ambiente e

as práticas, representações simbólicas e territorialidades, dos habitantes de Angueretá.

Como técnica de pesquisa principal, foi utilizada a realização de entrevistas e a observação que, somente mais no final do processo de investigação, assumiu contornos de uma observação-participante. A reconstrução das transformações enfocadas foi obtida a partir da análise e interpretação de fotos aéreas e imagens de satélites, consulta aos bancos de dados do IBGE, e consulta a documentos de pesquisadores que descreveram as ações do Estado naquela área após 1970. A investigação teve início com a pesquisa de campo geográfica: identificando, caracterizando e mapeando as marcas deixadas na paisagem e na vida pelos processos econômicos, políticos e culturais-ideológicos mais recentes. Nesse período fomos à Embrapa, à prefeitura municipal, fizemos contato com as empresas e sindicato dos trabalhadores rurais. Paulatinamente, paralelo ao aprendizado e desenvolvimento da pesquisadora, foram incorporados elementos da observação participante e, somente nos últimos períodos de visita a campo (a partir de meados do segundo ano, 2002) foi buscada e experiência do vivido e sentido pelos sujeitos.

O trabalho de campo foi realizado em “nove tempos”, sem contar com a visita prévia quando da preparação do projeto, o que contabiliza dez visitas a Angueretá. Ocorreu em momentos diversos e descontínuos, com visitas de duração diferenciada, algumas muito curtas, restritas a um final de semana e outras mais demoradas, como a quarta visita, que durou praticamente um mês. Procurou-se também diversificar as épocas do ano: Ano novo, Semana Santa,

Carnaval, Natal, Eleição, e outros tempos ordinários, durante o desenvolvimento da pesquisa.

O que muito valoriza a opção adotada é o longo período de tempo em que se sucederam esses tempos de campo, perfazendo mais de cinco anos: de setembro de 2000 a fevereiro de 2007. Sendo assim, apesar da descontinuidade, construiu-se no decurso deste tempo um sentido de permanência na relação com os sujeitos da investigação. Sistemáticamente, mais ou menos duas vezes ao ano, a pesquisadora estava lá, quase tão presente quanto alguns parentes que migraram para outro lugar e que voltam de quando em quando. A cada despedida, havia a certeza do retorno, para o qual planos eram feitos. A plantinha que fora recebida como presente ficaria sob os cuidados da menina, que se encarregaria de regá-la todos os dias pois sabia que a dona dela ia voltar. Além disso, há um aspecto complementar que é a natureza de alguns dos tempos escolhidos, tempos excepcionais, dedicados, por definição ao encontro.

A primeira visita a Angueretá ocorreu em setembro de 2000, sem conhecimento empírico prévio da área escolhida. Era uma geógrafa buscando elementos para compor seu projeto de doutorado em ciências sociais e foi o 'olhar' de geógrafa que se lançou primeiramente àquele espaço. O objetivo era fazer um reconhecimento geral de Angueretá, registrando distâncias, uso e ocupação do solo, aspectos ligados à vida dos seus habitantes. Teve duração de dois dias e nele foi feito o contato com três importantes entrevistados no decorrer do trabalho de campo: o casal D. Virgínia e Seu Osvaldo e a professora Maria Elvira. Eles foram procurados em todas as visitas subseqüentes e, juntamente com mais outros entrevistados permanentes: seu

Zé Nilo, Sinhô Peixe e Afrina, Creuza, Adão, Luciano, D. Tereza e Manuel Justino, entre outros. Tornaram-se eles informantes privilegiados entre os habitantes de Angueretá, e permitiram a construção do fio narrativo e a identificação dos caminhos da investigação.

Após essa primeira visita a Angueretá, se interpôs uma dúvida em relação à presença do objeto pretendido: 'será que em Angueretá continha os elementos que se buscava priorizar na pesquisa, quais sejam, as marcas da modernização agrícola? Foi feita uma tentativa de encontrar outra área, que se mostrasse mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa, o que levou a uma breve incursão ao município de Cordisburgo, terra natal do escritor João Guimarães Rosa. Foram visitados os distritos de Lagoa Bonita e Palmito. Mas a escolha final acabou recaindo no espaço de Angueretá.

Como a expectativa metodológica inspirada por uma Geografia mais clássica era ir a campo com teorias que pudessem explicar os processos encontrados, houve grande dificuldade em seguir a orientação de ir a campo e fazer os registros, visando apreender as "categorias que se apresentariam" no campo. Tal perspectiva chocava-se com os conceitos metodológicos já construídos. Uma quase perplexidade duvidava: "Mas o que vou ficar fazendo lá? O que vou perguntar para eles?". O que se exigia era um grande desarranjo das perspectivas metodológicas e científicas construídas até então, o que não foi conseguido neste momento. Como o objetivo era discutir as transformações do sertão, julguei que uma maneira de chegar ao tema seria entrevistar os habitantes de Angueretá acerca de suas concepções sobre o sertão e, principalmente, se eles consideravam Angueretá 'sertão' ou se já o foi algum dia. Pôde-se perceber que não era sem ambigüidades que se identificavam

como sertanejos. Sertão não correspondia a uma categoria claramente presente no universo dos entrevistados, ou pelo menos, não no que dissesse respeito a Angueretá. Operava-se com as construções do investigador, não com as dos sujeitos.

A principal dificuldade parecia ser a de sair do papel de 'estrangeiro', 'de fora'. O reconhecimento de que se falava a respeito de um outro, que traria indagações sobre as interpretações geradas. Aí está uma grande contribuição construída no encontro da Antropologia com a Geografia: lembrar ao pesquisador geógrafo que ele é um 'estrangeiro' que busca algo impossível de ser apreendido pela simples descrição daquilo que se apresenta de imediato aos seus sentidos. Ele é alguém que tenta reduzir a realidade radical da existência dos seus sujeitos ao seu conhecer, seu *cogito* e esta tarefa possui numerosas implicações a serem consideradas.

O seu objeto/sujeito da pesquisa é também um 'outro', o que traz a exigência de interpretação dos seus símbolos e signos, construindo significados que já não são os significados destes sujeitos, mas os significados possíveis de serem aprendidas pelo olhar de um outro, o pesquisador. Além disso, esse olhar não é um olhar isento, mas constitutivo, posto que "numa ciência em que o observador é da mesma natureza que seu objeto, o *observador é ele próprio uma parte da sua observação*" (LÉVI-STRAUSS in MAUSS, 2003:25).

O que se tratava era da natureza dos processos etnográficos que, como CLIFFORD (1998) aponta, possuem caráter experiencial, interpretativo, dialógico e polifônico.

O antropólogo vive a entrada em um universo estranho, que é o universo do seu objeto, com toda a sua densidade corpórea e não apenas na perspectiva analítica⁵.

Não são ignoradas as limitações do conhecimento humano sobre o mundo sendo preciso reconhecer, conforme SCHUTZ que:

“Todo nuestro conocimiento del mundo, tanto em el sentido común como em el pensamiento científico, supone construcciones, es decir, conjuntos de abstracciones, generalizaciones, formalizaciones e idealizaciones propias del nivel respectivo de organización del pensamiento. Em términos estrictos, los hechos puros y simpels no existen. Desde um primer momento todo hecho es um hecho extraído de um contexto universal por la actividade de nuestra mente.”(SCHUTZ, 36)

A experiência está intimamente ligada à interpretação. E mesmo em face do esforço antropológico de inserir-se num universo comum, a ruptura está posta e, assim, o trabalho etnográfico é, em alguma medida, o trabalho da construção do objeto (um objeto que é sujeito). CLIFFORD (1998) avalia:

“é importante notar, porém, que esse ‘mundo’ quando percebido como uma criação da experiência é subjetivo, não dialógico ou intersubjetivo. O etnógrafo acumula conhecimento pessoal sobre o campo (a forma possessiva ‘meu povo’ foi até recentemente bastante usada nos círculos antropológicos, mas a frase na verdade significa ‘minha experiência’). CLIFFORD (1998:38)

Dessa forma, segundo ele, torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma ‘outra ‘ realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos.

⁵ Outros cientistas vivem essa relação de forma diferente. O físico, por exemplo, quando estuda as partículas da matéria, excitadas pela luz do laser, penetra conceitualmente no universo do seu objeto – o universo da matéria estudada – mas nenhum outro cientista assume a radicalidade de penetrar tão integralmente no universo de seu ‘objeto’ como o cientista social, notadamente o antropólogo.

Contudo, deve-se destacar apenas que, se por um lado parece extremamente positivo (especialmente aos olhos de uma geógrafa) paradigmas de experiência e interpretação estarem dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia, por outro, é preciso não ignorar OLIVEIRA (1998 citado por SILVA, 2001:2) que aponta os riscos do que ele chama de 'monografias experimentais' que, ao desprezarem o controle dos dados etnográficos, acabam provocando uma 'perversão do próprio paradigma hermenêutico', gerando trabalhos quase intimistas, tamanha a presença do autor.

Mas, o que é a Antropologia, senão o que os Antropólogos fazem dela? A Antropologia, como de resto qualquer ciência, não é algo de contornos acabados, cuja reprodução buscamos alcançar, mas algo que se constrói ao longo da História, através do trabalho dos antropólogos e, talvez, de alguns não antropólogos que se aproximam dela.

A partir de agora, serão apresentados com maior demora alguns procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento dessa pesquisa.

Partindo do pressuposto de que os contornos do sertão se transformam no tempo, e também a presença perturbadora deste em Angueretá, considerou-se impositivo dar tratamento à questão numa perspectiva temporal, procurando investigar as construções intelectuais e locais sobre o sertão, referentes ao passado e ao presente.

Em seguida, investigamos a construção-desconstrução-reconstrução do sertão mineiro, num duplo movimento do conhecimento: para trás - do virtual ao presente e do presente ao passado, e para frente – do superado e já findo, ao movimento que declara esse fim e aponta o novo em construção. Dessa

forma, ao mesmo tempo em que o pesquisador se situa no presente e o investiga, reconhece que este presente não é cognoscível sem o seu antes e que este mesmo presente já agencia um depois. Por isso, a importância dada à recomposição do processo de transformação e aos relatos sobre as condições anteriores aos anos 70. Nessa perspectiva, o principal objeto de investigação são as transformações e permanências verificadas a partir de então. São investigados os processos de transformação do sertão mineiro, no distrito de Angueretá, em Curvelo. É no estilhaçamento do sertão, gerado do encontro do urbano com o rural, do local com o global, confluência de territorialidades diferenciadas, que se busca compreender os novos processos e como atingem não somente a paisagem natural mas, também, o modo de vida das populações locais, suas representações e territorialidades.

Considerando que estas transformações implicam a emergência dos novos atores, busca-se identificar, em Angueretá, as ordens, ‘simultaneamente presentes e ausentes’ as várias complexidades a formarem o tecido da realidade.

Obviamente, enquanto a aprendizagem na experiência se desenvolvia, eram cometidos numerosos equívocos que mais tarde dificultariam o trabalho. Como quando o caderno de campo foi mostrado para Maria Elvira, uma das informantes privilegiadas. Acreditava-se que os habitantes de Angueretá tinham direito de acompanhar a evolução da pesquisa e isso motivou a apresentação dos escritos. Ela não gostou do que estava escrito e se fechou um pouco. Pelo que pareceu, ela não sentiu sua fala bem representada, afinal, uma conversa espontânea, verbal, havia sido registrada por escrito, e a escrita possui uma estrutura diferente da praticada pela verbal. Este fato trouxe uma

reflexão que iluminou os futuros registros e a conduta em campo a seguir: Quando o pesquisador solicita uma comunicação verbal e a transcreve por escrito, ele trai, de certa forma o entrevistado pois, qualquer fala parecerá um pouco ingênua ao ser registrada *ipsis litteris* numa forma de comunicação, a escrita, pautada pela norma culta. A fala espontânea da entrevistada é extraída juntamente com as reticências, os vacilos, as expressões mais singelas, que aparecem no universo verbal e trazida para o gabinete da pesquisadora que a inclui num texto onde suas próprias falas – da pesquisadora – são cuidadosamente pensadas passando mesmo por posterior correção ortográfica e gramatical realizadas por um profissional especialista na língua.

Trata-se da inserção de mais uma desigualdade, nesse caso, posta involuntariamente pela pesquisadora que, ao registrar o “dito”, intensifica a desigualdade, a hierarquia entre sujeito da pesquisa e pesquisador.

Maria Elvira era uma professora, herdeira da tradição dos antigos latifundiários da região. Tinha prestígio. É fácil compreender seu dissabor. A maneira de contornar o fato, de forma a não perder a informante foi assumir um certo recato, evitando, nos próximos encontros, o tom de entrevista e permanecendo na órbita dos assuntos casuais ou das temáticas implementadas por ela ou por outro presente. Esse foi o aprendizado extraído do ocorrido que se concretizou numa mudança de postura no campo e uma nova reflexão sobre a forma de apresentar as vozes dos sujeitos da pesquisa no trabalho final.

Foram realizadas diversas entrevistas que muitas vezes eram verdadeiras conversas, a partir das quais se pretendia identificar as

representações sobre o sertão e sobre a vida do passado, do futuro e do presente, entre os habitantes de Angueretá.

O segundo momento do trabalho de campo ocorreu em março de 2001. Nesta visita foi percorrido, de carro, todo o espaço do distrito, com um mapa monográfico do IGA – Instituto de Geociências Aplicadas – nas mãos. Este mapa pertence a uma coleção que traz, além das informações cartografadas (as divisões políticas, a hidrografia, as construções, as denominações locais, as redes de alta tensão, e a topografia), uma breve monografia sobre a realidade física, econômica e política do município. Foram feitas as atualizações necessárias neste mapa e incluídos diversos dados quanto ao uso e ocupação do solo e à questão ambiental. Este mapa e as atualizações feitas serviu de importante apoio durante todas as demais visitas e auxiliou na interpretação da imagem de satélite. Através desse procedimento pôde ser realizado o mapeamento preliminar das diferentes realidades de Angueretá, e organizados os momentos de campo futuros. Neste momento também foram entrevistados e procurados todos os indivíduos com quem havia sido travado conhecimento das idas anteriores, procedimento que se tornou norma no campo: visitar todas as pessoas na chegada e não partir sem se despedir delas, mesmo que brevemente.

A terceira incursão a campo ocorreu em outubro de 2001, no feriado correspondente à semana do professor e dia de Nossa Senhora Aparecida – no período de 05 a 16 de outubro de 2001. A partir desse momento, o gravador já foi inserido nas entrevistas com pessoas conhecidas ou quando se sentia que os entrevistados não seriam inibidos. Foram procurados, também, alguns entrevistados para solicitar que gravassem depoimentos já feitos, não no

sentido de recuperar o irrecuperável, mas de resgatar alguns dados considerados significativos.

O quarto “tempo” do trabalho de campo ocorreu logo após o Natal de 2003 – nos dias 26 de dezembro de 2003 a 19 de janeiro de 2004, momento a partir do qual, esta pesquisadora poderia dizer que se sentiu mais à vontade com o método antropológico. Havia levado para o campo o livro “Sociologia e Antropologia” de Marcel Mauss, que lia à noite, após rever e complementar as anotações de campo. As anotações desse período são claramente influenciadas por seu estilo. Nesse momento ocorre a compreensão de que a etnografia não é apenas uma descrição, mas que inclui as análises possíveis e as tentativas de interpretação acerca do descrito.

A quinta ida a campo ocorreu na Semana Santa do ano de 2004 – no período de 6 a 13 de abril de 2004. Nesse momento, houve grande aproximação com as duas igrejas locais, a católica e a evangélica. Houve participação e colaboração nas cerimônias; já se controlava a “perguntação”, adotando uma postura em que a observação e a participação eram mais privilegiadas.

O sexto momento do trabalho de campo ocorreu nos dias 24 a 26 de outubro de 2005 – por ocasião do “referendo do desarmamento”, ocorrido dia 24 de outubro de 2005. À questão “O comércio das armas de fogo e munição devem ser proibidas no Brasil?”, a maioria dos eleitores de Angueretá posicionou-se em sintonia com a decisão nacional e respondeu NÃO⁶. Esta

⁶ À questão “O COMÉRCIO DAS ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO DEVEM SER PROIBIDAS NO BRASIL?”, 61,28% dos mineiros disseram NÃO, e 38,72% disseram SIM. O SIM venceu em Minas Gerais em menos de 10% dos municípios, notadamente áreas pobres e em conflito. Mesmo em áreas violentas o NÃO venceu. Em Curvelo, 71,23% disseram NÃO e 28,77% disseram SIM, acompanhando o

visita favoreceu a obtenção de depoimentos sobre a violência e a percepção dos eleitores de Angueretá sobre o tema, fornecendo subsídios para refletir sobre as diversas formas de violência naquele sertão.

O sétimo momento de campo foi realizado na Semana Santa de 2006, no período de 08 a 16 de abril de 2006. As atividades relacionadas à Semana Santa na igreja católica permearam grande parte desse momento, uma vez que a Ministra da Eucaristia⁷ lembrou-se do apoio recebido em 2004 e solicitou novamente, já que neste ano estava sem auxiliares. Neste momento e no que o sucedeu, o contato foi feito, como de costume, com os entrevistados privilegiados anteriormente, mas a ênfase recaiu sobre novos contatos, houve um esforço de interpretação do 'olhar' de pessoas menos influentes como trabalhadores rurais temporários, vendedores das barracas, trabalhadores da pedreira de ardósia, benzedeira, jovens trabalhadores do comércio, pessoas que caminhavam pela estrada, carvoeiros, vendedores de minhocaçu. Foram os momentos mais significativos etnograficamente, marcados pela busca de partilhar ao máximo a experiência sensível dos moradores de Angueretá, não apenas intelectualmente, mas também com meu próprio corpo: limpar a igreja, acompanhar a colheita e o carregamento do caminhão de hortaliças, fazer os deslocamentos no próprio caminhão de hortaliças, realizar a coleta do araticum.

No mês de maio de 2006, dias 25, 26, 27 e 28, ocorreu mais um momento de visita a campo, que pretendia ser o último. Manteve-se a mesma

comportamento do Estado. Em Angueretá, a adesão ao NÃO foi ainda maior, tendo recebido 76,52% dos votos, enquanto apenas 23,48% dos eleitores votaram SIM.

⁷ Ministro (a) da Eucaristia: pessoa responsável pela direção das orações na ausência de um padre, diácono ou seminarista

perspectiva do momento anterior, no que se refere à busca de intensificação do contato com os que estão socialmente mais à margem em Angueretá.

A última visita a campo ocorreu já quando a tese estava praticamente pronta, motivada por uma busca de retificação de algumas hipóteses levantadas. Teve duração de dois dias e pouco acrescentou ao que já havia sido construído, exceto confirmar alguns dados.

Os sujeitos dessa pesquisa são habitantes de Angueretá e suas famílias.

Os informantes privilegiados desse perfil são Creuza; D. Virgínia e Seu Osvaldo; D. Teresa e o marido, Maria Elvira e o pai, Sr José Mendes; a família do Douglas, Adão e o pai; Seu Nilo. Quatro deles são antigos latifundiários e três não possuem terras. A princípio, todos os moradores do arruamento seriam interlocutores nessa investigação. No decorrer da pesquisa, percebeu-se que seria necessário ampliar este leque. Alguns moradores do distrito que residiam nas fazendas, mesmo que não muito próximas do arruamento, foram incluídos, bem como indivíduos que tinham construído sua história juntamente com a história de Angueretá e não estavam mais residindo aí, o que levou ao alargamento dos entrevistados para 'habitantes atuais ou antigos habitantes de Angueretá'. Os sujeitos privilegiados residentes na fazenda foram Florêncio, Seu Manuel Justino e D. Alda (esta falecida em 2005), Seu Inácio e D. Maria, Luciano. Apenas o primeiro não é proprietário das terras em que trabalha⁸; os demais possuem alguma extensão de terra, sendo uma pequena propriedade e duas propriedades médias⁹. Entre os "antigos habitantes", já não mais

⁸ Florêncio é arrendatário de um parente seu, sendo também o único que se transferiu há menos tempo para Angueretá. Em 2006 adquiriu uma propriedade em outro município próximo.

⁹ De acordo com a classificação do INCRA.

residentes em Angueretá os informantes privilegiados foram: o casal Sinhô Peixe e Afrinha e a benzedeira Maria Ribeiro, residentes no distrito vizinho de Juscelino Kubitschek¹⁰ (a partir de agora denominado simplesmente de JK, como o fazem os habitantes de Angueretá). Os primeiros são proprietários de terras, a última não possui terras.

Uma parte considerável do grupo é composta por idosos, com idade aproximada de 70 anos, havendo um grupo menor, mais jovem, com idade oscilando em torno de 35 e 40 anos. Geralmente, este grupo mais jovem não possui terras. Vale lembrar que através desses sujeitos privilegiados tivemos acesso aos seus descendentes, que são os que cuidam das propriedades rurais quando existem, ou ainda são os trabalhadores das fazendas ou jovens estudantes que não residem em Angueretá. A partir dos primeiros contatos, então, as redes de solidariedade locais, o parentesco, a vizinhança e a amizade, nos conduziram aos demais entrevistados. Os encontros com este grupo ocorriam sempre dentro das próprias casas, juntamente com as famílias. As casas consistem na edificação da morada, de tamanho variável, mas todas sem exceção possuem uma área de terreno à sua volta. Algumas vezes abrigam mais de uma geração, porém mesmo quando isso não ocorre, a frequência com que os filhos visitam e permanecem nas casas dos pais é tamanha que as casas dos progenitores ficam geralmente cheias de gente.

Apesar dos convites reiterados, não aceitou-se a hospedagem dessas famílias, limitando-se, ao máximo ao compartilhamento de refeições. Durante todo o campo, a pesquisadora hospedou-se em uma pousada de beira de estrada, situada no distrito de JK,

¹⁰ O distrito de JK foi recentemente desmembrado do de Angueretá. A vila sede se chama São José da Lagoa. Os moradores se referem a essa vila como JK ou simplesmente como “Lagoa”. Optamos por JK

Além dos sujeitos acima identificados e que, neste texto, são denominados sujeitos privilegiados, foram eleitos nove entrevistados cujo contato, embora não tenha se restrito a um único encontro, tampouco teve a mesma permanência que o outro grupo, sendo que as entrevistas não foram feitas na residência e poucas vezes se fizeram acompanhar de alguém da família. São eles: Eva, trabalhadora temporária na grande produção de hortaliças; Antônio, trabalhador de carvoaria pertencente a fazendeiro local; Joaquim Teodoro, que me contou sua conversão; João Vital e a esposa, Senhor Daniel e o filho Eugênio, Walter e seu ajudante; Manuel e Moisés, vendedores de minhocaçu (*Rhinodrilus alatus*) .

Num determinado momento da pesquisa, reconheceu-se que a ênfase da investigação estava sendo dada nos depoimentos dos fazendeiros mais antigos e suas famílias. Na verdade, estes fazendeiros e sua descendência representam a maior parte dos moradores de Angueretá; o que, entretanto, não minimiza a indesejabilidade do silenciamento das perspectivas representadas pelos outros habitantes. Este silenciamento não foi reconhecido de imediato e após sua identificação, foram necessários seis meses para que se pudesse encontrar um caminho e voltar ao texto e ao campo. Nesse tempo ficou claro que, uma geógrafa, muito provavelmente, não teria desenvolvido este tipo de preocupação. Então, ficou claro também que, de alguma forma, todo o esforço por aproximar-se da antropologia estava fazendo algum efeito. Isso adquiriu significado de estímulo e gratificação, bem como possibilitou um novo entendimento por parte da pesquisadora.

Ao mesmo tempo em que o pesquisador busca construir um conhecimento sobre seus sujeitos, também eles procuram construir um saber a

seu respeito – o desvelamento é mútuo. E como reconhecem, de alguma forma, a natureza da presença do pesquisador, mesmo que seja identificando este trabalho com o do jornalista, ou relacionando à idéia de perpetuação através da palavra escrita, da publicação de um ‘livro’, que levaria a imagem daquelas famílias para além das fronteiras de Angueretá, eles, ao mesmo tempo em que se revelam, constróem/impõem versões a serem perpetuadas. Daí a presteza com que uma das famílias me oferece ‘pouso’ em sua casa e me apresenta a outros proprietários de sua confiança e seu convívio mais próximo, ao mesmo tempo em que invisibiliza outros grupos, sequer mencionando seu nome.

Foram procurados também a Prefeitura Municipal de Curvelo, o escritório da EMATER de Curvelo e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curvelo.

O universo sociológico desta pesquisa foi, pois, constituído de 12 casas, lugar de morada das famílias, compostas por pais e filhos em diversas faixas etárias, totalizando 67 pessoas e complementado por mais 11 indivíduos de contato menos freqüente, além de funcionários de órgãos públicos e um sindicato.

A visita não era anunciada com antecedência, bastando chegar e começar a conversar com alguém que estivesse na janela ou na entrada ou mesmo bater à porta. Mesmo quando ocorria um encontro não programado na rua, era quase certo o convite para continuar a conversa em casa. Buscou-se eleger sempre os mais idosos da casa, geralmente um casal, para o primeiro contato, e através dos mesmos estabelecer o acesso aos mais jovens. Além destes, foi entrevistado um grande número de habitantes, fora de suas

residências, sem o contato com suas famílias: transeuntes, trabalhadores da mineração, trabalhadores das empresas de reflorestamento, vendedores das barracas à beira de estrada. Não se constituíram em informantes privilegiados mas ocorria de alguns deles serem abordados em mais de uma ocasião. Esse grupo era, em sua maioria, mais jovem e formado predominantemente por trabalhadores desprovidos de terra.

As propriedades dos que possuem terra foram visitadas, algumas por diversas vezes, e seus filhos entrevistados.

A opção de evitar, o quanto possível o gravador no campo, notadamente nas visitas iniciais foi tomada mesmo diante do reconhecimento de que muita coisa seria perdida. Porém o campo era considerado ainda na perspectiva geográfica onde a ênfase seria posta mais no conteúdo que nas falas em si mesmas. Dessa forma, após a entrevista, seria possível *registrar* os fatos mais significativos. Essa abordagem permaneceu por um período de tempo durante o desenvolvimento da pesquisa. Por um lado, a pesquisadora não considerava a fundo que acerca de cada fato ou objeto que denominava significativo haviam as representações desenvolvidas pelos entrevistados, enquanto grupo social. Metodologicamente, ainda não duvidava de dois aspectos: primeiro, de que os fatos se apresentariam ao seu olhar tal como de fato fossem e segundo da sua própria autoridade de pesquisadora em reproduzir com fidelidade aquilo que se apresentasse. Não duvidava de sua condição de apreender objetivamente a realidade e estava convencida de que o que ouvia era só o que ouvia e o que registrava era aquilo que registrava. Faltava ainda essa postura antropológica que faz o pesquisador, nos dizeres de FONSECA (1999) trabalhar “a base da premissa de que o processo comunicativo não é tão simples assim”. Segundo

ela, “a antropologia procura criar dúvidas, levantando hipóteses sobre os hiatos e assimetrias que existem entre a nossa maneira de ver as coisas e a dos outros”. Era justamente isto que necessitava desenvolvimento.

A preocupação de registrar centrava-se no que eles diziam, não *como diziam*. Não pensava tampouco no imponderável, e no simbólico que permeia as relações dos homens entre si e com o seu espaço. A forma como se expressavam, as palavras que usavam, o significado mais ou menos importante que pareciam atribuir a determinado aspecto, eram elementos cuja apreensão escapava então. Não havia hermenêutica; o texto se dava tal como era. Não havia realidades mais profundas além da observação empírica.

A avaliação que levou à decisão de evitar o uso de gravações, foi influenciada por outro fator: é que logo no início se relatou a recente visita de jornalistas que retomaram uma antiga estória do local acerca de assassinatos, tendo publicado nomes de moradores supostamente envolvidos no jornal de maior circulação em Minas Gerais, o que teria gerado grande desconforto e desconfiança por parte dos habitantes de Angueretá, notadamente familiares daqueles que foram citados. Nesse contexto, conforme GUANAES considera,

“ ... quando os sujeitos da pesquisa negam-se a falar, atitude compreensível em processos de tensão e conflito, o gravador e/ou roteiro de perguntas passam a ser um objeto extremamente indesejável, violando todos os princípios de interação e sociabilidade exigidos pela etnografia”. GUANAES (2006:56)

Num determinado momento do campo se deu privilégio aos moradores mais excluídos, quando se buscou conversar, conviver, entrevistar os que estavam trabalhando na roça, andando pelas beiras da estrada ou mesmo aqueles que haviam saído de Angueretá e estavam residindo na periferia do

distrito vizinho, JK. Foram mais duas visitas a campo, nessa perspectiva: a primeira constituída de nove dias, a segunda de quatro.

Finalmente, já no último mês de redação da tese, foi feita mais uma ida a campo, visando verificar uma ou outra informação.

A tese foi organizada em cinco capítulos. O primeiro apresenta as discussões teóricas, que orientaram a tese e as categorias analíticas como: território, sertão, paisagem, cerrado, imprescindíveis para a compreensão dos processos em análise.

O segundo capítulo trata da construção e desconstrução do sertão mineiro, numa perspectiva histórica que procura demonstrar que o espaço em questão se construiu relativamente tarde em relação a outras áreas do nordeste e sudeste brasileiros e, portanto, se faz com traços de modernidade. Este seria um traço distintivo do sertão mineiro. O capítulo traz elementos para a compreensão da construção desse espaço como *locus* de passagem, de encontro, de invasão – movimentos centrípetos, de fora para dentro – o que se constituiu na forma de ondas de aceleração e desaceleração das transformações. O espaço já havia vivenciado, antes do período focado, momentos de intenso dinamismo e transformação mas os processos do presente se diferenciam pela forma e pela intensidade.

O terceiro capítulo apresenta e analisa as transformações verificadas a partir da década de 70, enfatizando os resultados dos processos ocorridos em Angueretá. A chegada dos novos agentes introduz novas realidades, constituindo uma verdadeira transfiguração do território: os bens, outrora raros, técnica, produtividade, capital investido, passam a ter certa afluência. Por outro

lado, os bens, antes abundantes tornam-se raros: terra/espço, os animais e plantas medicinais do cerrado, a caça, o tempo – novas raridades. Na implantação dessas raridades, o confronto de duas lógicas – a do lugar e a que vem de fora – transformando as territorialidades.

O quarto capítulo apresenta a tessitura da vida entre os habitantes de Angueretá. Através de sua falas, seus relatos, suas reflexões, verifica-se a desconstrução e a reconstrução da vida material e simbólica. Há toda uma série de ambigüidades nas novas formas de tecer a existência: a ética, a relação com o Estado, a produção da vida com os frutos do sertão, tudo isso se faz impactado pelos confrontos e confluências impostos pelos novos processos instalados na região e se faz revelar na voz desses sujeitos, parceiros do trabalho etnográfico. Neste capítulo e em todo o corpo da tese, as falas dos sujeitos da investigação retratadas, foram registradas em itálico e entre aspas. As mais longas foram destacadas com o recuo de 4 cm, as mais curtas permaneceram inseridas no próprio parágrafo ao qual pertencia. Os termos êmicos, foram registrados em itálico e entre aspas. As citações de autores virão entre aspas, sem itálico.

O quinto e último capítulo discute os significados dessas transformações na territorialidade dos habitantes de Angueretá. A paisagem e o espaço foram profundamente alterados com os processos econômicos, políticos e culturais-ideológicos levados a efeito na região pelo Estado e pelos agentes econômicos, no período posterior a 1970, levando a desterritorializações várias. Diante disto, os habitantes de Angueretá desenvolvem novas respostas aos problemas de sua existência social, o que fazem reconstruindo sua teia de

significados, e suas relações com o espaço de vida e trabalho, isto é, re-territorializando-se.

A estrutura da tese evidencia uma abordagem multi-escalar e multi-temporal, através da qual tomamos o objeto em diversos tempos e em diversos níveis de análise. Como nos mostra o geógrafo Yves Lacoste (1984), a cada escala utilizada, corresponde um nível de interpretação. A mudança de escala significa também a mudança do que se faz observar. Um fenômeno só é bem visível, em uma determinada escala. Assim é que, se por um lado, caso a abordagem dessa investigação tivesse se circunscrito à análise dos processos no âmbito da reorganização produtiva do território brasileiro os habitantes de Angueretá teriam ficado invisíveis, por outro lado, caso tivesse se circunscrito a estes, seria inviabilizado o significado das transformações que se impuseram a Angueretá.

CAPÍTULO 1 – PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

As transformações materiais e simbólicas verificadas no espaço do município de Curvelo, do qual faz parte o distrito de Angueretá, e em grande parte do Estado de Minas Gerais e também praticamente toda a área do Centro-Oeste brasileiro, têm como característica o fato de se realizarem numa paisagem natural específica: as planuras das chapadas recobertas pelo cerrado¹¹. São transformações econômicas comandadas politicamente que condicionaram e condicionam uma drástica transformação desse espaço e de sua paisagem. Por outro lado, os espaços ocupados pelo cerrado, em nossa área de estudo, não correspondem apenas a uma paisagem natural, como os discursos oficiais desenvolvidos pelo governo federal parecem levar a crer, ao se referir insistentemente aos “vazios” representados pelas áreas de cerrado. Aliás, destaque-se, nenhum espaço o é. São também espaços de vivência de atores sociais. A identificação dessas áreas como sertão denuncia a existência de grupos que aí estão instalados e que, na tessitura da vida, constroem formas de resolver seus problemas naquele lugar específico, **naquela** natureza e **com aquela natureza**, formas estas que deixam marcas na paisagem, transformando-a numa paisagem humanizada, espaço de cultura, resultado de

¹¹ Evidentemente, tais transformações possuem efeitos que não se circunscrevem a esta área, com repercussões difíceis de estimar, em todo o território nacional.

processos culturais. Da relação do homem com a natureza do cerrado, constrói-se uma cultura única, que também inscreve suas marcas nessa paisagem, construindo uma nova paisagem.

Essa diferenciação é significativa. A denominação 'cerrados' se refere, objetivamente a **um** Domínio¹² no qual o homem não está incluído. Já a denominação "sertão", diz respeito a uma forma de vida e existência, **num** Domínio que pode tanto ser a caatinga como o cerrado - as savanas do Brasil. Pressupõe espaço de vida e trabalho, apropriado pelos grupos sociais que aí vivem e, portanto, é território, pois ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço¹³.

Dessa forma, queremos destacar que as categorias¹⁴ paisagem, cerrado, sertão, território fornecem um importante tecido teórico para a

¹² Domínio morfoclimático e fitogeográfico, conforme Aziz Ab'Saber, é "um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas *integradas*, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo" (AB'SABER, 2003:11-12). Segundo este autor, foram identificados, no Brasil, seis grandes domínios paisagísticos e macroecológicos: 1) domínio das terras baixas forestadas da Amazônia, 2) o domínio dos chapadões centrais, recobertos por cerrados, cerradões e campestres, 3) o domínio das depressões interplanálticas semi-áridas do Nordeste, 4) o domínio dos 'mares de morros' florestados, 5) o domínio dos planaltos de araucárias e 6) o domínio das pradarias mistas do Rio Grande do sul (AB'SABER, 2003:13). Entre estes domínios desenvolvem-se extensas áreas de transição e de contato, compostas por uma combinação de condições e espécies variadas segundo os domínios que estão em contato.

¹³ O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e/ou informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder, como afirma RUFFESTIN (1993:144). Discutiremos com mais profundidade esta categoria no decorrer do trabalho.

¹⁴ Categorias são instrumentos conceituais e no sentido sociológico cunhado por É. Durkheim são "conceitos particulares que desempenham no conhecimento função preponderante" (Durkheim, 1989:519), porque permitem que as inteligências humanas se comuniquem. As categorias podem ser analíticas, quando são categorias do pesquisador e compreendidas por uma "comunidade científica" e é assim que os conceitos trabalhados neste capítulo serão empregados no corpo deste trabalho; elas podem também ser êmicas quando são categorias através das quais os próprios sujeitos da pesquisa percebem e classificam suas experiências e seu mundo; nesse sentido são representações coletivas, comuns a um grupo social particular.

interpretação das transformações em foco nesta tese. Durante o desenvolvimento do trabalho, estas categorias foram utilizadas de forma instrumentalizada. Mas aqui se faz necessária uma breve apresentação das mesmas, visando esclarecer a forma como são entendidas e trabalhadas.

Paisagens do sertão e do cerrado – antagonismos e aproximações.

Embora seja muito utilizado pelo senso comum e pelas artes, o termo ‘paisagem’ é tratado aqui como categoria analítica desenvolvida no contexto do pensamento geográfico.

Como lembra MIKSELL, “os termos derivados da palavra germânica *land* (como *landscape*, *landschaft*, *ladskap*) e da palavra românica *pays* (como *paysage*, *paisaje*, *paesaggio*) são marcantes no vocabulário da geografia”. (MIKSELL, 2000:90)

Em primeiro lugar, portanto, faz-se impositivo exorcizar alguma influência do senso comum na abordagem da categoria paisagem: explicitar com bastante ênfase que paisagem não é estática como uma fotografia e tampouco é o equivalente de *natureza*¹⁵, sendo que o mundo natural faz parte da constituição da paisagem, entretanto ela jamais se restringe a ele¹⁶.

¹⁵ Até mesmo na perspectiva científica, temos algumas vezes o uso do termo sem definições claras. Leituras apressadas de Simon Schama (1999), que discute longamente acerca da paisagem como cultura e demonstrando como os elementos da natureza, que compõem a paisagem (vegetação, relevo, etc) influenciam o modo pelo qual o homem, nas diversas culturas construiu sua visão de mundo, pode levar ao entendimento de que a categoria paisagem diz respeito apenas aos elementos da natureza.

¹⁶ Mesmo porque, uma paisagem natural teria que se constituir num espaço que jamais foi alterado pelo homem, porém, ¹⁶ se considerarmos a dimensão atual de atuação da humanidade na natureza e seus impactos sobre a superfície do planeta, muito dificilmente seria encontrada uma área com essa característica. Poderíamos, seguindo esta linha de raciocínio, certamente afirmar que a paisagem natural não existe.

Paisagem, em qualquer conceito, é, em princípio, aparência, sem, entretanto, se esgotar aí. É aquilo apreendido num primeiro momento pelos sentidos. SANTOS, (1996: 83, 2002:103) trata da paisagem como “um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” Esta afirmativa já evidencia que não se refere a fatores da natureza apenas. Milton Santos explicita que a paisagem não trata da configuração territorial em sua totalidade, mas de um recorte dela; a paisagem seria, de acordo com este autor, “a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão”. Note-se, portanto que a delimitação espacial da paisagem seria até onde a vista humana alcança; entretanto, não se entenda com isso que ela se resume ao que a vista pode perceber. A visão dá a delimitação espacial, mas os elementos da paisagem não são passíveis de serem apreendidos unicamente pela visão. Nesse sentido, a paisagem é constituída não apenas pelo apreendido pela visão mas por todos os sentidos, incluindo os cheiros, os sons, a temperatura, os fluxos.

A paisagem não é apenas **apreendida**, é também **percebida** e introduz uma gama de subjetividade à sua definição.

Como Berque (1998) esclarece, a paisagem:

“...não é somente a visão, mas todos os sentidos; não somente a percepção mas todos os modos de relação do indivíduo com o mundo; enfim, não é somente o indivíduo mas tudo aquilo pelo qual a sociedade o condiciona e o supera, isto é, ela situa os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido à sua relação com o mundo (sentido que, naturalmente, nunca é o mesmo para cada indivíduo)”. Berque (1998:87)

Berque define paisagem como dimensão e sistema simbólico do meio: expressão de uma *médiance*”, a qual seria um “complexo direcionado, ao mesmo tempo para o subjetivo e o objetivo, para o físico e o fenomenal, para o ecológico e o sistema simbólico” (Berque, 1990: 30).

Entretanto, é importante pontuar, mesmo que brevemente, que, embora a apreensão da paisagem implique uma subjetividade individual, ela é socialmente dada, ou seja, a percepção é construída também a partir das referências do grupo. É em virtude disso que a apreensão da paisagem se refere à forma de se relacionar com o mundo, e conseqüentemente, faz parte dos elementos que informam e constroem as territorialidades dos grupos e indivíduos. A percepção da paisagem conduz a relação do homem com seu espaço, o que se faz através da cultura. A Geografia hoje, ao procurar entender a construção das paisagens, propõe que o façamos através a compreensão do uso do território, considerando a noção de ‘espaço apropriado’ que a categoria território contém.

A paisagem reúne elementos de tempos diferentes, cuja função e significados presentes não estão nela mesma, mas na sociedade. Portanto, não possui vida própria e nem se explica por si mesma. São os grupos sociais que a explicam.

As contribuições teóricas mais recentes e importantes a respeito da categoria paisagem, no contexto do pensamento geográfico ocorrem no seio na corrente denominada Geografia Cultural, nascida do encontro (re-encontro) da Geografia com a Antropologia. O interesse pelo campo da Geografia cultural teve sua renovação na década de 70, a partir de artigo de Denis Cosgrove, no qual propunha a articulação entre geografia cultural humanística e Geografia

social marxista “através de uma investigação sobre o mundo do homem e as geografias da mente”. Num artigo em que discutem os novos rumos da geografia cultural, COSGROVE e JACKSON (1998) retomam um pouco da evolução histórica desse campo destacando a importância de Jackson que, em 1980 buscava uma aproximação entre Geografia Cultural e Geografia Social, a partir de idéias e métodos da antropologia social. Nesse período, as discussões desse campo geográfico enfatizavam as relações entre as culturas dominantes (“elites”) e subordinadas (“populares”), sendo que alguns autores acusavam a Geografia de relegar ao segundo plano ou mesmo ignorar o estudo das “culturas subordinadas”.

Segundo COSGROVE e JACKSON, 1998:

“uma possível definição dessa ‘nova’ geografia cultural seria: contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural, atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência. Para essa ‘nova’ Geografia, a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída”. (COSGROVE e JACKSON, 1998: 16).

MIKSELL (2000:89) aponta os temas a serem estudados pela geografia cultural: cultura, área da cultura, história da cultura, paisagem cultural e ecologia cultural. O “geógrafo cultural deveria pensar automaticamente em todos esses temas, independente daquele que fosse sua preocupação inicial”. Estes temas, ou tópicos, se sobrepõem e convergem.

Tudo na geografia cultural gira em torno da paisagem. Nos anos 50, Carl Sauer havia produzido importantes referências sobre esta categoria, juntamente com seus discípulos da ‘Escola de Berkley’, mas os estudos

recentes em Geografia Cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada desse conceito. O conceito de paisagem seria,

“ele próprio um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra”. (COSGROVE e JACKSON, 1998: 18).

Em 1984, J.B. Jackson desenvolve o conceito de paisagens políticas e vernaculares nas quais estariam impressas a especificidade de cada cultura e as tensões entre estas mesmas culturas.

Ainda segundo COSGROVE e JACKSON, (1988), na Geografia cultural, a categoria ‘paisagem’ é crucial, tendo Levy (1985) apontado a “convergência das geografias cultural e humanista em torno da idéia de paisagem como texto”. (COSGROVE e JACKSON, 1998: 16).

Para esta pesquisadora, há nessas duas formulações um conteúdo que nunca será por demais enfatizado: a paisagem como epifenômeno, não o fenômeno em si; aquele no qual as marcas do processo histórico de relação entre sociedade e natureza se inscrevem. Em muitas abordagens, tal aspecto, embora implícito, nem sempre fica muito evidente.

As qualidades simbólicas da paisagem, que produzem e sustentam seu significado social, tornaram-se, objeto de pesquisa na Geografia Cultural, o que tem conseqüências teóricas. Perceber a paisagem como uma imagem cultural leva à interpretação dos diversos meios utilizados pelo homem para representá-la, pois estes revelam os significados que os grupos humanos atribuem às diferentes áreas. Considerando que nesta perspectiva a paisagem apresenta-se como uma configuração de símbolos e signos, uma outra conseqüência advém, qual seja, a adoção de metodologias mais

interpretativas que morfológicas. Nessa linha interpretativa, constrói-se a metáfora da paisagem como 'texto'.

Faz-se necessário, aqui, estabelecer relação com o pensamento de Geertz (1973) que concebe a antropologia como a interpretação de textos culturais. Os geógrafos desse campo adotam os modos representativos da hermenêutica, centrais na interpretação social. Muitos geógrafos têm atualmente a etnografia como forma de enfatizar as imagens na análise da representação da paisagem. Por outro lado, COSGROVE e JACKSON alertam que, da mesma forma que a hermenêutica textual sofre de uma crise de significado e método, "as imagens e a linguagem tornam-se enigmas na perspectiva contemporânea, algo como problemas a serem solucionados ou prisões que bloqueiam o entendimento do mundo." COSGROVE e JACKSON (1998: 22-23). E citando Mitchell, 1986, concluem:

"as imagens e a linguagem são uma espécie de signo, com uma enganadora aparência de naturalidade e transparência, como um mecanismo de representação opaco, distorcido e arbitrário, um processo de mistificação ideológica". COSGROVE e JACKSON (1998: 23)

São inúmeras as abordagens que consideram a unidade dialética entre cultura e natureza, aqui discutida em sua relação com a paisagem, já dita como aquela que registra as marcas dessa relação. Para COSGROVE (1996:6) tal unidade se faz presente nas premissas postas por Marx e Engels na concepção materialista da história, ao afirmarem que

"sua leitura deve partir das bases naturais da vida humana – a natureza física dos seres humanos e as condições naturais (geológicas de vegetação, climáticas) nas quais se encontram e a partir da modificação dessas condições através da prática humana ao longo do tempo; que nos tornamos verdadeiramente humanos ao produzir

nossos meios de subsistência e vida material de modo definido, sendo isto uma atividade social; que 'este modo de produção não deve ser considerado simplesmente como sendo a reprodução da existência física dos indivíduos. É, em vez disso, uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressar sua vida, um 'modo de vida' definido da parte deles'; e, finalmente, que a natureza dos indivíduos, que se relacionam socialmente, depende das condições materiais que determinam sua produção" (COSGROVE, 1996:7)

A sociedade e a natureza, portanto, como destaca COSGROVE (1996:7) devem ser entendidas, segundo estes autores, como uma totalidade, uma unidade dialética, sendo mediadas pelo trabalho (como produção humana).

Os geógrafos precisam, portanto aproximarem-se dos antropólogos se querem trabalhar em termos de espaço as formas culturais, uma vez que, conforme ressaltam COSGROVE e JACKSON (1998: 26), "a estrutura espacial é parte ativa da constituição histórica das formas culturais".

A paisagem é uma referência partilhada, sendo de suma importância na constituição daquilo que Vidal de La Blache chamou de "gênero de vida": uma unidade de cultura e natureza onde a paisagem atua como substrato para a vida e as significações coletivas, para a construção das 'teias de significados' que é como Geertz (1973:5) se refere à cultura.

Ao discutirmos a transformação do sertão mineiro deve-se considerar que a paisagem está visceralmente ligada à existência material e simbólica. A paisagem é, não somente referência para o simbólico, mas também expressão da produção do espaço pelos grupos sociais que têm como substrato da produção da vida, o cerrado. As atividades desenvolvidas têm o cerrado não como palco, e sim como agente. A vida é tecida não somente no cerrado, mas **com** o cerrado e é a tessitura da vida que constrói essa paisagem e a faz

legado para as futuras gerações. Como afirma AB'Saber, essa paisagem (do cerrado) é uma herança:

“de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”. AB'SABER (2003: 09)

As paisagens de cerrado e sertão se interpenetram. E, conseqüência disso, são herança da força desse grupo social que utiliza o domínio do cerrado como matéria prima na construção de sua existência material e simbólica e na constituição de sua sociabilidade. Para nosso estudo, é essencial reconhecer essa paisagem e identificar as transformações por ela sofridas.

Muitos autores contemporâneos, talvez justamente por essa imbricação de sentidos e paisagens, têm utilizado os termos “sertão” e “cerrado” como termos indistintos, referindo-se à mesma região. Em outras situações, a mesma área receberá tanto a denominação de sertão quanto de cerrado, mas cada uma associada a significados, temporalidades e territorialidades específicas.

Estamos trabalhando aqui com duas categorias distintas relacionadas à mesma paisagem: o cerrado, enquanto categoria científica e o sertão, categoria literária ou do senso comum, mas não científica. O cerrado não é o sertão inteiro, é talvez, conforme MORAES (2000) aponta, uma parte do sertão. Segundo esta autora, o cerrado é ‘descoberto’ e construído já na década de 50, pelos botânicos, pedólogos e agrônomos, embora esse novo objeto só viesse a se tornar base de ações do Estado desenvolvimentista a partir do final dos anos 70“. Para essa autora, a expressão “cerrados” está associada ao processo de modernização do sertão:

“O **desencantamento do sertão** associa-se, assim à **construção científica dos cerrados**. O discurso autodeclaradamente científico que acompanha o desencantamento e se vincula à moderna pesquisa agrônômica acompanha o processo gradativo de diferenciação dos cerrados, à medida que estes se desprendem de imagens do sertão. Nesse sentido, processos de subordinação real da natureza ao capital ocorrem juntos com a desconstrução de uma memória – a do sertão e a construção de um novo objeto – os cerrados”. MORAES (2000:74)

Até há muito pouco tempo, “cerrado” era empregado apenas para referir-se a uma formação vegetal. Só muito recentemente vulgariza-se o emprego de cerrado como denominação um Ecossistema, um Bioma¹⁷, um Domínio Morfoclimático e, ainda mais recentemente ainda, como uma região. SILVA (2000) cita a conceituação de RIBEIRO e WALTER que discutem a “evolução” que se verificou em relação à utilização do termo cerrado, gerando três acepções mais correntemente usadas atualmente:

“Cerrado, referindo-se ao bioma que predomina no Brasil central, cerrado (*lato sensu*), compreendendo as formações savânicas e rupestres do bioma, estando incluído desde o cerradão até o campo limpo e por último o cerrado (*strictu sensu*), designando um dos tipos fisionômicos que ocorrem na formação savânica e sendo considerado a fisionomia que melhor caracteriza o bioma” (SILVA:2000:27)

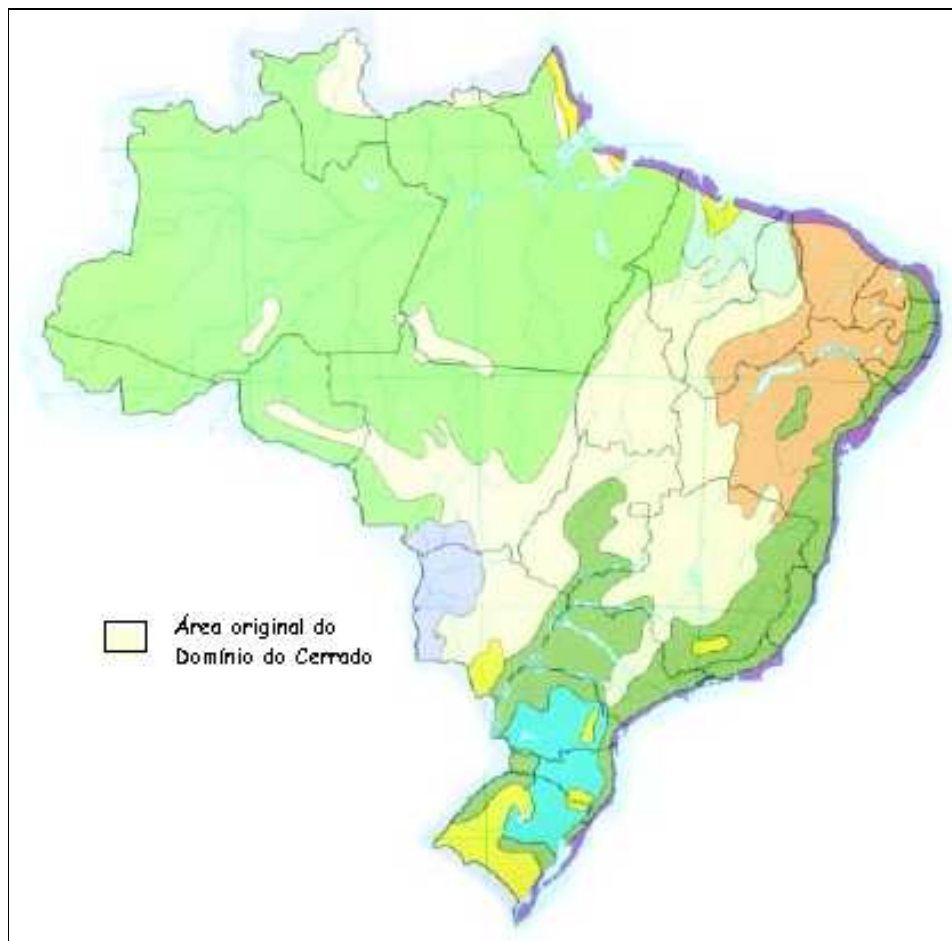
O Domínio Morfoclimático do cerrado marca a quase totalidade das paisagens de Minas Gerais. Esse Domínio, representante sul americano das

¹⁷ Nos remetemos a COUTINHO (2006:13) para elucidar o conceito de bioma: “O termo fitofisionomia foi proposto praticamente ao mesmo tempo que o termo formação. O termo bioma, proposto mais tarde, apenas adicionou a fauna à uniformidade fitofisionômica e climática, características desta unidade biológica. Várias modificações conceituais foram apresentadas por diversos autores, ao longo do tempo, acrescentando outros fatores ambientais ao conceito original, como o solo, por exemplo. Walter (1986) propôs um conceito essencialmente ecológico, considerando bioma como uma área de ambiente uniforme, pertencente a um zonobioma, o qual é definido de acordo com a zona climática em que se encontra. Este conceito considera ainda outros fatores ambientais ecologicamente importantes, como altitude e solo, distinguindo, então, orobiomas e pedobiomas. Um outro fator a ser considerado seria o fogo natural (pirobiomas). **Bioma** e **domínio** morfoclimático e fitogeográfico não são sinônimos, uma vez que este último não apresenta necessariamente um ambiente uniforme.”

savanas, ocupa, no Brasil, uma área avaliada entre 1,7 e 1,9 milhão de quilômetros quadrados.

O fato de situar-se na porção central do país confere ao Cerrado uma característica crucial que é a interação com quase todos os outros domínios morfoclimáticos do país, constituindo áreas de transição entre estes outros domínios. A grande extensão deste domínio (o segundo maior em extensão do país, superado apenas pela Floresta Equatorial) também contribui para esse papel. O cartograma a seguir apresenta a posição e extensão do Domínio do Cerrado no Brasil:

FIGURA 1 – Área do Cerrado no Brasil



Fonte: IBGE, 2006

Como se vê, o cerrado brasileiro, que aparece no mapa em tom bege, se estende no sentido norte-sul, sempre no interior do território, nunca atingindo o litoral, o que é inverso ao que ocorre na África, onde as savanas se estendem, em sentido longitudinal, desde o litoral. Este fato, segundo Aziz Ab'Saber (2003: 13), se deve ao grau de interiorização das matas atlânticas, que criou uma barreira e impediu que os cerrados se distribuíssem até o litoral. Isso acentua a relação cerrado/sertão. Se, como aponta Capistrano de Abreu, o sertão é aquilo que não é litoral, a penetração para o interior do Brasil, em busca da conquista do sertão encontrou, aqui, não apenas o distante da civilização, desconhecido, desocupado, o “mundão vasto de Deus”, mas encontrou, nele, uma paisagem específica. Nesse sentido, no domínio dos cerrados, eles são a marca do sertão.

As primeiras referências sobre o cerrado a aparecerem na literatura fazem referência a ele como “largos campos e colinas despidas de árvores”, em Willen Glimmer que participou da primeira bandeira em 1601; como “campos e capões”; como em Bernardo C. de S. Coutinho, transmitindo em carta de 1694 o roteiro do Padre João de Faria; como “matos carrasquinhos, campos cobertos” como menciona o Alferes Moreira em 1731, conforme RIBEIRO (2005).

RIBEIRO (2005:42) indica que referências ao termo cerrado aparecem pela primeira vez, ainda sem que se apresentasse o seu significado, no manuscrito anônimo do século XVIII denominado “*Notícia das Flores mais notáveis, e conhecidas, que há nos Matos, Campos e Serrados*”¹⁸.

¹⁸ Grafia conforme o original

Em Saint-Hilaire vamos encontrar a mesma descrição “pastos e capões de mato” e a denominação de *taboleiros*¹⁹:

“Tomamos o [caminho] que leva a S. João Del Rey. Terreno montanhoso, pastos nos altos; capões de mato nas baixadas. (...) Nas partes mais elevadas, os pastos compõem-se principalmente de gramíneas e oferecem muito poucos subarbustos. À medida que o solo se abaixa, e fica mais úmido, as plantas lenhosas tornam-se mais comuns, enfim, nos fundos e vizinhança de matos, o terreno mostra-se coberto de arbustos e principalmente de uma Composta. (...) encontrei com espanto, nas encostas altas, mas em pequenos espaços, a vegetação dos tabuleiros cobertos, isto é, das árvores esparsas, enfezadas, tortuosas, de cascas encortiçadas, com folhas duras e quebradiças.”(SAINT-HILAIRE, 1974:41)

Para Saint-Hilaire, os tabuleiros eram diferenciados em tabuleiros cobertos (quando havia a ocorrência de arbustos) e tabuleiros descobertos (quando não se verificava a ocorrência dos arbustos). Note-se que o viajante já faz referência à diversidade fisionômica característica do cerrado. Ele também descreve a palmeira buriti, “tão comum nos alagadiços desse deserto” (SAINT-HILAIRE, 2000:322). Este autor se refere aos usos do buriti pela população local, além de denunciar seu desmatamento:

“O buriti é, sem contradição, uma das árvores mais úteis. Suas folhas servem para cobrir casas, e formam uma cobertura que dura muito tempo. Empregam-se as fibras dessas mesmas folhas para fazer pequenas cordas. Como direi noutro lugar, fazem-se portas com os pecíolos. O fruto é comestível e serve para engordar porcos. O tronco é cheio de uma medula de que se faz uma espécie de doce, objeto de comércio para os habitantes das margens do Rio São Francisco. Finalmente, este mesmo tronco fornece um licor que dizem ser muito agradável: para obtê-lo escolhem os indivíduos de fuste mais grosso; por uma inconcebível imprevidência, abatem-nos, e praticam no caule orifícios por onde escorre o licor.”(SAINT-HILAIRE, 2000:322).

¹⁹ Tabuleiros: Referência à forma de relevo tabular (chapadas) onde se desenvolvem os cerrados.

Alcide D'Orbigny também se refere por *taboleiro* às áreas recobertas pelo cerrado em Minas Gerais:

“Até uma altitude de 2000 a 3000 pés, o terreno é coberto de uma espécie vegetal chamada, na região, de *taboleiro*. Para além, as árvores e arbustos vão ficando raros. (D'ORBIGNY, 1976:121)

Outro viajante, o príncipe Maximiliano, descreve o cerrado, utilizando a denominação mais corrente de campos gerais:

“... os arbustos diminuem também de altura na mesma proporção, até que se avistem os 'campos gerais', que surgem como um mundo novo. Planícies imensas e inteiramente descampadas, ou então colinas de declive suave que se prolongam em série, cobertas de capim alto e ressequido, e de arbustos esparsos, se desdobram a perder de vista.” (WIED, 1989: 402-403).

Segundo RODRIGUES (2005), Von MARTIUS acrescenta uma divisão àquela de Saint-Hilaire (*taboleiros* cobertos e descobertos), afirmando que: “havendo capoeira densa entre os caules [diz-se] *taboleiro cerrado*”.

Apesar de ter sido citado e descrito tão cedo, este domínio permaneceu e ainda permanece relativamente pouco estudado, persistindo ainda numerosos debates inconclusos quanto à explicação do cerrado. Apenas após os anos 80 é que têm início estudos mais aprofundados sobre o Domínio Morfoclimático do cerrado. Diante disso, existe até mesmo incerteza numérica sobre sua biodiversidade, uma vez que novas espécies continuam sendo descobertas.

A paisagem no domínio do cerrado não apresenta grandes diversidades, quanto aos aspectos geomórficos e fitogeográficos, sendo classificada, por Ab'Saber (2003) como monótona. De fato, o domínio do cerrado é ainda bem

menos compartimentado que o domínio da caatinga, embora se apresente mais diversificado que a Floresta Tropical Atlântica.

Trata-se de um Domínio importante pela grande extensão que ocupa territorialmente (o segundo maior bioma da América Latina) e por sua fragilidade ecológica. De acordo com a Base de Dados Tropical (UNB, 1995) o cerrado possui catalogadas cerca de 10 mil espécies de árvores e plantas, 195 de mamíferos, 780 de peixes, 180 espécies de répteis e 113 de anfíbios, alguns deles já em risco de extinção. Costa (1981) citado por RODRIGUES (2005) menciona 935 espécies de aves, 298 de mamíferos e 268 de répteis.

O desconhecimento acerca do cerrado e sua fragilidade e importância para populações tradicionais tem levado diversas entidades da sociedade civil a reivindicarem a proteção do bioma nos mesmos termos em que ocorre com a Mata Atlântica. Propõe-se ainda a criação de Reservas Extrativistas e Assentamentos Agro-extrativistas, a exemplo do que ocorre com os seringais na floresta Equatorial.

A biodiversidade presente no cerrado é extremamente importante para a construção da vida pelas populações do sertão, sendo importante fonte de renda. Os frutos são extremamente ricos em termos alimentícios, contendo elevadas doses de sais minerais, vitaminas e proteínas. Além disso, são diversas as propriedades terapêuticas e utilitárias como o uso da madeira, a produção de sabões, etc.²⁰

Os cerrados ocupam principalmente superfícies planálticas: ou maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies aplainadas de cimeira,

²⁰ Algumas ações de defesa das espécies do cerrado já se fazem como a denominada “Lei do Pequi” espécie muito representativa do cerrado, criada em Minas Gerais.

ou planaltos sedimentares compartimentados, denominados chapadas, situados a níveis de altitude que variam de 300 a 1700 metros. Os vales são simétricos, os interflúvios largos e bastante separados uns dos outros, e as vertentes são suaves, as planuras raramente são interrompidas. Esse aspecto é, justamente o que torna essas áreas extremamente adequadas à mecanização agrícola, este, por sua vez um fator que tem intensificado a pressão sobre este o cerrado. Predomina o solo do tipo latossolo, pouco profundo, considerado um solo ácido, álico e deficiente em numerosos componentes químicos nutrientes dos cultivos comerciais, costumando ser identificado como um solo pobre. Entretanto, já foram desenvolvidas tecnologias que permitem a utilização desses solos de maneira extremamente satisfatória para a agricultura comercial, de forma que atualmente, toda sorte de produtos são cultivados nos solos do cerrado.

Um aspecto importante acerca das representações do cerrado é a deficiência de água. Tal idéia, desenvolvida muito em função do aspecto xeromórfico de suas espécies vegetais, já foi refutada por FERRI (1980) que desfaz o equívoco de muitos que consideram o xeromorfismo das plantas do cerrado como reflexo da carência hídrica:

“Mesmo na estação seca esses solos contêm bastante água armazenada durante o período das chuvas, tendo sido constatado que não falta água nunca para a vegetação natural. Ao contrário, a água existente seria bastante para suprir as demandas de uma vegetação mais densa e mais alta.”(FERRI,1980:54).

Este autor, um dos primeiros a estudar detalhadamente o cerrado, em trabalho publicado em 1943 identifica que são fatores edáficos (de solo), que

determinam o aspecto morfológico das espécies do cerrado, especialmente a presença de alumínio em abundância que é tóxico para as plantas.

Verifica-se então que “o xeromorfismo do cerrado é um falso xeromorfismo, pois não é devido à falta de água e sim à escassez de nutrientes do solo” (FERRI, 1993: 134)²¹.

Além disso, é importante registrar que as nascentes das mais importantes bacias hidrográficas do Brasil estão nas áreas recobertas pelo cerrado, incluindo diversos subsidiários da bacia amazônica. A pluviosidade nas áreas do cerrado gira em torno de 800 a 1600 mm, o que corrobora sua suficiência hídrica.

Apesar de ser identificada, segundo vimos anteriormente, como uma paisagem monótona sob alguns aspectos, verifica-se sob o aspecto fisionômico, que sua formação vegetal, mesmo tomada isoladamente, apresenta grande diversificação fisionômica. Segundo SILVA (2000), uma análise dessa diversificação levou EITEN (1972) a classificar as fitofisionomias do cerrado nas cinco formas: cerradão, cerrado, campo cerrado, campo sujo e campo limpo. Tal classificação, amplamente adotada, foi utilizada por GOODLAND²² que, segundo FERRI (1993) realizou experiências estudando o cerrado em suas formas de *campo sujo*, *campo cerrado*, *cerrado* e *cerradão* e identificou que, a biomassa cresce do campo sujo até o cerradão, o *ph* decresce deste para o campo sujo, bem como o teor em nutrientes, mas o

²¹ Após os estudos de Ferri, alguns autores apresentaram hipóteses acerca do cerrado, considerando-o uma vegetação relictica de um tempo geológico em cujas condições climáticas estava presente a carência hídrica. Estes autores apontam retrações e expansões das áreas de cerrado no Brasil numa cronologia geológica.

²² GOODLAND, 1969. Na Ecological Study of the Cerrado Vegetation of South Central BRASIL. McGill Univ. Montreal, Canadá. Tese mimeografada, 224 páginas.

alumínio aumenta. FERRI (1993) relata ainda estudos de outro autor, POGGIANI²³, que identifica falta de zinco no cerrado, “o que conduziria à deficiência do tiptofano, percursos de ácido indolilacético, um hormônio de crescimento das plantas”.

Do ponto de vista fitogeográfico, a paisagem do Domínio do Cerrado é também diversificada. Apresenta-se interrompida pela ocorrência de outras duas formações vegetais: as florestas-galeria contínuas (de largura variável, no fundo e nos flancos baixos de vale) e pelas chamadas veredas²⁴ (em algumas áreas planas) Estas últimas são caracterizadas por se desenvolverem em terrenos alagados e apresentam como distintivo a ocorrência da palmeira buriti (*Mauritia vinifera*), de folhas espalmadas e que chega a atingir mais de 15 metros. O tronco é grosso, seus frutos são cocos adocicados que ocorrem em grandes cachos. As veredas são locais onde ocorre o afloramento do lençol freático, de forma que são muito úmidos, a ponto de receberem a denominação de “brejo” pelas populações locais.

Por tratar-se aqui de uma investigação acerca das transformações resultantes do processo de incorporação dos cerrados como fronteira agrícola e, considerando que as áreas recobertas pelo cerrado em Minas Gerais correspondem à região identificada como *sertão mineiro*, tem-se que a

²³ POGGIANI, 1974. Aspectos do Crescimento e do Metabolismo Auxínico de Plântulas de Espécies do Cerrado. Tese mimeografada, 153 páginas, Depto de Botânica, Instituto de Biociências, USP.

²⁴ Alguns autores consideram também os complexos rupestres de altitude como sendo pertencentes ao cerrado. Esta formação vegetal, denominada também de ‘campos rupestres’ (quando ocorre sobre quartzitos) ou ainda “campos de altitude” (quando ocorrem sobre granitos), possui em sua composição diversas espécies típicas do cerrado o que fortalece essa abordagem). Entretanto, essa proposição possui vozes discordantes e, além disso, como os complexos rupestres de altitude se desenvolvem somente em cotas altimétricas acima de 700 metros, não apresentam ocorrência na região em estudo. Dessa forma, não nos deteremos nela.

transformação dos cerrados representa também uma transformação do sertão.

Sertão; um termo polissêmico²⁵ que se altera no tempo e no espaço. O desenvolvimento desta pesquisa mostrou que o sertão são vários, como também numerosas são as vertentes e interpretações a seu respeito. Tratamos aqui de três abordagens: o sertão sob a perspectiva da delimitação de sua área, o sertão sob a perspectiva das ciências sociais e o sertão na literatura.

A primeira perspectiva envolve a pergunta “onde fica o sertão?”. Mesmo para o senso comum, sertão remete à idéia de interior, associada à grande extensão territorial de nosso país, enfatizada em sua característica de ‘continentalidade’. Ocorre que o território brasileiro apresenta, ao mesmo tempo, um extenso litoral, ao longo de seus mais de oito mil quilômetros de costa.

Sertão é o que não é litoral. É preciso reconhecer, portanto, que o sertão se constitui em oposição ao litoral.

O litoral é o contato da terra com o mar. É o litoral que marca a fundação de nossa história. No litoral foram instalados os primeiros empreendimentos europeus e os primeiros núcleos urbanos. Como lembra ABREU (1998) foi pelo mar que chegaram os colonizadores, assim como os produtos, idéias e ideais vindos da Europa. Essa característica faz com que o

²⁵ MORAES, (2000) assim se refere à polissemia do sertão: “de fato, essa pluralidade de vozes aponta para os vários sentidos associados a *sertão*, alçado, assim a uma categoria simbólica polissêmica. Por sertão, pode-se referir a *interior* (distante da costa), a *selvagem* (eticamente povoado por indígenas), a *pastoril e extensivo* (onde não chegou a *civilização* da agricultura), agricolamente pobre e ambientalmente árido (discurso da seca), a *anárquico* (onde o Estado está ausente e a ordem é privada), a deserto, desabitado (baixa densidade populacional).” MORAES (2000:73)

litoral seja associado com muita freqüência, na literatura pesquisada, à civilização, à modernidade, ao estrangeiro.

Foi, também, através litoral (e, evidentemente, do mar) que os portugueses mantiveram-se em contato com Portugal, seja pelas constantes idas e vindas, seja pelo envio dos filhos a Portugal para estudarem, seja mesmo pela eterna expectativa mantida por muitos deles de, um dia, enriquecidos, poderem retornar definitivamente à sua terra natal. ABREU (1998) registra que, também no Brasil, seguindo o costume português, a colonização nos primeiros cem anos concentrou-se no litoral ignorando o interior, o que gerou diversas críticas aos portugueses por parte dos cronistas da época:

“Além de só se estabelecerem a beira-mar, a ponto de serem chamados na Índia de ‘bate-praia’ e, no Brasil, de ‘caranguejos’, os colonizadores portugueses mereceram de cronistas seus contemporâneos críticas severas pela pouca afeição que tinham à terra, ocupando-se apenas de nela ‘fazer açúcares’.”(ABREU, 1998:167)

A ênfase na ocupação do litoral era tamanha que Tomé de Souza, governador geral no período de 1549 a 1553 “procurou impedir expedições para os sertões” chegando a embargar uma missão jesuítica que se propunha a tal projeto (ABREU,1998:167).

Isto marca a construção do Brasil de tal forma que, ainda hoje, é nas proximidades do litoral que se verifica a concentração da população e do capital: as principais cidades, indústrias, centros de poder e de saber. Uma parte majoritária da população brasileira se concentra em áreas que ficam numa distância máxima de cem quilômetros da costa.

As fronteiras entre sertão e litoral são, entretanto, intangíveis, não existindo limites precisos entre um e outro território. Pode-se identificar um ponto no espaço que é sertão e outro que, não sendo mais sertão, já se encontra no litoral, mas em que ponto exato terminam os domínios do sertão e têm início os domínios do litoral, é impossível precisar. A transição se faz com imbricações mútuas.

Além disso, as fronteiras entre o sertão e o litoral têm se mostrado móveis no tempo e no espaço. Associado à idéia de deserto e de atraso, o sertão vai “encolhendo” à medida que a outra realidade – marcada pelo espírito da modernidade - avança território adentro. Nesse “recolhimento”, o sertão vai sendo “desencantado” como afirma MORAES (2000). Mas deve-se considerar também que ele não se retira por completo; as farpas do sertão permanecem, confirmando a fala de Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa em “*Grande Sertão- Veredas*”, depois confirmada pelo meu informante, seu Zé Nilo, segundo a qual “o sertão está em toda parte”.

A construção do Brasil se dá através do avanço e ocupação do sertão.

Sendo assim, uma das vertentes não poderia deixar de ser a composta pelos cientistas sociais, muitos deles discutindo a relação entre a idéia de sertão e a construção da brasilidade.

Na perspectiva das ciências sociais, os diversos autores (MORAES, 2000, LIMA, 1999, VIDAL e SOUZA, 1997) identificam alguns pares de opostos, através dos quais, litoral e sertão são definidos, um em oposição ao outro: barbárie/ civilização, campo/ cidade, autenticidade/ copismo, brasilidade/ estrangeirismo, atraso/ modernidade, entre outros.

Conforme aponta LIMA (1999), pensamento social brasileiro foi marcado durante muito tempo por essa dualidade sertão/litoral, atuando de maneira persistente na construção da compreensão sobre o país. Segundo ela, nas leituras dos intelectuais sobre o sertão, este aparece de formas diferenciadas, embora predominem duas delas: numa perspectiva negativa, a idéia de sertão como atraso e barbárie, em oposição à civilização e modernidade do litoral; de outro lado, numa perspectiva positiva, a idéia de sertão como autêntica alma nacional, se contrapondo ao litoral, associado à cópia de modelos exteriores:

"a idéia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com a concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos". LIMA (1999: 17)

Apesar de uma das concepções assumir caráter de valoração positiva – a autenticidade (desejável) e a outra assumir valoração negativa – o atraso (indesejável), e de, no imaginário, se apresentarem como opostas, pode-se considerar, numa perspectiva dialética, que, a autenticidade cultural não se opõe, necessariamente ao atraso. As duas vertentes podem ser trabalhadas na busca da compreensão acerca do sertão e do Brasil.

Referindo-se aos textos e trechos sociográficos sobre o sertão, VIDAL E SOUZA (1997:51) identifica duas referências centrais: “sertão como morada de uma gente singular – sociedade sertaneja – e sertão como deserto – extensão geográfica não ocupada”. A mesma autora identifica o sertão como centralidade na construção da idéia de Brasil.

Segundo VIDAL E SOUZA (1997), na visão de Capistrano de Abreu, considerado um dos fundadores da escrita sobre o sertão, aparece a formação

da população sertaneja como fruto do encontro do branco (paulista) com o índio, bem como a construção da imagem de um sertão como local de liberdade, já que viviam “independentemente das autoridades da marinha”, e ainda do sertão como o *locus* da construção da brasilidade. Ainda de acordo com a mesma autora, Capistrano já falava das características da vida sertaneja, e falava dela como algo associado à criação de gado.

De acordo com a análise de VIDAL E SOUZA (1997:67), essa vida sertaneja teria sido identificada como a civilização do pastoreio de Werneck Sodré, que chegou a constituir uma forma de vida, de trabalho e de produção diferenciada (...) recortando o sertão do gado como diferença inegável no mapa social brasileiro. Para Sodré, esse personagem se caracteriza pela “determinação de liberdade e autonomia, a recusa ao domínio da ordem”, pela “insignificância do trabalho transformador sobre o substrato natural em que se reproduz”, pela rebeldia, ou, citando Werneck Sodré “... permanecem rebeldes às influências dessa mesma sociedade em cujo meio vivem. Divorciados dela, permanecem os bárbaros, os inconformados, infensos à autoridade, eternos fugitivos, inquietos, erradios”

VIDAL E SOUZA identifica, a partir da análise de documentos de autores como Nestor Duarte, uma percepção do sertão como “lugar e povo caracterizados por condições sócio-geográficas especiais”, nos dizeres de Werneck Sodré, “uma civilização *sui generis*”.

A visão negativa acerca dos sertanejos perpassa importantes olhares sobre o Brasil. SALES (1996) cita Caio Prado Junior, acerca dos homens do interior, extremamente depreciativo:

“ A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano residual, sobretudo mestiços do índio que conservam dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e indolentes. (PRADO JUNIOR, 1981:161 apud SALES, 1996: 57)

Numa perspectiva do sertão presente na literatura, tomamos ABREU (1998:169) que, analisando a idéia de sertão presente nas obras literárias, apresenta um grupo de autores (definidos por ela como “sertanejos) que apresentou em suas obras uma perspectiva valorativa acerca do sertão e de seus moradores, ora identificados com o *sertanejo*, ora com o *matuto*, o *caipira*, o *tabaréu*:

“a literatura sertaneja construía-se tendo por base a oposição campo \ cidade, com a valorização do primeiro termo sobre o segundo. O sertanejo era descrito como um tipo rude, primitivo, simples, mas, também, puro, autêntico, honesto, sincero.” ABREU (1998:186)

Ao mesmo tempo, esses escritores apresentavam visão negativa acerca da civilização e do progresso representados pelo não-sertão. Segundo eles, a novidade representada pelo “progresso” que vinha do litoral “aniquilava antigas tradições” (ABREU, 1998:193), corrompendo e destruindo a alma nacional representada pelo sertão.

Isso pode ser percebido, por exemplo, em texto de Machado de Assis, reproduzido por ABREU (1999), acerca do lançamento do livro de Coelho Neto intitulado ‘Sertão’. Machado de Assis traça o que, em sua concepção, seriam as características do sertão e nelas evidencia a contradição rural \ urbano:

“Os costumes são rudes e simples, agora amorosos, agora trágicos, as falas adequadas às pessoas, e as idéias não sobem da celebração natural do matuto. Histórias sertanejas dão acaso não sei que gosto de ir descansar, alguns dias, da polidez encantadora e alguma vez enganadora das cidades (...). Se achardes no Sertão muito sertão, lembrai-vos de que ele é infinito, e a vida ali não tem esta variedade que não nos faz ver que as casas são sempre as mesmas, e os homens não são outros.” (ASSIS, 1959- III:180)

E, ao se expressar a respeito de Canudos, no mesmo texto, revela a oposição barbárie \ civilização:

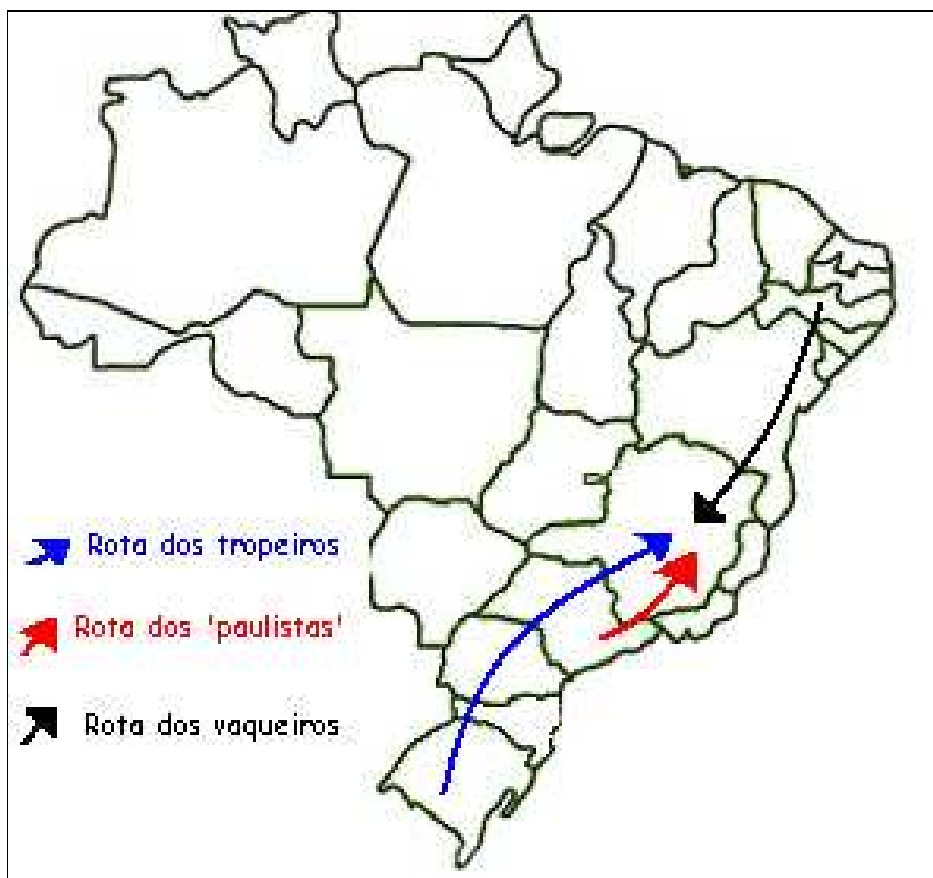
“Ora bem, quando acabar esta seita dos Canudos, talvez haja nela um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias. Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos daqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados (...).” (ASSIS, 1959- III:180)

O texto se refere aos sertanejos habitantes da caatinga. Na maior parte das vezes, a idéia de sertão está mais fortemente vinculada à caatinga e à região Nordeste do Brasil. O sertão mineiro terá lugar na literatura nacional e internacional com a obra de João Guimarães Rosa²⁶. O sertão das Minas Gerais é outro, é o sertão do cerrado. Entretanto, é bastante improvável que se tenha desenvolvido apartado do sertão nordestino e seus significados. Pelo contrário, entende-se o sertão mineiro fruto da confluência do sertão do Sul (os tropeiros) e do sertão do Nordeste (vaqueiros) com os paulistas do litoral (garimpeiros).

O croqui cartográfico a seguir demonstra a conjunção dessas levas de homens, culturas, objetivos, no centro de Minas Gerais.

²⁶ Nascido em Cordisburgo, Guimarães Rosa foi diplomata e escritor, chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras do Itamaraty; depois de viajar grande parte do mundo em sua profissão, volta à cidade natal, onde passa a viver e escreve suas obras. Em Cordisburgo, hoje, a casa do escritor é um museu aberto à visitação pública.

FIGURA 2- O sertão: encontro de diversas frentes



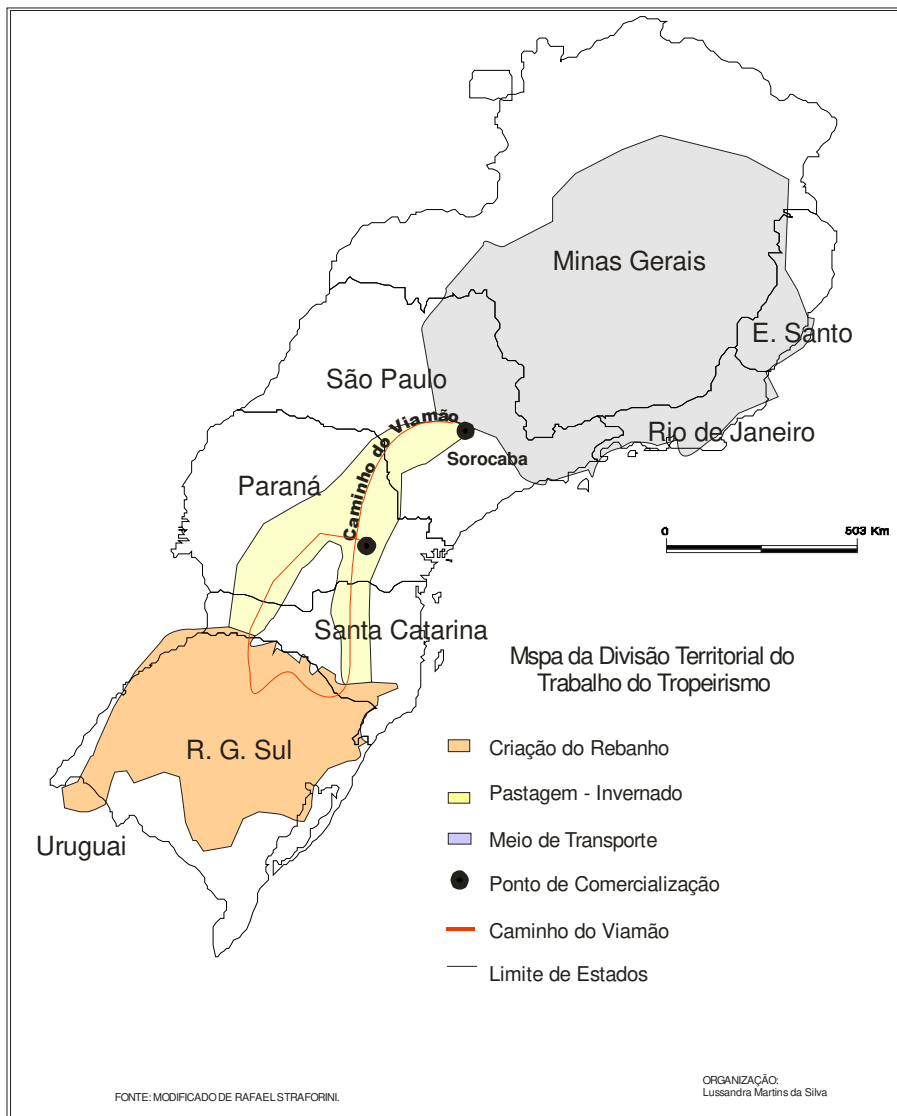
Fonte: SALES, Marli, 2007

Os vaqueiros nordestinos, na expansão da pecuária via incorporação de novas áreas se direcionaram para o sul, chegando até Minas Gerais, pelo vetor do rio São Francisco. Contribuindo para essa interpretação temos, em nossa área de pesquisa, a presença da utilização do vocábulo “*carrasca*” que denomina certa mata secundária composta por arbustos de galhos finos. O vocábulo está presente no sertão nordestino sendo uma vegetação xerófila formada por pequenas árvores e arbustos²⁷. Sua existência em Angueretá,

²⁷ Andrade-Lima (1978, citado por ARAÚJO et al, 1999:664) “referiu-se a um outro tipo vegetacional xerófilo, ocorrente no nordeste do Brasil, denominado ‘carrasco’ ou ‘catanduva’, com predomínio de formas sub-arbóreas e arbóreas de pequeno porte (3-4m) , em solos arenosos das chapadas da bacia do rio

pode ser interpretada como fruto da assimilação e conservação do vocábulo “carrasco²⁸” nordestino evidenciando a inter-relação entre esses dois sertões.

FIGURA 3 – Divisão territorial do trabalho do tropeirismo



Desenho: SILVA, Lussandra

Fonte: STRAFORINI (2001:25)

Parnaíba, no Piauí. Segundo este mesmo trabalho, os autores divergem quanto à identificação do carrasco como sendo uma formação vegetal individualizada ou se pertenceria à caatinga ou mesmo ao cerrado.

²⁸ Segundo CAMINHOA (1984) citado por RODRIGUES (2005:48) “a origem da palavra carrasqueiro introduzida no Brasil pelos antigos colonizadores portugueses, vem de carrasco, espécie de carvalho (*Quercus, coccifera L.*), planta que não possuímos, havendo, porém, uma outra, que dizem se parecer com aquela; o que não nos parece exato”. RODRIGUES ainda lembra que “talvez a semelhança entre o carvalho-mediterrâneo e o cerrado esteja na presença da cortiça encontrada naquela árvore e em várias espécies deste bioma”.

Como apresentado na figura 3, o deslocamento dos tropeiros do sul²⁹ se fazia em direção ao norte, associado às diferentes fases da sua produção, desde os campos de criação até os postos de comercialização.

A figura evidencia um vetor de deslocamento em direção ao norte, e indica a região onde os muares eram usados como meio de transporte, praticamente representada por uma grande área no interior das Minas Gerais.

Conforme demonstra Straforini (2001), ao longo do processo produtivo no 'tropeirismo', a divisão territorial do trabalho desenvolvia-se segundo as fases: criatório nos campos gaúchos, campos de pastagens alugados aos paranaenses na invernada e comercialização nas feiras de São Paulo, a partir de onde os animais eram distribuídos para o restante do país. Quando Straforini (2001) se refere ao restante dos pais, considere-se que o mercado majoritário era a região das Minas Gerais.

Até a década de 60 do século XX sertão era a denominação única para toda a área central, oeste e norte do Estado de Minas Gerais. Torna-se significativo que a denominação 'cerrado' se generalize no momento da ocupação dos "vazios" pela moderna agricultura. MORAES (2000) aponta a denominação "*cerrado*" como uma construção desenvolvida no contexto do discurso desenvolvimentista dos anos 70. Segundo esta autora, a construção da idéia de *cerrado* ocorre paralelamente à desconstrução da idéia de *sertão*.

Em nosso *locus* empírico, a expressão 'cerrados' começa a aparecer nos discursos oficiais quando se trata dos projetos referentes à modernização da área ou à divulgação destes projetos.

²⁹ O 'tropeirismo' teve seu grande desenvolvimento no século XVIII, incentivado pelo desenvolvimento da mineração em Minas Gerais.

Nos textos federais que se referem à modernização agrícola³⁰, essas áreas são referidas exclusivamente como ‘cerrados’ e associadas a áreas despovoadas, como evidenciado no texto apresentado no *site* do ministério da agricultura, se referindo aos objetivos do PRODECER - , um dos seus programas de desenvolvimento:

“face a conquista da região do Cerrado, permitir a ocupação de extensas áreas despovoadas, a ampliação da fronteira agrícola, a valorização do homem e sua fixação no campo” (BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2007).

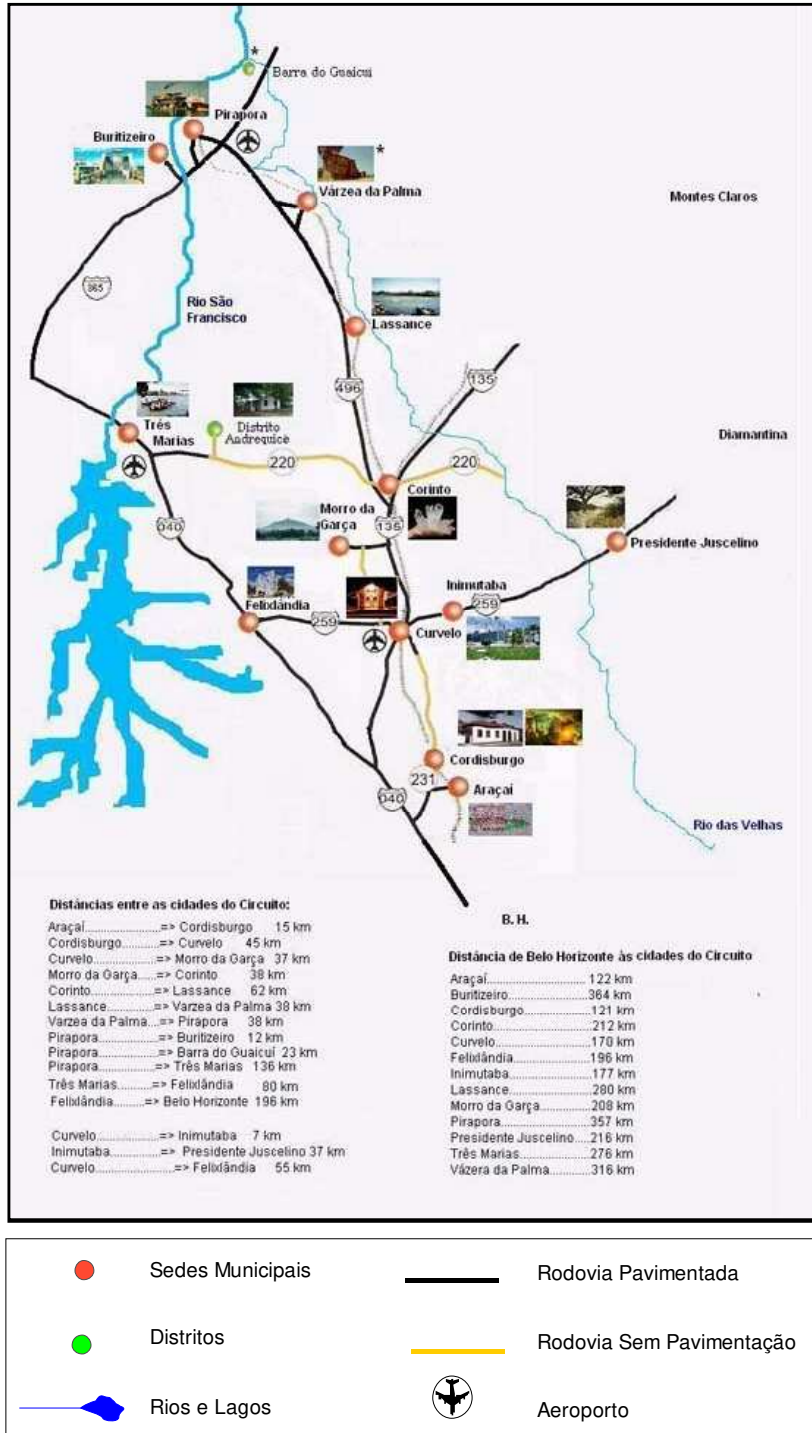
Por outro lado, o discurso não consegue se fazer homogêneo, mesmo em se tratando de discursos estatais. Fica evidente a construção, por parte das esferas de planejamento federais, de uma imagem de improdutividade e vazio a respeito dessas áreas, a negação do sertão. Entretanto, não se verifica o mesmo em relação aos discursos relativos às esferas estaduais e municipais do poder público. Nessas duas esferas, a identidade de sertão é preciosa, assumindo valoração positiva, e se sustenta não apenas na situação geográfica interior, mas principalmente, na construção literária de Guimarães Rosa a respeito do sertão e no valor histórico-cultural dado aos tropeiros na construção da identidade dos mineiros.

Foi criado um circuito turístico em torno disso, o circuito turístico “Guimarães Rosa”, do qual o município faz parte. Além de Curvelo, compõem o circuito diversos outros que estiveram associados à vida e, principalmente, à obra de Guimarães Rosa, pois o que os une é o fato de serem o palco das

³⁰ Denominamos “modernização agrícola” o processo de transformação das bases técnicas da agricultura brasileira, levada a efeito pela ação intensiva do Estado através, principalmente, de incentivos fiscais e financiamentos.

narrativas deste autor. O cartograma a seguir mostra a posição do município de Curvelo dentro deste circuito.

FIGURA 4 – Localização de Curvelo dentro do circuito turístico ‘Guimarães Rosa’

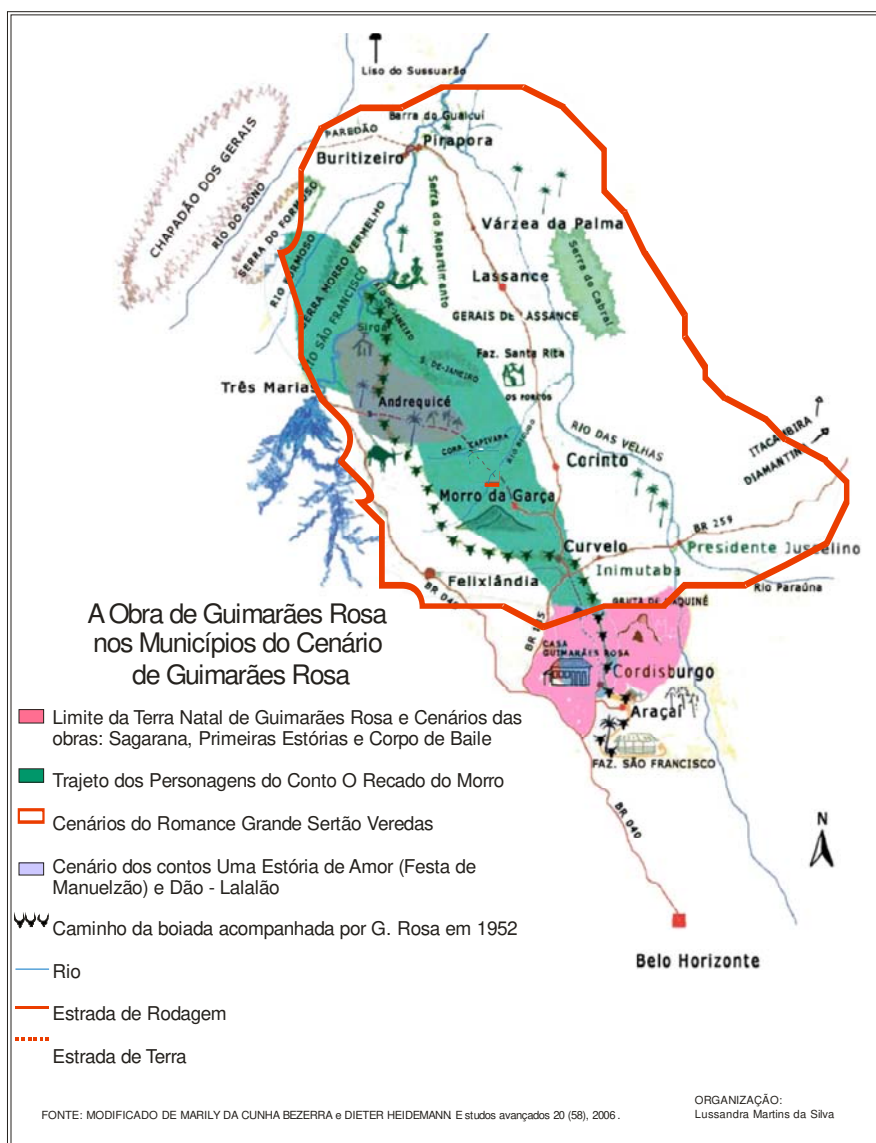


Legenda: SILVA, Lussandra
 Fonte: WWW.curveloportaldosertao.com.br

O *site* oficial de Curvelo informa:

“primeiro circuito baseado em literatura, é destinado àqueles que querem ver, no sertão mineiro, os cenários da obra e vida de João Guimarães Rosa. Pelos caminhos do sertão, apreciam-se o engenho e a arte de viver do sertanejo, o som das violas e do berrante, as festas tradicionais, cavalgadas e passeio de barco pelo Rio São Francisco”.

FIGURA 5 – Mapa da presença de Guimarães Rosa e sua obra no “circuito turístico Guimarães Rosa”



Organização: SALES, Marli

Estado e Município associam e divulgam a imagem da região como área de sertão. Isso se explica em parte pelo fato de que a principal obra literária sobre o sertão mineiro, *Grande Sertão – Veredas* de João Guimarães Rosa tem, como cenário, a região de Curvelo, que se situa há apenas cinqüenta quilômetros de Cordisburgo, cidade natal do escritor.

Através da obra de Guimarães, muito da paisagem e do homem do sertão mineiro, até então pouco discutido, foi desvelado. Esse fato tem sido incorporado local e regionalmente, tendo o governo estadual incentivado a criação de um Circuito Turístico que explora os locais que serviram de cenário para as obras de Guimarães Rosa.

A presença de Guimarães Rosa, sua obra e a imagem do sertão perpetuado por ele, são tão importantes nessa região que anualmente ocorre, em Cordisburgo, no mês de julho, a Semana Roseana. Trata-se de evento promovido pelos próprios moradores e pela administração municipal, mas que atualmente conta com apoio de verbas externas como empresas e o governo estadual³¹. No evento, além de seminários, exposições e lançamentos, são

³¹ Esse evento atrai estudiosos e admiradores de todo o Brasil e até mesmo do exterior. Tem duração de uma semana, com debates e exposições, sendo que o último dia, um domingo, é dedicado à encenações de trechos da obra de Guimarães no próprio local onde ocorreram. Num dos anos, o café coletivo ocorreu na estação ferroviária, em que foram oferecidos chá mate e chá de erva cidreira, uma erva colhida nos canteiros das casas, além de bolos, biscoitos e broinhas feitos pelas moradoras de Cordisburgo. Em seguida, na estação mesmo foi dramatizado o conto “Soroco, sua mãe e sua filha”³¹. Não são atores profissionais, mas amadores, moradores de Cordisburgo que organizaram o grupo de teatro denominado “Miguilim”³¹. Em seguida, os participantes percorreram, a pé, pequeno trecho até as proximidades da igreja para encenação de mais um trecho e após embarcaram em dois ônibus fretados pelos organizadores e mais alguns automóveis particulares e se dirigiram a um local mais distante, por uma estrada sem pavimentação, em bom estado de conservação, através de uma paisagem de cerrado bastante alterada. Chegando a um ponto onde o ônibus não podia mais seguir, todos desceram e caminharam até um ribeirão cujas margens Guimarães utilizou como cenário para o desafio entre Zé Bedelo e o Diabo na obra *Grande Sertão: Veredas*. Em seguida, continuaram a caminhada a pé pelos pastos e estradas até chegarem ao local onde se destacava na paisagem um pequiheiro grande e copado em cuja sombra aguardavam músicos locais que tocaram músicas regionais enquanto os participantes descansavam um pouco. A caminhada continuou até uma velha fazenda, onde havia sido armada uma grande mesa, sendo servido o almoço composto por cardápio da cozinha local.

feitas leituras e dramatizações da obra de Guimarães Rosa, no exato local em que ocorrem na ficção.

Verifica-se, portanto, que, na perspectiva dos atores políticos locais e regionais, e mesmo de muitos moradores da região, permanecem e são fortalecidas as vinculações com o sertão.

É oportuno indicar que o *site* oficial do município, além de ter o nome www.curveloportaldosertao.com.br³², faz várias associações com o sertão e com Guimarães Rosa, apresentando, inclusive um texto que reproduz trecho da obra *Grande Sertão-Veredas*, no qual o personagem Riobaldo se refere à cidade.

A visão positiva do sertão é incorporada pelo poder público local e regional, funciona como um conteúdo extra, à identificação do município com um espaço de investimentos, aberto à expansão do capital e repleto de promessas de lucro. A prefeitura municipal de Curvelo utiliza em suas campanhas de marketing sobre o município o pertencimento ao sertão com os seguintes dizeres: “Curvelo é mais! Curvelo terra de São Geraldo – Curvelo, capital mineira do forró – Curvelo, portal do sertão!” Essa incorporação pode ser vista já na rodovia que leva a Curvelo, assim que se atinge os limites do município, onde um grande painel anuncia: “Curvelo, portal do sertão”³³.

Por outro lado, fica evidente que quando o poder público local e regional associa a área ao sertão, não se trata mais do sertão vivido, mas do sertão re-significado. Sob a influência dos novos processos capitalistas, a idéia de sertão

³² O *site* oficial da prefeitura municipal de Curvelo tem nome muito semelhante ao do município de Feira de Santana na Bahia, cuja página é www.portaldosertao.com.br.

³³ Ocorre que a ênfase no pertencimento ao sertão pode significar também uma estratégia para captação de verbas.

é capturada e incorporada aos discursos sobre aquele território e, mais uma vez, transfigurada em seu significado. Trata-se já de uma nova construção a respeito do sertão, que, apropriado por esse novo discurso adquire novas funções: o sertão é agora transformado em mercadoria, antes de tudo, turística.

Tais indicações levam à interpretação de que, nos discursos atuais, não existe uma perspectiva unívoca, a representar Curvelo como área de sertão ou cerrado. São, outrossim, identidades que se imbricam no campo de forças estabelecido a partir da introdução das novas ordens associadas ao processo de modernização agrícola na área.

Territorialidades

Como vimos, em função da diversidade paisagística do Domínio do cerrado, é desenvolvida uma territorialidade específica pelas populações tradicionais, *os geraizeiros*³⁴, tanto no que se refere aos tipos de usos (pecuária, agricultura, coleta de frutos e outros recursos) quanto à natureza da apropriação dessas áreas (coletivas, privadas).

Território é um termo polissêmico, tanto quanto os demais de que tratamos até o presente. Trata-se de um conceito antigo, oriundo das ciências biológicas, dos estudos das comunidades e utilizado de formas diversas pelas mais variadas áreas do conhecimento.

HAESBAERT (2006) aponta os diferentes enfoques que o conceito de território recebe em cada área do conhecimento. Assim,

³⁴ Geraizeiros são as populações tradicionais que vivem no cerrado e utilizam os recursos do cerrado.

“enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve [ria] incluir a interação sociedade-natureza); a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.” HAESBAERT (2006:37)

Nas ciências humanas e sociais, o conceito persistiu por muito tempo estreitamente ligado à noção de ‘território nacional’, evocando estreita ligação com o Estado, a quem caberia sua gestão. Mesmo nas abordagens mais recentes, o conceito de território esteve quase sempre ligado ao substrato material trazido por essa concepção.

Segundo SOUZA (1999) a única ciência que teria “escapado” desse reducionismo teria sido a Antropologia, cujos

“estudos sobre ‘tribos urbanas’ e grupos sociais diversos (minorias étnicas, prostitutas, homossexuais etc.) e seus territórios se têm mostrado como importantes contribuições para uma ampliação dos horizontes conceituais e teóricos.” SOUZA (1999:82)

A associação de território a ‘território nacional’ é pertinente, mas reducionista e obscurece uma imensa gama de possibilidades interpretativas geradas por essa categoria.

Não se exclui a idéia presente em ‘território nacional’, com sua dimensão política e cultural, mas acrescentam-se novos elementos, que trazem a

possibilidade da análise em várias escalas e descolada da materialidade absoluta. Nessa abordagem o território será um

“campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 1999:86).

No território, “o espaço material, concreto, torna-se uma mediação na construção das relações de poder” (HAESBAERT & LIMONAD 1999:9) Através das relações de poder, o homem, em sociedade, constrói territórios sobre o espaço. Como esclarece SOUZA (1995:78), em se tratando de território, a questão crucial é “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço” ficando, em plano secundário, aspectos ligados às suas características físicas, ou mesmo às identificações e ligações afetivas desenvolvidas em relação a ele por determinado grupo social. RAFFESTIN (1992 citado por HAESBAERT & LIMONAD, 1999:9) “propõe uma distinção, da qual nem todos partilham, entre espaço, prisão original, primeira dos homens, e território, a prisão que os homens constroem para si”. Para Raffestin, o espaço é anterior ao território, concepção também partilhada por esta pesquisadora.

SOUZA (1995) é um daqueles a fazer ressalvas a esta idéia, considerando que Raffestin praticamente reduz espaço a espaço natural, enquanto que território, de fato, torna-se, automaticamente quase espaço social, empobrecendo, assim, o arsenal conceitual à nossa disposição e não desenvolvendo a perspectiva relacional a que o autor se propõe.

Para HAESBAERT & LIMONAD (1999) o território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade.

“O território é sempre, e continuamente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído, como o caso de uma *cidade fantasma* no deserto americano, exemplificado por SOUZA).” HAESBAERT & LIMONAD (1999: 10)

Segundo estes mesmos autores, a noção de território deve partir dos seguintes pressupostos:

“ - primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos; o segundo é muito mais amplo que o primeiro.

- o território é uma construção histórica, e portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, *natureza*).

- o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que propomos denominar de *constância, apropriação subjetiva* ou mesmo, em alguns casos, *identidade territorial*, e uma dimensão mais objetiva, que propomos denominar de *dominação do espaço num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica.*” HAESBAERT & LIMONAD (1999: 10)

Outro aspecto que se destaca é que o conceito amplamente utilizado anteriormente trazia também uma restrição horizontal às interpenetrações dos territórios - uma vez que se apresentavam contíguos uns em relação aos outros, além apresentar certa fixidez - já que os territórios nacionais possuem uma dinâmica muito lenta de alteração dos seus limites. Na abordagem presente, os territórios podem apresentar simultaneidades e interpenetrações, tornam-se muito mais fluidos, além de poderem se constituir em regiões ou em

redes - territórios-zona e territórios-rede, nos dizeres de HAESBAERT (2006:32).

Entretanto, a idéia de associar as categorias de território e de redes não é ainda aceita por grande número de geógrafos. BADIE (1995), somente para citar um deles, contrapõe rigorosamente território e redes. Para os autores que concordam com HAESBAERT & LIMONAD (1999), a simbiose entre redes e território é tal que praticamente desaparece a especificidade das redes no interior dos territórios.

Esta pesquisadora prefere entender que as redes podem ser identificadas como uma das formas do território, ou seja, em algumas situações os territórios apresentam a morfologia de redes, em outros, de regiões.

BONNE-MAISON (1981) já corroborava essa compreensão, afirmando que:

Um território antes de ser uma fronteira é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. (...) A territorialização (...) engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários, quanto os lugares." BONNE-MAISON (1981: 253-254)

Diante da diversidade de abordagens e da polissemia do termo, é preciso considerar a historicidade e a diversidade de matrizes da noção de território a fim de prevenir contradições e equívocos. A obra *O Mito da Desterritorialização* de Rogério Haesbaert (2006) é, sem dúvida alguma, importante referência para a compreensão e operacionalização com a categoria território. Fruto de seu pós-doutoramento em Londres, o livro apresenta uma análise cuidadosa e incansável da obra e do pensamento de

praticamente todos os principais autores que se debruçaram sobre o tema do 'território'.

Nessa obra, o autor revê uma abordagem anterior que vinha desenvolvendo em diversos de seus artigos, na qual considerava que as várias noções acerca do território poderiam ser agrupadas segundo quatro vertentes: a vertente política, a vertente cultural, a vertente econômica (estas três noções citadas anteriormente seriam as noções básicas de território) e ainda uma interpretação naturalista.

A vertente política da noção de território tem como referência as relações de poder. A vertente cultural, segundo HAESBAERT, muitas vezes culturalista, pode também ser denominada simbólico-cultural e prioriza “a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. A dimensão econômica segundo o mesmo autor, uma vertente muitas vezes economicista, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como “fonte de recursos” e/ ou “incorporado ao embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo”. (HAESBAERT, 2006:40).

A vertente natural foi incorporada posteriormente, segundo o mesmo HAESBAERT, nessa tipologia; muito pouco veiculada hoje nas ciências sociais, trata-se, todavia, da mais antiga de todas. Nela, se utiliza uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza.

Em *O Mito da Desterritorialização* Haesbaert aponta uma outra abordagem, construída a partir da fundamentação filosófica de cada

abordagem. Assim, identifica dois grupos de concepções: i) o baseado no binômio materialismo-idealismo e ii) o baseado no binômio espaço-tempo.

O primeiro se desdobra em duas outras perspectivas: “a visão que denominamos ‘parcial’ de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a ‘natural’, a econômica, a política ou a cultural)” e a visão integradora, “em resposta a problemáticas que, ‘condensadas’ através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas”.

O segundo, na visão de Haesbaert, também se desdobra em dois sentidos: de um lado,

“o seu caráter mais absoluto ou relacional, seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como ‘coisa’ ou objeto) e social-histórica (como relação). De outro lado, sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s). HAESBAERT, 2006:41)

O autor acaba concluindo que é possível uma perspectiva integradora do território, que abranja as diferentes dimensões sociais.

HAESBAERT (2006) inclui a perspectiva de Milton Santos - um dos autores que inscreveram com mais pertinência a discussão dos territórios na Geografia contemporânea - na vertente econômica. Tal inclusão se fundamenta quase exclusivamente na análise do texto *O retorno do Território* de 1994 quando Milton Santos define, no primeiro parágrafo do texto que “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. HAESBAERT entende esse “uso” como sendo predominantemente econômico, mas isto não foi assinalado por SANTOS em momento algum de sua obra.

Pelo contrário, no mesmo parágrafo do citado texto, Santos já define: “O que ele [território] tem de permanente é ser nosso quadro de vida”.

Nesta pesquisa, adota-se a mesma perspectiva integradora, considerando o território

“como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).”HAESBAERT (2006: 235).

A partir do conceito atribuído ao território, desenvolve-se o conceito de territorialidade, territorialização e, o mais recentemente desenvolvido, desterritorialização.

Territorializar, em sentido estrito, é inscrever-se no território. Para HAESBAERT (2006: 339) territorialização poderia ser definido como

“as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico”.

Nessa perspectiva, não existe indivíduo ou grupo social sem território, ou seja, sem “relação de dominação e/ou apropriação do espaço”, a qual pode se dar tanto na dimensão material quanto simbólica.

Território e territorialização são indissociáveis. Como também indissociável é a desterritorialização. Para HAESBAERT (2006:143) desterritorialização seria mesmo “ a 'outra metade' da dinâmica da territorialização” .

Segundo ele, a desterritorialização esteve sempre presente ao longo da história humana embora sejam relativamente recentes a utilização do termo e o debate sobre o mesmo. Isso somente se faria perceber já na década de 90

do século XX, “relacionado ao que muitos denominaram o advento de uma ‘condição da pós-modernidade’ .” HAESBAERT (2006:144)

O mesmo autor esclarece que a desterritorialização tem sido tratada segundo três dimensões sociais, a saber: a econômica, a política e a perspectiva simbólica ou cultural; cada uma delas vinculada a uma concepção de território.

A perspectiva econômica é a menos freqüente, aparecendo muitas vezes sob outros rótulos como “fragmentação” e “fragilização” . O termo globalização também tem sido associado, por muitos autores, direta ou indiretamente, a processos de desterritorialização. Conforme HAESBAERT (2006),

“seria sobretudo através das relações econômicas capitalistas, especialmente no que se convencionou chamar de globalização econômica e, mais enfaticamente, no campo financeiro e nas atividades mais diretamente ligadas ao ‘ciberespaço’, que se dariam os principais mecanismos de destruição de barreiras ou de ‘fixações territoriais”. HAESBAERT (2006:173).

Ainda de acordo com HAESBAERT (2006), a desterritorialização, sob o ponto de vista econômico pode ser vista sob três perspectivas: i) num sentido amplo em que pode ser vista praticamente como correspondendo a globalização, ii) num sentido um pouco mais restrito, relacionada especificamente ao capitalismo pós-fordista (ou capitalismo de acumulação flexível) que enfraqueceu as bases espaciais e iii) de forma ainda mais restrita, associada ao setor financeiro da economia globalizada.

A perspectiva política da desterritorialização é a que mais recebe enfoque, uma vez que a visão mais difundida de território entende-o na relação

entre poder e espaço ou ainda, espaço e soberania estatal (na acepção de território nacional). Nessa perspectiva o estado aparece tanto quanto agente territorializador quanto desterritorializador. Seu papel territorializador se dá no exercício do poder sobre o território, regulando e controlando fluxos de várias ordens (população, mercadoria, dinheiro, capital...). Seu papel desterritorializador evidencia-se já desde a sua fundação, uma vez que o faz pela

“desterritorialização das comunidades pré-capitalistas, destruindo seus agenciamentos, seus territórios e substitui o princípio da imanência (a terra como corpo pleno onde as sociedades pré-capitalistas se territorializam) pelo sentido da transcendência onde o Déspota Divino assume todos os princípios da organização do *socius*.” (HAESBAERT, 2006: 195).

Na interface dos processos políticos e econômicos, temos que os processos mais recentes de desenvolvimento do capitalismo afetam o poder de territorializador e desterritorializador do estado, na medida em que redefinem o poder desse estado e mesmo sua configuração — se lembrarmos do desenvolvimento das configurações supranacionais de poder jurídico.

Na perspectiva cultural, a desterritorialização aparece, evidentemente, vinculada aos aspectos econômicos e políticos — não se faz isolada. Desterritorialização, neste sentido trata da dimensão cultural que “sempre se fez presente nos processos de formação do território”. (HAESBAERT, 2006: 215). Este autor propõe mesmo uma abordagem do conceito de desterritorialização a partir dos diferentes níveis de interação cultural:

“teríamos territórios culturalmente mais fechados — cujos grupos poderiam ser vistos, ao mesmo tempo, como territorializados (internamente) e desterritorializados (na relação com grupos de outros territórios, deles excluídos) , e dos territórios culturalmente mais híbridos, no sentido

de permitirem/facilitarem o diálogo, a intercultural, quem sabe até possibilitando a emergência de novas formas, múltiplas, de identificação cultural. (HAESBAERT, 2006: 229)

Ainda de acordo com este autor, é importante a diferenciação entre abordagens que o tema recebe, existindo um grupo de autores que consideram a hibridização como evidência de desterritorialização e outro grupo que considera como neoterritorializações. Nesta pesquisa trabalhamos com a idéia de que as desterritorializações são sucedidas por definições de novas territorialidades, isto é reterritorializações, dando origem a territorialidades múltiplas, numa perspectiva que mais se aproxima do último que do primeiro grupo de pensadores.

Para HAESBAERT (2006), a hibridização, vista como agente de territorialização tanto quanto de desterritorialização somente pode ser entendida quando contextualizada geográfica e historicamente:

“se no passado colonial era as áreas periféricas que sofriam a mais acentuada hibridização, num processo muitas vezes forçado e sem muitas opções, são agora os próprios países centrais eu, voluntária ou involuntariamente, mas quase sempre de modo positivo para suas economias, vivenciam de forma mais direta a diversidade cultural. (...) as migrações, neste sentido, têm papel fundamental.” (HAESBAERT 2006:232).

Discutindo a multiterritorialidade, este autor considera que as territorialidades contínuas e únicas estariam dando lugar ao “mundo das múltiplas territorialidades, ativadas de acordo com os interesses, o momento e o lugar em que nos encontramos”. (HAESBAERT, 2006:337). Ele considera a multiterritorialidade a forma dominante, contemporânea da reterritorialização a que “muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização”. As formas antigas de território não foram excluídas mas, encontram-se presentes

“formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial”(HAESBAERT, 2006:338)

CAPÍTULO II – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO SERTÃO MINEIRO

A ocupação do sertão mineiro

Nesta tese trabalham-se, mais detidamente, as transformações verificadas em Angueretá, no período posterior aos anos 70 do século XX. Entretanto, não se pode deixar de tratar, numa perspectiva mais ampla, os processos históricos de construção do espaço do sertão mineiro. Esses processos demonstram que o sertão mineiro tem sido, desde sua fundação, espaço de dinamismo intenso, *locus* de transformação, alvo de invasões e da chegada de estrangeiros. As transformações verificadas no contexto da modernização agrícola são únicas, mas fazem parte de um processo de dinamismo que remonta à própria construção deste território.

Tratamos de uma área de ocupação muito antiga. As primeiras incursões pelo sertão ocorrem ainda na primeira metade do século XVI, correspondendo às estratégias de ocupação e domínio do território brasileiro levadas a efeito pela Coroa Portuguesa.

Desde este início, a visão que os colonizadores desenvolveram a respeito dos habitantes do sertão apresentava forte conteúdo de marginalidade e residualidade, a começar pela denominação dada à maior parte dos indígenas que dominava o interior: Tapuia (inimigos contrários), segundo DANTAS, SAMPAIO e CARVALHO (1992). SCHETTINO (1995:50) cita a etimologia da palavra *Tapuia* utilizada pelos portugueses para designar os “índios do sertão”, segundo a qual, a palavra seria formada da seguinte junção: **taba** (ou tama) que significa aldeia e **puir**, que significa fugir. Logo, “o que foge da aldeia, do país”.

“Tapuias eram os índios do sertão, das regiões onde a colonização portuguesa não se firmara nem prosperara intensamente. Os Tapuias representaram, no imaginário colonial e imperial, índios arredios...” SCHETTINO (1995:50)

O contato com os Tapuia não foi marcado pelas mesmas facilidades que com os indígenas da costa (os Tupi) já que “impunham uma presença fugaz e estonteante diversidade idiomática (DANTAS, SAMPAIO e CARVALHO:1992). CARDIM (1978), citado por estes autores, se refere aos Tapuia como “muito andeijos”.

No sertão mineiro, a mobilidade no padrão de ocupação do território pode ser identificada através da agricultura praticada, denominada de *coivara* . a qual se caracterizava pelo cultivo da terra por algum tempo e seu abandono posterior. Essa forma de uso dos recursos da natureza dentro do território fazia com que, com o tempo, acabassem voltando para as áreas anteriormente abandonadas, geralmente em torno de 7 anos após³⁵. A mobilidade era voltada

³⁵ Esta forma de uso da terra agricultável, permaneceu como forma tradicional de manejo do solo em várias partes do Brasil, não somente em Minas Gerais e no interior do país,

para dentro, não levava à saída do sertão. O padrão de ocupação indígena das áreas do cerrado era nômade, fato que recebeu destaque nas narrativas dos viajantes que cruzaram este território. Acerca dos indígenas do “Sertão dos Cataguá”, Wilhelm GLIMMER, membro da primeira bandeira a adentrar o “Sertão dos Gerais”, relata:

“nenhum terreno cultivado avistamos, não encontramos vivalma, unicamente aqui e ali algumas ruínas de aldeias, nada de víveres, a não ser a grama e alguns frutos silvestres (...) por estes sertões vagueiam alguns bárbaros, com suas mulheres e filhos, sem habitação fixa (...)”. (BARREIROS, 1984:21)

O que se destaca dessas informações é o sertão como espaço de mobilidade e deslocamento, mas uma mobilidade e um deslocamento circunscritos ao seu território voltados para dentro de si mesmo, não para fora.

O movimento de ocupação se direciona para Minas Gerais a partir do fenômeno das bandeiras, expedições particulares de exploração do território, organizadas a partir de Piratininga, hoje São Paulo. Inicialmente, visavam o aprisionamento dos indígenas e se norteavam pela localização dos aldeamentos jesuítas, que reuniam centenas deles, predominantemente do povo guarani. Foi uma primeira invasão do espaço, que também significava o encontro de duas racionalidades. O território em questão possuía uma pré-história, estando ocupado há pelo menos 13.000 anos. A chegada dos

demonstrando-se extremamente adequada do ponto de vista da preservação dos solos. Nos últimos anos tem sido inibida em virtude do Decreto nº 750, de 10/02/93 que visando preservar a vegetação, ameaça a agricultura migratória das comunidades tradicionais. O Decreto dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração de Mata Atlântica. Isto forçou os agricultores caiçaras a alterar sua sistemática de manejo pois se esperassem sete anos para retornar ao uso da terra, seriam multados quando da retirada da vegetação. A partir desta legislação, o pousio passou a ser feito em menor tempo, raramente ultrapassando 3 anos, período em que as árvores presentes na regeneração vegetal, normalmente, começam a ultrapassar 5 cm de diâmetro de tronco, ponto no qual os órgãos de fiscalização passam a considerar a área como intocável.

'paulistas' gerou uma série de rupturas na ordem territorial e na cultura das diversas etnias indígenas que habitavam essa área, introduziu novos elementos em sua cosmologia e exigiu a criação de uma nova rede de interações entre esses povos. Além disso, como evidencia SALES (1993) em relação ao povo Guarani,

“Sua ação teve como resultado uma diminuição demográfica extremamente forte na população guarani, a alteração de sua distribuição espacial, espalhando os Guarani por todo o território do atual Estado de São Paulo, de sua sociedade se tornaram elementos fundamentais.” SALES (1993:17)

Esta chegada traz também alterações nas concepções e nos interesses da metrópole em relação àquelas áreas que, até então haviam despertado pouco interesse.

Antes, portanto do desenvolvimento da mineração, o espaço já se fazia incorporar aos processos econômicos da colônia, como ressalta OLIVEIRA (2005):

“Cabe ressaltar, contudo, que o *Sertão dos Goitacases*, no período que antecedeu à fixação dos povos nesta região, em decorrência da descoberta do ouro, já havia sido devassado por duas atividades econômicas distintas: a de apresamento de índios, feita pelos paulistas, constituindo-se uma forma secundária de fornecimento de cativos para a *plantation* em momentos de crise – problemas de tráfico, queda dos preços de açúcar, baixa dos preços deste último, variações climáticas ou pragas que matassem um grande número de escravos – e pela pecuária instalada na região norte de Minas. Esta última era ligada à economia agro-exportadora, voltando-se para o abastecimento dos núcleos urbanos, o provimento de força motriz e meio de transporte da economia açucareira, além de fornecer-lhe embalagens e fardos, através da utilização do couro. (OLIVEIRA, 2005:78)

A partir do século XVII, os bandeirantes voltaram seus interesses na busca das pedras preciosas. O espaço que hoje é Minas Gerais era identificado, em sua totalidade, como sertão, no período colonial. Segundo ABREU (1998:168)

“Em 1674, Fernão dias Pais, juntamente com Manuel da Borba Gato, saiu de São Paulo em direção ao interior, em busca de prata e esmeralda e, embora só tenha encontrado pedras verdes sem grande valor, sua bandeira desbravou o caminho para o encontro, pouco mais tarde, do que seria a rica região das Minas. Praticamente na mesma época saiu de São Paulo Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, passando por Goiás rumo ao Brasil central onde mais tarde, também se acharia ouro.”

A ocupação dessas áreas ocorrerá no encontro de três frentes de deslocamento: dos bandeirantes que vinham de São Paulo com destino ao norte, e dos nordestinos que desciam em direção ao sul desenvolvendo a pecuária e, já no século XVIII, dos tropeiros vindos do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo e às áreas mineradoras onde comercializavam seus muares, como mencionado anteriormente.

A descoberta do ouro acelera o processo de ocupação produzindo uma inversão populacional e configurando um grande surto de urbanização em torno da atividade mineradora. Como aponta Straforini,

“a descoberta do ouro no interior de Minas Gerais a partir do início do século XVIII, provocou um grande movimento migratório para essa região, proporcionando o despovoamento dos primeiros núcleos coloniais, principalmente das capitais das províncias, do sertão nordestino e do litoral açucareiro.” (Straforini, 2001:21)

A centralidade se desloca para o interior de Minas Gerais, que converte em sertão as demais áreas da colônia. Nos dizeres de ANTONIL:

“Cada ano vem nas frotas quantidade de Portugueses, e de estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brazil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos Índios de que os paulistas se servem. A mistura he de toda a condição de pessoas...”
ANTONIL(1950:225)

A rapidez e a profundidade das transformações que ocorrem então podem ser comparadas com as que se verificam no presente. São transformações materiais e simbólicas que também transformam as territorialidades, como se verifica no período posterior a 1970. Nos processos verificados no século XVIII há, tal como nos atuais, uma inversão dos deslocamentos populacionais, desviados das antigas fronteiras. Da mesma forma, inserem a área em novos circuitos de produção e circulação de mercadorias, idéias e pessoas.

Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto em MG), distante de Curvelo 24 léguas³⁶ (MATOS: 1981), foi o centro desse processo, identificado por alguns autores como uma verdadeira ‘civilização do ouro’. A intensidade das transformações desse período era tal que, em poucas décadas atingiu a marca de cem mil habitantes, configurando, se não, como afirma LUCCHESI (2004), “a primeira experiência verdadeiramente urbana do Brasil”, pelo menos o mais próximo do urbano que o Brasil ou mesmo a América já tinham visto.

As igrejas barrocas ainda hoje demonstram o fausto dessa sociedade e, a Inconfidência Mineira reflete a sintonia com as idéias científicas e filosóficas da época desenvolvidas na Europa, e na América do Norte.

"o esboço da divisão do trabalho e o aparecimento de profissões liberais, de uma magistratura, de uma milícia retiram à cidade - a Vila Rica, o Rio dos vice-reis - o seu antigo aspecto de mero satélite do mundo rural. Nos

³⁶ Uma légua equivale a sete quilômetros.

colégios religiosos citadinos se educam, antes de seguir para Coimbra, clérigos e bacharéis abertos às idéias francesas, ao enciclopedismo progressista, aliado na Península ao despotismo reformador"(Guilherme Merquior (1977: 24), *apud* LUCCHESI, 2004)

O que ocorre nesse período demonstra que os sertões das Gerais já haviam conhecido, em sua evolução histórica, momentos de intenso dinamismo e transformação.

Este processo de ocupação do espaço evidencia também uma hipótese que esta pesquisa pretende discutir que é a contradição representada por este sertão que, ao contrário do sertão nordestino, já nasce sob o signo da modernidade.

As interpretações historiográficas acerca do Brasil colônia voltam-se para o que ocorre nas Minas Gerais e re-interpretam os modelos acerca do Brasil colonial, identificando uma autonomia econômica baseada na produção voltada para o mercado interno que não sofria os revezes das oscilações dos produtos de exportação³⁷.

Estas mesmas releituras da historiografia demonstra a diversidade da economia desenvolvida na Capitania de Minas no período colonial:

“Foi corrente a idéia de que a Capitania de Minas, que se protagonizou pela extração de minerais e pedras preciosas, manteve por tal motivo, em sua dinâmica econômica, um alto grau de especialização que lhe impossibilitou ter outras atividades econômicas que não a extração mineral. Hoje sabe-se que Minas comportou uma ampla paisagem econômica. Para além de mineradora, também era agrícola e pastoril e, no limite, têxtil” (OLIVEIRA, 2005:19)

³⁷ Ciro Flamarion Cardoso é um dos autores que desenvolvem essa nova abordagem.

Num estudo sobre a fisionomia das cidades mineradoras, MONTE-MÓR (2001) aponta diversos traços de modernidade na formação espontânea dessas cidades, a começar pela escolha do sítio urbano (espaço físico da instalação de uma cidade):

“buscando sítios privilegiados por acidentes geográficos que facilitassem os deslocamentos regionais, os arraiais eram também definidos localmente pelo cuidado lusitano na escolha do sítio urbano, garantindo a elevação, o descortínio e a salubridade”. MONTE-MÓR (2001:2)

Além disso, como afirma BANDEIRA (1963), a estrutura da cidade, apresentava indicadores do ideal moderno de urbanismo:

“a presença de 18 chafarizes e 10 pontes em Ouro Preto, construídos durante o século XVIII, dão conta da preocupação com o abastecimento de água, e com aspectos da higiene pública e pessoal, que são dignos de registro, sobretudo pelo que destoam do panorama colonial brasileiro”. (BANDEIRA, 1963 citado por PAULA, 2000:45)

Como lembra HOLANDA, citado por PAULA:

“ As Minas Gerais, dizia com efeito Silva Pontes, nos últimos anos do século XVIII, são hoje no continente de nossa América o país das comodidades da vida, e só o ouro o fez assim.” (HOLANDA, 1960, P. 293 apud PAULA, 2000 p. 65)

Da mesma forma, a presença da rua Direita, “herança portuguesa tão encontrada nas cidades mineiras, reflete as tentativas de normatização e ordenação desse espaço urbano em formação”(MONTE-MOR, 2001:3), e demonstram a presença da razão moderna nas cidades de Minas Gerais.

A idéia de uma modernidade na gênese de Minas Gerais já foi discutida por outros autores. PAULA (2000) identifica a constituição de “um efetivo *ethos* urbano e moderno” nas Minas Gerais do século XVIII, desenvolvido a partir do

ouro. Este autor discute as especificidades da modernidade em Minas, destacando, particularmente

“a forma como se impuseram um sistema urbano, um sistema estatal, um sistema cultural, um sistema religioso e um sistema monetário-mercantil.” (PAULA, 2000:12)

Para este autor, a modernidade foi, não apenas transplantada em Minas Gerais mas, também, apropriada e aculturada, mantendo sintonias com a modernidade ocidental. Disso resulta a rapidez com que as composições musicais européias chegavam até aqui³⁸, ou a sintonia com os ideais liberais desenvolvidas pelos Inconfidentes ou até mesmo seu contato com Jefferson, na América do Norte.

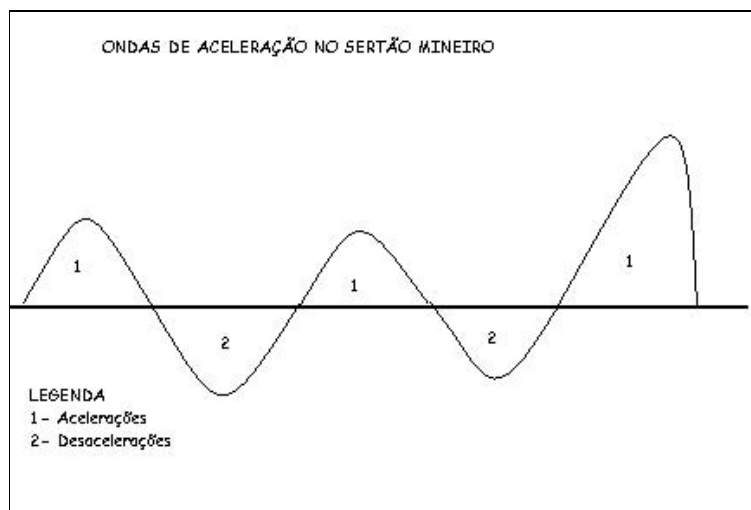
“ Uma paisagem cultural, uma civilização urbana, a cultura barroca tal como aclimatada pelo gênio e pelas circunstâncias ds gentes da terra. Um Barroco que, em lugar de ser a expressão dos interesses do Absolutismo e da Contra-Reforma, foi, nas Minas Gerais, expressão da liberdade criativa” (MACHADO, 1973, apud PAULA, 2000:46)

É desejável dizer que não se trata de uma modernidade absoluta mas fragmentada e interrompida.

A figura a seguir (figura 6) representa a sucessão no tempo dos movimentos de aceleração e desaceleração do novo (e do dinamismo) no espaço do sertão mineiro, que comanda a substituição dos processos.

³⁸ “ a execução, nos confins de Minas, pro músicos da terra, mulatos, em Diamantina, de peças de Haydn, Mozart, poucos meses depois de compostas. PAULA, 2000:22.

FIGURA 6 – Ondas de aceleração no sertão mineiro



Autor: Sales, Marli

O que pretendemos demonstrar até aqui é que o sertão de Curvelo, situado na confluência de diversos movimentos, e interconectando diversos espaços – Ouro Preto, Diamantina, os sertões de “Goiaz”, a região de Piratininga (os paulistas) o Sul (os tropeiros do sul), e o Nordeste (os vaqueiros do nordeste) – configura-se como um espaço onde desde muito cedo foram formatadas as condições históricas e sociais de um vir-a-ser aberto, no sentido da incorporação do novo. Os elementos até aqui apontados indicam a impossibilidade de associação imediata do sertão mineiro com a idéia de atraso e isolamento, denotando sim, que o sertão mineiro é único, bastante diverso dos outros sertões. Faz-se preciso lembrar, portanto, que não existe apenas um sertão, mas vários.

Ao final do século XVIII, a mineração que tinha tido no decorrer deste século seu período áureo, já se apresenta em decadência. Tal decadência, contudo não trouxe a ruína para a Província, como alguns autores interpretaram. Segundo os mesmos, a atividade pastoril, inclusive, teria sua existência condicionada às necessidades da atividade mineradora, e também

teria decaído com o fim do período áureo da mineração do ouro e do diamante.

OLIVEIRA (2005) afirma que, pelo contrário

“... a região, mesmo após os meados do século XVIII, permaneceu próspera. Isso é atestado pelo aumento da população da Capitania, numa prova de que comportava, em seus limites, atividades econômicas capazes de suportar a queda da extração mineral, permitindo um razoável crescimento demográfico”. (OLIVEIRA, 2005:85)

De acordo este mesmo autor, além de apresentar grande diversidade econômica na época, as atividades não-mineradoras da capitania possuíam grande representatividade.

Evidencia-se uma construção do espaço que se faz através da organização autônoma seja política, seja econômica no sertão mineiro.

Curvelo, portal do sertão

O município de Curvelo recebe a denominação de portal do sertão, como vimos, associado a uma valorização da história e da cultura local, bem como da representatividade da obra de Guimarães Rosa sobre esses ‘sertões’.

Como igualmente já foi dito, sua posição geográfica tornou-o, no passado, e hoje mais que nunca, passagem obrigatória para diversos pontos do território mineiro e brasileiro.

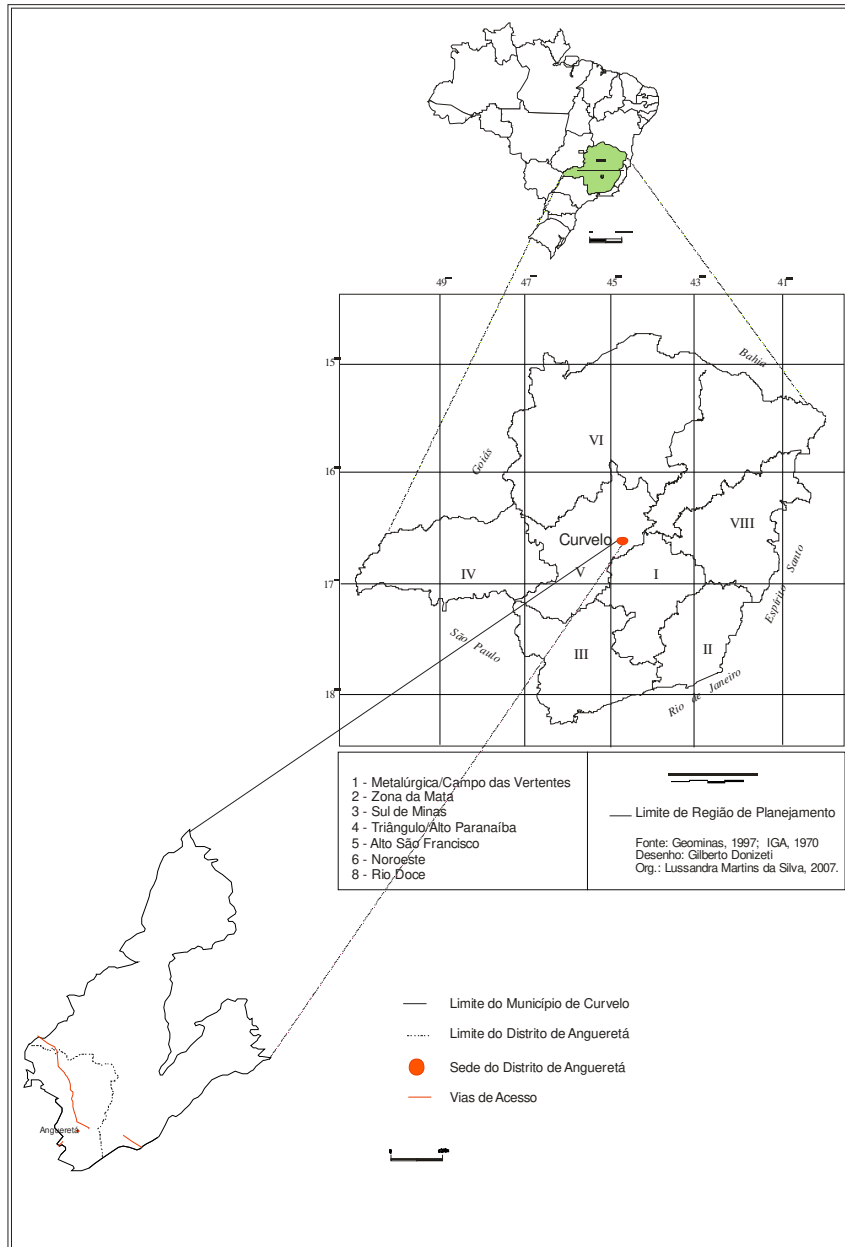
Trata-se do maior município do estado de Minas Gerais e uma análise de sua construção histórica mostra que esta extensão foi ainda muito maior, dominando grande parte do noroeste mineiro.

Um olhar sobre esse processo histórico fornecerá elementos para a compreensão do espaço de Curvelo como um espaço construído a partir de

freqüentes invasões e transformações, constituído de momentos de intenso dinamismo intercalados de momentos de verdadeiro ostracismo e abandono.

O mapa de localização do município de Curvelo, a seguir, evidencia sua posição central em relação ao Estado de Minas Gerais e ao Brasil.

FIGURA 7— Mapa de localização de Curvelo em Minas Gerais e no Brasil



Mapa de localização do Município de Curvelo e do Distrito de Angueretá

Autor: SILVA, Lussandra
 FONTE: IGA

A ocupação efetiva do espaço de Curvelo se dá no contexto do aprisionamento de indígenas e da busca do ouro, podendo ser datada do final do século XVII, quando os bandeirantes começaram a fixar no interior de Minas suas primeiras vilas de apoio (pontos avançados onde desenvolviam pecuária e agricultura e podiam descansar). SOARES (1988:11) relata que, desde o século XVII os baianos que desciam o Rio São Francisco e o Rio Guaicuí, povoando suas margens de currais, bem como os paulistas que desciam os mesmos rios em busca de ouro e pedras preciosas, “já faziam seu pouso às margens do ribeirão Santo Antônio, no altiplano do sertão das Gerais”, área hoje pertencente ao município de Curvelo.

“Nessas suas paradas, alguns pelo lugar foram ficando e, assim, formou-se um povoado que viria a ser o de Santo Antônio da Estrada, que deu origem a Curvelo. Levantaram uma capelinha de madeira tosca, coberta de palha de coqueiros e, ao seu redor, o povoado foi crescendo.” (SOARES, 1988:11)

Embora o território atual do município já tivesse sido percorrido muito antes, o marco de sua ocupação inicial está na sua porção Nordeste, às margens do rio Papagaio, atual distrito de Tomás Gonzaga. Segundo DINIZ E DINIZ (1989:49), em 1706, “Martinho Afonso de Melo fundou às margens do córrego papagaio uma fazenda de criar gado e lavoura”, vendendo-a mais tarde, no ano de 1717 para Antonio Francisco da Silva.

Segundo PAULA (1988), administrativamente, a área pertencia à Vila de Sabará, criada em 1711, que era a de maior extensão da Capitania das Minas dos Matos Gerias, com 400.000 quilômetros quadrados, abrangendo o centro-norte e o nordeste da capitania, a bacia do São Francisco e o Sertão da

Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro). Sabará foi uma importante área do ciclo da mineração.

Até 1720, segundo Souza (1993:28-29), as minas dividiam-se nas comarcas: de Vila Rica, do Rio das Mortes, e a do Rio das Velhas. Esta última, à qual pertencia a área da atual Curvelo, com sede em Sabará, “abrangia, na sua parte norte, as Minas do Paracatu, cuja vila fora criada em 1798 e os julgados de Curvelo e São Romão”.

A província de Rio das Velhas era abandonada pelo poder central, especialmente em sua parte norte, o que corrobora a idéia de sertão como lugar sem lei:

“O norte de Minas se distinguia da totalidade do território das Minas pela aparente fraqueza do Estado na administração da justiça. Aparente porque ali a “justiça se administra mais pelas forças aquarteladas no Arraial do Tijuco, utilizadas para conter os ‘motins do sertão’. O policial precede o judicial” (SOUZA 1993:29)

Por outro lado, deve-se recordar, o sertão mineiro se constrói também a partir de outro entroncamento, qual seja, com o sul do país, de onde vinham os mares utilizados pelos tropeiros.

Esses dados apontam para um sertão que é também área de passagem, um sertão entroncamento, de fusão e de difusão de culturas. Note-se que é um sertão que inserido na ordem econômica e política nacional.

No século XVIII, o espaço onde hoje é Curvelo, fazia parte do extenso latifúndio de Dona Maria Guedes de Brito, que se estendia por 160 léguas, compreendendo toda a margem direita do Rio São Francisco, do Morro do Chapéu, até as nascentes do Rio das Velhas.

“Todos os que habitavam essas terras, pagavam-lhe (a D. Maria Guedes de Brito) foros e ela tinha também o privilégio da venda de peixe salgado em toda a extensão dos seus domínios e, para isso, seu procurador era de ferrenha energia” (SOARES: 1988:13)

No princípio era, portanto, o latifúndio.

Nesse período, a terra que ainda era palco das lutas entre indígenas e europeus ou euro-descendentes foi também terra de litígio entre as Capitanias da Bahia e de São Paulo e Minas do Ouro. O governador Geral do Brasil, D. João de Lencastre decretara em 1700 a integração de toda a bacia dos Rios Doce, Verde, Pardo, Velhas e cabeceiras do Espírito Santo à Capitania da Bahia e a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro se recusou a aceitar tal decreto. Foram muitos anos de conflitos armados e políticos (SOARES, 1988).

O nome do município de Curvelo se deve ao Padre Antônio de Ávila Curvelo, ou, simplesmente, Pe. Curvelo, que foi vigário colado da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas, com matriz na Barra do Rio das Velhas e que residia no espaço que hoje corresponde a Curvelo, naquela época pertencente àquela freguesia. (BARBOSA, 1995:108). Nascido na Bahia, em Rio Real, “veio para a região na década de 1730, tendo falecido em seu sítio de Santo Antônio em 1749” (BARBOSA, 1995:108).

A freguesia de Santo Antonio do Curvelo foi, segundo Antônio Gabriel Diniz em BARBOSA (1995), criada em 16 de março de 1750, tendo sido seu primeiro vigário Pe. D. Carlos José de Lima. Confirmando a vocação insurgente do sertão, este vigário foi

“processado por inconfidente, blasfemador contra o rei e seu ministro Marquês de Pombal. Foi remetido para Lisboa, onde seria julgado, por ter foro especial. As testemunhas que eram leigas, foram condenadas e

O mapa traz uma anotação, à sua esquerda, indicando a extensão da vila de Curvelo àquela época. Note-se que, enquanto naquele período a extensão da do seu território era de 19.510,82km², atualmente corresponde a apenas 3.334,1km².

Considere-se a importância deste fato, uma vez que, conforme OLIVEIRA (2005),

“o ato de criar uma vila reveste-se de especial importância porque, quando ocorria, a localidade contemplada tinha o direito de erigir uma *casa de câmara*, estrutura política que, por suas atribuições, foi importante na estruturação e manutenção do Império português.” OLIVEIRA (2005:12),

.Além desse aspecto, o mesmo autor relata que a criação da vila criava um canal de comunicação e negociação com o rei:

“Foram, ademais, um meio de preservar os interesses daqueles que dela faziam parte, reivindicando, através da comunicação direta com o Rei, por exemplo, formas menos prejudiciais de pagamento de impostos”. OLIVEIRA (2005:13),

Segundo BARBOSA (1995:108) o município de Curvelo – que ainda é o maior município do estado de Minas Gerais – ocupava grande extensão territorial no planalto central de Minas Gerais, de forma que “todos os municípios limítrofes foram desmembrados de Curvelo”.

O atual município de Paraopeba, antigo Taboleiro Grande é um destes. Ao se emancipar troca a toponímia ligada à vegetação e assume a topônimo ligado à hidrografia. A origem da ocupação dessa área é, segundo SABARÁ (2001), um local denominado “Taboleiro Grande de Nossa Senhora do Carmo” onde existiam fazendas de criação. Taboleiro Grande tornou-se, conforme indica o autor supra citado, uma pousada de tropeiros de grande importância

nos caminhos da circulação no século XVIII. Situava-se “a meio caminho das tropas que iam do litoral ao sertão mineiro e voltavam do Alto Jequitinhonha e do Alto São Francisco”, constituindo-se “centro principal de distribuição de sal e azeite”, a partir do qual “as grandes fazendas do século XIX” (SABARÁ, 2001:7).

É extremamente significativo que Curvelo, no interior do sertão mineiro, tenha enviado tropas para participar da revolução liberal de 1842³⁹. O historiador Juvenal Pereira Soares, curvelano, assim se refere a esse fato destacando a valentia desses soldados: “O curvelano sempre foi um altivo e desassombrado. Nunca foi subserviente” (SOARES, 1988: 20). O mesmo autor relata que foram enviados aproximadamente trezentos homens para Santa Luzia, onde ocorriam os combates. Com a vitória das forças conservadoras “os liberais foram perseguidos, muitos presos e até confiscação de bens houve. Não se abateram os vencidos. Vem daí, a confirmação da fama de coragem e da altivez do curvelano” (SOARES, 1988: 21).

A participação com um efetivo tão grande de homens num movimento de resistência à centralização do poder e participação política, contrário ao conservadorismo é indicativo de uma forte vinculação da sociedade curvelana

³⁹ Com a maioria de D. Pedro II, os liberais perdem poder e acentua-se a oposição frente aos conservadores. A revolução de 1842 foi um conflito armado deflagrado pelos grupos liberais do país contra reformas conservadora, dos chamados legalistas, levadas a efeito no segundo reinado. Colocou o Duque de Caxias contra o padre Diogo de Feijó, sendo por fim, o último, já extremamente doente foi aprisionado pelo primeiro, mas a revolução somente teve fim três meses após, com a derrota das tropas mineiras. A participação de Minas Gerais defendendo o projeto liberal foi extremamente importante, sendo que a vitória das forças mineiras liberadas por Teófilo Otoni em Santa Luzia contra as tropas legalistas lideradas por Duque de Caxias legou aos liberais a alcunha de ‘os luzias’. Os conservadores ficaram conhecidos como ‘os saquaremas’. No mês de outubro, tendo Caxias recebido reforços, os mineiros são derrotados. De acordo Matos (1984) em *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial* os liberais não pretendiam derrubar o imperador mas criar uma monarquia descentralizada. Entretanto, um aspecto que interessa de perto a nosso assunto é que a proibição de comércio entre SP e RS pelo governo imperial pode estar também ligado à revolta liberal, já que o foco da revolução - Sorocaba – era, como demonstramos no mapa sobre a o tropeirismo o centro do comércio dos tropeiros.

aos ideais mais modernos e uma forte associação aos princípios liberais. Evidencia, ainda, a existência de um projeto local para o país e para a vida sócio-política e econômica.

A busca de melhorias técnicas e incorporação dos objetos tecnológicos podem também ser verificadas através da análise dos documentos da Câmara Municipal de Curvelo. Aí encontramos que, em 1857, na reunião do dia 13 de janeiro, o vereador Marciano Ernesto Gomes Carneiro, propunha que a Câmara mandasse vir do Rio de Janeiro, os diversos modelos de instrumentos agrícolas, para promover-se sua difusão no município.

Tal preocupação também fica evidente na análise de um ofício da Câmara Municipal de Curvelo, datado de 10 de maio de 1866, onde se obtém as seguintes informações:

a) A população do município, em sua maioria, empregava sua atividade no exercício da lavoura;

b) Era de 12.000 arrobas a exportação de algodão em lã; exportavam-se 20.000 varas de tecido “sem receio de pecar por exagero”⁴⁰;

c) Existiam, no município, 201 engenhos, dos quais, 25 movidos por água e 176 por bois;

d) Entendia a Câmara que a ignorância dos lavradores era a causa principal do atraso da lavoura, a instrução da classe e o melhoramento das vias de comunicação seriam o melhor e, talvez, o único meio de tirá-la do abatimento em que jazia.

Cinco anos depois, a Câmara decide divulgar, por intermédio dos párocos, uma circular (datada de 27-09-1871) recomendando o uso de

⁴⁰ A indústria têxtil Fábrica do Cedro, havia sido fundada um ano antes, como detalharemos posteriormente.

máquinas a fim de ser introduzido novo sistema de melhoramento da agropecuária.

O sertão mineiro se constrói, de modo efetivo, tardiamente⁴¹, em especial se compararmos com a construção do espaço no Nordeste do Brasil, muito anterior. Associado à tardia ocupação do espaço tem-se que essa ocupação já se faz com traços de modernidade. O sertão mineiro já nasce moderno: indústria, trabalho assalariado, sociedade anônima., Apesar do alvará régio de D. Maria I que proibia manufaturas no Brasil⁴² datado de 1785, já em 1803 Joaquina Bernarda da Silva e Abreu Castelo Branco⁴³ “produzia tecidos finos estampados e tintos de algodão, seda, lã e outras fibras, utilizando-se de organizadas técnicas artesanais” (LEMOS, 1999:25). Em 1847 se instalou, em Curvelo (ainda denominada São Sebastião) na Fazenda Atrás do Salto (mais tarde denominada Fazenda São Sebastião), próxima de Tabuleiro Grande, “delimitado no triângulo formado pelos arraiais Lagoa do Jacaré, Bananal e Soledade, atual Angueretá” (LEMOS, 1999: 36), dezenas de rocas e doze teares manuais de madeiras, além de oficinas com carpinteiros, seleiros, marceneiros, sapateiros, alfaiates e ferreiros, que produziam produtos a serem comercializados pelos fazendeiros (LEMOS, 1999). A produção era feita por cerca de cento e cinquenta escravos, que, segundo a literatura existente, não eram castigados com torturas, recebiam farta e rica alimentação

⁴¹ Essa idéia foi discutida com o antropólogo mineiro ROMEU SABARÁ em Belo Horizonte, no mês de setembro de 2006.

⁴² O documento proibia as manufaturas mas abria exceção para os teares que produziam fazendas de algodão, utilizados nas roupas dos escravos e no enfardamento e empacotamento de mercadorias. Diante disso, abria-se uma possibilidade de transgressão que foi explorada por Joaquina de Pompéu..

⁴³ D. Joaquina de Pompeu, filha de advogado português e proprietária de um latifúndio maior que o território de Portugal

e eram assalariados⁴⁴, algo significativo considerando-se que a abolição viria mais de 40 anos depois.

No ano de 1865 foi fundada A Fábrica do Cedro, pertencente à Família Mascarenhas. Mais tarde, em 1875 “instalou-se a nove quilômetros de Curvelo, no lugar denominado Cachoeira, distrito de Curvelo, hoje município de Inimutaba, a Fábrica de Tecidos da Cachoeira. Esta e a do Cedro se fundiram sob a firma Cedro e Cachoeira, definitivamente instalada em 02 de abril de 1883. Foi a Cedro e Cachoeira a primeira sociedade anônima do Brasil, cujos estatutos se acham registrados nas comarcas de Curvelo e Sete Lagoas” (BARBOSA, 1995: 109).

A indústria têxtil constituiu um sistema social e territorialmente organizado numa composição que trazia elementos do complexo agroindustrial. Uma proto-modernização agrícola, já que os elementos do contexto históricos ainda não estavam prontos para a constituição do complexo agroindustrial como o temos hoje. As tecelagens se localizavam nas proximidades das lavouras que as alimentavam com a fibra natural.

SABARÁ (2001) assim se refere ao desenvolvimento da indústria têxtil em Minas Gerais.

“É do acúmulo de capital e experiência no trato do algodão que vão brotar as primeiras fábricas de tecidos

⁴⁴ “Em geral, nas demais fazendas, as rações consistiam em sopas de canjiquinha de milho e esparsos torresmos. Mas em São Sebastião, os escravos recebiam cotas de feijão cozido, farinha, angu e hortaliças. Em dias alternados, adicionavam carnes ou ovos. Os servos jantavam às 14 :00 horas, retornavam à labuta e voltavam com o ocaso. E quem desejasse, recebia prato adicional com milho, batata ou mandioca adocicados com mel ou rapadura. Não se coibia pescarias no açude, mas respeitavam-se elementares regras de ecologia”. (LEMOS, 1999)

O Major lançou fato inédito ao acrescentar sábados como feriados normais. Quem preferisse trabalhar recebia salários adicionais ninguém suava de graça na abençoada Fazenda São Sebastião. Nos feriados, alguns labutavam nas próprias lavouras, em terras cedidas pelo amor e virtual comprador dos produtos a preços normais.” LEMOS, 1999: 37-38.

em Minas Gerais a partir de 1872, dezesseis anos antes da abolição da Escravatura fábricas da Cia. Cedro e Cachoeira, propriedade da Família Mascarenhas” (SABARÁ, 2001:7)

De acordo com GIROLETTI (1991) o estudo desse complexo fabril instalado no centro e norte do estado de Minas Gerais no século XIX é fundamental para se compreender o processo histórico da formação da classe operária brasileira. Sua argumentação é a de que a grande maioria dos estudos centra sua análise na participação do migrante europeu, ignorando a participação do operariado industrial brasileiro “o trabalhador nacional (o homem livre despossuído, o mestiço, o escravo, o artesão, o camponês e seus descendentes), cuja participação é importante desde o século XIX”. (GIROLETTI, 1991: 13-14). Esse operariado se diferencia do formado pelos imigrantes em diversos aspectos, destacando-se o fato de necessitar passar “por um processo de adestramento para se transformar em operário industrial, dócil e útil” (GIROLETTI, 1991:14). Este ator assim justifica a importância do setor têxtil:

“por ser, na época o mais moderno da economia, o carro-chefe da modernização capitalista do País, e por ter sido o ramo industrial mais importante de Minas até 1920. As fábricas, implantadas até o final da década 1880, gozaram de uma situação de mercado pleno, a demanda suplantava a capacidade produtiva das mesmas”. (GIROLETTI, 1991:14)

O alto lucro obtido por essas indústrias foi fator de transformação da espacialidade industrial do país, concentrando no interior, algo que, não fosse isso, ficaria restrito ao litoral. Ao mesmo tempo, já a partir da década de 1890, o desenvolvimento obtido exigia reformulações que, aliadas a fatores diversos como a Abolição da escravatura e a diversificação do mercado interno levou

tais indústrias a redefinirem “os contornos regionais do seu mercado regional, seu volume, e o poder de compra dos grupos e das classes sociais.” (GIROLETTI 1991).

O mesmo autor demonstra que a partir de então será empreendido “um processo de racionalização da produção” que englobava a busca de ampliação da a qualidade dos produtos e a incorporação de novas técnicas de marketing e comercialização (GIROLETTI 1991).

Em Curvelo, a decadência do algodão ocorre no início da década de 1950, estando extintas, atualmente, todas as grandes indústrias de beneficiamento de algodão do município.

Até meados do século XX, Curvelo mantém sua economia baseada na pecuária, que se torna a principal atividade econômica, após a indústria de beneficiamento de algodão e a tecelagem. O gado, fundador da economia do sertão, permanece sustentando a economia e projeta Curvelo como centro regional. Além de importante produtor de gado, o município organiza uma das maiores feiras de gado da região e mantém uma importante instituição de pesquisa sobre gado bovino do estado de Minas Gerais.

A ferrovia chega a Curvelo e Corinto⁴⁵ no ano de 1905, sete anos após a inauguração do primeiro trecho da Central do Brasil. Nesse ponto, na estação de Curralinho, a ferrovia dividiu-se em dois troncos um deles se dirigindo para o Oeste, indo até Pirapora e o outro, para o norte em direção a Montes Claros, fazendo praticamente a mesma rota dos antigos tropeiros. A ferrovia traz o progresso mas também a decadência das tropas. Sua instalação representa

⁴⁵ Município vizinho de Curvelo, situado na direção norte.

novos acréscimos de ciência e técnica ao território, construindo um novo meio e uma nova paisagem. É a introdução de novas temporalidades, novas ocupações, novos sons, novas velocidades. É o início da construção de um novo espaço e novas territorialidades.

A economia do gado havia prescindido e mesmo se emancipado das cidades do litoral. A ferrovia re-inaugura e intensifica esse contato, especialmente com os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em todo o Sul e Sudeste do Brasil, como destacam SANTOS e SILVEIRA (2001) as ferrovias possuem desenho predominantemente concêntrico levando aos portos de Vitória, Rio de Janeiro, Niterói, Angra dos Reis, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Porto Alegre e Rio Grande.

Na primeira metade do século XX, Curvelo parece ter passado por certo declínio e sofrido lentas transformações. Segundo Diniz e Diniz (1989) foram instalados em Curvelo, no início do século XX, escolas, hospitais e algumas indústrias como óleos e chapéus. Eram escoadas agora, juntamente com a produção agropecuária e têxtil, pela ferrovia.

A mesma fonte indica que em 1936, a produção agrícola de Curvelo atingiu 52 mil contos, assim discriminados:

- a) Bovinos: 45.000 cabeças - 11.340:000\$000
- b) Suínos: 40.000 cabeças – 10.800:000\$000
- c) Manteiga: 35.000 kg – 1.750:000\$000
- d) Algodão: 3.500.000 kg/pluma⁴⁶ – 14.000:000\$000
- e) Arroz: 6.000.000 kg – 3.000:000\$000
- f) Milho: 20.000.000 kg – 5.000:000\$000
- g) Farinha de Mandioca: 4.000.000 kg – 1.200:000\$000

⁴⁶ A produção de algodão em caroço neste relatada neste ano foi de 6.000 toneladas.

- h) Açúcar meia-cor: 5.000.000 kg – 2.500:000\$000
- i) Semente de capim jaraguá: 500.000 kg - 400:000\$000
- j) Madeira: ? - 200:000\$000

A constituição do meio técnico em nossa área de estudo se incrementa, nos anos 50, com dois importantes acréscimos técnicos: a barragem de Três Marias e a rodovia BR 040, esta última, vinculada à inauguração de Brasília.

A Barragem de Três Marias inaugurada em 1952 com recursos do CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco, foi um marco transformação do espaço de Curvelo. A represa fica muito próxima de Curvelo, apenas sendo que o município vizinho de Felixlândia, teve grande parte de sua área inundada para formação do lago da barragem. Curvelo era o centro urbano mais próximo do canteiro de obras de forma que sofreu impactos sócio-ambientais com essa construção⁴⁷. A partir dela, temos não somente a geração de energia, mas também o controle de vazão, evitando enchentes e possibilitando a irrigação nas margens do rio até a barragem de Paulo Afonso.

Três Marias foi fundamental para o projeto modernizador do país no tocante à geração de energia. Até sua construção⁴⁸, a capacidade instalada no país era de 5.000 MW, tendo chegado a dez vezes isso duas décadas após.

⁴⁷ Não existem estudos discutindo seus impactos sócio-ambientais, mas estudos de impactos de outras barragens, realizados mais recentemente demonstram que a instalação de acampamentos com milhares de homens de baixo nível sócio-econômico-cultural altera a rotina das cidades gerando impactos como aumento da violência, gravidez fora do casamento, doenças sexualmente transmissíveis, aumento do custo de alimentos, entre outros.

⁴⁸ A usina foi concluída em 1961. Tem 70m de altura, 13 milhões de m³ de aterro e uma casa de força de 380 MW, desempenhando também importante papel no controle de cheias e na navegação.

No final da década de 50, verifica-se a ampliação da infra-estrutura de transporte e circulação em todo o território nacional, visando ligar as diversas regiões entre si e com os principais centros econômicos e portos do país. Entre as ações que visavam alcançar este objetivo, a construção de Brasília e sua interligação com o restante do país são fundamentais. Esse processo atinge o município de Curvelo, em primeiro lugar, com a implantação da rodovia BR 040 e, em segundo lugar porque, é através dessa rodovia que se faz todo o transporte de materiais e trabalhadores se fazia chegar ao planalto central e tudo isso passará por dentro do território de Curvelo⁴⁹.

A partir dos anos sessenta, já é possível verificar transformação significativa do espaço produtivo de Curvelo. No site do município, em relação ao século XX aparece apenas a década de sessenta, assinalando: “profunda transformação nos processos e métodos aplicados na agropecuária local, propiciando uma utilização mais intensa do solo agrário. Após 1960 Curvelo tornou-se, no tocante a superfície reflorestada, um dos principais municípios de MG, predominando o reflorestamento de eucalipto”(PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELO, 2006⁵⁰). Após as transformações produzidas pela ação modernizadora do Estado brasileiro, Curvelo retoma , na visão de seus agentes públicos, o dinamismo perdido.

⁴⁹ É importante destacar que a BR 040 corta Curvelo na porção pertencente ao distrito de Angueretá, em todo o sentido norte-sul do mesmo.

⁵⁰ www.curveloportaldosertao.com.br/historia.html, acessado em 20/06/2006)

A ação modernizadora no sertão mineiro

A proposição de discutir a ação modernizadora no sertão mineiro impõe uma perspectiva metodológica que considere o caráter histórico dessa ação. Uma análise dessa natureza não pode ignorar o sertão mineiro como uma região historicamente inscrita no mundo e no sistema capitalista. As transformações recentes que tiveram lugar em Curvelo a partir dos anos setenta do século XX estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil (e na América Latina), por sua vez vinculado ao desenvolvimento do capitalismo mundial, do qual se constitui uma de suas parcelas e formas de sustentação. Nesse primeiro posicionamento metodológico já anuncia-se a transformação do lugar, a partir de processos exógenos, de caráter global.

Por outro lado, ou melhor dizendo, em outra escala, a análise dessas transformações impõe também uma abordagem da geopolítica brasileira.

As duas escalas de processos citadas, a saber, i) o desenvolvimento do capitalismo global e regional e ii) a geopolítica (territorial) nacional agenciam as transformações verificadas na área de estudo. Seu detalhamento é desnecessário e foge aos objetivos do trabalho, mas não podem, entretanto, ficar de todo obscurecidas.

A partir dos anos 30 do século XX a economia brasileira, ainda identificada com o domínio agro exportador, inicia um processo de

industrialização com base urbana comandado pelas ações do Estado, ao mesmo tempo em que a consolidação do território nacional torna-se um crescente recurso simbólico para a legitimação deste mesmo Estado.

A incorporação das áreas de cerrado representou instrumento de apropriação do território no contexto do discurso da “integração nacional”⁵¹.

Como enfatizam BECKER & EGLER,

“o controle de posições estratégicas como instrumento de apropriação do território está na raiz da formação da geopolítica brasileira. Geopolítica de lógica sempre militar, que esteve presente na estratégia de conquista e defesa do território da colônia pela Coroa portuguesa por três séculos, teve continuidade nas disputas pelo controle das grandes bacias do Prata e do Amazonas durante o Império, aprimorou-se com a definição dos limites territoriais na virada do século⁵² e, finalmente, se consolidou na construção de Brasília como base logística para a ocupação definitiva do interior.”(BECKER & EGLER, 2003:35)

De acordo com estes mesmos autores, a incorporação “do sertão se constituiu como símbolo para estender ‘Ordem e Progresso’ às ‘terras sem leis e improdutivas’, justificando as formas violentas e predatórias de sua ocupação”. É bom lembrar que os mais significativos movimentos de oposição ao projeto das elites e que desafiaram a unificação do território tiveram lugar nos sertões.

“Os movimentos nascidos nesse contexto assumiram um caráter mítico e messiânico, atribuindo ao sertão o significado de lugar da libertação das relações sociais existentes, a terra prometida. Afirmaram eles a outra face

⁵¹ Até os anos 70, o discurso geopolítico brasileiro se assentava na ‘unidade nacional’, tendo então sido substituído pelo discurso da ‘integração nacional’, de conteúdo territorial mais evidente.

⁵² Os autores se referem aqui aos processos que levaram, no âmbito externo, à incorporação, do território que atualmente pertence ao Acre e, no âmbito do controle interno do território ao sufocamento das diversas “revoltas nacionais” e especialmente, os movimentos messiânicos do sertão (Contestado, Canudos).

do sertão, anterior à abolição da escravidão – a de refúgio e lugar de resistência da revolta escrava.” (BECKER & EGLER, 2003:70)

As áreas do sertão mineiro que, de forma geral, haviam permanecido estagnadas desde o declínio da mineração e desenvolvimento da economia cafeeira (que deslocou o eixo de poder para São Paulo) passam a receber parte da infra-estrutura que se constituía.

O Estado assumiu o papel de alargar as bases produtivas e, além da implantação da infra-estrutura de transportes e energia criou, em 1942 a Companhia Siderúrgica Nacional (produtora de aço e ferro) e a Companhia Vale do Rio Doce (exploradora de minério de ferro). A partir dessas ações (às quais se seguiram muitas outras) o carvão vegetal passa a ser consumido em escala muito maior, por consistir na forma energética mais amplamente utilizada por essas indústrias. Os auto-fornos de todas as siderurgias implantadas em seguida foram “alimentados” com o carvão extraído do cerrado, principalmente o cerrado do sertão mineiro. Acrescenta-se uma nova fonte de renda para os agricultores e tem início a primeira ameaça em grande escala ao cerrado. A produção de carvão vegetal com essa finalidade, nas décadas seguintes levará a degradação do cerrado a níveis intoleráveis.

Da mesma forma, foi o Estado quem assumiu o planejamento e o controle desse processo, comandando a modernização no país:

“A desorganização econômica, política e ideológica enfeixou gradativamente nas mãos do governo as políticas e o planejamento econômico fortalecendo o seu intervencionismo, sem prejuízo do poder dos grupos dominantes. Configurou-se então o processo de modernização conservadora que caracterizará o futuro desenvolvimento do país.”(BECKER & EGLER, 1993:78)

Esse processo teve grande impacto econômico e social. Analisando as transformações nas unidades familiares em decorrência da modernização conservadora, que denominou de “modernização dolorosa”, SILVA (1981) identifica na subordinação a agroindústrias e cooperativas capitalistas, uma das novas formas da ‘pequena produção’:

“No caso, a apropriação do excedente dá-se através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, que cria uma dependência do pequeno proprietário e o força a adotar novo padrão técnico, através da venda num mercado monopsônico da matéria-prima industrial por ele produzida”(SILVA, 1981: 129, citado por SALES, 1996:38)

O espaço estava sendo preparado como receptáculo da verdadeira transfiguração que teria lugar a partir de então. Os espaços agrários do país seriam profundamente alterados, dando origem a uma atividade intensiva em capital, tecnologia e informação, com conseqüente aumento de produtividade e de acumulação de capital.

Após a Segunda Guerra Mundial,

“a ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das idéias que iriam guiar a reconstrução ou remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política.” (SANTOS E SILVEIRA 2001:47)

A década de sessenta marca precisamente o início das transformações na agricultura brasileira, introduzidas pelo Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitscheck, mas segundo SILVA (2000:24) “a intervenção do Estado nos Cerrados acontece anterior ao Plano de Metas, na década de 40, no Governo Vargas através do Projeto de Colonização nos Cerrados”.

Em 1966 é aprovada a lei 5106 de 02 de setembro, que “dispõe sobre incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais”. De acordo com essa lei,

“as importâncias empregadas em florestamento ou reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimentos de pessoas físicas e jurídicas.”

Em 1972, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, pela Lei Federal nº 5851 de 7 de dezembro. As atribuições da empresa são especificadas no texto da lei:

“ I - promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País;

II - dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola.

Parágrafo único. É facultado à Empresa desempenhar suas atividades mediante convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.” (BRASIL, 1972)

Sua criação efetiva se deu em 26 de abril de 1973⁵³. Trata-se de uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, devendo exercer a coordenação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA. Este último, “constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico”.(EMBRAPA: 2007)

De acordo com a própria empresa,

⁵³ Informação obtida no site da empresa: www.embrapa.br

“Tecnologias geradas pelo SNPA mudaram a agricultura brasileira. Um conjunto de tecnologias para incorporação dos cerrados no sistema produtivo tornou a região responsável por 40% (46) da produção brasileira de grãos, uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. “ (EMBRAPA, 2007).

A criação da EMBRAPA, responsável pela produção de tecnologias agrícolas aptas para as características específicas do Cerrado, teve grande importância no processo de transformação das bases técnicas, que se estruturava no tripé ‘pesquisa’, ‘extensão’ e ‘crédito rural’, este último associado a empréstimos internacionais.

A pesquisa voltada ao desenvolvimento da agricultura no cerrado foi desenvolvida em diversos centros regionais desse órgão, em particular pela EMBRAPA/CPAC – Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado” (SILVA, 2000:29) criado no contexto do POLOCENTRO e hoje denominado EMBRAPA CERRADOS. Seu objetivo principal era o desenvolvimento de tecnologias de correção dos solos dos cerrados, identificados como ácidos e pouco férteis em nutrientes necessitados pelos cultivos comerciais mais comuns no Brasil.

Foram criadas também as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER que disseminavam as novas tecnologias⁵⁴.

Segundo, MORAES (2000:83) “só em meados da década de 70, com o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) é que foram tomadas medidas concretas nesse sentido [da incorporação dos cerrados]”. Analisando

⁵⁴ O serviço de extensão rural no Brasil havia sido iniciado nos anos 40, através da ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural Criada em 1948 em Minas Gerais. A ACAR foi inspirada no modelo americano Far, SEcurity Administration, tendo recebido financiamentos da AIA- American International Association, pertencente ao grupo Rockefeller. Em 1975 foi transformada em EMATER, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e posteriormente estendida aos demais estados brasileiros, sob coordenação da ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

o discurso dos agentes do Estado sobre o cerrado, entendidas como narrativas mestras sobre esse processo, a autora demonstra que

“o discurso do governo militar que anunciava os primeiros grandes projetos para a ocupação mais **racional** do cerrado brasileiro, enfatizava que a região, **que ainda estava por ser ocupada**, podia ser transformada no **grande silo** de alimentos do mundo”. MORAES (2000:83)

Segundo SILVA (2000:30) “A partir deste suporte tecnológico foram implantados os diversos planos e projetos de desenvolvimento, objetivando o rápido crescimento econômico nacional nas décadas de 60 e 70, época que ficou conhecida como “milagre brasileiro”. Entre esses planos e projetos, destacam-se: o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964-66); o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-68); o Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968-70); O Plano de Metas e Bases para Ação do Governo (1970-1971); o Programa de Integração Nacional – PIN (1970) e os Planos de Desenvolvimento Nacional – I PDN e II PDN.” Este último desenvolveu uma política voltada para a constituição de pólos de desenvolvimento, criando, entre outros, o POLOCENTRO⁵⁵, que vai significar o início das transformações em toda a porção central do Estado de Minas Gerais – onde se insere Curvelo. Tinha como finalidade “promover o desenvolvimento e a modernização da atividade agrícola da região centro-oeste e oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial”. Isso seria obtido através de atividades agropecuárias, especialmente a pecuária, o reflorestamento de eucalipto e o cultivo de produtos de exportação, notadamente a soja. O POLOCENTRO estava voltado pra o Centro-Oeste e as

⁵⁵ Fonte: www.embrapa.br acessado em 3-3-2007

áreas prioritárias de atuação deveriam possuir, além de infra-estrutura de transporte e energia, jazidas de calcário, indispensáveis para a correção da acidez dos solos do cerrado (QUEROZ, 1994) . Este projeto visava incorporar 3,7 milhões de hectares em 4 anos (de 1975 a 1979) (POLOCENTRO). Para tal, foram criadas e direcionadas linhas de crédito específicas, seguro agrícola, política de preço mínimo e diversos subsídios fiscais. Segundo Queiroz (1994) esse programa beneficiou os grandes proprietários, uma vez que 90% dos beneficiados possuíam propriedades com área superior a 200 hectares, e, desse total, 50% foi destinado a produtores com áreas acima de 2.000 hectares, revelando-se, portanto, extremamente concentrador.

Dentro dos PND's existiam programas de desenvolvimento regionais, como aponta SILVA (2000:30), entre os quais se destaca o PCI – Programa de Crédito Integrado, desenvolvido pelo BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no ano de 1971. De acordo com esta autora,

“O PCI estava baseado na transformação das atividades agrícolas em empresas rurais, tendo a finalidade de garantir o aumento da produtividade e do lucro nos empreendimentos rurais. O PCI foi um programa estadual de relativa importância histórica à medida que constituiu na primeira grande ação de desenvolvimento aos cerrados, servindo como estratégica básica para elaboração dos programas federais subsequentes.” (SILVA, 2000:30)

A autora cita SALIM (1986) que descreve a expansão de implantação do PCI, o qual foi implantado inicialmente no Triângulo Mineiro, sendo em seguida expandido para o Alto Paranaíba, Alto São Francisco, Alto Médio São Francisco e Zona Metalúrgica⁵⁶. SILVA (2000:30) cita PESSÕA (1988), segundo o qual, o PCI, embora não tenha sido capaz de, sozinho, gerar uma

⁵⁶ Zonas fisiográficas do estado de Minas Gerais.

completa transformação tecnológica nas áreas em que atuou, levou à modernização da agricultura nas “grandes e médias propriedades do cerrado mineiro, propiciando o setor industrial” (SILVA, 2000:30).

Ainda como iniciativa do governo de Minas Gerais, ocorreu, paralelamente ao desenvolvimento do PCI, a implantação do PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba⁵⁷, considerado por SILVA (2000) como tendo realizado pela primeira vez, a “exploração agrícola intensiva no cerrado”. A área atingida pelo PADAP foi de 60.000 hectares correspondendo a quatro núcleos de colonização.

De acordo com SILVA (2000), foram gastos US\$ 200 milhões pelo governo mineiro na construção de estradas, armazéns, linhas de transmissão de crédito, centros rurais e incentivos à utilização de máquinas e outros insumos agrícolas. Também no caso do PADAP, os habitantes locais foram desprezados em prol dos imigrantes do Sul do país. A implantação do PADAP ficou à cargo da CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia, que escolheu 80% dos colonos.

SILVA (2000:31) considera que o PADAP teve importância devido ao fato de haver promovido “um projeto de assentamento” e ao mesmo tempo haver preparado as bases para a implantação dos projetos subseqüentes, a saber o POLOCENTRO E O PRODECER.

É preciso mencionar também a criação do “Provárzeas”, que teve início em 1978, sendo prorrogado em 1984. Realizado a partir da cooperação com o

⁵⁷ O PADAP foi implantado em 1973.

governo alemão, o programa causou grandes impactos ao drenar e propiciar o cultivo de áreas alagadas, como as várzeas e mesmo as veredas do cerrado.

Nos anos 80, é implantado o PRODECER – que, mantendo os mesmos subsídios dos programas anteriores, apresentou grande seletividade quanto a produtores e produtos, e incorporou o crédito fundiário, instrumento que possibilitou a implementação de programas de assentamento dirigido (TORRES & FERREIRA NETO, 2002).

De acordo com SILVA (2000:31), este programa “é resultante de acordo de cooperação entre os governos brasileiro e japonês, estabelecido em 1976 pelo então Presidente Geisel com a Japan International Cooperation Agency – JICA. No ano de 1979 foi criada a Companhia de Promoção Agrícola – CAMPO, uma empresa mista de capital público e privado, tanto brasileiro quanto japonês, que tinha como objetivo assistir e coordenar o PRODECER (PESSÔA, 1988).

O projeto piloto ou PRODECER I teve como *locus* algumas cidades do estado de Minas Gerais (Paracatu, Coromandel e Inaí de Minas). Segundo SILVA (2000), de 1979 a 1983 incorporou aproximadamente 70.000 hectares de cerrados em Minas Gerais.

Por ocasião do lançamento do PRODECER I, o jornal Estado de São Paulo lança um editorial no qual os objetivos do programa são questionados:

“O objetivo dos japoneses que acreditaram no potencial agrícola do cerrado é o de elevar rapidamente a produção de alimentos no Brasil para permitir que o consumo interno seja rapidamente atingido e haja, dentro de pouco tempo, um excedente exportável.(...) com o

aumento das fronteiras agrícolas brasileiras, ainda segundo os japoneses, o mercado internacional de alimentos receberá um grande exportador e, com isso, haverá uma queda dos preços internacionais. Na verdade, o objetivo estratégico dos japoneses não é comprar a produção agrícola do cerrado brasileiro. Para eles o importante é obter alimento barato. De onde ele vem, passa a ser uma questão secundária. Para conseguir esse objetivo, os japoneses estão contribuindo também com seus conhecimentos técnicos sobre a produtividade em terras pobres, e com especialistas que já foram para a região.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1981)

De fato, as questões sociais e ambientais advindas da implantação desse e dos demais projetos voltados para a região dos cerrados não foram contabilizados. Em Irai, um dos municípios onde o projeto piloto foi implantado, os pequenos produtores venderam suas terras por preços insignificantes julgando que obteriam trabalho no grande projeto. Entretanto, a CAMPO trouxe do Rio Grande do Sul os colonos que iriam atuar no projeto. (VASCONCELOS e SANTOS, 2003)

Ainda de acordo com esses autores, registros do IBGE apontam que

“durante as décadas de 70 e 80 houve um rápido deslocamento da fronteira agrícola com base em desmatamentos, queimadas, uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, que resultou em 67% de áreas de Cerrado “altamente modificadas” com voçorocas, assoreamento e envenenamento dos ecossistemas. Hoje restam no Brasil, apenas 20% de áreas de cerrado em estado preservado” (IBGE, 1996, citado por (VASCONCELOS e SANTOS, 2003:)

O PRODECER II expandiu a ação em outras regiões do estado de Minas Gerais, chegando até Curvelo e em outros estados brasileiros (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia). A posição geográfica de Curvelo foi fator decisivo para a implantação dos projetos:

FIGURA 9 – Distância de Curvelo em relação aos principais centros do país.



Fonte: IBGE
Autor: SALES, Marli

O PRODECER III, editado em 1993 teve como alvo especificamente os estados do Maranhão e do Tocantins.

O relatório da CAMPO, citado por Queiroz (1994) indica que quase 50% dos valor investido e dos projetos desenvolvidos se direcionaram para Minas Gerais.

Tabela 1 – Investimentos do PRODECER

Estado	Projetos	Área Total (há)	Investimento (US\$)	Observações
MG	11 projetos + 3 empresas	151.250	239.000.000	PI, PII / P, PII/ E
MS	1	22.000	26.000.000	PII/E
MT	2	35.328	50.000.000	PII/P
GO	3	30.000	50.000.000	PII/E
BA	2	31.430	67.000.000	PII/P
TO	1	40.000	69.000.000	PIII
MA	1	40.000	69.000.000	PIII
Total	21	350.000	570.000.000	

Legenda: **PI** = Prodecer - I; **PII/P** = Prodecer II - Piloto; **PII/E** = Prodecer II – Expansão; **PIII/P** = Prodecer III - Piloto

Fonte: <http://www.ada.com.br/campo/prodecer.htm> Acesso em 5/fev./2003 (citado por Queiroz, 12004)

Esse processo apresenta uma divisão temporal em três momentos diferenciados: no período 50-60 constituiu-se a mudança da base técnica, de 60 a 75 ocorre a apropriação do processo de produção agrícola pelas grandes corporações e no período posterior à década de 70 verifica-se a “integração de capitais, a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., expansão das sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais, por meio de fusões, organização de *holdings*, caréis, trustes, com atuação direta nos CAIs⁵⁸ (DELGADO, 1985, citado por ELIAS, 2002) ,

A constituição do Complexo Agroindustrial trouxe a unificação da agricultura com a indústria. “Os interesses industriais (situados a montante e a jusante da agricultura) passam a dominar a forma agrícola de produzir” (SALES, 1996:46). A mesma autora identifica que

⁵⁸ Complexos Agro-Industriais

“O processo de mudança técnica de produção agrícola – modernização- traz novas tecnologias que alteram, inclusive, as relações sociais de produção e podem ser divididas, de acordo com SILVA (1981), em:

a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo do trabalho;

b) inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;

c) inovações biológicas que afetam, principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período da produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas” (SALES, 1996:47)

O complexo rural foi desarticulado em função da estruturação dos complexos agroindustriais.

No final dos anos 80, reduzem-se os investimentos federais na forma de projetos dirigidos exclusivamente àquela área. Mas as estruturas já estavam constituídas e a região continua a incorporar-se progressivamente aos círculos da modernidade.

Venho demonstrando até aqui que o sertão mineiro, desde o início sofre ondas de transformação, que ocorrem de forma articulada aos processos macro do território brasileiro. O que diferencia as transformações em discussão nesta tese é a sua intensidade, velocidade e radicalidade. Passarei a discutir os significados dessas transformações e como se deu em nossa área de pesquisa.

CAPÍTULO III – DIALÉTICA DA TRANSFIGURAÇÃO NO SERTÃO MINEIRO

Ao demonstrar o processo de formação histórica do território no sertão mineiro, evidenciamos como este espaço se torna estratégico para os interesses do capital e do estado nacional e se constitui nova fronteira no espaço brasileiro.

Evidenciamos também que o sertão mineiro sempre foi fronteira: ecológica, cultural e econômica. No decurso de sua história, esta condição de fronteira se constituiu de maneira intermitente, ora assumindo grande fulgor, ora grande opacidade. São ondas representadas por fluxos (de agudização) e defluxos (de repouso) na função de ponto de passagem, entroncamento, atração, abertura de novas possibilidades.

Finalmente, nos últimas décadas, quando o sertão se torna fronteira para o grande capital agrícola e, conseqüentemente, para os deslocamentos populacionais do final do século XX, sua dinâmica sofre aceleração, atingindo um ápice nunca antes alcançado.

Tornar-se fronteira para o capital significa ser incluído numa lógica à qual até então não pertencia, e cujo processo de inclusão traz novas realidades

a partir dessa potencialidade alternativa. Note-se que a fronteira não se produz por si mesma, mas no contato, na relação com o restante da formação sócio espacial em que se situa. A formação do cerrado como nova fronteira agrícola no final do século XX se deu a partir da articulação dos interesses do Estado brasileiro com interesses de outras nações do mundo e do grande capital.

Tal articulação de interesses define uma forma de apropriação da natureza – das terras livres ou não, já que as que não se encontram livres são feitas livres a partir dos poderes do Estado e do capital – da vegetação, da água, dos solos – e da sociedade – das relações sociais e dos interesses aí instituídos (uma vez que são cooptados em grande parte) e das representações simbólicas .

A articulação de processos políticos, econômicos e culturais-ideológicos na área de estudo, inscritos no território desde sua origem, como foi demonstrado no primeiro capítulo desta tese, tornou propícia sua projeção como espaço privilegiado da ação do capital que investiu maciçamente na transformação de suas estruturas produtivas, cujos resultados passaremos a discutir. Neste capítulo pretende-se descrever as transformações associadas à modernização agrícola e incorporação dos cerrados à agricultura capitalista no sertão mineiro.

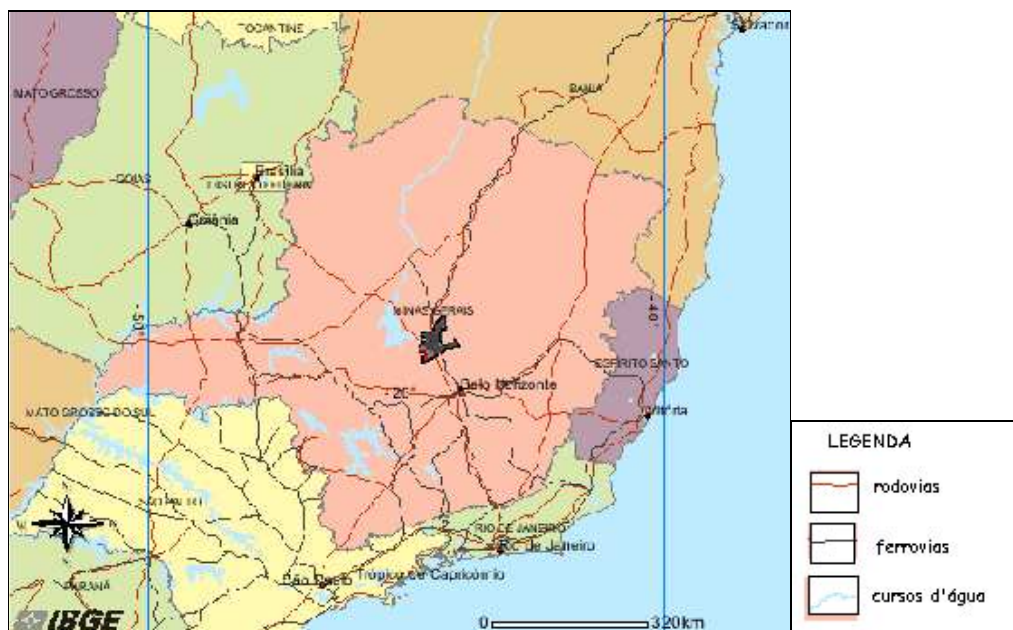
A implantação da malha viária e inserção da região numa nova ordem territorial

A primeira marca da nova racionalidade imposta ao espaço – pré-condição para todas as demais que sobreviriam – foi a instalação de uma eficiente interligação com a capital do estado de Minas Gerais e com os demais

centros dinâmicos do país, constituída pela ligação ferroviária ao litoral e pela construção da malha rodoviária, imprescindível ao escoamento das mercadorias.

A análise do mapa, a seguir, destaca a inserção de Curvelo nos circuitos dinâmicos da circulação e demonstra sua posição regional que lhe confere a condição de cidade pólo, convertendo em centralidade política, aquela dada pela espacialidade dos corredores de circulação:

FIGURA 10 – Mapa da rede ferroviária e rodoviária de Curvelo



Fonte – DNER – MG (2006)

Não se trata, todavia, de uma inserção restrita ao nível regional. Essa mesma privilegiada rede de transportes insere Curvelo na mais moderna malha ferro-rodoviária do país, formatando a logística de transporte multimodal. Tal inserção adquire maior realce quando somada à inclusão da área numa privilegiada posição dentro das redes de energia elétrica e comunicação, que constituem a renovação materialidade de seu território, com vistas à

constituição de um novo meio, a partir do qual a circulação se possa fazer com maior rapidez e eficiência.

Os cartogramas a seguir explicitam a inserção privilegiada de Curvelo na rede de circulação e energia que unifica os mercados nacionais, tornando possível o atendimento ágil aos comandos vindos de fora :

FIGURA 11 - Redes nacionais de transporte rodoviário, transporte ferroviário, distribuição de energia e telecomunicações



Fonte: BECKER & EGLER, 2003:197)

As redes de circulação de pessoas e mercadorias, e as redes de distribuição de energia elétrica bem como as de telecomunicações, apontam os vetores da modernização, isto é, a direção do processo de modernização sobre o território, a qual inclui nossa área de pesquisa.

Segundo SANTOS & SILVEIRA,

“o traçado dessas estradas obedecia às novas exigências da indústria e do comércio e assim acabou por reforçar a posição de São Paulo como centro produtor e, ao mesmo tempo, de distribuição primária.”
SANTOS & SILVEIRA (2001:45),

Verifica-se, portanto que estas redes interligaram os mercados nacionais. As áreas produtoras dos bens industrializados concentradas no centro –sul tinham acesso aos mercados do país inteiro, embora também o consumo se mantivesse (como ainda hoje) concentrado.

O impacto desse fenômeno é desarticulador da economia local. Diversas fábricas foram fechadas nesse período em Curvelo, em virtude da entrada no mercado local, de produtos mais competitivos em termos de preço, marketing e distribuição, incluindo diversas indústrias processadoras de produtos agropecuários.

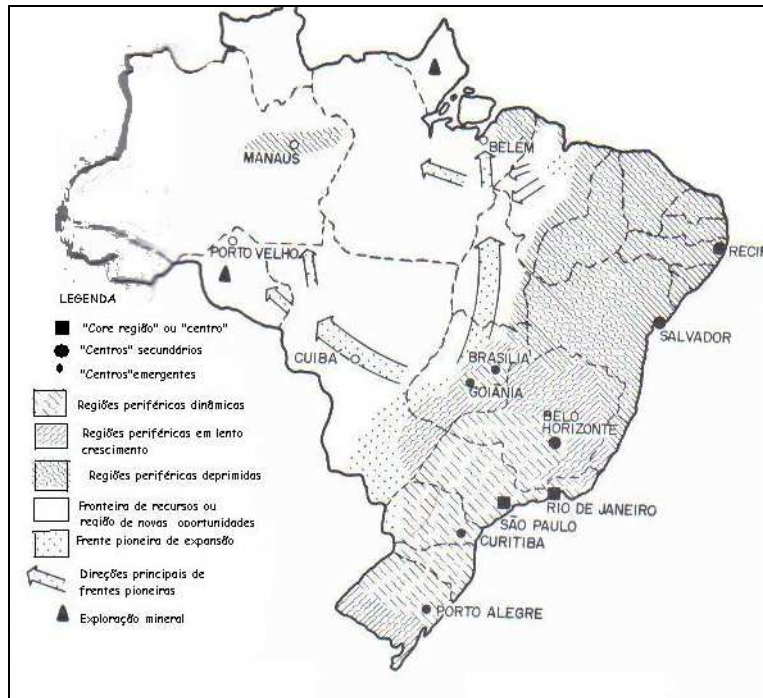
Conforme SANTOS e SILVEIRA (2001:45-46), a rede de estradas, “indispensável à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era imprescindível para a expansão do consumo do que era produzido internamente”, evidentemente, pelo grande capital.

As vias de circulação são ampliadas e também modernizam-se as já existentes. Como afirmam SANTOS e SILVEIRA (2001):

“Se outrora havia a necessidade de implantar sistemas de objetos que assegurassem a produção e, por conseguinte, seu escoamento para o estrangeiro, hoje os sistemas de engenharia devem garantir primeiro a circulação fluida dos produtos, para possibilitar a produção em escala comercial.” SANTOS e SILVEIRA (2001:64)

Os mercados se unificam. Ocorre a inserção dessa porção do território de Minas Gerais numa nova ordem, que se evidencia ao se estabelecerem comparações entre a inserção do sertão mineiro nos processos do território brasileiro nos anos sessenta, com a que veio a assumir, trinta anos após. Essa mudança é elucidada através da comparação entre os dois cartogramas que se seguem. No primeiro, BECKER (1982) representa a forma como se estruturavam as relações dentro do território brasileiro no início da década de 60:

FIGURA 12 – Interações espaciais no Brasil - 1960



Fonte: BECKER , 1982

Sua interpretação demonstra que a ainda recente inauguração de Brasília e a estruturação da malha ferroviária e rodoviária dinamizam o centro-oeste, mas não ainda o norte-nordeste de Minas Gerais.

O papel marginal do espaço do sertão mineiro ainda se mantém, apesar de já haverem sido constituídas grandes transformações na escala nacional e regional.

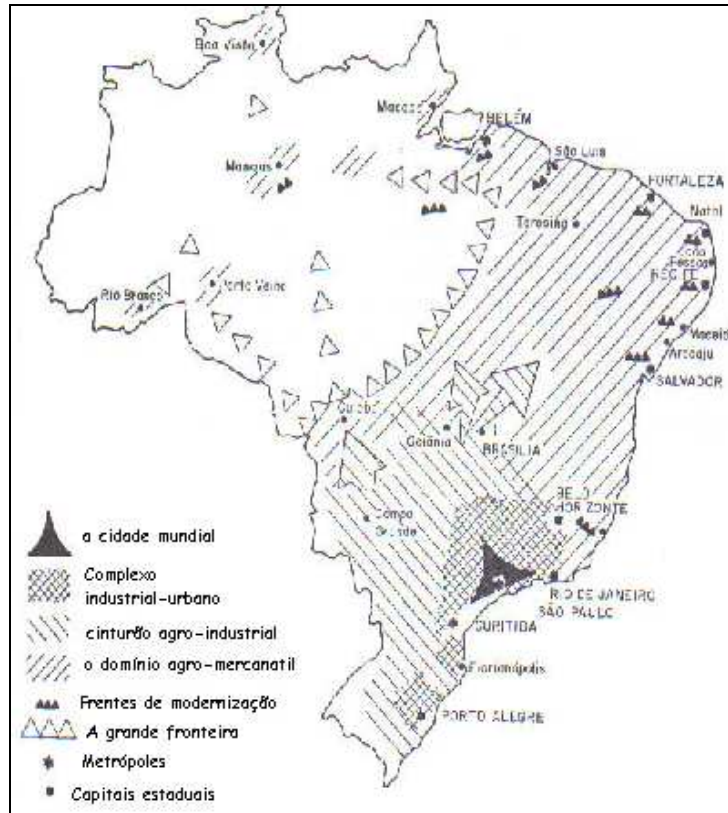
O novo modelo econômico e social de produção agropecuária caracterizou-se por construir, associado aos modelos de planejamento que visavam o desenvolvimento regional, uma nova espacialidade induzida, à qual se associou também uma nova divisão territorial do trabalho.

As políticas articuladas a essa ação afetaram, não somente o espaço e a territorialidade de Minas Gerais, mas, também, de todo o país, transformando a distribuição territorial da renda e mesmo a economia nacional.

Esta é a grande transformação que se verifica, qual seja, a inserção do espaço do sertão mineiro numa nova dinâmica, adquirindo nova função na divisão regional e territorial do trabalho. Note-se, pelo cartograma apresentado na figura 13, que, ao final dos anos 90, a região do sertão mineiro já se apresenta plenamente integrada aos espaços de modernidade do centro-sul, pertencendo ao cinturão agro-industrial representado pelo desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais.

O cartograma a seguir demonstra os efeitos dessas ações, na dinâmica territorial da área já no final da década de 90:

FIGURA 13 – Organização do espaço no final dos anos 90.



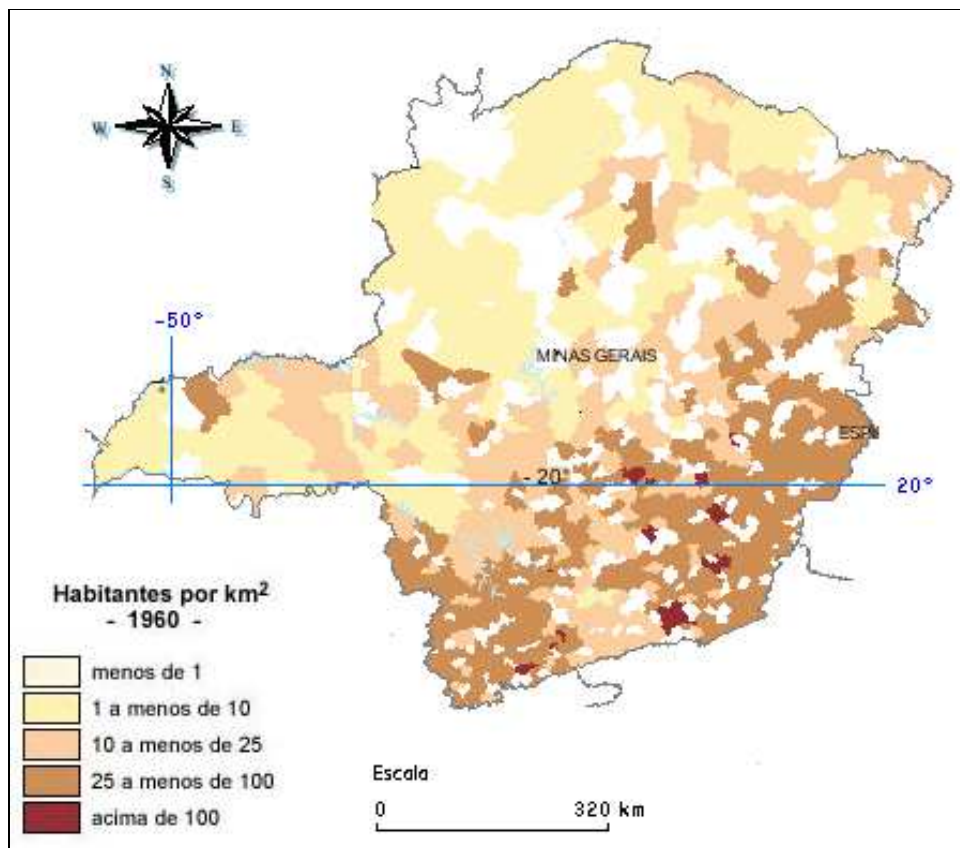
Fonte: BECKER & EGLER, 2003

A capacidade de geração de riqueza do território da área foi ampliada, segundo decisões vindas de fora, pautadas por racionalidades e objetivos também estranhos ao lugar.

A ocupação do espaço pelas atividades modernas concentra a população nessas áreas privilegiadas pelos programas. Curvelo passa a suportar um número maior de atividades e serviços, estabelecendo relações urbanas mais eficazes do ponto de vista econômico. Como cidade regional, aumenta seu poder de atração, ao mesmo tempo em que a metrópole do estado perde poder de atração.

As duas figuras que se seguem mostram a densidade demográfica em Minas Gerais nos anos 60, antes dos projetos e em 2000, após os mesmos.

FIGURA 14 – Densidade Demográfica em Minas Gerais - 1960

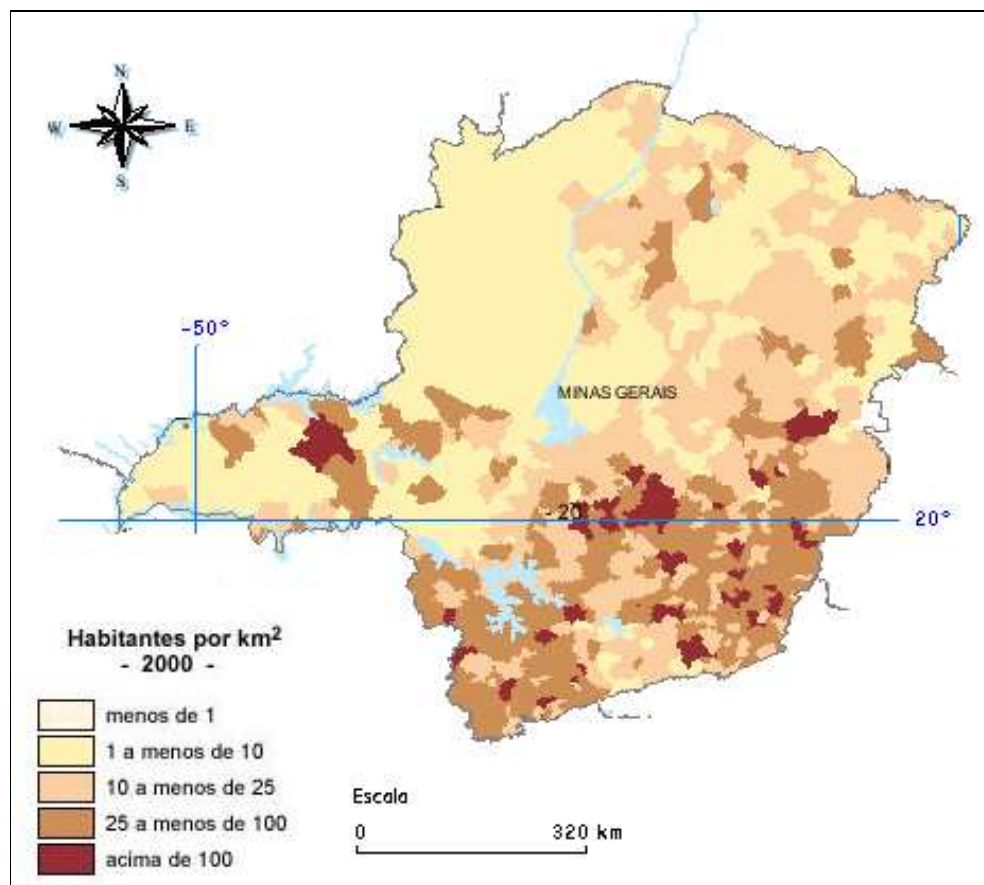


Fonte: IBGE, 2006

Sua comparação fornece um quadro do grande poder atrator dessas políticas no sertão mineiro:

Uma análise dos dados demográficos da área antes e após as iniciativas estatais apresentadas evidencia o grau de inversão dos processos anteriores aos anos 70. A área, antes tida como expulsora de população inverte esse foco, tornando-se atratora de população.

FIGURA 15 – Densidade Demográfica em Minas Gerais, 2000



Fonte: IBGE, 2006

No período de 1970 a 2004 a população do município de Curvelo teve um crescimento demográfico de 58,31%, conforme o quadro a seguir:

Tabela 2 Evolução da população residente em Curvelo 1970 - 2004
POPULAÇÃO RESIDENTE: 1970,1980,1991,2000,2004

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	31.134	14.289	45.423
1980	39.809	10.961	50.770
1991	47.987	11.028	59.015
2000	58.697	8.307	67.004
2004(1)			71.871

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1) Dados preliminares

Observe-se que este crescimento se deu via crescimento da população urbana e com decréscimo da população rural. Em 1970, a população rural de Curvelo representava 45.89% da população total residente. Trinta anos após, esse percentual correspondia a apenas 12,39%.

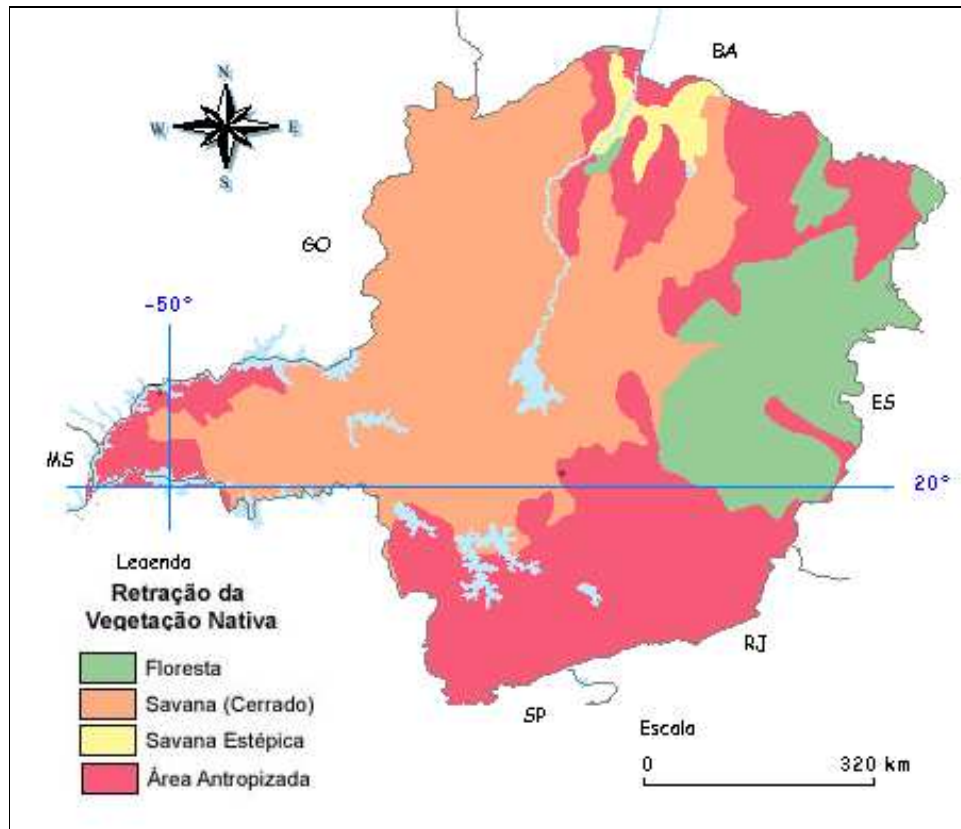
Carvoejamento e reflorestamento de eucalipto: a retirada do cerrado.

Numa perspectiva temporal, o segundo grande momento impactante, ocorrido logo em seguida à implantação da malha viária é a transformação da natureza, que se dá com a retirada da vegetação nativa e paralela expulsão e morte da fauna, causando profundo desequilíbrio ambiental que não deixará de afetar também o equilíbrio sócio-cultural.

A figura a seguir apresenta a dimensão da área ocupada pelo cerrado em Minas Gerais, antes da implantação dos projetos de incorporação de cerrado à moderna agricultura.

A transformação da natureza se dá numa velocidade vertiginosa, acompanhando a instalação dos acréscimos técnicos que renovaram sua materialidade, como resultado das transformações, ao mesmo tempo, econômicas, políticas e sociais em curso. A mudança ecológica constitui um dos conteúdos mais visíveis do novo processo territorial que se instalou.

FIGURA 16 – Área ocupada pelo cerrado em Minas Gerais no ano de 1960



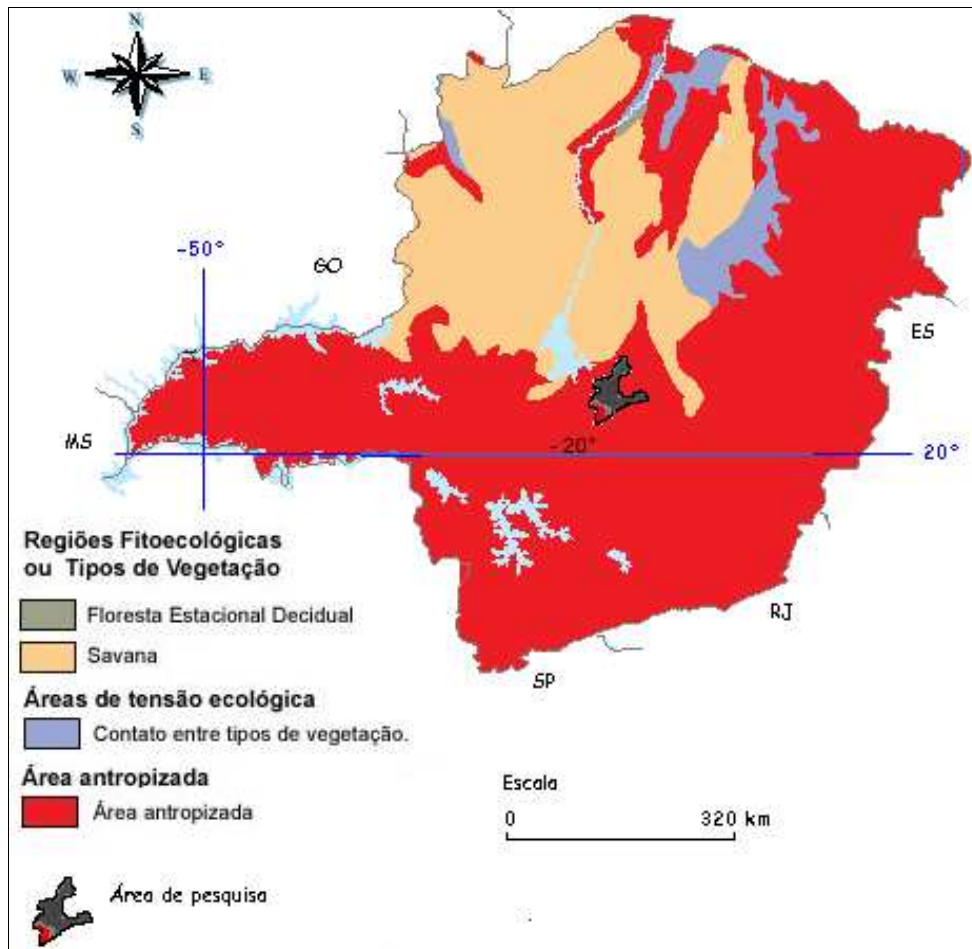
Autor: Sales, Marli
Fonte: IBGE, 2006

Perpetuadas no tempo e ampliadas no espaço, as alterações ambientais configuram um agravamento da questão ambiental, como demonstra . Hoekstra *et al.* (2005), citado por Coutinho (2006):

“além de uma "crise de extinção", ao nível de espécies, existe uma crise mais ampla, a "crise dos biomas", muito mais grave, pois, resulta da destruição dos ambientes naturais, onde as espécies surgiram e se desenvolveram.” Hoekstra *et al.* (2005), citados por COUTINHO, 2006: s/p)

A figura, a seguir mostra a atual área ocupada pelo cerrado em Minas Gerais.

FIGURA 17 – Área antropizada do Estado de Minas Gerais – 2006



Autor: Sales, Marli

Fonte: IBGE, 2006

A comparação entre as duas últimas figuras apresentadas mostra a evolução do nível de degradação atual da cobertura vegetal do cerrado em Minas Gerais. Sua praticamente erradicação deixou manchas de tamanho reduzido, invisibilizadas na pequena escala adotada nos mapas a seguir (1:320.000). Este recurso foi intencional, visando construir mais um indicativo da profunda alteração da natureza e da paisagem, o que se dá a partir da comparação dos dois momentos chaves de nossa pesquisa. O que se permite

perceber é que, na escala em que o fenômeno é apresentado aqui, a porção do território do sertão mineiro, recoberta pelo cerrado nos anos 60 já não existe no ano 2000.

No caso do município de Curvelo, os fatores que levam a tão expressiva redução da área do cerrado são diversificados, mas, destacam-se dois deles: o carvoejamento e o reflorestamento. Ambos são anteriores aos processos analisados, embora existissem em escala muito reduzida. Na versão moderna, se fazem presentes a partir da instalação das empresas de reflorestamento e da implantação do cultivo da monocultura do eucalipto, que representam, na área em estudo, o avanço das áreas agrícolas sobre as áreas naturais, com graves repercussões ambientais.

São duas grandes empresas que praticam o reflorestamento de eucalipto em Curvelo: A Plantar Reflorestamento S.A, instalada em 1967 e a Vallourec & Mannesman, criada em 2000, pertencente ao grupo V&M do Brasil (a empresa tem sua origem na Mannesman Ltda, cuja criação data de 1969)⁵⁹.

Embora a primeira seja uma empresa de capital nacional fechado, de propriedade da família mineira Moura, e a segunda seja uma multinacional com capital alemão e francês, ambas atuam de forma semelhante e praticamente nas mesmas áreas.

A V&M é uma empresa especificamente de reflorestamento, mas sua produção se destina, em grande parte, à siderurgia V&M do Brasil, situada em Belo Horizonte, a cujo grupo pertence. A área plantada pela V&M em Curvelo

⁵⁹ A partir de agora passaremos a referir à Plantar Reflorestamentos S. A simplesmente como “Plantar” e à Vallourec & Mannesmann como “V&M”.

representa 33.867 hectares⁶⁰, distribuídos em diversas fazendas (ao todo são 25 embora nem todas se localizem em Curvelo), cada qual contando com seus próprios fornos de carvão. Destaque-se que quando da sua implantação na área, a empresa adotou a metodologia local para fabrico do carvão, utilizando fornos do tipo ‘rabo quente’⁶¹. Nos últimos anos tem feito a substituição dos mesmos por grandes fornos quadrados, considerados mais modernos. A produção média de carvão dessa empresa em 1995 foi de 350.000 metros cúbicos de carvão. A empresa possui um centro próprio de pesquisa sobre o cultivo de eucalipto e tem como meta substituir suas atuais florestas por mudas clonais, visando garantir maior homogeneidade das florestas. A V&M está, atualmente, desenvolvendo intenso reflorestamento de matas nativas objetivando a implantação de ‘corredores ecológicos’ em suas florestas monocultoras de eucalipto. Os corredores ecológicos são uma prática recomendada como manejo em monoculturas, através da qual, são mantidas manchas de vegetação nativa a fim de que os animais possam circular por toda a área, passando de um corredor a outro. Os corredores implantados pela V&M são mais estreitos que o recomendado e, evidentemente, são introduzidos após o desaparecimento de diversas espécies, especialmente da fauna. O ideal seria que as matas nativas não tivessem sido retiradas e os corredores ecológicos se constituíssem a partir da sua preservação. No caso em questão, a empresa está realizando o reflorestamento com espécies nativas em faixas de 25 metros entre cada 500 metros de eucalipto. O marketing da empresa tem

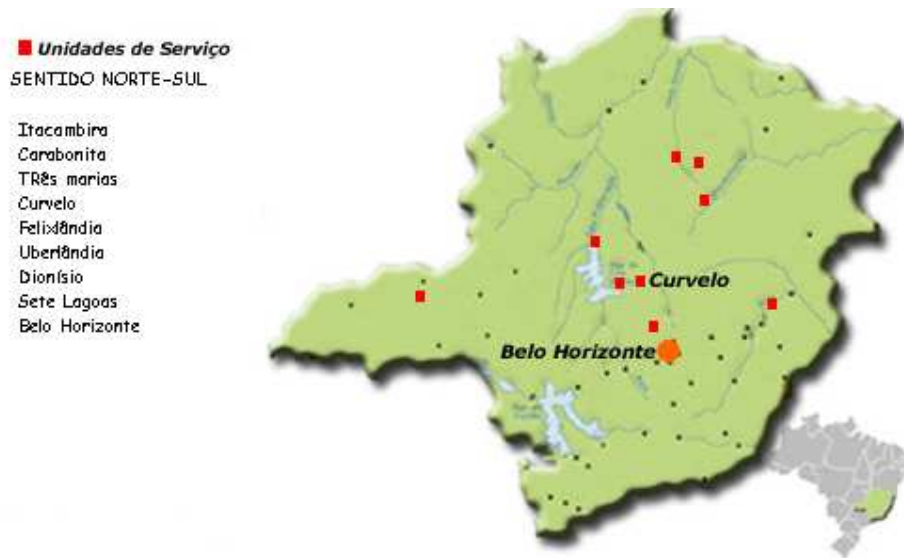
⁶⁰ Essa informação foi obtida no texto do Resumo Público (RP) da certificação do V&M Florestal (SGS Forestry), disponível na internet e citado na referência bibliográfica desta tese.

⁶¹ O modelo ‘rabo quente’ utilizado pela V&M e também por diversos pequenos carvoeiros locais é constituído por um pequeno forno redondo, feito com pequenos tijolos de barro cozido ou de adobe (barro sem cozimento).

se utilizado muito dessa medida, pois embora essa seja uma antiga recomendação, a V&M é ainda a única empresa do estado a tomar essa iniciativa.

A Plantar Reflorestamentos S.A., por sua vez congrega atividades siderúrgicas e de reflorestamento, sendo, atualmente proprietária da maior parte das florestas de reflorestamento não somente em Curvelo, mas em toda a região. Inicialmente tratava-se de uma empresa exclusivamente de reflorestamento, tendo, a partir do ano de 1985 se inserido nas atividades siderúrgicas, quando passou a produzir ferro guza, na própria região. O mapa a seguir, obtido no site institucional da empresa demarca a sua territorialidade na região:

FIGURA 18 – Territorialidade do grupo Plantar em Minas Gerais



Fonte: www.plantar.com.br

De acordo com um relatório da WRM – World Rainforest Movement (2002) a Plantar S.A. possui cerca de 15 propriedades rurais, totalizando 280.000 hectares, cuja quase totalidade da produção é destinada a abastecer a

suas própria siderurgia de ferro guza. Nos últimos anos a Plantar tem produzido também o carvão vegetal para churrasco. No ano de 1999, a empresa pediu a certificação FSC para uma parte de suas florestas (menos de 5% de sua área) e parece ser dessas matas o carvão utilizado nessa produto.

A vinda dessas empresas para Curvelo teve dois impactos imediatos: degradação ambiental e concentração da estrutura fundiária.

Do ponto de vista ambiental, verificou-se a retirada da vegetação do cerrado e a morte e expulsão dos animais. O desmatamento inicial se deu muito rapidamente e em grande escala, sendo a madeira do cerrado a fonte da sua produção inicial de carvão. Em relação às práticas da V&M⁶² nessa época foi relatado pelos moradores que a empresa utilizou-se de tratores e mesmo correntes, o que teria causado espanto entre os habitantes.

Fora o espanto dos nativos não havia empecilho de qualquer natureza para essas medidas, validadas tanto do ponto de vista legal quanto político, cultural e econômico. A legislação ambiental à época era inexistente⁶³ e, além disso, o cerrado, por sua composição paisagística, menos exuberante que outras formações vegetais do Brasil como a Mata Atlântica e a Floresta Equatorial, sofreu sempre uma forte desvalorização enquanto bem ecológico. A retirada de suas árvores não causava o incômodo que causaria, por exemplo, a retirada das árvores da Mata Atlântica já que o cerrado era considerado algo 'feio', sem serventia ou "vazio" como o discurso oficial destacava.

⁶² Nessa época ainda a empresa não possuía este nome e pertencia ao grupo Mannesmann

⁶³ Lembremo-nos que a conferência de Estocolmo ocorreu em 1972, posterior à implantação de ambas as empresas na área. A primeira legislação ambiental brasileira foi a lei 6938 de 31 de agosto de 1981, que legitimou a ação do ministério público nessa questão.

Entre os problemas ambientais mais visíveis em virtude da retirada da vegetação temos: a) impacto na biodiversidade, uma vez que leva à redução da biodiversidade, afetando mais diretamente a vegetação lenhosa; reduz igualmente a biodiversidade animal, posto que o habitat é retirado e as fontes de alimentação escasseiam ou são extintas. b) impacto no solo e na rede hidrográfica; a retirada da cobertura vegetal leva ao aumento da erosão, que causa assoreamento dos rios. A posterior utilização do solo para o reflorestamento de eucalipto aumenta a tendência à erosão, compacta e impermeabiliza o solo.

Quanto à impermeabilização do solo, relatório da WRM⁶⁴, aponta que essa alteração afeta a vida dos habitantes de Angueretá:

“Depois do desmatamento, estas chuvas passaram a ser temidas pelos moradores, pelo tanto de barro e areia que traziam das chapadas, assoreando os brejos e veredas. (...)um entrevistado explica: “No dizer do pessoal mais velho, que o eucalipto prejudica as águas. Num entanto não é só por causa do eucalipto, mas por causa do desmate que faz as corridas de água a favor das cabeceiras e que está entupindo as minação. Que diz que já puxa é um caso, o desmate acaba de arrasar por causa da erosão que vem e tampa as minação de água tudo”

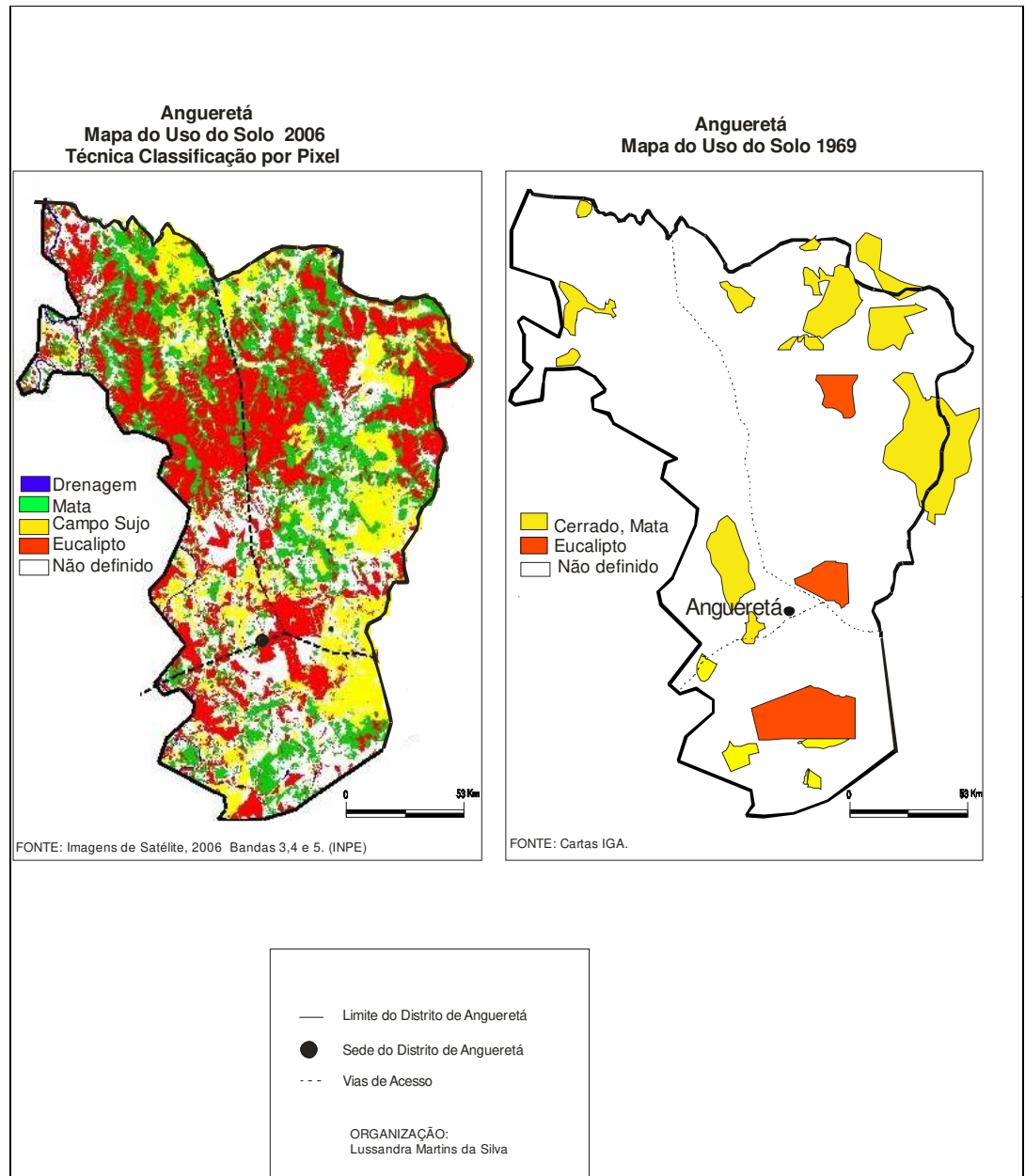
A figura, a seguir, compara a área ocupada pelo cerrado em 1965, com a área ocupada pelo eucalipto em 2006, evidenciando uma precisa substituição do uso do solo.

Especialmente no que concerne à porção nordeste do distrito, são precisamente as áreas que aparecem como recobertas pelo cerrado no mapa

⁶⁴WRM - World Rainforest Movement Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. e da Plantar S.A. Reflorestamentos ambas certificadas pelo FSC - Forest Stewardship Council

referente a 1965 que correspondem ao reflorestamento da monocultura do eucalipto em 2006.

FIGURA 19 – Substituição do cerrado pelo eucalipto no período 1965- 2006⁶⁵



Autor: SILVA, Lussandra

⁶⁵ Os dois mapas apresentados para análise comparativa foram construídos a partir de metodologias diferenciadas, o que faz com que apresentem padrões e nível de detalhamento. O primeiro deles, referente ao uso do solo do ano 2006, foi construído a partir da interpretação de uma imagem de satélite, que possibilita maior detalhamento, o segundo foi construído a partir da unificação de dois mapeamentos: um do IBGE e outro do IGA.

O mapa correspondente a 1965 apresenta uma grande área em branco, com uso não definido. São as áreas mais planas do distrito, recobertas originalmente por campo cerrado e campo sujo e que, posteriormente, serão áreas preferenciais de implantação da monocultura de eucalipto.

As matas, no mapa correspondente a 2006, referem-se ao cerradão e à mata galeria. Encontram-se, atualmente, bastante degradadas, aparecendo na forma de manchas espalhadas por todo o território do distrito.

Como foi demonstrado, a diferenciação paisagística do Domínio do Cerrado apresenta, na região, três unidades: a vereda, a mata-galeria e o cerrado, propriamente dito. A ação das empresas se fez espacialmente muito seletiva, tendo se realizado exclusivamente nas áreas recobertas pela última.

O impacto imediato dessa transformação é ambiental – devido à retirada da vegetação, poluição atmosférica e mortandade dos animais – e social em virtude da privatização ou extinção de recursos fundamentais para a sobrevivência das populações locais. Evidentemente, a expansão das áreas de reflorestamento de eucalipto se deu progressivamente, de forma que alguns dos processos ficaram camuflados mesmo aos olhos dos que eram atingidos.

A poluição do ar nas áreas de carvoaria é também um grave problema.

O citado relatório da WRM narra o depoimento de um ex-trabalhador da V&M em Curvelo, segundo o qual, a empresa usa como política ambiental uma “máquina” para recuperar o alcatrão da fumaça dos fornos de carvão. O alcatrão é armazenado num tanque de 20 mil litros. Entretanto, ocorre que, às vezes, o tanque de alcatrão fica cheio antes que o caminhão tanque passe. Nesse caso, o ex-trabalhador afirma ser o alcatrão em excesso enterrado num

buraco no chão, contaminando o ambiente local. Além disso, na limpeza da máquina, o alcatrão residual é despejado livremente.

Os impactos sócio-ambientais mais evidentes estão associados à concentração da terra, à alteração das relações de trabalho e precarização das condições de trabalho e vida do trabalhador, além da introdução de novos conflitos na área.

O impacto na estrutura fundiária se dá com a rápida concentração da terra. A chegada das empresas comprando indiscriminadamente as terras aumenta seu valor, inflaciona o mercado de terras e seduz muitos agricultores a realizarem a venda de suas propriedades, notadamente aqueles que possuíam propriedades menores.

A alteração da estrutura fundiária é um dos fatores associados à migração populacional para a capital do Estado. Atualmente, verifica-se um refluxo dessas ondas migratórias, com o retorno de diversos dos antigos habitantes de Angueretá. A maior parte deles, agora aposentada, adquire casas com pequenos quintais dentro do arruamento de Angueretá ou do distrito de Jk, também pertencente a Curvelo, como visto.

Além da concentração fundiária, um fator que incide diretamente nas relações com a terra entre os habitantes de Angueretá é que uma parte considerável das áreas ocupadas por estas empresas consistiram em áreas de terras devolutas e de uso comunal pelas comunidades locais. O relatório da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais em 2001 para investigar as condições de trabalho e existência de trabalho escravo em empresas de reflorestamento na região,

indica que muitas das terras atualmente ocupadas com o cultivo de eucalipto dessas empresas correspondem a terras devolutas, disponibilizadas para as mesmas pelo Estado através de contratos que possuíam vigência em torno de 20 anos, a maior parte dos quais já expirada:

"Nessas regiões (norte, nordeste e noroeste de MG) existiam as maiores áreas de terras devolutas. Boa parte dessas terras são cedidas às grandes empresas siderúrgicas pelo Estado, através de comodato ou arrendamento, para reflorestamento, e produção de carvão. Também conforme informações do IEF⁶⁶, existem atualmente mais de 2.000.000 ha plantados com eucaliptos. Apenas um quarto dessa área foi plantado com recursos próprios das empresas. Portanto, a grande parte, ou seja, 1.500.00 ha, recebeu financiamento oriundo de incentivos fiscais concedidos até 1986" (Assembléia Legislativa, 2002)

Já em 1998, corroborando com esta informação, a mídia nacional denunciava: "Uns sim outros não. Área de 265,1 mil hectares, que deveria ter sido devolvida ao Estado, prova que política agrária no Brasil tem um peso para os sem-terra e outro para as empresas". (RODRIGUES e VILLAMÉA, 1998:58)

De acordo com a matéria,

"...as empresas ignoram o compromisso firmado de criar distritos florestais em troca de incentivos fiscais. Não cumpriram sua parte e além de não devolver as áreas que exploraram por mais de duas décadas, estão tentando incorporar a propriedade ao seu patrimônio, com base na lei do usucapião, que dá direito ao imóvel àquele que o explorar por 20 anos ininterruptos." (RODRIGUES e VILLAMÉA, 1998:60)

A apropriação dessas áreas pelas grandes empresas reflorestadoras interdita o uso comunal das mesmas pelas populações tradicionais que já

⁶⁶ IEF – Instituto Estadual de Florestas

habitavam a área anteriormente, e as utilizava, não somente como área de coleta dos recursos do cerrado, mas também como pasto coletivo.

Além dos impactos mencionados, relacionados à instalação e atividade das duas grandes empresas de reflorestamento de eucalipto, acrescente-se que as mesmas, juntamente com diversas outras do Estado de Minas Gerais, têm sido acusadas de desrespeito às leis e convenções trabalhistas.

O principal problema é o trabalho terceirizado, presente em todo o norte de Minas Gerais e geralmente relacionado às empresas de reflorestamento. Mediante a 'terceirização ilegal' essas empresas realizam demissões em seus quadros e contratam trabalhadores via intermediários que não são legalizados. Esses intermediários, por sua vez, contratam trabalhadores para realizar as tarefas (muitas vezes os mesmos trabalhadores anteriormente demitidos pelas referidas empresas) em caráter temporário, pagando salários extremamente aviltados, de forma que à terceirização ilegal associam-se, freqüentemente, trabalho precário, infantil e degradante e inclusive a "quarterização" do trabalho (que inclui mais um intermediário no agenciamento dos trabalhadores).

Alguns desses agenciadores levam os trabalhadores a assumirem dívidas que depois são utilizadas como forma de obrigá-los ao trabalho, caracterizando o trabalho escravo. As empresas reflorestadoras buscam com isso, além de uma grande redução dos custos, eximirem-se da responsabilidade sobre as condições de trabalho das pessoas envolvidas em sua produção, o que é ilegal, pois a legislação assegura essa responsabilidade.

São inúmeras as denúncias e citações envolvendo as duas empresas, tanto no que se refere a desmatamento, quanto à terceirização ilícita e até mesmo trabalho escravo e infantil.

Ambas já foram alvo de processos do Ministério Público Federal do Trabalho (MPT) em virtude de praticarem a terceirização ilegal. Foram autuadas em março de 2002 pela terceirização ilícita de mão-de-obra e desrespeito ao ambiente de trabalho.

Durante o desenvolvimento da CPI realizada em 2001, pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que investigou as condições de trabalho em numerosas empresas de reflorestamento do norte de Minas Gerais, a CPT – Comissão Pastoral da Terra apresentou evidências de trabalho escravo tanto na Plantar quanto na V&M. Tais fatos tiveram bastante repercussão na mídia regional e foram acompanhados de mobilização da sociedade civil. O relatório final cita as duas empresas entre as que praticam a terceirização ilegal e degradante das condições de trabalho. Entre os aspectos levantados pela mídia regional temos: Trabalho em condições subumanas, jornadas excessivas, trabalho infantil, terceirização ilegal e quarteirização de mão de obra, transporte irregular de trabalhadores, trabalho insalubre e degradante, listas negras de lideranças de trabalhadores, falta de liberdade e autonomia sindicais, entre outros.

Uma equipe da WRM esteve em Curvelo para avaliar as certificações da V&M e da Plantar e, segundo seus relatórios, um dos entrevistados afirmou que muitos carvoeiros, que trabalharam anos nas carvoarias, já morreram, e outros estão com a saúde comprometida. Segundo este documento, os sindicalistas denunciaram que já morreu um trabalhador porque uma das

portas enormes do já referido forno "melhorado" caiu em cima dele. *“Ele era terceirizado e sua família não foi indenizada”*. Afirma ainda que os salários são aviltantes: *“a categoria dos assalariados que trabalham no eucalipto é uma das categorias que ganham menos. Por exemplo, mesmo quem trabalha no corte de cana, outra atividade assalariada rural, ganha quase o dobro do que no eucalipto.”*

O mesmo relatório da WRM revela que novos conflitos se instalaram a partir da chegada destes novos atores. Segundo ele,

“o sindicato dos trabalhadores rurais de Curvelo relatou que a comunidade de Canabrava⁶⁷, que perdeu seu pasto coletivo nos anos 80 à empresa V&M, está revoltada até hoje com esta política empresarial. Em protesto, têm aproveitado buracos nas cercas para deixar seu gado entrar, têm botado fogo no eucalipto da empresa, de "pura revolta" e feito carvão do eucalipto da empresa, apesar de que têm sido multados pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). Até hoje, o conflito não tem resolução adequada” (WRM, 2002).

São inúmeros os conflitos relatados pelo relatório entre as empresas e famílias de Curvelo, todos eles datando do período da implantação das duas empresas. Há um conjunto significativo de denúncias relacionadas à V&M, que prometia emprego e melhores condições de vida para os pequenos agricultores que insistiam em permanecer entre seus plantios de eucalipto, isolados. O relatório registra que

“agricultores da região de Curvelo, mais idosos, lembram que, por resistirem a vender suas terras, tiveram seus córregos poluídos por agrotóxicos da empresa, desvalorizando suas terras e forçando-os a vender por um menor preço. Acusam o manejo da V&M e da Plantar, e seus agrotóxicos, pelo fim dos peixes de seus

⁶⁷ Canabrava é uma área contígua a Angueretá, na sua porção norte, embora já não pertença ao distrito. É aí que se encontra uma das maiores fazendas da V&M em Curvelo, obtida através de convênio com o Estado para ocupação das terras devolutas.

córregos, principalmente o piau e a piranha, que usavam na alimentação das famílias rurais”.(WRM, 2002)

Em Curvelo, moradores denunciaram, também a morte de emas, por envenenamento e ainda o sumiço dos jacarés, de acordo com o citado relatório.

Nas proximidades de Paiol de Cima, área limítrofe de Angueretá a Nordeste, que fica próxima às florestas da Plantar ,

“pequenos agricultores reclamam que a empresa deveria recuperar um córrego completamente seco e que antes dos plantios apenas secava durante um mês do ano. Dizem os agricultores que, após a extração do eucalipto, e principalmente no período da "rebrotas", a situação hídrica local se agrava ainda mais.” (WRM, 2002).

Também em relação à Plantar, um conflito bastante significativo aconteceu no primeiro semestre de 2000, entre a empresa e os habitantes de diversas comunidades rurais da região. A empresa construiu um novo viveiro de plantas ao nor-nordeste de Angueretá e desviou uma estrada tradicionalmente usada por muitos moradores de Canabrava, Paiol de Cima, Meleiros, Cachoeira do Choro, Paiol de Baixo, Gomos e outras.

“Segundo diversos pequenos agricultores, professores, estudantes e famílias da região, sindicalistas, vereadores, a Plantar desviou a estrada tradicional porque a empresa não queria que a "poeira" (estrada de terra) afetasse as mudas de eucalipto produzidas no novo viveiro. Para tanto, a empresa, com o apoio do poder executivo municipal, aumentou em cerca de 5 km a distância necessária para a travessia do percurso, prejudicando estudantes, professores e comunidade em geral, que ainda faz a travessia a pé. Cerca de 900 estudantes e professores da Escola Sérgio Eugênio foram particularmente atingidos”.(WRM, 2002)

As denúncias relacionadas ao episódio relatam ainda que:

“para construir a nova estrada, a Plantar aterrou uma grande área de alagado, uma área que deveria ser de preservação permanente, de aproximadamente uns 400m², e construiu 3 represas no Córrego Boa Morte, tudo voltado para seu viveiro, em detrimento da água consumida pela população a jusante do viveiro, que passou a construir cisternas, temendo a qualidade da água que dali saía. Muitas lideranças cobram da Plantar que instale um sistema de decantação da água que sai do viveiro! Em Paiol de Baixo, lavadoras de roupa reclamam da empresa, pois têm de andar mais para acessarem a água que antes era próxima. Vereadores de oposição denunciaram, na mídia local que a crise hídrica é tanta que há uma política específica para a construção de 75 mil poços artesianos. Os mesmos vereadores cobram que a Plantar seja responsabilizada por parte desses custos. A crise hídrica e o envenenamento dos mananciais por agrotóxico, em toda a região de Curvelo, determinaram um "boom" no mercado local de água mineral. Um vereador da região afirma que cerca de 70% dos habitantes de Curvelo, e mesmo setores das classes mais populares, preferem não arriscar a beber a água da companhia estadual, pois temem que o alto índice de câncer e problemas de rins em Curvelo estejam associados à péssima qualidade da água distribuída à população.”(WRM, 2002).

Os conflitos instalados em torno dos recursos naturais no passado e no presente, vinculados à presença das empresas, são resultado da redistribuição autoritária dos recursos da natureza (e dos recursos do estado). Tendo acessado os recursos de forma autoritária as empresas fazem também a gestão autoritária dos mesmos, não encontrando limites para essa prática e ignorando os habitantes locais e mesmo a legislação.

A horticultura: nova relação com a terra

O cultivo de hortaliças é uma inovação em Angueretá, inspirada no sucesso da experiência na vizinha cidade de Pompéu. A finalidade é o fornecimento de verduras para a CEASA – Central de Abastecimento Sociedade Anônima, de Belo Horizonte. D. Virgínia e Seu Osvaldo, que possuem terras excelentes situadas numa várzea e criaram seus filhos desenvolvendo pecuária e plantando roça (denominação genérica para arroz, milho e feijão, principalmente) arrendaram suas terras para dois rapazes de Pompéu cultivarem hortaliças. Tomaram essa decisão, pois a terra estava ociosa, já que os filhos saíram para estudar ou trabalhar em Belo Horizonte, Sete Lagoas e Paraopeba. Com a saída dos filhos e a idade avançada (ambos possuem mais de 70 anos) o casal se viu sem forças para o trabalho e sem capital para investir na contratação de empregados.

Os arrendatários cultivavam, na época em que foi realizada a entrevista, quiabo, pimentão e abobrinha e, como os demais horticultores, são fornecedores da CEASA de Belo Horizonte. Dependendo da época e do calendário dos cultivos, podem plantar outros produtos. Para a continuidade do contrato, o casal pensa em propor uma parceria – na qual receberia entre 10 % e 20 % da produção dos horticultores.

Uma parte considerável dos horticultores e olericultores de Angueretá possui idade inferior a 40 anos, sendo a maior parte deles, mais jovem que isso. Embora existam arrendatários, a maioria planta as hortas em terras paternas.

No caso do arrendamento, a terra é cedida mediante porcentagem da produção que oscila entre 12% a 15%. O proprietário fornece exclusivamente a terra, geralmente de extensões limitadas.

Como exceção, temos dois agricultores. O mais produtivo de todos é o Florêncio. 40 anos, casado, dois filhos. É originário de Betim, segunda maior cidade do estado e pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde já trabalhava com produção de verduras, juntamente com o irmão. Mais tarde foi para Pará de Minas. Sua vinda para Angueretá data de 2002 e afirma pretender ficar até o final de 2006. Arrendou terra de um tio num contrato de quatro anos, sem pagamento direto, em troca de benfeitorias que viesse a desenvolver na propriedade, tais como reservatório de água, infra-estrutura na casa e galpões. A renovação do contrato implicaria na estipulação de um valor a ser pago mas já no final do terceiro ano ele conseguiu adquirir um terreno em área menos valorizada onde iniciará já os cultivos antes mesmo do final do atual arrendamento. Sua produção chega a 3.000 caixas por semana, que são levadas diretamente pelo agricultor para a CEASA de Belo Horizonte, num caminhão próprio, novo, avaliado em R\$180.000, do qual o pagamento do financiamento ainda não foi quitado. Além do trabalho dele próprio, da esposa e de um parente, contrata mais 12 pessoas de Angueretá, que busca no trevo da estrada, em caminhão próprio.

Outro grande produtor é Milton, filho de tradicional família da região, que também possui caminhão próprio para levar sua produção à CEASA de BH. Ele transporta a produção de mais dois agricultores, ambos arrendatários.

Fora esses, existem aproximadamente mais 7 produtores de hortaliças, com pequena produção, em torno de 100 caixas por semana, na época de maior produção.

Os produtos são sempre os mesmos: pimentão, quiabo, jiló, vagem, tomate, abóbora, alternadamente, segundo a época do ano. O uso da irrigação é bastante presente, geralmente por gotejamento. A utilização de herbicidas e fungicidas é feita também por gotejamento e muitas vezes com produtos inapropriados⁶⁸. Os efeitos dessa prática são a contaminação do solo e do lençol freático, bem como danos à saúde dos trabalhadores, que, em muitos casos são os 'donos' da horta.

FOTO 1 – Cultivo de hortaliças em Angueretá



Fonte – SALES, Marli

⁶⁸ Atualmente, os agricultores estão às voltas com a ação da promotoria do município de Paraopeba, que os pressiona a não utilizar os produtos químicos proibidos.

Além da vinda das empresas mineradoras e siderúrgicas, os processos favoreceram, também, a transferência de grande parte dos latifúndios para empresas ligadas a silvicultura e grupos empresariais como a “Cedro & Cachoeira”, investidores em gado de corte.

A compra das terras por parte dos novos grupos com finalidade de plantio do eucalipto e a criação de gado concentrou e centralizou a posse da terra, expulsando pequenos e médios proprietários e mesmo os grandes, tornando a presença de grupos camponeses, residual ou quase nula. Muitos dos *posseiros*, agricultores familiares, parceiros, arrendatários, trabalhadores autônomos, passaram à condição de empregados. A instalação das empresas trouxe, portanto, diferentes relações sociais de produção, diferentes arranjos para o homem, o trabalho, a terra. Os entrevistados reclamam de desvios de estradas, pressão sobre os recursos hídricos, agrotóxicos e até mesmo questões de limites entre propriedades. A água é contaminada com agrotóxicos e ao mesmo tempo escasseia.

Outro impacto é a falência de diversas empresas que beneficiavam os produtos do cerrado, anterior aos anos 60: fábrica de óleo de mamona, de produtos de couro e curtume, de sela, sapato, fábrica de licor e outros produtos derivados do pequi, fábrica de óleo de algodão, fábricas têxteis, fábricas de doces e balas.

O impacto dos novos objetos técnicos na paisagem e na territorialidade de Angueretá

A incorporação das técnicas produz paisagens, formas utilizáveis e traz consigo um conjunto de possibilidades, associando-se ainda, às novas territorialidades. A cada sistema de objetos técnicos se associa um sistema de ações definido por essas possibilidades. Passaremos a discutir o impacto dos novos sistemas técnicos nas territorialidades dos habitantes de Angueretá.

Tomemos o lampião e a lamparina, citados por um entrevistado. Não são apenas aparatos técnicos de uma época, mas produzem, também, espacialidades e sociabilidades específicas. Com sua iluminação insuficiente, fazem da noite um mistério e abrem espaço para o exercício das crenças, induzem ao recolhimento e levam à redução da circulação desde o pôr-do-sol até o amanhecer. A substituição desses objetos pelos associados ao uso da energia elétrica como fonte de iluminação, não apenas transforma a paisagem com seus postes e fios, apontando alinhamentos, mas traz uma outra apropriação da noite: esta se abre para o lazer, a circulação, o trabalho, o convívio. O número de horas destinadas ao repouso é diminuído, os espaços escondidos tornam-se espaços visíveis, o controle se amplia.

Outro objeto técnico de suma importância nesta definição local sobre o não sertão é o automóvel e a rodovia.⁶⁹ É significativo que o início das transformações locais tenham se dado com a implantação da malha viária.

Temos, então que, com o advento desse novo conjunto de objetos técnicos implantados no contexto da incorporação das áreas de cerrado à

⁶⁹ Importante lembrar que o distrito de Angueretá é cortado pela rodovia BR 040, que liga Belo Horizonte a Brasília e passa a uma distância de treze quilômetros da vila. Sua instalação se deu de forma conflituosa, envolvendo até mesmo mortes, segundo um depoimento.

moderna agricultura, alteram-se as dinâmicas do território e os sentidos dessas dinâmicas de modo a fortalecerem a fluidez do sertão, que muda de lugar, que não é mais aqui.

Os novos objetos técnicos a energia elétrica, a ferrovia, o automóvel (e a rodovia) não re-configuram apenas o espaço mas também o tempo, definindo aquilo que é possível se fazer e em que tempo. As distâncias encolhem com a substituição do cavalo e da ferrovia pelo automóvel. Ao definir Angueretá como “não sertão” um entrevistado afirma: “*Aqui, tem ônibus toda hora, se quiser ir [à cidade] duas, três vez por dia vai*”. Não há mais a territorialidade voltada para dentro, ela agora se dirige para fora.

Tratase da compressão do espaço e do tempo possibilitada pela implantação no território dos objetos técnicos da circulação. Em oposição à afirmativa de aqui “não é sertão porque possui ônibus e pode-se ir à cidade até três vezes ao dia”, aparece a novamente a idéia de sertão como isolamento “*sertão é lugar desertado*”. Como consequência, entende-se: Angueretá não (mais) é sertão em virtude desses acréscimos na sua materialidade. No sertão, espaço e tempo se encontram dilatados, extensos. O sertão “desertado” se reproduz voltado para si mesmo, não apenas em termos de temporalidades, mas também e, principalmente, em termos de territorialidades. As normas, as possibilidades de solução são geradas no interior mesmo do sertão. As transformações impostas ao espaço de Angueretá, alavancadas pela expansão das vias de transporte, circulação, comunicação, tiram o sertão do seu “ensimesmamento”. As normas agora vêm de fora, as intencionalidades também, assim como as soluções, que deverão seguir os trâmites definidos externamente.

Evidentemente, os sistemas técnicos recobrem o território de maneira desigual, produzindo, em efeito dominó, novas desigualdades a partir da inclusão ou exclusão. Assim é que, apenas uma pequena parcela dos moradores possui carro, e a grande maioria se vê obrigada a fazer seus deslocamentos a pé. A jovem Maria, tinha percorrido os treze quilômetros que separam Angueretá de JK, para se encontrar com o namorado que trabalha na pedreira e mora em Angueretá. Ficaram no bar tomando cerveja e, agora, ela retornava sozinha, caminhando. Da mesma forma, nem todos os que cultivam hortaliças utilizam os insumos e técnicas mais modernas. A linha de alta tensão e a rodovia cortam o distrito em áreas excluídas da energia elétrica.

Na porção noroeste do distrito, mais carente de vias de circulação, o isolamento acompanha e agencia a minimização das transformações. O isolamento é meio e resultado desta minimização das transformações. Aqui, pretende-se pensar nos objetos técnicos que acompanham as transformações em Angueretá não somente em sua materialidade mas também na forma como se inserem na vida dos habitantes do distrito. Para que tais objetos técnicos se inserissem foram necessárias certas condições, que foram sendo gestadas ao longo das últimas décadas, como vimos no capítulo anterior e, uma vez instaladas, induzem e possibilitam ao espaço a incorporação das transformações subseqüentes.

O sertão não é somente um lugar, é um tempo também, um espaço/tempo⁷⁰ definido pelas técnicas que o configuram. Muito provavelmente por isso, ao refletirem sobre o que é sertão e se Angueretá *ainda* é sertão, fazem uso da memória.

⁷⁰ Ver SANTOS (1972)

Os depoimentos, como demonstrado, apresentam o impacto das novas tecnologias em Angueretá. É preciso considerar, entretanto, que este movimento não é algo unilateral. Os elementos técnicos instalam-se nos diferentes lugares mas não ficam imunes aos lugares. Como afirma SANTOS (1996:48) os lugares redefinem as técnicas:

” cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes. Os respectivos “tempos” das técnicas “industriais” e sociais presentes se cruzam, se intrometem e acomodam. Mais uma vez, todos os objetos e ações vêm modificada sua significação absoluta (ou tendencial) e ganham uma significação relativa, provisoriamente verdadeira, diferente daquela do momento anterior e impossível em outro lugar”. SANTOS (1996:48)

A rodovia instalada não é apenas uma via de circulação e transporte. Para os habitantes de Angueretá, ganha novo significado e novo uso à medida em que se aproveitam do fluxo e da valorização dos produtos do cerrado e instalam às margens da rodovia suas barracas com os produtos do sertão *in natura* ou processados na forma de óleos, conservas, etc.

Na sede do distrito vizinho, JK, já às margens da rodovia BR 351, as barracas se estendem por mais de um quilômetro. Além disso, na época da chuvas, alguns moradores se aproveitaram do abandono do poder público com relação à manutenção da rodovia que leva a Curvelo e ao norte do Estado, para desenvolver uma fonte temporária de renda extra. Eles se colocam com pás nas margens da rodovia nos locais mais intransitáveis em virtudes dos buracos abertos na pista e jogam terra nos mesmos, reduzindo sua profundidade. Ao se aproximarem carros de passeio ou caminhões, pedem ajuda monetária para continuarem a tarefa. Podemos considerar, dessa forma,

que as novas tecnologias transformam e são transformadas pelos habitantes de Angueretá.

CAPÍTULO IV – O SERTÃO E A TESSITURA DA VIDA EM ANGUERETÁ

“O lugar pode ser ruim o que for, merece um nome melhorzinho que sertão.”

Eva, trabalhadora rural de Angueretá, 2006.

A tessitura da vida

Os processos descritos nos capítulos anteriores transfiguram o espaço enquanto totalidade política, social e cultural-ideológica, refletindo-se nas representações simbólicas dos habitantes de Angueretá. As novas representações se entrelaçam com as antigas, tecendo uma teia de ambigüidades que se reflete na leitura da paisagem, na relação com a natureza e seus recursos, na ética e nas ligações que estabelecem com o território.

Neste capítulo, apresentaremos os dados colhidos no campo, acreditando que possam iluminar, a partir da perspectiva dos habitantes de Angueretá, a transfiguração do sertão.

O distrito de Angueretá

Os terrenos ondulados cobertos originalmente de cerrado compõem a paisagem de Angueretá. Encontram-se atualmente extremamente devastados pelos processos já descritos anteriormente, como mostra a foto a seguir:

FOTO 2– Terrenos ondulados de Angueretá cobertos pelo cerrado em estágio avançado de degradação



Fonte – Sales, Marli

Observe-se o relevo levemente ondulado e o alto grau de degradação do cerrado. As árvores espaçadas são o que restou do corte para transformar a área em pastagem. No último plano, área cultivada.

O distrito de Angueretá é o mais antigo entre os cinco distritos do município de Curvelo (os demais distritos são: Curvelo (sede), Juscelino Kubitschek, Santa Rita do Cedro e Tomás Gonzaga). O espaço do distrito de Angueretá era originalmente ocupado pela fazenda São Sebastião, de propriedade de Antônio Mascarenhas, neto do português Antônio

Mascarenhas⁷¹. Inicialmente, este espaço foi dividido em três grandes fazendas, cuja repartição por herança, seguida da venda para “gente de fora” levou à fragmentação das mesmas: *“Pro resto, foi gerando, criando muitos Mascarenhas, foi partindo a fazenda, As outras grandes também já foi partindo tudo”*⁷².

Angueretá tem sua origem, portanto, na dissolução do latifúndio da família Mascarenhas, sendo marcado pelo ‘surto industrial’ representado pelos empreendimentos desta família. A sede da antiga fábrica de tecidos, atual museu da “Cedro e Cachoeira” fica a 30 km de Angueretá e pertencia originalmente a Curvelo, evidenciando que também o distrito participou, das ondas modernizadoras anteriores à atual.

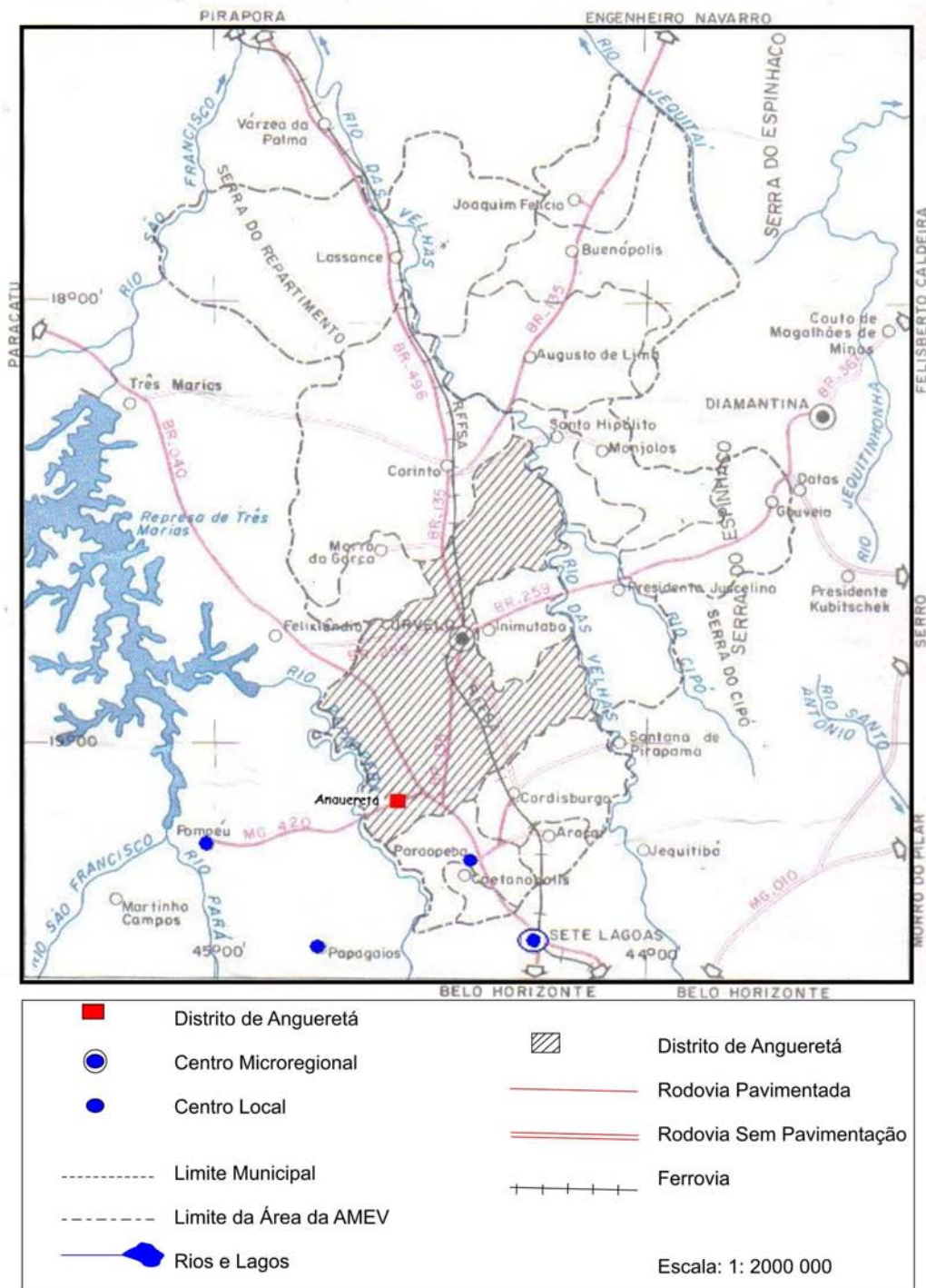
Para se chegar a Angueretá, vindo da capital do Estado, Belo Horizonte, é preciso seguir pela BR 040 por aproximadamente 70 quilômetros. Avista-se o trevo com a indicação de entrar à direita para chegar a Curvelo. A sede de Curvelo fica a uma distância de 60 quilômetros do arruamento de Angueretá, numa direção oposta; portanto, continua-se pela rodovia 040 mais dois quilômetros, aproximadamente, até o trevo para Pompeu, que fica à esquerda. Esse ponto se encontra dentro dos limites do distrito mas é preciso ainda percorrer 11 quilômetros pela rodovia BR 420 (que leva até Pompéu), até a sede de Angueretá.

O mapa, a seguir, apresenta alguns aspectos locacionais do distrito:

⁷¹ Os moradores mais antigos, inclusive pequenos proprietários ou até mesmo alguns desprovidos de terras possuem pele muito alva e olhos predominantemente azuis.

⁷² Depoimento de José Nilo Geraldo da Silva

FIGURA 20 – Mapa de Angueretá



Organização: SILVA, Lussandra
 Fonte: IGA, 1984

O distrito é cortado em toda sua extensão sul-norte pela rodovia 040 e pelo Rio Paraopeba. O Rio Paraopeba é também o limite ocidental do distrito.

O rio e a rodovia seguem paralelos pelo território de Angueretá: a antiga e a nova maneira de transportar mercadorias.

O “vilarejo”⁷³ de Angueretá situa-se na parte sul do distrito, próximo à junção das rodovias BR 040 e BR 420.

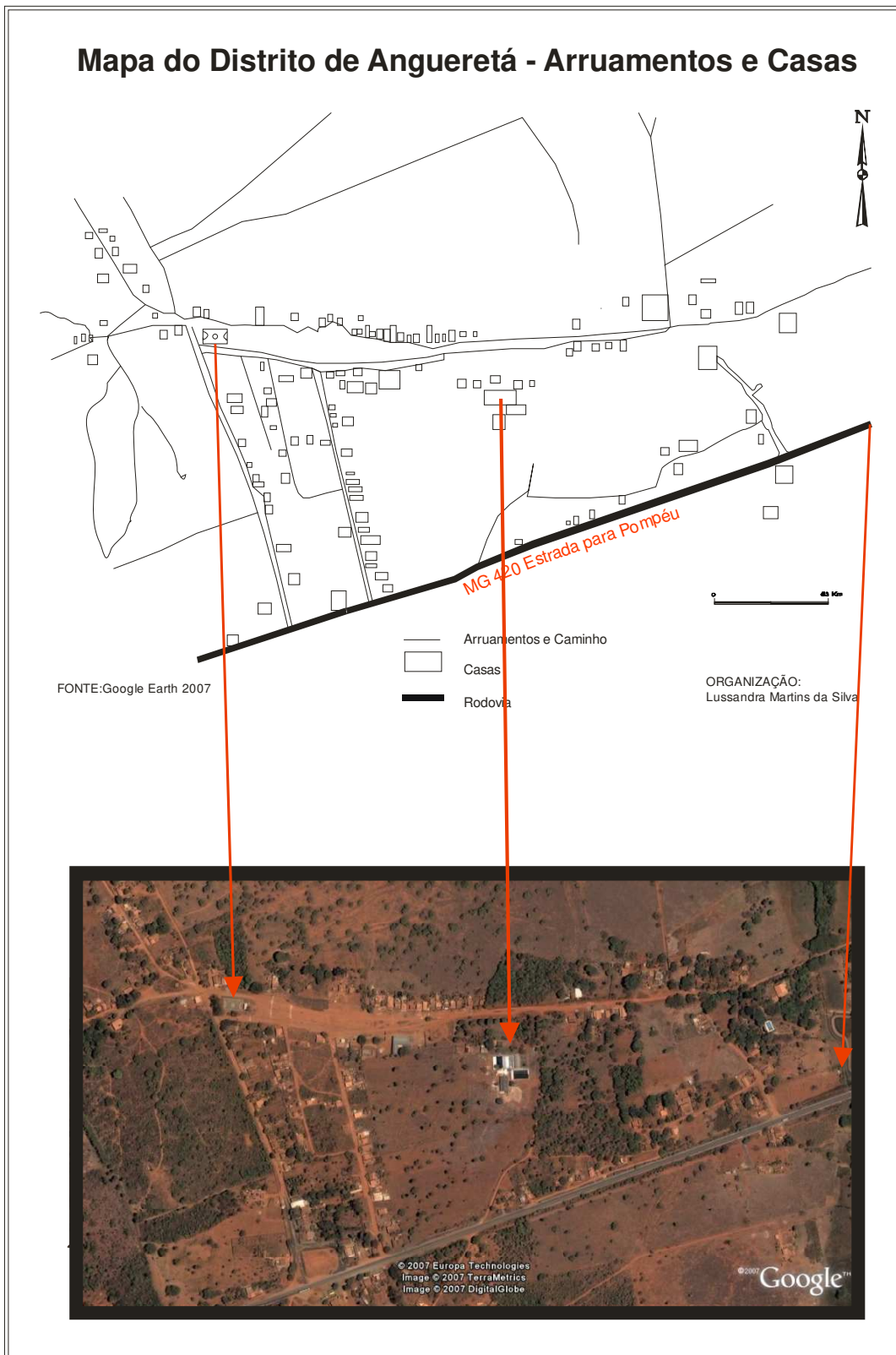
Angueretá possui algo em torno de 50 casas, todas seguindo um mesmo padrão, sem ostentação ou modernidades. Os tamanhos variam um pouco, mas nenhuma muito grande. Algumas delas possuem extensões cobertas com telha, onde ficam às vezes, fogões, despensas, etc. As pinturas, quando existem estão velhas e em muitas das fachadas, sejam nas paredes, nos passeios ou mesmo nas cercas, verifica-se a utilização da pedra ardósia. Não existe calçamento nas ruas, são todas elas abertas na terra batida.

A disposição das ruas de Angueretá segue o sentido da rodovia, estendendo-se longitudinalmente, na direção Leste – Oeste, correspondendo a parte Leste à área mais antiga do distrito e a parte Oeste a mais recente.

A rua mais larga, em que, numa das extremidades está instalada a quadra poli esportiva é a rua principal, denominada Avenida Coronel José Julio Mascarenhas. Nesta rua residem os moradores mais antigos e ficam a escola e o posto de saúde entre outros poucos serviços. É por ali que passava o caminho para Pompeu. Com a rodovia, ocorre o deslocamento do trajeto, como visualizado no mapa e na imagem.

⁷³ Definição êmica.

FIGURA 21 – Arruamento e casas de Angueretá:



Organização: SILVA, Lussandra

Grande parte dos parques benéficos coletivos de que a comunidade dispõe, se deve à Associação Comunitária dos Moradores do Distrito de Angueretá, fundada em 05 de abril de 1988. Foi a associação que firmou parceria com a Empresa Brasileira de correios e Telégrafos para que se instalasse um “Correio Comunitário” em Angueretá. Através deste convênio a associação recebe verba da EBCT destinada à administração da agência.

A Associação é que administra a quadra poliesportiva criada pela prefeitura há 4 anos. Foi também a Associação Comunitária que criou e administra a Creche Comunitária de Angueretá, que atende a 30 crianças a partir de 8 meses até 6 anos, de famílias carentes. Da mesma forma, a Associação Comunitária criou e administra o Centro Comunitário. Até mesmo o sistema de abastecimento de água é mantido pela Associação. São dois poços artesianos sem tratamento e sem hidrômetro que atendem a 200 economias (ligações) e se mantêm através do pagamento de taxa única pelos moradores. A inadimplência e o uso indiscriminado da água têm feito com que o sistema opere de forma muito instável. Existe um posto de saúde, mas sem pessoal qualificado e e desprovido de medicamentos, mesmo os mais usuais, como ataduras, medicamentos para primeiros socorros, etc. A forma como a comunidade precisa se organizar para obter serviços que são relativamente simples, demonstram o isolamento em relação à administração municipal

De um e de outro lado da rua principal, enfileiram-se as construções: à esquerda, todos os equipamentos públicos, inclusive escola, posto de saúde e à direita algumas moradias, algumas bem próximas umas das outras, algumas mais afastadas. Ao final desta rua, uma praça que não possui flores, bancos ou demarcações, tratando-se de um largo espaço de terra à mostra, em torno do

qual se organizam a quadra, algumas casas, a igreja Universal do Reino de Deus e três bares.

FOTO 3 – Praça principal de Angueretá



Na foto, apresenta-se a praça principal de Angueretá com destaque para o bar de maior frequência. Note-se seu revestimento, o passeio e os bancos e mesas de alvenaria que se destinam aos clientes são recobertos com lâminas da pedra ardósia. A imagem também permite perceber que a presença de automóveis é pequena e que a locomoção se faz principalmente através de bicicletas e a pé.

Fonte: Sales, Marli

Angueretá atualmente possui duas entradas pelo asfalto: a antiga, que surge primeiro, mas com condições de acesso bastante precárias, e a nova, em frente ao posto de abastecimento de combustíveis. Optando-se pela entrada mais antiga, depara-se, logo na entrada, com a antiga igreja de Nossa Senhora da Soledade⁷⁴ e seu cemitério adjacente. “*Angueretá já teve até*

⁷⁴ “a invocação de Nossa Senhora da Soledade, de origem espanhola e contrareformista, poderia ter sido transplantada para Minas a exemplo de Nossa Senhora do Pilar, por exploradores de ascendência castelhana, que não foram poucos dentre os bandeirantes paulistas”, segundo a prefeitura municipal de

padre...” relata Dona Virgínia. Esta entrada antiga está praticamente abandonada, assim como o cemitério e mesmo a igreja que congrega, cada vez menos fiéis.

Foi essa entrada utilizada na primeira visita desta pesquisadora a Angueretá. Do outro lado da igreja, depara-se com um bar improvisado com algumas telhas e quatro esteios, na frente de um *trailer*, que vende cervejas de uma poderosa marca multinacional ao lado da pinga produzida na região. Os proprietários do *trailer*, e dois fregueses jogam sinuca.

Assentado à frente de uma das primeiras casas está um casal de idosos – D. Virginia e Seu Osvaldo – que observa a rua. Não foram necessárias apresentações para que D. Virgínia me passasse os braços sobre o ombro desta pesquisadora e a fizesse entrar em sua casa, pela porta da cozinha: muito arrumada, com poucos utensílios e a presença de um fogão à lenha em evidente uso cotidiano. As panelas estão rigorosamente organizadas sobre uma mesa e seu alumínio brilha, evidenciando que foram “areadas”: ao cozinhar, as mulheres passam uma pasta composta por cinza e água no fundo e laterais das panelas para que a fumaça não fique grudada no alumínio. Na hora da higienização, esta pasta é retirada facilmente com água e a panela passa por um polimento (em tempos antigos, esse polimento era feito esfregando-se areia fina – daí o nome ‘ arear’ – com um pedaço de pano ou bucha vegetal; atualmente, utiliza-se esponja de aço).

A casa de D. Virgínia e Seu Osvaldo, bem como sua hospitalidade podem ser considerados um padrão local. É uma construção de adobe, típica

Sabará, que também possui capela dedicada e esta Nossa Senhora. Disponível no site www.sabará.mg.gov.br acessado em 24 de fevereiro de 2006.

da arquitetura civil portuguesa, presente em todo o interior de Minas Gerais. Na sala espaçosa o pé direito é baixo e a ornamentação traz muitas referências religiosas como uma foto do Papa João Paulo II, ou um relógio com uma foto de paisagem subtropical ao fundo e na parte superior, uma frase bíblica.

No quintal – cheio de flores, hortaliças e árvores frutíferas – a antena parabólica convive com a cerca de bambu, uma edificação característica no interior mineiro. Nela os bambus são cortados em pedaços de pouco mais de um metro de altura, partidos ao meio e fincados no chão em fileiras demarcando o território.

Na entrada da casa, sob uma árvore há um banco improvisado, também típico do interior mineiro, constituído por uma tábua presa a dois esteios cravados na terra vermelha – só que, agora, ao invés de madeira, uma pedra de ardósia – onde estavam assentados os dois moradores.

A incorporação do refugo da mineração de ardósia nas construções improvisadas pelos habitantes de Angueretá é a incorporação de uma nova matéria-prima que, por sua vez, demanda novas técnicas de construção dos objetos da vida cotidiana; mais um impacto na vida de Angueretá. A modalidade tradicional deste banco, com utilização de madeira, pressupõe a ida à mata para coletar a madeira e o encontro com os outros, num espaço antes coletivo. Pode-se pensar num distanciamento das relações com o cerrado, tanto em virtude da redução de áreas de cerrado disponíveis, quanto em termos de valorização do novo, do que até pouco tempo atrás era uma raridade.

Assentadas na cozinha, as histórias saem soltas: a falta de condições de trabalho no campo, o alto preço dos insumos, a pobreza crescente, a vida dos filhos fora e a saudade continuada, a festa de aniversário de casamento que receberam dos filhos... Tudo regado a café feito com coador de pano servido no copo de vidro e rosca encomendada de uma comadre quituteira. O marido, em silêncio, observa e às vezes assente balançando a cabeça com um sorriso discreto.

Por fim, D. Virgínia calça as botas e nos leva para conhecer a horta de seus arrendatários. Acha bonito e tem “*satisfação de a terra estar sendo usada.*”

Antigas raridades se tornam comuns: os filhos saindo, mesmo quando os pais possuem terras para plantar; a chegada de pessoas de fora para explorar as terras; o cultivo de hortaliças em grande escala.

Continuando por essa rua e seguindo em direção à praça principal de Angueretá, a caminhonete potente quase não passa, em virtude do alto grau de erosão da rua sem calçamento. No meio dos sulcos da erosão, bastante lixo, o que foi lamentado por D. Virgínia. A continuação desta rua já é a rua principal, que vai até a praça principal e se encontra com a outra entrada da cidade. Nesta última, uma padaria, uma praça com alguma vegetação arbustiva, um bar onde ocorrem as festas e o forró⁷⁵. Essa praça é muito ampla e cortada pela rodovia que leva até o município de Pompeu, distante menos de cinco quilômetros de Angueretá. Pompeu⁷⁶ polariza a população de Angueretá: aí

⁷⁵ Forró é o nome genérico para festa com dança em pares, independente do ritmo da música, embora geralmente sejam ritmos mais animados.

⁷⁶ Apesar da polaridade exercida, Pompeu é um município pequeno, possuindo uma população de

estão os serviços médicos, as escolas dos níveis mais avançados e o comércio mais especializado.

Em Angueretá, a vida ainda está profundamente ligada à terra. A economia predominante é típica de aprovisionamento⁷⁷ (SAHLINS, 1999 e GODOI, 1999). O uso de máquinas e implementos é reduzido e a fonte de energia para muitas dessas famílias ainda é o carvão, retirado do cerrado.

FOTO 4 – Cultivos de aprovisionamento em Angueretá



Fonte: Sales, Marli

A foto mostra um quintal onde predomina a tradição: o moinho d'água centenário, algumas touceiras de cana e de bananas, num arranjo em que tudo aparece junto, de fácil acesso, construindo funcionalidades com a cozinha, cuja porta dá acesso a esta área. Observe-se que a 'pinguela'(pequena ponte improvisada para atravessar o curso d'água) é um refugio da mineração de ardósia e que o conduto da água, que geralmente no interior de Minas Gerais é constituído de largos bambus, aí já é um cano de pvc.

⁷⁷ SAHLINS (1970) sugere o termo “aprovisionamento” em lugar de “subsistência” por se caracterizar como uma produção não apenas para uso, como também para troca, visando a obtenção dos recursos necessários à sua manutenção (GODOI, 1999:91)

Os cultivos tradicionais são: o milho, a cana e o feijão. A roça, mesmo pequena, está sempre presente. Alguns arriscam o plantio de cultivos comerciais como o café, a banana e o abacaxi, este último ensejado pela presença de empreendimentos agropecuários em outra área do município de Curvelo, que produzem este fruto. Tudo em pequena escala e visando em primeiro lugar, a satisfação das necessidades da família. Mesmo quando se trata da família de um proprietário de maiores extensões de terra, esses cultivos estão presentes.

Isso significa que apesar da inserção do espaço de Angueretá nos circuitos mais modernos do cinturão agro-industrial do país, trata-se de uma inserção desigual. Os habitantes de Angueretá tanto podem se inserir nos circuitos da modernidade em alguns aspectos, como podem manter a tradição em outros. A lida na terra, o trabalho de cultivar os vegetais parece ser algo que eles insistem em manter.

FOTO 5 – Criação de gado em Angueretá



Fonte: Sales, Marli

Aqui o gado se dirige do pasto ao curral, que fica nas proximidades da casa. As árvores não são nativas, tendo sido introduzidas para barrar o vento. O proprietário mostra um bezerro que nasceu com duas cabeças e explica que o gado é para leite.

A pecuária não é economicamente significativa, embora esteja presente de forma muito minoritária na totalidade das unidades de produção. Quase sem exceção, os moradores criam algumas poucas cabeças gado de qualidade inferior, solto nos pastos, geralmente de aparência ressequida na maior parte do ano.

Em Angueretá, muita coisa parece não ter lugar, e nos fazem perguntar por que estão aí. Em todos os espaços: cada casa, cada esquina, cada propriedade rural, cada estrada, estão presentes as formas contraditórias do convívio do antigo e do novo. As moradas e, principalmente, as cozinhas, parecem ser os lugares onde o capital tem menos força e as antigas formas de organizar o espaço e a vida permanecem. Embora o novo esteja em toda parte – representado pelas plantações de eucalipto, pela fiscalização do IBAMA, pela pedreira de ardósia, entre outros – a sua assimilação não deve ser entendida no sentido de rupturas mas de incorporações culturais. Os novos elementos representativos da modernidade são incorporados não com um sentido dado de fora que estaria contido em si mesmos para a concretização da racionalidade e das práticas tradicionais da comunidade. Estas permeiam todos os planos da vida material e imaterial e levam à apropriação das novas realidades, dando-lhes novo significado e, algumas vezes, novas funções.

Os habitantes mais ricos de Angueretá são também aqueles mais antigos. Entre os sujeitos privilegiados, trabalhamos com cinco famílias desse grupo. Três desses residem com suas famílias na vila de Angueretá, um deles

na própria fazenda e o último não reside mais em Angueretá, tendo se mudado para o distrito de JK. O fato de grande parte dos habitantes de Angueretá não mais residirem nas suas propriedades rurais aponta a agudização de uma separação: entre casa e roçado. Essa distinção se faz acentuar uma vez que o roçado e a casa ocupam espaços diferenciados: a casa é na vila, a roça é no campo.

Grande parte dos moradores de Angueretá corresponde a familiares desses cinco. Eles estavam em todos os lugares, na venda, na padaria, no cartório, nas sedes das fazendas... Uma vez, durante entrevistava a um jovem trabalhador rural num bar, o proprietário interrompeu e passou a dar informações sobre a família do jovem, sobre sua percepção acerca das diferenciações do cerrado e demais temas da entrevista. De outra feita, dois homens estavam construindo uma cerca de bambu em uma casa e a entrevista se dirigiu ao que pareceu ser o empregado. Ele respondeu: “*não sei nada não, pergunte ao seu Nilo*”. Interrompeu o trabalho e em segundos havia desaparecido na estrada lateral, sem pavimentação, deixando espaço para a fala do seu Nilo.

Evidenciava-se assim uma estratificação social em Angueretá. Os antigos proprietários, donos das terras mais extensas e herdeiros dos antigos coronéis; e os antigos moradores desprovidos de terras ou com extensões de terra muito pequenas herdeiros dos antigos colonos e agregados. A antiga ordem foi desfeita mas em pequenos sinais como este as relações de poder se revelam.

Pode-se identificar elementos do mandonismo⁷⁸, sendo exercido tanto por antigos fazendeiros quanto por um comerciante local mais abastado.

Já revelamos dois segmentos sociais, a saber: os herdeiros dos antigos proprietários e os herdeiros dos antigos colonos e agregados. Além destes, encontramos morando nas ruas principais, famílias de trabalhadores muito pobres, alguns em situação de grande fragilidade social: sem posses, sem emprego fixo, vivendo da caridade ou de pequenos serviços temporários feitos para os mais favorecidos. Esta parcela da população, extremamente empobrecida e sem condições de se reproduzir materialmente, conforma uma relação de favores com os proprietários mais antigos, através da qual estes últimos revificam o antigo poder. Em um dos casos, verificou-se ainda em vigor a acolhida do filho de uma dessas famílias pobres na casa de um dos antigos fazendeiros, residindo permanentemente. A família se refere com orgulho ao seu gesto, afirmando que o acolheram como filho. Na verdade, reproduzindo relações muito comuns entre famílias pobres e ricas no sertão mineiro, a família serve-se dos serviços da criança (agora jovem adulto) em troca de casa, comida e convívio. Enquanto os filhos da família saem para estudar, este realizou uma escolaridade precária, descompromissada (se precisassem dele em casa, poderia perfeitamente faltar de aula). Esse novo membro da família auxilia nos trabalhos da casa e das fazendas, dando recados, fazendo

⁷⁸ O mandonismo, conforme CARVALHO,(1997) refere-se existência local de estruturas oligárquicas de e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania. Não deve ser confundido coronelismo, que, segundo Leal trata do sistema, não das relações individuais "o que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município" (Leal, 1980:13)

pequenos serviços, enfim, auxiliando no que a família precisar, devendo estar sempre às ordens; não possui vida própria.

Estes moradores mais pobres, juntamente com os outros dois grupos, compõem a tríade social dos que vivem em Angueretá desde sempre.

A Cleusa é um dos exemplos desse grupo mais frágil socialmente, e foi escolhida como um dos sujeitos privilegiados da investigação. Ela tem olhos turquesa e expressão forte, cabelos claros e encaracolados, sempre em desalinho. Fala fluentemente, de forma lúcida e articulada. Vive com um filho de onze anos. Antes, moravam sob uma lona, ao lado da ponte. O terreno foi uma doação, recebida através do José Nilo, do cartório. As madeiras foram doadas por um antigo patrão. Construíram com as próprias mãos, ela e o ex-marido, um homem bem mais velho, do qual passa tempos separada e depois volta a viver junto novamente.

A arquitetura e tecnologia utilizadas são muito antigas, remontando aos ranchos provisórios que eram instalados pelos bandeirantes. As paredes são de pau a pique: trançado de bambu recheado e recoberto com barro amassado. O telhado é de capim. Não existe divisão interna: o único cômodo é ao mesmo tempo sala, cozinha e quarto. Na casa de Cleusa, o fogão é substituído por uma fogueira improvisada entre dois tijolos, sobre os quais se acomoda a panela com que se cozinha ou a lata em que se aquece a água. Não existe banheiro, nem dentro, nem fora da casa e a água, que chega por um cano de PVC, escoia permanentemente do lado de fora da casa. A água utilizada pela Cleusa não é do poço artesianos, mas captada de um córrego próximo.

O terreno é relativamente grande, com espaço para a casa e um quintal. Seu filho mais velho vai ser pai pela quarta vez e está construindo uma pequena edificação ao lado da casa de Cleusa, para morar com os filhos e a esposa.

Ela trabalha nas casas e também na roça, “*cortando mata*”, plantando, colhendo. Nessa última tarefa, o filho de onze anos vai junto e ajuda. Ela estudou até a quarta série e manifesta desejo de ver o filho também “*pelo menos formar*”: “*Eu queria ir para debaixo dela (olha para a terra) sabendo que deixei meu filho bem encaminhado*”, afirma.

O menino se mostra reticente e não vai. Diz que na escola eles “*só adulam os outros meninos*”, que é difícil estudar. Não sabe ler bem. O irmão de vinte e um anos, “*só tem a segunda série e lê muito bem*” diz a mãe.

“O cunhado falou: ‘porque você não manda esse menino para a escola, que os quinze reais da bolsa escola é pouco mas dá para você fazer alguma coisa.’ Eu acho que é, mas ele não quer ir.”

Uma preocupação insistente: A necessidade de trocar o teto da casa.

“Esses dias eu tava tomando banho aqui dentro, que eu tomo banho é aqui, que nem banheiro a gente tem. E passou uns rapazes numa caminhonete, acho que iam pescar lá no Vilmo e eu escutei eles falando: ‘Se não tivesse gente morando aqui era bom de eu colocar fogo nesse telhado’. Aí eu saí assim e gritei: ‘Ocês qué colocar fogo na minha casa, é?’ Então eles falou: ‘Olha, eu disse que tinha gente e tinha mesmo.’”

No vilarejo residem também famílias de assalariados que não possuem terras, mas desenvolvem ocupações que garantem melhores remunerações. São os empregados da pedreira, das fazendas, das empresas; os maridos, em alguns casos, passam a semana em outras cidades, retornando apenas no

final de semana. Nas franjas do pequeno arruamento, residem os que chegaram depois, principalmente trabalhadores que vieram para trabalhar na pedreira. Alguns deles trouxeram família e, após perderem o emprego migraram para atividades agrícolas e permaneceram em Angueretá.

Dilmo é um jovem de pouco mais de vinte anos. Mora com a esposa e o filho de um ano e meio numa casa de alvenaria com janelas de basculante em metalon, cercada com cerca de bambus na beira do asfalto. Fica um pouco isolada, a uns cinco quilômetros da entrada de Angueretá. Foi ele mesmo quem construiu a casa. Em toda a extensão da cerca tufos de flores do campo plantadas pela esposa. Quando esta pesquisadora chegou para a entrevista, ele estava ‘capinando’⁷⁹ o quintal, muito bem cuidado, com a terra bem socada; interrompeu o trabalho. Conta que nunca tinha trabalhado na roça antes e veio para Angueretá para ser “empregado na pedreira” trazendo a esposa grávida. “*O emprego não durou*”, mas eles gostaram do lugar e decidiram ficar. Dilmo aprendeu a trabalhar a terra e a cuidar de gado, atividades através das quais obtém o sustento da família como empregado temporário.

Buscou-se abarcar, no desenvolvimento da pesquisa, as diferenças internas do grupo e suas variações, incorporando o olhar de todo um espectro de sujeitos que vai dos proprietários mais ricos e tradicionais de Angueretá, até os novos moradores, de maior carência material, passando por toda uma gama que envolve vendedores das barracas, trabalhadores do posto de gasolina, professores, trabalhadores da pedreira, etc. Os impactos das transformações enfocadas na pesquisa não estão concentrados num único grupo, mas atingem todas as diversas situações de vida que se apresentam em Angueretá.

⁷⁹ Retirando, com uma enxada, as ervas que cresciam no seu quintal.

Sertão: identidade aberta

Os entrevistados de Angueterá, questionados se “aqui é sertão?”, muitas vezes se surpreendem e não é sem ambigüidades que falam sobre o sertão. Para parte deles, sertão tem conotação negativa e não concordam que Angueretá seja sertão⁸⁰. Alguns dizem que sim, já foi, muito poucos dizem que **ainda** o é. Angueretá já foi sertão, deixou de ser; e, pelo que as entrevistas apontam, essa transformação se deve aos processos mais ou menos recentes que estudamos.

Apesar de a prefeitura e o governo do estado insistirem na associação com o sertão, a idéia não tem muita ligação com a identidade local. O fato de a região pertencer ao Circuito Turístico Guimarães Rosa, circuito extremamente vinculado à idéia de sertão, não apresenta significado para os moradores, tratando-se de uma idéia externa aos habitantes de Angueretá, assim como a categoria sertão, trazida pela pesquisadora.

Das falas, apreende-se que o principal elemento definidor do sertão para a quase totalidade dos entrevistados parece estar relacionado às técnicas⁸¹. A

⁸⁰ Proença (1958), citado por MORAES (2000:71) remete a um trecho onde Saint-Hilaire discorre justamente a respeito da identificação (no caso ausência dela) dos habitantes do dito “sertão” da época: “tinham a vaidade de julgar que esta zona não pertence ao sertão: o deserto, diziam, só começa além de certas montanhas que se encontram entre esta região e o São Francisco (Saint – Hilaire, 1937:275-276)”. Essa citação nos instiga a refletir que o sertão ‘nunca é aqui’, é sempre mais além...

⁸¹ Esse tema foi discutido com a professora Bernadete de Castro por ocasião do seminário de tese.

presença ou ausência de determinados objetos técnicos⁸² é que define o local como sertão ou não-sertão.

Dentre esses objetos ou conjunto de objetos, destacam-se os associados ao transporte e à comunicação, aos equipamentos urbanos. A idéia de sertão como ausência/precariedade de meios de transporte aparece em diversos depoimentos. Seu Inácio e Dona Maria, um casal com pouco mais de 40 anos, se interroga e dialoga sobre o significado do sertão e, tanto suas falas quanto seus silêncios cheios de reticências trazem esse aspecto:

Ele: - Ah, né não, né.

Ela: - Sertão é lugar que nem tem ... De primeiro o povo viajava muito de cavalo...

“De primeiro”, provavelmente, era sertão e o que definiria o sertão nessa perspectiva é o meio de transporte utilizado e, evidentemente, todo o conjunto de objetos técnicos e formas da existência associados a ele.

Maria Elvira afirma categoricamente que ali não é sertão e se utiliza dos mesmos recursos definidores – o sertão é tempo, é tecnologia, é possibilidade de ação:

Pra mim sertão hoje não tem. Por que hoje, o lugar... Aqui prá mim é lugarejo. Porque hoje você pode ver que os meios de comunicação tem em todos os lugares. É raridade você encontrar um lugar que não tem meio de comunicação. Sertão pra mim é um lugar que não tem meios de comunicação. É um lugar isolado, que não tem nada. Não tem um posto de saúde, não tem um meio de comunicação, não tem nada, nada. Cê tem que alumiar com lamparina, feito antigamente, sabe. Pará mim é isso, o sertão.

⁸² Usamos o conceito de objeto técnico de SERIS, 1994 (p.22), segundo o qual “será objeto técnico todo objeto suscetível de funcionar, como meio ou como resultado, entre os requisitos de uma atividade técnica” citado por SANTOS, 1996.

Neste depoimento, a idéia de isolamento está ligada à precariedade dos meios de transporte e comunicação. Sertão aqui, é o “desertão”. E, para os entrevistados, o distrito de Angueretá, hoje, possui um sistema de objetos que não corresponde ao do sertão.

Se, por um lado, sertão é o espaço do deslocamento, da passagem, do encontro de fluxos diferentes, por outro lado, é o local que não tem meios de transporte. O que significaria isso? Parece que o sertão é aquele não tem meios para sair de si. As coisas chegam ao sertão, passam pelo sertão, deixam o sertão, mas o sertão não sai: permanece. Quando se propõe a definição de sertão a partir da perspectiva de dentro do sertão, o que aparece é o sertão isolado. O movimento do sertão é de fora para dentro, é invasão, passagem, chegada; mas não é saída, não existem forças centrífugas atuando, ou quando existem, não são suficientemente fortes. O que não significa que o sertão seja fixo. Pelo contrário. O sertão mineiro é movimento. Como já foi visto, desde as primeiras ocupações humanas, o uso do espaço do sertão apresentou um padrão de mobilidade que se sobrepunha à fixidez, mas ainda assim, tratava-se de uma mobilidade centrípeta.

As transformações em curso em Angueretá atuam nessa mobilidade inserindo forças centrífugas no espaço e abrindo possibilidade para o alargamento do espaço da vida.

Seu Zé Nilo, proprietário de terras cuja família é responsável pelo cartório local, relata as dificuldades enfrentadas “antigamente” para obter serviço médico, quando era preciso ir em carro de boi até a cidade próxima para depois ainda pegar o “trem-de-ferro para Curvelo”, uma distância que, no total, perfaz pouco mais de sessenta quilômetros.

Dessa forma, a instalação das rodovias e ferrovias, bem com a intensificação dos contatos com outras regiões podem ser identificados como elemento estruturador da idéia de que Angueretá não mais é sertão.

Muito dificilmente aparecem nas entrevistas, respostas acertivas e definitivas acerca do pertencimento ou não de Angueretá ao sertão. Na maioria dos casos verifica-se, pelas respostas, uma grande ambigüidade, gerada do imbricamento das idéias de sertão/não-sertão.

Seu José Nilo nos remete à mesma idéia dos sanitaristas da virada do século que diziam que o sertão começa para além da Avenida Central, no Rio de Janeiro, capital federal à época. A referência de Seu Nilo é a capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte:

“Aqui é bem sertão. Tem muita cidade por perto, tem ônibus, tem as estradas... Aqui já foi muito sertão. Mas hoje ... Pelo sistema, ainda é sertão. Sobre estrada, hoje não tem sertão. Abriu tudo.... Mas o Brasil é quase todo sertão. Desde Belzonte (Belo Horizonte) prá cá, é tudo sertão bravo.”

A definição de sertão está ligada a presença de alguns objetos técnicos como o posto de saúde e a ausência de outros, como a lamparina. Os entrevistados apreendem uma articulação entre as técnicas, o que nos permite afirmar que a representação de sertão elaborada por eles está associada a determinado conjunto de técnicas articuladas umas às outras, mais precisamente, a “sistemas técnicos”, e à produção da vida possibilitada por esse aparato.

Tomando essas narrativas em seu conjunto, podemos identificar algumas das características atribuídas ao sertão pelo discurso literário,

sociológico e mesmo político-desenvolvimentista: a imagem de despovoado, por exemplo.

Em algumas entrevistas, surge a imagem de sertão em contraposição à cidade. Nos dizeres de Seu José Nilo o sertão aparece como contrário de cidade e quando define o território do sertão, sentencia que Belo Horizonte é o limite entre o sertão e o não sertão. Desse modo, Curvelo, sendo cidade, não incorpora elementos suficientes para deixar de ser sertão.

“Sertão é lugar onde tem muita mata; muita coisa que na cidade tem, no sertão ainda não tem. É lugar muito sertanejo, mas pouco morador.”

“Sou sertanejo, sim. Se é bom ser sertanejo? É sossegado, a gente dorme de porta aberta. Na cidade eles fala: “vão bora pro sertão que lá é sossegado... E tem muitos peixes nesses rios.”

A aqui, ser sertanejo é valorizado, por uma leitura que vem de fora. Seu Nilo foi embora de Angueretá e trabalhou alguns anos em São Paulo, depois voltou. Seu olhar já é informado por olhares estrangeiros.

O acesso a serviços e ingresso na sociedade de consumo também compõem as referências que refutam sertanidade a Angueretá:

“Não é sertão nada. O pai não tinha dinheiro para comprar nada. Eu fui calçar meu primeiro sapato com dezenove anos, hoje, os menino tem sapato desde antes de nascer. Lá era sertão mesmo.

O sertão está quase sempre no passado. Confirmando sua mobilidade no tempo e no espaço, Angueretá já foi sertão, no entendimento da maioria dos entrevistados; mas a mudança dos produtos técnicos, a alteração dos modos de vida, transformam o espaço em não-sertão.

O poder público em Angueretá

“Em Angueretá, a paciência esgotou”

Padre Geraldo.

A primeira impressão que se tem ao conhecer Angueretá é que o Estado se faz ausente.

Apesar de os habitantes de Angueretá se referirem com muita insistência à presença dos sistemas de transporte, verifica-se que a sua constituição não se caracteriza pela eficiência e qualidade, especialmente no que diz respeito à vida cotidiana no distrito.

Em Angueretá não existe transporte coletivo, seja no interior do distrito, seja do distrito para Curvelo. As pessoas se locomovem a pé, de carona, ou através de ônibus em trânsito pelas rodovias que cortam o município.

A BR 040 encontra-se, quase sempre em bom estado, mas o mesmo não ocorre em relação à BR 351 que muitas vezes sofre com a lentidão do Estado na realização da manutenção necessária. Em 2001, as chuvas do final do ano danificaram os 50 km da BR 351 que ligam o trevo da BR 040 (próximo de Angueretá) a Curvelo deixando-os em estado tão lastimável que era impossível fugir das grandes valas que se instalaram no asfalto. Os caminhões levavam três vezes mais tempo para percorrer o trajeto. Foram necessários vários meses até que o asfalto fosse refeito.

Podemos afirmar, assim, que mesmo Estado que engendrou e engendra todos os processos de modernização do espaço em Angueretá, não se faz presente materialmente, na garantia dos direitos e da cidadania dos habitantes

de Angueretá. Essa presença contraditória está na raiz de uma visão bastante negativa do Estado entre os habitantes de Angueretá.

A ausência do poder público no cumprimento dessa função abre margem para soluções individuais e conflitos.

Um exemplo é o conflito estabelecido entre dois fazendeiros e entre um deles e o Estado, em dezembro de 2004 e janeiro de 2005, quando as chuvas derrubaram uma ponte, em plena BR 040, impedindo a continuação da viagem em direção a Brasília. Somente era possível continuar a viagem passando por uma das fazendas, onde era possível atravessar o rio, através de uma ponte precária, construída com fins particulares pelo seu proprietário. Este fazendeiro⁸³ fez melhorias na sua ponte e passou a cobrar pedágio de R\$10,00 para cada automóvel. Para utilizar esse desvio a viagem era acrescida de pouco mais que dois quilômetros em estrada não pavimentada e, como as chuvas ainda persistiam muitas vezes os automóveis costumavam “atolar” no barro, gerando nova fonte de renda para o fazendeiro que cobrava para “puxar” os automóveis com sua caminhonete. A ponte era bastante rudimentar e não permitia a passagem de caminhões, apenas automóveis. Um fazendeiro vizinho, seu parente, construiu uma ponte mais robusta, que permitisse a passagem de caminhões também e que exigisse uma volta menor. A proposta para construir a ponte e os recursos para tal foram obra de um fazendeiro mais rico, morador da sede de Curvelo, que não possui terras em Angueretá. Essa segunda ponte passou a funcionar em dezembro de 2004 e deslocou o trânsito da primeira ponte para si. Acontece que essa iniciativa prejudicou os

⁸³ Fazendeiro para os habitantes de Angueretá são os proprietários de terra.

investimentos do primeiro fazendeiro que, segundo relatos, fez uma denúncia ao Ministério Público que, por sua vez impediu a cobrança de pedágio.

Figura 14 – **A segunda ponte**



Fonte: Sales, Marli

O acordo firmado pelo proprietário com o Ministério Público permitiu o recebimento de contribuição espontânea e obrigou o proprietário a dar manutenção no trecho de estrada construído por ele e na ponte, bem como manter o local iluminado (benfeitoria que a rodovia não possui em nenhum outro ponto). O fazendeiro que havia construído a segunda ponte se sentiu injustiçado pelo Ministério público e ameaçou explodir a ponte. Ao mesmo tempo, ameaçava a vida do outro fazendeiro, acusado de haver feito a denúncia junto ao Ministério Público. Este último não queria conversar com estranhos e passou a ficar mais reservado em sua residência, temendo ser alvo da violência do outro.

O Estado se fez presente novamente, movendo recursos para manter a integridade da ponte, fato que tornou o fazendeiro ainda mais indignado.

A polícia rodoviária federal instalou um *trailer* no local e deslocou dois automóveis e alguns policiais para garantirem o cumprimento do acordo.

Figura 16 – **A cobrança do pedágio**



Fonte: Sales, Marli

A notícia “*correu chão*”, causando a indignação da quase totalidade dos habitantes. A ação do Estado foi severamente questionada, um pequeno proprietário local relata que também já foi vítima “*de um desmando deste*”, quando abriu caminho através de suas terras e de um vizinho até o chamado trevão, no entroncamento da BR 040 com a BR 135 que leva a Curvelo e foi impedido de transitar pelo trecho. “*Nós abrimos com machado, nós mesmos, e a polícia proibiu; não posso nem levar meu gado no caminho que abri.*”

Ainda no que se refere às relações entre o Estado e os habitantes de Angueretá, verificam-se duas importantes transformações. A primeira relacionada às estratégias de manutenção do poder por parte dos proprietários

de terras mais antigas e a segunda relacionada a uma certa perda da vinculação política dos habitantes com o município de Curvelo.

As elites agrárias tiveram seu poder amplamente baseado na relação de trocas de favores com o Estado, sendo uma das características das relações de poder no espaço rural na primeira metade do século XX, o sistema identificado por LEAL (1948) como “coronelismo”. Este autor definiu como “coronelismo” um complexo sistema de relações políticas que envolvia desde o presidente da República até o coronel (poder local), baseado em barganhas entre ambos. Essas trocas se estabeleciam, segundo CARVALHO (1997), da seguinte forma:

“O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.” CARVALHO (1997)

Através desse, os antigos fazendeiros, cuja decadência econômica levava ao enfraquecimento frente a seus rivais locais, utilizavam-se dos equipamentos do Estado para perpetuar seu poder e sobrepujar os oponentes. Assim é que esse tempo foi identificado como o tempo do “*delegado nosso*” do “*juiz nosso*” por um dos entrevistados.

Em Angueretá temos evidência de que este pacto já fez parte da ordem local. Isso se verifica quando alguns fazendeiros se referem, com saudosismo, à época em que seu domínio político era grande. Outro indicativo é que as paredes de algumas residências dessas famílias, exibem retratos de seus patriarcas com políticos de destaque no cenário regional e nacional. O próprio

presidente Juscelino Kubitschek, que esteve em Angueretá por ocasião da inauguração daquele trecho da rodovia BR 040, aparece numa dessas fotos.

Através do “coronelismo” esses grupos se apropriavam dos instrumentos e equipamentos do Estado, passando a utilizá-los para a captação de benefícios para a comunidade, a fim de angariar apoios.

Este sistema já foi desmontado há muito tempo⁸⁴. Além do mais, os fazendeiros de Angueretá se enfraqueceram paulatinamente, tanto econômica quanto politicamente, a tal forma que mal se sustentam politicamente dentro do município e mesmo dentro do distrito. O Estado não dialoga mais com estes antigos “donos do poder”, mas com os “novos donos”, que são as grandes empresas aí instaladas.

Diante dessa transfiguração do poder em Angueretá, os fazendeiros mais tradicionais buscam formas de perpetuar sua influência local, definindo estratégias a partir de elementos trazidos pelas próprias transformações verificadas.

Já foi citado que a Associação Comunitária é que obteve e gerencia os equipamentos básicos relacionados à qualidade de vida no distrito (água, posto de saúde, posto dos correios). Ocorre que tal associação não foi construída a partir de uma mobilização dos moradores do distrito. A iniciativa da sua criação, bem como sua gestão, pertencem a uma família tradicional e influente, proprietária de terras, cujo patriarca e diversos descendentes residem em

⁸⁴ CARVALHO (1997) entende, a partir da análise da obra de Leal (1948) que o “coronelismo” é um processo exclusivo da Primeira República, sendo indevido a aplicação do conceito em qualquer contexto que não seja dentro deste recorte histórico. Entretanto, o próprio Leal (1980:14) sugere um renascimento do coronelismo embutido na tentativa dos presidentes militares de estabelecer contato direto entre o governo federal e os municípios, passando por cima dos governadores, bem como diversos autores utilizaram esse termo para se referir a processos bem posteriores, alguns embutidos em análise do espaço urbano. Independentemente da perspectiva adotada, entendemos que, em Angueretá, esse processo já não existe mais, senão nas referências mnemônicas dos antigos atores.

Angueretá. A Associação Comunitária, portanto, tem a função, no âmbito local, de perpetuar o poder desta família e de seus aliados. Uma evidência disso é que uma parte dos habitantes de Angueretá não reconhece a entidade, embora façam uso de alguns de seus serviços.

Quanto ao segundo aspecto, verifica-se que a distância entre Angueretá e Curvelo, e o descaso do estado (representado na instância local pela prefeitura municipal de Curvelo) quanto às necessidades de Angueretá não é aceito com resignação tornando-se motivo da revolta também dos moradores do vizinho distrito de JK . O padre relata: “*Em Angueretá, a paciência esgotou*”⁸⁵.

Os vínculos com o município ao qual pertencem se diluem. A cooperativa da qual a maioria faz parte, por exemplo, situa-se em Paraopeba, município vizinho. Muitos dos serviços entre os quais, educação e saúde, de que necessitam os habitantes de Angueretá, são buscados no município de Pompeu, laço que é estreitado pelo fato de que alguns habitantes de Angueretá serem originários de Pompeu ou serem descendentes de famílias originárias de Pompeu. Os moradores das localidades de Cachoeira do Choro e Paiol de Baixo, mais ao norte, “*resolvem tudo em Felixlândia*”, outro município.

⁸⁵ Em Angueretá, essa “rebeldia” remonta ao período áureo da extração do diamante em virtude da extrema proximidade entre Curvelo e Diamantina (pouco mais de 100km)⁸⁵, fazendo de Curvelo local de fuga do controle das autoridades da Coroa.

A relação com o garimpo presente na gênese do sertão mineiro faz da subversão da lei elemento fundador. O garimpo é, por natureza e definição, infrator. Nasce como forma de infringir a rígida legislação da Coroa Portuguesa para as áreas mineradoras. No período áureo do ciclo do ouro em Minas Gerais, a atividade mineradora somente podia ser exercida pela Coroa, que concedia licença de mineração mediante pagamento do ‘quinto’⁸⁵ (PASSOS, 2000). O controle era tamanho que, além de a mineração não-oficial ser proibida, essas áreas, a partir da descoberta dos diamantes, “foram fechadas ao público e os habitantes expulsos” (PASSOS, 2000:21). A denominação ‘garimpeiro’ teria sido cunhada “para descrever uma pessoa que desafiava a propriedade real dos campos diamantíferos e, por isso, se tornava um infrator sujeito ao exílio em Angola.” SAINT HILAIRE⁸⁵ (1941) afirma que a palavra garimpeiro se refere aos locais elevados onde os garimpeiros se escondiam dos soldados⁸⁵.

Curvelo “*é mesmo que não existisse*”.

Numa manifestação de desagrado não orquestrada, muitos deles transferiram seus títulos de eleitores para os municípios vizinhos de Pompéu e de Paraopeba.

Essa decisão, tomada em cadeia mas sem o caráter de uma rebelião se faz, apesar de alguns reconhecerem que seu distrito fica fora da área de atuação dos eleitos. Tal atitude pode ser identificada como exemplo de resistência. Não se tratou de uma estratégia combinada ou planejada, mas uma somatória de ações anônimas e individuais. SCOTT (2002: 13) tratando dessas formas de resistência demonstra que é muito raro que os produtores desses micro-atos busquem chamar a atenção sobre eles mesmos. Além disso, essas estratégias não apresentam, segundo o autor, “qualquer desafio *público* ou simbólico da legitimidade da propriedade e da organização da produção”. Em Angueretá, entretanto, tais atos possuem um efeito imediato – a redução do número de votos – que origina outro cumulativo no tempo – o incômodo nos pretendentes a eleições e re-eleições.

As estratégias de resistência não se restringem à resistência silenciosa. As lideranças dos dois distritos, Angueretá e Jk – que, como foi referido, já compuseram, no passado, um único distrito⁸⁶ – se organizaram buscando a autonomia dos dois distritos, que viriam a constituir um único novo município. A emancipação de um município é um processo mais político que técnico, embora existam exigências técnicas para o credenciamento de sua reivindicação, como por exemplo, a existência de um mínimo de 200 casas. As

⁸⁶ O distrito de JK, sediado na vila São José da Lagoa, foi criado a partir do desmembramento de Angueretá

condições técnicas para a emancipação dos dois municípios existem. Entretanto, a rivalidade entre os dois distritos e especialmente, entre suas lideranças impediu que se desse entrada no processo. Angueretá e JK constroem sua identidade a partir da rivalidade entre si e o impasse surgiu na definição de qual dos dois povoados seria a sede do novo município a ser criado. As lideranças e a população de Angueretá reclamavam esse direito argumentando com o fato de ser um povoado mais antigo e por ter sido o distrito de origem do distrito de JK. A argumentação contrária considerava que o povoado São José da Lagoa, sede do distrito de JK deveria ser a sede do município por contar com população muito maior que a de Angueretá e comércio mais desenvolvido.

Com o aprofundar da análise, revela-se que a presença do Estado em Angueretá não se faz apenas com ausências mas também com uma presença autoritária, como vimos na regulação do conflito relacionado à construção da ponte. Trata-se de uma presença ambígua, pois que direcionada a alguns aspectos específicos da vida social; ao mesmo tempo em que mantém a ordem, cria a des-ordem dos antigos usos do espaço.

A relação é contraditória. Aliás, os conflitos com o poder instituído – que não cumpre sua função de cuidar do bem comum, mas impõe o cumprimento da sua ordem, tornando-se, portanto estranho e cerceador – estiveram muito presentes nas relações do sertão com os agentes do estado⁸⁷. A figura do

⁸⁷ É sabido das críticas de Lampião ao governador. Entre suas histórias existe uma justamente a respeito dos transportes, que traz um sentimento semelhante ao dos sertanejos de Angueretá: Lampião considerava a abertura de estradas fundamental para o seu sertão. Em conversa com Pedro Paulo Magalhães Dias (ou Pedro Paulo Mineiro Dias), inspetor da STANDAR OIL COMPANY (ESSO), conhecido como Mineiro ele disse dos seus planos caso se tornasse o governador do Sertão: "Premero de tudo, querendo Deus, Justiça! Juiz e delegado que não fizer justiça só tem um jeito: passar ele na espingarda!"

Estado aparece como repressor e autoritário impondo normas inaceitáveis cujo descumprimento é punido de maneira inquestionável, fato que acaba infringindo o senso de justiça das populações do sertão.

Isso é bem representado em Angueretá através do outro grande foco de tensões que aparece com muita ênfase nas entrevistas, que se refere ao descontentamento com os agentes de fiscalização do meio ambiente. Estes fazem cumprir regulações sobre os recursos da natureza que são, em certa medida, contraditórias face aos usos tradicionais dos habitantes de Angueretá.

As transformações verificadas no contexto da modernização agrícola trouxeram a questão ambiental para Angueretá. A legislação, a fiscalização e as multas ambientais chegam como chegou a ferrovia, a estrada, as empresas de reflorestamento, isto é, à revelia dos habitantes e suas formas de existência. A maneira como os habitantes vêem e lidam com os recursos da natureza não é a mesma dos agentes externos, mas a elas se encontram submetidos. A lógica de fora chega como uma nova violência representada, em primeiro lugar, pela negação das regras que regem o uso costumeiro dos recursos naturais em Angueretá.

Seu Manoel é um influente fazendeiro de seus 70 anos. Mora em Angueretá. Seus dois filhos, casados, vivem na fazenda e a administram. Seu Manoel vai quase todos os dias à fazenda onde criam-se poucas cabeças de gado leiteiro e cultiva-se milho, feijão entre outras lavouras tradicionais. A fazenda tem como um de seus limites grande extensão do rio Paraopeba, de

Vem logo as estradas para automóvel e caminhão!

- Mas, o capitão não é contra se fazer estrada? - objetou Mineiro.

- Sou contra porque o Governo só faz estrada pra botar persiga em cima de mim. Mas eu fazia estrada para o progresso do sertão. Sem estrada não pode ter adiantamento, Fica tudo no atraso”.

Fonte http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia.php?c=583

forma que uma parte do terreno, esse que fica na várzea do rio, é área de proteção permanente. Ele discute indignado:

Hoje, a margem de rio tem uma reserva permanente do IBAMA. Eu aqui tenho 16 km de beira de rio. Hoje o IBAMA quer uma reserva de 100 metros. Faz aí as contas de quanto dá. Dá uma fazenda.

Eu tenho uma mente, não sei se tá errado. Se eu respeito essa margem do rio. Dá 16 hectares. Olha, eu tenho cultura na beira do rio que se eu largar... Eu tenho averbado em cartório, 190 hectares de mata reservada. Terra de cultura, rapaz! Eu dei ali para reserva ambiental. Mais 16 na margem do rio. Eu digo uma coisa: meter trator, na margem de rio, não; desmatar, não. Mas cortar eu vou cortar.

Há uma grande valorização da autonomia dentro da sua propriedade por parte dos proprietários rurais. Diante disso, se ressentem e se revoltam contra a crescente restrição imposta pelos novos códigos aos seus ancestrais direitos de apropriação através do uso e consumo daquele espaço. BRANDÃO (1999) interpreta muito bem o significado dessa legislação, através da qual, o espaço da natureza deixa de ser

“um cenário de direitos, e tornou-se um espaço dado ao dever da preservação por responsáveis agora não mais usuários, pelo menos no sentido tradicional dado às utilizações camponesas do meio ambiente.” BRANDÃO (1999:59)

A dificuldade em assimilar e aceitar as normas impostas ‘de fora’ está relacionada a uma percepção a respeito da natureza e de sua posse que se apresenta conflituosa em relação à nova ordem dominante. A vivência da natureza como lugar de exercício legítimo de seu domínio permanece entre esses agricultores, enquanto, por outro lado, o Estado, através de seus agentes como o IBAMA, impõe controle sobre essa autonomia. O apreço à

autonomia dentro da propriedade foi identificado por SALES (1996) como um traço da agricultura familiar:

“Trata-se de uma cada vez mais difícil e relativizada autonomia, mas, o trabalho do agricultor familiar se fundamenta nessa crença e no esforço para se manter como controlador das decisões dentro da propriedade.” (SALES, 1996:180)

Luciano, filho de Seu Manoel relata outro conflito que reforça tal aspecto:

a fazenda do pai ficou uma vez debaixo d'água, nem leite tinha como tirar, tirou leite no asfalto. E o governo tava mandando a cooperativa de Paraopeba cobrar 10% para os flagelado; 10% do pagamento bruto.

O pai completa a história:

Eu fui lá e perguntei: o que é esse 10% aqui? E eles disseram: “Ah, é o governo que pediu ajuda para os flagelados” Eu disse: “O flagelado aqui sou eu. Você me autoriza eu vou fazer uma carta e pedir isenção pois sou o maior flagelado. Eu tenho a prova, a; EMATER filmou minha fazenda debaixo d'água. Que eu não tenho seguro. E eu disse que se viesse cobrando de novo eu ia tirar minhas latas. Eu escrevi, não deram crédito, tirei tudo e não volto mais.”

Em 1958, KING (citado por FOSTER 1996) já havia identificado uma percepção semelhante dos camponeses em relação ao Estado em seu grupo de estudo. Ele assim se refere à “desconfiança” dos felás e sua resistência em aceitar os programas de assistência estatal:

“Os funcionários do governo iam lá para impor as leis, para cobrar impostos, para perseguir criminosos, ou pra multá-los por suas ações, que eram ordinariamente resultado de sua ignorância e incompreensão das leis do Estado”.(FOSTER, 1964:119)

As novas regulações impostas pelo Estado e suas instituições como o IBAMA são percebidas como arbitrárias e incompreensíveis, aspecto também identificado por BRANDÃO (1999:62)

“A lógica jurídico-política da sociedade envolvente conspira em uma dupla direção contra as pessoas do mundo rural (...): ela soma aos problemas sociais da produção da agricultura e da pecuária familiar, uma série de neovalores e códigos externos que estendem de uma maneira não compreensível as proibições de acesso e uso dos recursos da natureza a limites inaceitáveis.”

A multiplicação e intensificação das normas e do controle vindos de fora constituem mais uma tensão, através da qual o mundo externo deixa cada vez mais de ser externo e invade o mundo de Angueretá.

A ordem jurídica externa se choca com os direitos atribuídos a si mesmos pelos agricultores. Ainda nos dizeres de Brandão:

“... ela reinaugura uma desigualdade de direitos e deveres ainda mais inaceitável, pois enquanto, de uma maneira sentida como crescente, acrescenta interdições e invade o mundo rural de punições e agentes de controle arbitrários, parece dar aos “de fora”, aos ‘ricos’, os direitos percebidos como ‘de todos’ e hoje proibidos aos homens do campo” (BRANDÃO, 1999: 62)

A tensão se intensifica quando os agentes do Estado são mal preparados. Agricultores relatam reunião ocorrida no final de 2005 em Paraopeba, em que todos os agricultores foram chamados pelo promotor, um jovem de pouco mais de vinte anos, proprietário de um jeep 4 x 4 que *“canta pneu pela cidade”*. O promotor *“chegou acompanhado de três policiais e já no início da reunião disse que quem falasse sairia dali preso”*. Fez uma preleção dizendo *“que não precisava de nada de Paraopeba”*, que *“não bebia nem a água de Paraopeba e que se o vissem saindo do açougue de Paraopeba*

poderiam ter certeza de que estava comprando carne para o cachorro dele". Um agricultor que se levantou e perguntou: *"Se não pode usar o veneno, o que devemos usar, então"?* , foi ameaçado com prisão. Além da revolta pela forma como a questão foi conduzida, os agricultores se sentiram amedrontados. Ainda segundo os relatos, a presença de qualquer pessoa estranha, especialmente de carro, nas propriedades causa desconfiança. À tarde, quando não mais estão trabalhando, ninguém consegue encontrá-los, pois se escondem amedrontados. Esse receio foi aumentado pelo relato que ouviram em Paraopeba feito por agricultores que possuem terras naquele município, a respeito de *"batidas"*⁸⁸ que o promotor tem realizado nas fazendas e *"quando a pessoa não acha imediatamente a receita do remédio que está usando na planta, ele confisca o remédio e ameaça prender"* .

O uso de insumos como os agrotóxicos é um novo elemento introduzido pela modernização do cerrado, resultado das inovações físico-químicas que trazem o aumento da produtividade do trabalho. São inovações desenvolvidas no seio de uma racionalidade de produção segundo a qual a terra é vista apenas como meio de produção. No limite, poder-se-ia identificar, nessa racionalidade a associação da terra com a fábrica. O controle das condições ambientais da lavoura ocorre no mesmo sentido do controle das condições de produção dentro da fábrica, o que traz a exigência de outros controles associados: na fábrica, como agora na lavoura, o controle é dado pelo tempo do relógio, pela medida precisa seja do tamanho seja do volume pelo sistema decimal.

⁸⁸ "batidas" são visitas surpresas feitas pela autoridade, visando verificar o cumprimento de alguma norma ou lei.

Os habitantes de Angueretá estão imersos, em certa medida, na lógica camponesa, segundo a qual, a vida não é regulada pelo tempo do relógio ou pelo sistema decimal. Essa lógica apresenta como uma de suas características o que vou denominar aqui de “conteúdos de imprecisão”. Todas as atividades do cotidiano apresentam estes conteúdos de imprecisão. O horário é “*mais ou menos*”. As coisas são feitas “*pro rumo*”⁸⁹. A distância entre os mourões da cerca é calculada “*no olho*”, sem mensuração exata do espaço entre um e outro. A altura dos “*paus da cerca*” apresenta apenas uma vaga regularidade. A contabilidade da propriedade não é feita senão por aproximações, os registros dos gastos e das receitas nunca é feito. É tudo “*mais ou menos*”. Até mesmo o calendário dos tratos culturais é submetido a certa flexibilidade, permitindo adiar alguns dias certas práticas, em virtude de chuva, da chegada de um vizinho, da demanda por auxílio de alguém, ou mesmo do desejo de dedicar aquele dia a uma outra atividade qualquer.

Uma vez que os agrotóxicos pertencem a uma outra racionalidade – a que chamamos metaforicamente de ‘racionalidade da fábrica’ – que confronta esse “conteúdo de imprecisão” e traz consigo a exigência do controle rigoroso da quantidade e da forma de uso, instala-se uma contradição na prática dos habitantes de Angueretá. O uso indiscriminado do agrotóxico é uma das formas resultantes dessa contradição. Sua aplicação também apresenta esse conteúdo de imprecisão. Sendo assim, também a aplicação do agrotóxico não obedece rigorosamente ao estipulado na embalagem.

Diante da incompreensibilidade e arbitrariedade da ordem jurídica externa, os habitantes de Angueretá entendem como legítimo o

⁸⁹“Pro rum” ou pelo rumo, pela direção vagamente indicada.

descumprimento das imposições da mesma. Tal descumprimento, da mesma forma que a já citada transferência dos títulos de eleitor, insere-se, também, nas formas cotidianas de resistência camponesa apontadas por SCOTT(2002), consideradas pelo autor de extrema importância para os camponeses, em virtude dos obstáculos enfrentados por eles para a ação coletiva e organizada.

O conflito entre usos e normas, ética local e ética externa será melhor desenvolvido ao discutirmos as relações dos habitantes de Angueretá com os frutos do sertão. Veremos que não somente as normas escritas mas também as normas consensuais vigentes geram conflitos. A ética dos habitantes de Angueretá, embora não sendo compreendida ou legitimada pelos “*de fora*” é, algumas vezes utilizada por estes estrangeiros com vistas a concretização de finalidades estranhas aos habitantes de Angueretá. Esse é um dos aspectos visíveis da ‘invasão’ da fronteira. A facilidade de acesso dada pela compressão do espaço, possibilita a chegada dessas novas racionalidades no espaço de Angueretá, cujo contato com a lógica local se fará através de conflitos e confluências.

Ética e justiça no sertão

“Hoje o povo é perigoso, mas bravo era antigamente”

Seu José Nilo, proprietário em Angueretá.

Tradicionalmente, tanto na literatura quando no imaginário sobre o sertão, este espaço pertence a homens valentes, que fazem a justiça com suas próprias mãos. Já vimos que a ambígua presença do poder público induz às

soluções individuais. Dessa ausência do estado e da necessidade de soluções individuais para os conflitos, temos o desenvolvimento da imagem do homem bravo, que conduz sua vida segundo uma ética de honestidade e brio e que se utiliza legitimamente, embora não legalmente, da força para resolver os conflitos.

Este homem não é percebido como violento no contexto sertanejo. É' bravo.

Seu Xixico passou. Aquele é um velhinho bravo demais. Pó conversar com ele não. Ele é muito queimado. Ele chega na venda do Paulão, não entra lá. A menina vem e vê o que ele quer.

O fato de ser um homem 'bravo', não desabona o caráter de um homem. Pelo contrário, tal característica, parece ser motivo de admiração e respeito.

A 'braveza' do homem em Angueretá se sobressai como padrão de comportamento, vinculado a todo um "sistema de valores centrado na coragem pessoal".(FRANCO, 1997: 51). Demonstra-se admiração e respeito pelos "valentes":

"Tinha o Zé Nego, que era forte e matava. Tinha também o Xicão, desse tamanho. Andava de chapelão e perguntava: "Cê gosta daquele ali? Não? Pá (atirava e matava). Se ele é seu amigo, é amigo para o resto da vida. Isso tem aqui. Diz que ele hoje está num asilo.

A virtude da lealdade em Xicão é enfatizada, quase eximindo-o de culpa. Ressalta-se uma ética da lealdade.

A idéia de valentia faz parte do imaginário mesmo entre os jovens. O neto de D. Tereza é universitário; conta que na cidade em que estuda, quando diz que é de Angueretá, ouve dizer que trata-se de uma terra de "gente brava".

E sorri revelando sua resposta: *“Digo que os bravos que havia, já matei todos”*. Evidentemente, trata-se de uma brincadeira, mas demonstra, que, de alguma forma, a valentia faz parte das representações daquela população, uma vez que já se pode brincar com isso.

Situações de tocaias, mortes por vingança, brigas de faca, etc. são relatadas como corriqueiras, revelando que permeiam e se repetem com regularidade no cotidiano. Afrinha conta: *“Um sujeito arrancou revolver para meu filho e morreu na frente da árvore”*. *“O meu filho que matou também não deu nada, nós arrumou tudo”*.

Quanto à familiaridade com que o sertão trata atos de violência, reconhecidos como ‘braveza’ em Angueretá, nos remetemos a MONTEIRO (1974) que desenvolve o conceito de violência “costumeira” . Segundo este autor, esta forma de “violência” está relacionada a um modo de vida também “costumeiro” que é articulado à ética e aos valores tradicionalmente construídos naquele grupo. MONTEIRO (1974) identifica como uma das características da violência “costumeira” o fato de fazer-se

“entre homens que se representam em nível ideológico como iguais ou potencialmente iguais, ou entre homens beneficiados por uma autonomia necessária” (MONTEIRO, 1974:43).

Outro aspecto definidor da “violência costumeira” seria que, cada uma das diversas formas de manifestação dessa “violência”, embora sejam diferentes

“em suas motivações concretas, ocorreriam sempre dentro de um quadro ambivalente, onde a autonomia e a subordinação eram as polarizações principais.” (MONTEIRO, 1974:39).

Este autor entende ainda que

“Numa sociedade pouco diferenciada no que se refere aos bens de uso comum, é compreensível que a busca de recursos sociais propiciadores de equalização e atenuadores da subordinação se concentrasse na valorização de virtudes pessoais, em específico, daquelas ligadas, direta ou indiretamente à lida do gado e às exibições de coragem e destreza individuais.” (MONTEIRO, 1974:39).

Tal interpretação parece extremamente pertinente ao caso de Angueretá. Mesmo a análise do autor ao considerar a funcionalidade dessa “violência costumeira” à ordem vigente, na medida em que os “valentões” poderiam ser mobilizados para as lutas políticas e disputas em torno da terra e da honra, que pouco se aplica ao observado em campo, teve, em alguns momentos, certa ressonância. Cita-se, por exemplo, o seguinte depoimento em que o João Soares desempenhava tanto as tarefas de peão quanto de “criminoso”:

“O meu bisavô era muito trabalhador: João Soares, do lado de mãe. Vivia de fazenda em fazenda montando em burro bravo, fazendo sela, como se dizia. Ele era criminoso. O meu bisavô, por parte de pai não combinava com ele, era o Capitão Clemente Pereira. Um dia eles foram visitar uma fazenda e os dois foram colocados no mesmo quarto para dormir. Eles passaram a noite inteira pitando e conversando. Não dormiram, ficou um com medo do outro”

Outro exemplo é a justificativa de Afrinha para a inimizade com o fazendeiro José Figueiredo:

“Eu tinha inimizade desse José Figueiredo que ele chegou lá em casa querendo que Sinhô trabalhasse de jagunço pra ele.”

Fica claro que ela, como esposa, desaprovava e não queria o esposo trabalhando como jagunço. O fato relatado ocorreu há trinta anos, segundo ela.

Do que se depreende que, em alguma medida, a observação de MONTEIRO (1974) se fazia pertinente em relação às antigas formas sociais em Angueretá. Atualmente, a “violência costumeira” em Angueretá não envolve tais formas. Os antigos fazendeiros, que eram os poderosos perderam muito desse poder, juntamente com terras, dinheiro e prestígio. A dominação agora se faz através dos novos agentes, que não estão presentes fisicamente em Angueretá e exercem seu poder de formas diversas das destes antigos fazendeiros.

MARQUES (2006:3) identifica uma aparente recusa por parte das populações rurais tradicionais “à qualificação dessas práticas [de ‘violência’] enquanto categorias de delinqüências outras.” A autora cita o depoimento de um deputado estadual, relacionado por parentesco a uma rixa de família em Pernambuco segundo o qual briga de família seria algo ‘normal’ e até ‘saudável’, tanto quanto uma briga política.

Verifica-se a “incorporação da violência como um modelo socialmente válido de conduta”, característica do sertão identificada, por exemplo, por FRANCO (1997). Em relação a nossa área de pesquisa essa idéia talvez seja melhor expressada se utilizarmos a expressão ‘valentia’ ao invés de violência. Os habitantes de Angueretá não se dizem violentos, são *bravos*, *valentes*. Segundo nossos interlocutores, violentos são os outros, os que vem de fora, os que a televisão mostra, que matam para roubar, por causa de droga e outros motivos “criminosos”.

Como mostra seu Nilo:

“ Não saía matando a torto e a direito igual traficante e bandido, que vai dando tiro a torto e a direito. Esses são perigosos. Os outros era bravo”.

Angueretá possui uma história de chacina que é um trauma e um tabu. Trata-se do denominado localmente, “caso da cisterna”, ocorrido no início dos anos 70, que alcançou os jornais⁹⁰. História silenciada e mal contada, várias vezes interrompida, sempre com avisos de que não se deve publicar isso de novo. Algumas famílias não permitem que seus idosos dêem depoimento acerca do acontecido. A maioria diz que não sabe nada, mas todos fazem algum tipo de referência. Pelos relatos colhidos, tudo se iniciou com “uma questão de orgulho”⁹¹. Uma desavença em relação ao transporte de balsa de uma margem do rio Paraopeba para a outra ensejou a morte de um caminhoneiro.

Essa morte é relatada com grande naturalidade, quase como previsível e aceitável, diante de uma ofensa desferida por ele ao proprietário da balsa.

A solução violenta, numa relação na qual praticamente não houve contato entre os envolvidos, aponta uma característica da violência no sertão também identificada por FRANCO:

“Nota-se, inicialmente, em grande parte dos ajustamentos observados, que a oposição entre as pessoas envolvidas, sua expressão em termos de hostilidade e sentido de ruptura se organizam de momento, sem que um estado

⁹⁰ Este episódio foi tema de pesquisa de Andrea da Conceição Pires Franca, denominada “Um crime-reflexo da repressão de um período – Angueretá, 1968-1974. IFCH – UNICAMP sob orientação da professora Maria Lygia Quartim de Moraes. Como se depreende do título, a autora associa o fato com a repressão política do governo militar ditatorial que havia assumido o poder no Brasil àquela época.

⁹¹ Quando ainda não havia ponte para atravessar o rio Paraopeba, a única forma de realizar o transporte de pessoas ou mercadorias para o outro lado era através de balsa mantida por um fazendeiro tradicional de Angueretá, cujas terras ocupavam grande extensão da margem direita do rio. Era parente do proprietário da outra margem, já no município de Pompeu. Os entrevistados relatam que, certo dia, “chegou um caminhoneiro com uma carga de carvão querendo atravessar o rio”, mas a balsa já havia encerrado o transporte naquele dia. Diante da recusa do proprietário da margem direita em realizar a travessia, o caminhoneiro brigou e, à noite, colocou fogo na balsa, que desceu o rio. No outro dia, o caminhoneiro foi morto. Passaram a ocorrer diversos assassinatos, tendo sido encontrados, mais tarde, dentro da fazenda do fazendeiro que mantinha a balsa, numa cisterna.

anterior de tensão tenha contribuído”. FRANCO (1997: 24)

Outro elemento é a desproporção entre o ato gerador e a solução encontrada. FRANCO (1997:26) também identifica, em seus estudos “uma desproporção entre os motivos imediatos que configuram um determinado contexto de relações e o seu curso violento” .

Seguiram-se outros assassinatos, não relacionados ao primeiro, mas tendo em comum, o envolvimento do mesmo fazendeiro e um policial militar. Segundo depoimentos, “ muitos inocentes foram mortos e seus corpos jogados numa cisterna”. Essa forma de se referir aos assassinatos legitima a morte do caminhoneiro: os outros eram inocentes, ele não.

Um dos acusados de estar envolvido “no caso da cisterna”⁹² e que alguns dos entrevistados consideram haver matado “ a mando de outro”, não nega. Aos 78 anos, com um jeito manso, os olhos muito azuis e calmos, e medindo mais de 1,80m de altura, quase demonstra pudor ao falar no assunto: *“As vez a gente fazia uma coisa errada pois a gente faz coisa errada, igual essa história do tiro.”*

A esposa entende que a acusação foi motivada por vingança:

Na venda, o primo me deu um tapa e ele achou ruim e deu um canivetinho de nada e cortou a barriga dele. Aí ele denunciou [meu marido; e meu marido] não tinha nada e ele e os irmãos é que eram. Aí que surgiu esse negócio de cisterna. Aí eles saíram caçando cisterna e não achou nada.

Os que chegaram após o ocorrido, se apropriam da história, alteram seu teor, transformando o fato em lenda; falam de “*cem vítimas no caso da*

⁹² Como se referem os habitantes de Angueretá sobre o ocorrido.

cisterna”, o que é pelo menos cinco vezes mais ossadas do que a matéria de jornal indicou terem sido encontrados.

Florêncio é um desses que chegou há pouco tempo em Angueretá. Conta que no porão da casa em que atualmente vive, com a esposa e duas filhas, *“ficavam presas as vítimas durante uma noite inteira enquanto os bandidos farreavam, faziam forró e no dia seguinte levavam, matavam e jogavam na cisterna”*. Mostrou um alçapão no piso de sua sala de jantar e a comunicação do porão com o outro cômodo da casa, por onde supostamente os bandidos saíam.

Os relatos envolvendo violência, vingança, traição, tocaias, etc são numerosos e diversificados. Joaquim Teodoro, relata que *“escapou por pouco”* de uma tocaia:

“ Lá adiante eu cismeí que ia levar um tiro pela nuca, levantei as mãos e disse:

- “Senhor, em tuas mãos entrego meu espírito”.

Quando me deu a idéia de olhar pro lado da banda de cima do rego, ele tava com a garrucha embocada no meu ouvido, para atirar”

A chegada do novo representa também a ruptura dessa ordem do “bravo”. Torna-se cada vez mais difícil manter essa ordem diante da crescente presença do Estado que impõe sua lei e dos novos valores disseminados, não fazendo distinção entre o *“bravo”* e o *“perigoso”*.

Alguns entrevistados afirmam que isso *“não existe mais”*, que era antes. O antes era o sertão, que não tem mais lugar nas práticas sociais do presente. Os atos de *“braveza”* passam a ser julgados a partir da regulação de um estatuto vindo de fora, representado pelo código civil. São regulações

contraditórias em relação à ética herdada. A violência “costumeira” permanece, tanto quanto o sertão, vinculada a ordens pretéritas.

A ordem moral que legitima o “bravo” e a ordem jurídica que reduz toda forma de violência à vala comum do crime, não se apresentam, contudo desarticuladas. O novo e o antigo não são dicotômicos, descontínuos, dois momentos isolados. As duas formas têm vigência em Angueretá, num tecido de ambigüidades e interpenetrações.

Os relatos envolvendo a “violência costumeira” não recebem recriminação ou juízo negativo de valor, pelo contrário, parecem constituir motivo de orgulho. O “bravos” ainda são respeitados e tidos com muita consideração em Angueretá. No feixe das ambigüidades instaladas, a ética fundada na **honra, valentia, lealdade** é legitimada e assumida com orgulho, mesmo quando se reconhece que não tem mais lugar no estatuto dominante.

A ética sertaneja e seus hábitos reflete-se inclusive nos hábitos de consumo.

Os hábitos de consumo em Angueretá se mantêm no estrito limite da necessidade mesmo entre os fazendeiros mais antigos que possuem extensões maiores de terra.

Suas residências não se distinguem muito das dos trabalhadores mais antigos, a não ser pelo tamanho. A rusticidade estética é a mesma. São casas extremamente sóbrias, as paredes cobertas com camadas de tinta originais de uma década ou mais, com manchas vermelhas da terra, marrons do pó, oliva de estrume. No interior, as paredes também não são pintadas há muito tempo e os pisos, invariavelmente feitos com largos pranchões de madeira secular,

não recebem cera e trazem sempre alguns resíduos de esterco seco, provavelmente trazido nas botas que vieram dos campos e currais. Nas paredes, muitos quadros de santos e de antepassados.

FOTO 6– A varanda da cozinha



Fonte: Sales, Marli

A foto, apresenta varanda da cozinha de um dos mais importantes fazendeiros da região mostra essa sobriedade. A mesa grande, as pessoas em torno da mesa são uma imagem presente em todas as moradas. Na foto, é possível observar que quase metade da mesa é ocupada por bandejas com biscoitos e doces, cobertas por tecidos de algodão, de um branco impecável. Observe-se também os três tanques no quintal, com as grandes panelas utilizadas para o fabrico de doces, requeijão,

Poucos adornos, nada que pareça supérfluo. A primeira sala da casa, a que dá entrada para o restante da casa, muitas vezes possui apenas um ou dois bancos de madeira, e uma mesinha lateral. É nesta sala que ficam suspensos na parede as fotos dos antepassados.

A rotina cotidiana das esposas e filhas desses proprietários não difere muito da rotina das esposas e filhas daquelas famílias com menos posses. Fabricam doces, queijo, trabalham no plantio, na colheita, na lida com o gado. Vestem-se com extrema simplicidade, e a roupa não atua como diferenciador social. Os homens antigos usam chapéu mas os mais ricos usam chapéus de couro, alguns com desenhos trabalhados em couro de outro tom. Sinal de distinção. Mas isso é tudo. Mesmo as mulheres mais jovens se vestem com a mesma simplicidade de suas avós, Vestidos de cores suaves, lisos ou estampados com flores pequenas, um pouco abaixo dos joelhos. Sapatos baixos e fechados ou chinelos de dedos, no caso das mais jovens.

FOSTER (1964) discute que os camponeses possuem aversão às demonstrações de riqueza. Segundo ele, este traço cultural está associado às restrições de enriquecimento dadas pelas limitações tecnológicas, o que poderia levar a uma suspeição sobre o enriquecimento exagerado de uma família. Embora isto não se aplique, necessariamente e de maneira direta aos fazendeiros mais ricos, o fato é que há uma valorização do trato mais conservador com o dinheiro.

Seu Joaquim relata que o pai, era pobre e que quando ficou viúvo, aos 72 anos,

“cismou de casar e tinha catarata, deu na cabeça de operar”. Na hora de pagar, foi negociar com o médico e disse que queria pagar “mas é pouco”. E foi negociando, sempre achando caro e, finalmente o médico se impacientou e disse: “Assim o que você quer é de graça!” Ao que o pai respondeu: “Assim que tá bom. É assim que eu quero e quero troco!”

A contabilidade dos ganhos não é uma tônica. Luciano, a respeito da renda do pesque-pague diz que cobra R\$3,00 de cada um que entra e passa o

dinheiro para a mulher ou guarda mas não faz contabilidade. Não tem idéia de quantas pessoas estão agora lá na beira do rio.

Conta que às vezes empresta dinheiro para o pai mas o pai paga com juros, “se pega R\$200,00 devolve R\$500,00”. Apesar de o pai “não confiar em banco” e procurar transmitir essa visão para os filhos, os parâmetros das relações financeiras trazidas pelo “banco” são introduzidos nessa relação entre o pai e o filho. É a idéia que o dinheiro emprestado, na hora de devolver tem que ser maior. Entretanto, fica evidente que esse valor pago como “juros” é um valor arbitrário, que não está vinculado aos valores cobrados pelas instituições financeiras. O pai é generoso, na hora de devolver o dinheiro, transformando o empréstimo em uma forma de favorecer o filho:

“eu nunca achei quem fizesse isso comigo. Toda vida eu segurei, nunca fui gastador. Eu bebo desde dos 12 anos. Nunca perdi uma hora de serviço nem um amigo por causa de bebida. Na minha vida, tô igual comecei.”

Na condução de seus próprios negócios, age de forma diferente:

Tudo o que eu pego eu emprego. Eu gosto de melhorar assim: se eu tenho um reproduutor velho eu dou ele de corte e apanho um novo. O povo de hoje pega dinheiro e já quer gastar. A gente não gasta só a necessidade porque tem que ajudar eles. Eu não quero que filho meu passe as dificuldades que passei. Eu sofri demais.

Não somente o consumo é reduzido ao mínimo como também os hábitos poupadores são louvados na condução das próprias finanças e na dos demais membros do grupo:

Procópio Diamante, fazendeiro rico de Pompeu, andava a cavalo, não tinha carro. A mulher dele falava: “Procópio, cê tem que comprar um carro; fulano tem, seus filhos têm!” Ao que ele respondeu: “meus filhos têm pai rico, eu não!” Quando ia a Belo Horizonte, levava marmita.

O relato dos hábitos de consumo de outro personagem, proprietário da fazenda Água Limpa demonstra uma resistência muito grande à entrada na sociedade de consumo:

O Joãozinho da Água Limpa andava descalço e levava marmita também. Na hora do almoço, ele encostava num muro e colocava o chapéu do lado e comia a farofa. Que fazendeiro não leva marmita, leva é farofa e frango frito. E o povo colocava moedinha no chapéu. Teve um dia que deu para pagar a passagem de volta.

Em Angueretá, não se consome moda em sentido estrito, como já discutido. Menos ainda em sentido mais amplo, quando a moda pode ser entendida em termos de decoração, arquitetura, estilo de vida, lazer, esporte, cultura, filmes, arte, brinquedos, etc. O predomínio do rádio como difusor de cultura e informação é uma evidência disso.

Enfatizando a articulação dos diversos processos no mesmo espaço, temos que, no que diz respeito à música dirigida aos jovens, a influência da sociedade urbana comanda o gosto e o consumo. O produto musical denominado “sertanejo”, uma massificação que mistura música romântica e música caipira é consumido pelos jovens, que acompanham os lançamentos dos cantores desse gênero (que na maior parte atuam em duplas: “as duplas sertanejas”) através das rádios e da televisão. É a música que toca nos ‘forrós’ e é também nas estações que tocam este gênero de música que ficam sintonizados os bares de Angueretá.

Se o consumo de bens tangíveis é restrito, como acima mencionado, o consumo de serviços o é ainda mais. Excetuam-se os serviços comerciais e os serviços educacionais e de saúde, que foram parcialmente incorporados. Os serviços comerciais estão na gênese do sertão que é a circulação dos

“tropeiros” responsáveis pela circulação das mercadorias no Brasil Colonial e mesmo no início da república.

Angueretá já possuiu, num passado de maior dinamismo, estabelecimentos comerciais de grande porte, que atendiam a toda a região. Atualmente, entretanto, apenas um açougue, uma padaria, uma pequena venda e alguns bares.

Vemos então que a chegada do novo traz elementos que introduzem uma forte ambigüidade nas relações de consumo dos habitantes de Angueretá. Se, por um lado assimilam elementos técnicos e podem chegar a investir em turismo (como é o caso da família que está construindo a pousada), por outro lado mantém, no plano dos valores, as antigas regulações.

A realização dos negócios tampouco incorporou o “capital fictício”, inexistindo a complexidade dos investimentos que se tornou acessível ao mais comum dos cidadãos da maior parte dos lugares do mundo contemporâneo. O medo do endividamento é grande e o crédito é uma novidade que os mais antigos não incorporam. Os bancos e financiamentos são vistos com reserva e desconfiança:

Eu nunca gostei de banco nem agiota. Tenho uns amigos. Barato, não me apertava. Eu tinha sempre umas sobras, o gerente quis que eu aplicasse porque naquele tempo a inflação era 50%. Eu não quis. Respondi: “quero é ter o dinheiro que eu faço um negocinho lá e dou o cheque e o senhor paga”. Esse negócio de cartão de crédito eu não gosto. Bom é cheque. A minha patroa fala: “Ah, Joaquim, faz financiamento”. Eu faço não. Financiamento é mesmo que jogar baralho.

O filho conta de um financiamento que ele gostaria que o pai entrasse no Banco do Brasil:

O pai foi categórico: “Não vão⁹³ embocá nessa não. Depois a gente compra o trator desses que tão embocando, mais barato”. E foi dito e feito. Nós financiou trator e implemento e depois teve que vender o mesmo trator, o mesmo implemento e mais uma lavoura para pagar.

A recusa em utilizar o financiamento é reforçada pelo relato de uma experiência de financiamento. A ética não permite ficar devendo. Tem que pagar. A honra no sertão ainda é cumprir palavra, pagar o devido, de preferência à vista. A produção da riqueza se faz mediada pelo tangível; o crescimento econômico precisa vir do trabalho. Todos os proprietários entrevistados fizeram questão de contar sua vida de trabalho: O filho de Seu Joaquim Machado conta:

Meu pai nasceu pobre. Alugou fazenda aqui e ali e nunca roubou. Hoje tem fazendão. Casou com moça rica e nunca pegou nada. O sogro, Otávio, ensinou ele a trabalhar. Deu terra para ele plantar mas cobrava. Pagava igual meeiro. Criou galinha, trocava dia porque não tinha dinheiro para pagar.

Mesmo aqueles que pertencem a famílias que são grandes fazendeiros radicados a gerações em Angueretá, fazem questão de uma história de crescimento econômico calcado no trabalho. Os trabalhadores respeitam e admiram seus empregadores em virtude disso. Assim se refere um funcionário, orgulhosamente sobre seu patrão, Magno, que é considerado um fazendeiro rico na região, e que tem sua renda principal da mineração de ardósia:

“Tudo era do Pedro Luca, avô do Magno. O Magno ficou morando com a avó e comprou a terra do pai, Zé Luca. Trabalhou trocando dia, levava 30 litros de elite nas costas. Até que descobriu a pedreira de ardósia. Agora ele comprou onde era da avó.”

⁹³ A palavra vão, nesta frase tem sentido de ‘vamos’.

A contabilidade dos gastos geralmente não é feita. Este traço da racionalidade camponesa é comum nos diferentes espaços do mundo. Entretanto, entre os antigos proprietários de Angueretá encontram-se alguns que, diante dos conflitos com a nova geração ou com a visão mais moderna das esposas, e dos jovens que freqüentam os centros urbanos, parecem mais facilmente incorporar os novos valores, pelo menos, parcialmente.

O convívio destas mulheres e jovens com o modo de vida urbano introduz novos conceitos de consumo e relações sócio-econômicas. Aí se instaura um antagonismo, demonstrando a inter-relação das novas e antigas territorialidades, agora não mais como opostos, mas como híbridos, pelo menos, tendencialmente. As mulheres e os jovens são mais expostos a essa influência tornando-se os agentes do antagonismo que confronta e, ao mesmo tempo, aproxima o novo e o velho. Assim é que, contradizendo a ética masculina de que 'um homem que possui terras deve ser auto-suficiente na produção do milho para o gado' e que entende como vergonhoso a compra deste produto, as mulheres e filhos argumentam com os maridos (e pais) segundo uma nova lógica, a monetária, que aponta, cálculos feitos, que indicam que comprar o milho fica mais 'barato' que produzi-lo. Este milho a ser comprado, evidentemente, não é produzido na região, mas em outras partes do país. Coadunam-se, portanto, diversas transformações: a implantação de rodovias que facilita a chegada dos novos produtos e o acesso à cultura do consumo urbano. Juntos pressionam a ética dos antigos em relação à terra, de modo a impor novas territorialidades que, instaladas transformam o sertão de Angueretá em novo mercado para os produtos do *agrobusiness* e levam a uma

redistribuição dos usos da terra dentro da propriedade e a uma re-estruturação da economia familiar.

O que está em jogo é o embate entre duas formas de se relacionar com a terra. Duas formas de territorializá-la. Para as mulheres e jovens, expostos à cultura do consumo urbano, a antiga territorialidade não mais funciona, não agencia coerentemente a vida. Sua influência sobre os homens, por outro lado, constrói tendencialmente, linhas de fuga que abalam suas territorialidades, mesmo quando insistem em manter a ética tradicional.

Insistimos que não se trata de antagonismos mas ambigüidades pois o que se observa é a supersignificação. Os signos e significados da tradição não foram extintos mas dialogam com os novos signos e significados que se implantam, lenta ou aceleradamente, dependendo do caso. As re-territorializações emergem desse diálogo.

Mulheres e jovens que possuem maior acesso aos padrões de consumo da cultura urbana introduzem elementos potencialmente desterritorializadores / re-territorializadores não somente em relação à terra de trabalho mas também à morada. Independentemente do poder sócio-econômico, há, por parte das mulheres e dos jovens pressões para que se adquiram produtos e se levem a efeito melhorias na moradia.

Seu Laurindo, octogenário aposentado que trabalhou de chefe de turma em “companhia”⁹⁴, relata as alterações que a esposa quer fazer na morada. Ela fica muito tempo em Sete Lagoas, na casa das filhas. Quando vem, quer desenvolver inovações. O telhado novo, de telhas francesas, que substituiu o antigo, de telha colonial foi uma idéia dela. Agora, planeja ampliar a sala,

⁹⁴ “Companhia” é a forma como se designa localmente as grandes empresas.

derrubar a parede de adobe e colocar de tijolo. Seu Laurindo diz que apesar da insistência, não fará:

“O que eu tinha que fazer, já fiz. Os que agradeceu tudo bem. Os que não agradeceu... Criei, estudei todos eles um pouquinho, quatro anos primários todos têm (...) A mulher quer fazer muita coisa. Mas não vou fazer nada do que ela quer.”

Os agricultores de Angueretá não incorporaram os valores da instantaneidade e descartabilidade. A casa está boa como está. Seu Laurindo não compreende a necessidade da esposa. Ele mantém os valores antigos, a antiga forma de tecer a existência cotidiana que valoriza o trabalho.

“Eu tenho trabalhado. Eu falo: Trabalhar não mata. Judêia um pouco. Quando desacostuma de trabalhar, o corpo habitôa. Eu trabalhava de encarregado de turma e sempre pegava a ferramenta para não perder o costume. Eu deixava de trabalhar de turma e pegava qualquer serviço, machado, foice. Estranhava uns 7, 8 dias depois já acostumava. É difícil me pegar em casa de dia. Se não estiver trabalhando, to andando. Visito um filho, outro... “

Mas não fica de todo impermeável aos novos valores. Ao discutir a importância da vida ativa que leva, Seu Laurindo demonstra isso: *“A pessoa tem que conversar e andar. Se conversar, ajuda a memória, e andando ajuda a circulação”*.

A incorporação da idéia de associar a caminhada à saúde ou mesmo a importância de exercitar a mente aponta a convivência, no novo sistema de valores, de elementos da nova ordem articulados aos elementos da ordem pretérita.

Ao mesmo tempo em que assimilam alguns aspectos da nova ordem, não o fazem completamente, tornando-se incapazes de “jogar fora” os valores, normas, significados gerados pela tradição.

Um outro aspecto em que fica evidente as ambigüidades e os confrontos entre a ética dos habitantes de Angueretá e a dos “de fora” diz respeito ao consumo e a transformação em mercadoria dos produtos do cerrado.

A privatização dos recursos da natureza é dificilmente assimilada pelos sertanejos de Angueretá. Os pesque-pague, que têm proliferado, também evidenciam essa contradição.

A cobrança nos pesque pague para os pescadores de BH é considerada errada: *“Bem, eu acho isso exploração, né. Tem direito de ninguém ficar cobrando pra eles pescar não”*.

O jovem Luciano, que cuida do mais famoso pesque-pague da região relata que foi difícil convencer o pai a permitir a implantação do peque-pague. O pai explica: *“Eu nunca cobreí. Tem os antigos. Eu falo: olha, não pode cobrar desse, nem daquele...”*

Aqui aparece a contradição entre a lógica moral dos camponeses e a lógica empresarial, identificada por Klass WOORTMANN (1990). A ética expressa pelo João Joaquim, pai do Luciano demonstra que não é justo obter ganho de um igual.

O filho tenta argumentar que *“hoje em dia, onde você quer entrar tem que pagar”*, mas reconhece que parente e conhecido não paga para entrar.

O pai completa: *“Ocê cobrando tem que deixar entrar todo mundo. Eles acha que ta pagando e pode usar e abusar”*.

Enfatizando uma moralidade camponesa já identificada por GARCIA JR (1983), quanto à renda obtida com a venda entre os proprietários de Bonito, as formas de aquisição de renda não ligadas ao trabalho são consideradas

indignas. É talvez em virtude dessa moralidade que os proprietários sejam tão resistentes em incrementar sua renda com os pesque-pague e deixem essa atividade nas mãos dos filhos. Na moralidade desses agricultores, essa atividade não possui legitimidade. Não é trabalho sério. Não é renda em que se possa apoiar um chefe de família.

“Mesmo que o negócio forneça a maior parte da renda familiar que permite atender aos padrões de subsistência, o pequeno proprietário continua a se identificar com a atividade agrícola que exerce e não pela função de pequeno comerciante. Os pequenos proprietários opõem trabalho a negócio, explicitando que consideram que negócio não é trabalho. Por trabalho entende-se, neste contexto, as tarefas desenvolvidas em relação à terra (...). As transações comerciais são vistas como não criando nada (...).” (GARCIA JR., 1983:76-77)

A vinda de elementos de fora com fim exclusivo de extrair os produtos do cerrado intensifica o conflito entre as ordens locais e as ordens externas.

Desde o ano de 2003, têm chegado à Angueretá, no início da época do pequi, caminhões vindos de São Paulo, com finalidade de coletar o fruto. Segundo os entrevistados, essa coleta visa à comercialização em São Paulo, onde o fruto é muito valorizado, podendo ser feita nas CEASA's ou mesmo por camelôs.

Os habitantes de Angueretá que fazem a coleta e a comercialização do pequi ou dos produtos fabricados a partir dele (óleo, doce, etc) são geralmente proprietários de propriedades muito pequenas (minifúndios) ou não possuem terras. A coleta do pequi (assim como dos demais produtos do cerrado) se dá nas terras dos fazendeiros tradicionais, os quais, como já mencionado, autorizam o uso comum das suas terras para realização desse extrativismo. Trata-se de um uso tradicional que se faz segundo normas consensuais de

preservação do cerrado. O pequi (da mesma forma que o araticum) não pode ser coletado na própria árvore, sendo necessário aguardar que se desprenda do caule e caia ao chão para a realização da coleta.

Os “paulistas” (como são referidos os “de fora” pelos habitantes de Angueretá) ignoram essas normas.

Geralda, dona de uma barraca logo na entrada de Angueretá juntamente com a filha e o neto, explica, :

Esse ano (2006) eles (os “paulistas”) fizeram sacanagem. Os pequi caíram tudo junto. Eles vieram e encheram as caixas”. Você vê, é fevereiro e não tem mais pequi. Olha as barracas todas abandonadas, o pessoal foi embora, o pequi já acabou. (exibe a sua última bacia de pequi para uma foto).

Esses novos exploradores do pequi não respeitam as práticas tradicionais que somente permitem a coleta do pequi após o fruto se desprender da árvore e cair ao chão. Apanham o fruto ainda no pé e de uma única vez, deixando atrás de si pequizeiros desguarnecidos dos frutos, agora transformados numa nova raridade.

No confronto com a nova racionalidade, os habitantes de Angueretá se surpreendem e não conseguem compreender. Em 2005 Douglas de 7 anos relatava: ´

O pequi tem que cair no chão mas os outro tão apanhando ele do pé. É covardia porque aí o povo caça o pequi e não tem mais. Veio pessoal de São Paulo. Eles levam “descascado e na casca”.

FOTO 7 – O menino Douglas à frente da barraca de sua família



Fonte: Sales, Marli

A barraca e os produtos expostos evidenciam que os tempos e ritmos da natureza são respeitados. Um único araticum está à exposição, pois foi a quantidade encontrada no chão. Além do araticum estão expostos mel, óleo de pequi, pimentas e conserva de broto de bambu.

Venâncio, também dono de uma barraca, na qual expõe alguns parques araticuns, dispostos no próprio chão, identifica a nova relação com o produto:

Ele lá [o pequi] é carne. Um cumpadre meu viu em São Paulo por R\$0,50 o caroço, ele mora lá. E nós tava vendendo o litro por menos de R\$1,00. O litro dá 18 a 20 caroço, que é conforme o tamanho que ele rende” .“Eles ta ganhando muito dinheiro”

Por outro lado, apesar de não éticos, esses novos agentes não são identificados como invasores. Os sertanejos de Angueretá consideram legítima a ação desses agentes, apesar de serem pessoas vindas de fora. A norma local reza que o pequi e o araticum (como de resto os demais produtos do cerrado) são bens coletivos a serem livremente explorados. Para eles, os “paulistas” não estão infringindo nenhuma regra ao virem buscar o pequi. O fato de transgredirem a forma de uso, parece ser considerado um aspecto à parte, como se os moradores não tivessem o direito de intervir na autonomia desses de fora.

A jovem Alexandra, ao lado de seu filho e de sua mãe relatam o problema. Eu pergunto se não dá para fazer algo para impedir os paulistas de fazerem isso. A mãe se assusta com minha pergunta: *“Não! É aberto, eles pode chegar e pegar. Os fazendeiros deixam”*. Eu pergunto se os fazendeiros vendem o pequi para os paulistas. Ela informa que não, que *“é aberto, todo mundo pode chegar e pegar”*.

A contradição é intensa. A lógica local é desrespeitada pelos de fora, que se aproveitam do uso comum mas desrespeitam as normas consensuais de uso. Estas não estão escritas nem ditas mas existem e são o fundamento do extrativismo no cerrado. Os que vêm de fora não entendem o que é o uso coletivo.

Os novos agentes se aproveitam da ética local a respeito do que é justo e da distribuição do direito sobre os recursos da natureza. O que cai no chão é da mata, qualquer um pode pegar. Mas, em Angueretá, ninguém acumula. Se recolhe, a cada dia, o seu quinhão. Esperam o tempo da natureza. Os outros, “os que vem de fora”, trazem uma outra lógica, a lógica da privatização dos

recursos, da instantaneidade da exploração. Chegam e retiram tudo de uma só vez, fazem uso da regra local e subvertem os usos, pauperizando os sertanejos, ao deixar as árvores menos produtivas e despidas dos frutos. A temporada que duraria vários meses se encerra nessa visita do caminhão. Numa escala de tempo maior, o uso irracional do recurso levará à perda de produtividade e qualidade dos frutos.

Produzindo a vida com os produtos do sertão

Os habitantes de Angueretá têm na paisagem do sertão o substrato com o qual constroem sua vida material e simbólica. Conseqüentemente, constroem uma percepção da paisagem fortemente vinculada aos usos e consumos dos elementos desta paisagem.

Assim é que segundo as referências construídas na relação com a paisagem, os moradores de Angueretá identificam as seguintes diferenciações na paisagem: *Campo*, *Cerrado*, *Carrasqueira* (também denominada *carrasco* ou *carrascal*), *Cultura*, *Brejo* (ou *Vargem*). Essa classificação tem relação não apenas com a cobertura vegetal mas também e, principalmente, com a qualidade do solo. As escrituras mais antigas discriminavam o tipo de terra que estava sendo negociada utilizando essas denominações. A nomenclatura hoje ainda considera esse fato.

As planuras levemente onduladas, cobertas de gramíneas são o “campo”. O campo corresponde ao campo cerrado, situado geralmente nas encostas. Sua destinação é quase exclusivamente para pastagem do gado e recebe também a denominação de “*campinas*” pela predominância das gramíneas. “*Lá é campinas. Terra ruim demais!*”

O Cerrado é a denominação genérica para as áreas cobertas pelo cerrado ou pelo cerradão. Não distinguem o cerrado do cerradão. Para eles o que existe é o cerrado, é considerado “*terra ruim*”, porém, não tão ruim quanto as terras de campinas. Os usos mais freqüentes para essas áreas têm sido a pastagem e a lavoura de cana. “*O pessoal fala: terra ruim, vou plantar cana*”.

Utilizam a expressão *cerrado vermelho* (para designar o latossolo vermelho – mais freqüente na região) e *cerrado branco* (para designar o latossolo amarelo, menos freqüente).

Consideram o *cerrado* uma terra seca onde a perda da lavoura é sempre muito maior se comparada com a perda da *terra de cultura*, esta sim, *terra fresca*, boa para cultivo:

“O plantio hoje, fazer na [terra de] cultura, no cerrado é 80% menos. A perda na cultura é menor. Quando ocê perdeu uma lavoura de cultura, o cerrado já foi a muito tempo. O milho güenta um sol de 40 dias, 30 dias sem sapecar. Eu conto. O milho na terra fresca, como aquela ali, na cultura, güentou 30 dias de sol. Perdeu crescimento mas tá verdinha. Se chover a perda vai ser de 40%. A lavoura lá de cima, no cerrado, já perdeu tudo, vou moer para agregar ao solo. Eu ainda dou graças a Deus que não devo nada dela”.

A terra de *cultura* também apresenta diferenciações: de primeira, de segunda e de terceira classe, conforme a fertilidade natural do solo. Segundo

Sr Joaquim Machado proprietário de uma média propriedade⁹⁵ “a de terceira é considerada cerrado campo, a de primeira é calcário; as minhas culturas de calcário ficam no alto”. Segundo ele, sua fazenda “é meio a meio, campo e cultura. A escritura reza 29.000 ares de campo e 14.000 ares de cultura.”

Para eles, portanto, cerrado é “terra ruim” e cultura é “terra boa”. Construíram esta percepção a partir das possibilidades de utilização dos solos para a agricultura, dadas pelas possibilidades técnicas de que dispõem.

Essa apreensão é diversa, senão contrária à dos novos agentes, que têm preferência pelas áreas denominadas de cerrado para a realização dos cultivos.

Florêncio, um dos que desenvolve a agricultura modernizada manifesta essa contradição. Segundo ele,

“a terra de cultura é muito forte mas à medida que você vai usando ela, pondo adubo, ela vai enfraquecendo. E é muito úmida. A terra de cerrado é menos encharcada, com um dia de sol já estabiliza”.

A percepção da paisagem faz parte dos elementos que informam e constóem as territorialidades dos grupos. Neste caso, temos que os terrenos identificados pelos antigos habitantes como terra ruim, e portanto, destinados a pastagem ou plantio de espécies menos exigentes como a cana, são justamente as áreas consideradas mais nobres e desejadas pelos representantes das novas racionalidades.

O “carrasca” não é definido tanto pela qualidade das terras mas, principalmente por suas características fisionômicas. É vegetação secundária, de pequeno porte, com espécies como aroeira, *leiteira* (*Euphorbia heterophylla* L) ,

⁹⁵ 400 hectares

mororó (Bauhinia unguolata L) , *espinho de aguiá* (referência a agulha, por serem finos e longos) (nome científico não identificado). É bastante densa, “*todo traçado, todo fechado*”, e lembra um pouco a caatinga quando verde. Talvez em virtude disso a denominação de “carrasco”, exatamente a mesma utilizada pelos vaqueiros do sertão nordestino para se referir a certa formação vegetal associada à caatinga.

O *brejo* é tanto a área de vargem, na beira dos córregos e rios quanto as áreas alagadas das veredas, onde se destaca a palmeira buriti (Mauritia vinifera Mart.) “*Brejo é quando corre água e ali tudo é atoleiro. Gado não pode navegar.*”

Em Angueretá estão algumas das mais expressivas veredas de toda a região. Mas “*o brejo que dá buriti*” é praticamente ignorado nos relatos. É preciso perguntar. Certamente por serem áreas não muito utilizadas. Até mesmo o eucalipto deixou, provisoriamente intactas as veredas. Como afirma um entrevistado, “*no lugar que tem buriti não tem jeito de plantar; não entra máquina*”. A tendência, entretanto é que as próprias raízes do eucalipto, drenem as veredas, de forma que, tendencialmente, em poucos anos já poderão receber as “*máquinas*” e incorporar os novos usos.

As veredas foram utilizadas no passado para realização do cultivo de arroz. Atualmente, este cultivo está quase completamente abandonado em Angueretá, pois considera-se que “*o arroz não está compensando*”.

Os habitantes de Angueretá relatam que o cultivo de arroz já foi importante economicamente para o distrito: “*já colheu até 500 alqueires de arroz mas agora está abandonado*”.

“A terra que plantava arroz, hoje ninguém nem anda mais. Virou tudo mato”. E dos “brejos de buriti” restam poucos, não somente devido à sua anterior utilização para cultivo de arroz mas também porque muitas delas foram drenadas para *fazer pasto* ou represadas. “Na fazendinha tinha buriti (fica perto do asfalto), foi destocando e fizeram açude, foi morrendo...”.

A foto a seguir mostra veredas extremamente conservadas, tendo em primeiro plano algumas espécies do cerrado e ao fundo palmeiras buriti.

FOTO 8– Veredas (em segundo plano) situadas em Angueretá



Fonte: Sales, Marli

Essas veredas ficam em uma propriedade intensamente explorada pela horticultura, e representam a única porção preservada que ainda existe na propriedade.

O “brejo” situado em algumas planícies de inundação dos cursos d’água corresponde a área de proteção, e não podem ser utilizadas para agricultura:

“Lá em baixo é brejo, na beira do córrego. Ali é conservação. Você vê que nunca usou”.

O fato de as áreas de cerrado terem sido consideradas áreas inapropriadas para a agricultura pelos antigos moradores de Angueretá permitiu sua preservação e de toda a vida animal que aí se desenvolve, até a chegada do novo.

A instalação da agricultura moderna (mesmo que em pequenas áreas) e, principalmente a introdução da monocultura de eucalipto, expulsou e extinguiu a fauna nativa, interferindo não somente na paisagem mas também na dieta dos habitantes de Angueretá. “*Bicho quase não tem*” conta Joaquim Teodoro. Segundo ele, às vezes aparecem muito raramente, animais outrora cotidianos, como onça (*Puma concolor* – Linnaeus, 1771), lobo [guará] (Mammalia, Canidae), macaco soim (*Alouatta caraya*), caixeiro [ouriço] (*Coendou prehensilis*) e alguns “*passarinhos*” como o Juriti (*Leptotila rufaxilla*), o Sabiá (*Turdus rufiventris*) e o Pássaro Preto (*Gnorimopsar chopi*).

As espécies mais importantes da flora do cerrado para a vida dos sertanejos são, sem dúvida, o **pequi** (*Caryocar brasiliensis* Camb) e o **araticum** (*Annona crassiflora* Mart). São frutos muito comercializados, seja *in natura*, seja na forma de óleo, licor (em se tratando do pequi) ou doce (em se tratando do araticum), além de comporem a dieta de muitos moradores. Ambos se apresentam de maneira residual entre as pastagens ou nas áreas de recomposição do cerrado.

O quadro a seguir mostra outras espécies do cerrado importantes para a população:

QUADRO 1- Espécies mais importantes no cotidiano dos moradores de Angueretá.

Espécie	Técnicas, saberes, usos
<p>Manganba (bola de mangaba) <i>Hancornia pubescens</i> Nees e Mart. e <i>Hancornia speciosa</i> Gomes</p>	Fruto comestível
<p>Graviola (na Bahia, a graviola é chamada atalina, é a jaca de pobre) <i>Ammona muricata</i> Linn</p>	Fruto comestível
<p>Gabioba (existem 2 tipos, grande e pequena) <i>Campomanesia</i> spp.</p>	Fruto comestível
<p>Cagaita <i>Eugenia dyzenterica</i> DC</p>	“é frutinha, eles come muito. Dá licor também.”
<p>Barbatimão <i>Stryphnodendron pollyphyllum</i> M e <i>Stryphnodendron adstringens</i> (Martius) Coville, Mimosaceae</p>	é casca do mato; é muito tinto e não pode tomar muito. Pode dar mancha até no pulmão. Sarou úlcera.”
<p>Cajuzinho da Mata <i>Anacardium humile</i></p>	“O pessoal chupa. Na Lagoa (São José da Lagoa, distrito vizinho) o pessoal vende contra diabete. Raspa a casca, ferve, faz 7 capuchinho com a casca. Cada dia bebe um.”
<p>Gavatá, <i>Bromélia</i> sp</p>	“põe mel e faz xarope; parece abacaxi; dá só nesse tempo”. (início de abril
<p>Urucum <i>Bixa orellana</i> L.</p>	“diz que é bom demais para o coração. Outro dia um homem fez eu colher um tanto pra ele”. O urucum é utilizado também pelas mulheres para dar uma tonalidade avermelhada aos alimentos cozidos. Para isso, colhem o fruto verde, abrem retiram as sementinhas vermelhas e as “esfregam com a mão no fubá até que a tinta fique no fubá”. Quando ele está verde, sai muito facilmente. Quando já está seco, “tem que fritar um pouco no óleo para sair melhor a tinta”.
<p>Amora <i>Morus Alba</i> e <i>Morus Nigra</i></p>	Pequeno fruto comestível. A folha “é bom para baixar pressão”
<p>Chapéu de couro <i>Echinodorus</i> spp.</p>	“é bom para os rins”

<p>Bugue <i>Rudgea viburnoides</i></p>	<p>A folha é utilizada como chá de emagrecimento. É também considerada “<i>bom para o rim</i>”</p>
<p>Japecanga (salsa parreira) <i>Smilax campestris</i> e <i>Smilax japecanga</i> Grisebach</p>	<p>Utilizado para curar inflamações, especialmente ginecológicas. “<i>Istrudia tive que arrançar lá para minha dona. É bom para dona quando tem inflamação. Ela dá uma raiz parecendo dedinho.</i>”</p>
<p>Jurubeba <i>Solanum paniculatum</i> L.</p>	<p>“<i>é difícil de arrumar; bom para o estômago e o fígado.</i>”</p>
<p>Boleira (também chamada fruta-de-lobo ou lobeira) <i>Solanum lycocarpum</i> A. St.-Hil</p>	<p>“<i>ocê rala e tira o suco; senhor remédio para diabete. É cheirosa, alimento do lobo-guará. O gado também se alimenta desse fruto entretanto, como o fruto possui espinhos na base onde se desprende da árvore, provoca, às vezes, morte do animal por engasgamento; “porque é cheirosa, mas engasga a criação</i>”</p>
<p>Maracujá <i>Passiflora</i> sp.</p>	<p>Fruto comestível. Sua casca é considerada bom remédio para diabetes. Douglas, criança de seis anos ensina a fazer o remédio de maracujá: “<i>corta ele em pedacinho, depois põe ele no sol, deixa ele ficar seco no sol. Põe no forno do fogão. Aí ele fica uma farinha. Aí a gente come todo dia no almoço e na janta, põe na comida.</i>”</p>
<p>Câmara <i>Lantana camara</i></p>	<p>Arbusto cuja casca é medicinal. “<i>Mãe falava que é para fazer chá para criança quando ta pequena. Junta o chá com flor de lobeira, poejo, etc; quando ta gripadinha, com hortelã.</i>”</p>
<p>Lanhosa, Nome científico não identificado</p>	<p>“<i>Dá folha comprida e “fruto vermelhinho, parece algodãozinho, gostosa. Ela dá leite. A raiz diz que é muito boa para a pele. Eu tenho uma prima de Belo Horizonte que mandou eu descascar 4 ou 5 quilos. Lava e faz chá gostoso, cheiroso, bom para a pele.</i>”</p>
<p>Carqueja <i>Baccharis trimera</i></p>	<p><i>dá folha comprida assim e é margosa (amarga)</i></p>
<p>Genipapo <i>Genipa americana</i> L</p>	<p>“<i>Faz licor, é do mato também. É cheiroso é quase uma bola. Quando amadurece, cai também. Antigamente, quando eu era pequeno, picava ele, olocava no leite cru (hoje não pode mais comer leite cru que o gado tá doente) e o leite ficava cheiroso, gostoso</i>”</p>
<p>Cervejinha do mato Nome científico não identificado</p>	<p>“<i>é de folha redondinha e bom pra tomar também.</i>”</p>

<p>Picão <i>Bidens pilosa</i></p>	<p>“chá bom para o sangue, para anemia, hepatite, icterícia”</p>
<p>Ansulina Nome científico não identificado</p>	<p>“é bom para glicose, diabete. É trepadeira, dá frutinha verde, faz o chá”</p>
<p>Pêssego do mato <i>Hexachlamys</i></p>	<p>“é uma fruta gostosa, verde e maciinha, pele fina, morcego come muito. Dá em novembro”.</p>
<p>Licuri <i>Syagrus coronata</i></p>	<p>“Fazemos a vassoura de palha de licuri.; é uma palmeira só que fina e curtinha. Ela dá uns coquinhos. Se não molhar a vassoura dura muito.”</p>
<p>Jataí <i>M Subnitida D.</i></p>	<p>não é planta mas sim a abelha pequenina do cerrado. “É do tamanho de um mosquitinho”. Seu mel é bem mais caro, enquanto o mel de abelhas silvestres era vendido a R\$15,00 o litro, o mel da Jataí chegava a custar R\$80,00. “É o mel de uma pequenina. Gasta 5 ou 6 vezes mais para dar um litro”.</p>

Os ciclos dos produtos do cerrado se sucedem e com eles os ciclos de atividades que regulam a vida dos sertanejos de Angueretá.

Primeiro é o pequi. Começa em Novembro, o temporão. “A época mesmo é dezembro a março”.

O pequi é um fruto amarelo de cheiro extremamente forte e reconhecível. Como explicam os entrevistados, “vem dentro de uma casca dura que quando cai no chão se parte”, deixando aparecer quatro sementes.

É utilizado com complemento nas refeições principais, cozido com arroz. “Quando sobra”. Pois o pequi tem uma outra função que é complementar a renda das famílias. Ao ser cozido juntamente com o arroz, o arroz assume uma coloração amarelo suave e incorpora o sabor e o cheiro do fruto. Cada

caroço é revestido por uma camada de espinhos que podem machucar, portanto, apenas se “rói o caroço”.

“A gente faz licor, eu tenho o licor”. Além do licor de pequi, faz-se doce: “cozinha o pequi, tira a massa e faz o doce”. Além do doce, o óleo, que é trabalhoso e exige de 20 a 30 litros de pequi para fazer um litro de óleo. “Depende da lua. A lua cheia rende mais”, explica Douglas, o garotinho de 7 anos que auxilia o pai na barraca de beira de estrada em frente a sua casa. Ele descreve detalhadamente o processo de produção do óleo de pequi: *O óleo dura uns 8 anos se for puro.*

É Douglas também quem descreve detalhadamente o processo de produção do óleo de pequi:

“para fazer o óleo, tem que por [o pequi] no tacho e deixar ele cozinhar uns 20 minutos. Põe ele numa vasilha qualquer e soca. Não pode socar muito, senão sai o espinho. Lava o pequi, tira os caroço e joga fora. Depois que tira muito os caroço põe no fogo para cozinhar. Depois tira esse olinho com colher. Depois dele cozinhar tira uma espuma que depois frita. Frita uma hora, frita no fogão à lenha”

As mulheres concordam que é um processo trabalhoso:

“A gente faz o óleo de pequi. Nó, dá trabalho demais. O óleo é remédio, cê pode por na salada. Põe no chá para gripe. É bom demais. Faz o chá de ervas e põe umas 4 gotinhas. O homem falou na televisão que o óleo é bom para passar nas juntas, para burcite. Eu esse ano não fiquei com óleo, vendi tudo! “

Mas consideram que compensa, financeiramente:

Dá um bom dinheiro. O meu marido cata. Eu não! Tem cobra no mato. Muito bicho. Ele busca com perneira. Tem muita cascavel, tem gente que não gosta que apanha” (se refere aos fazendeiros, donos das terras).

A valorização externa dos produtos do cerrado representa mais um impacto: transformam-nos em mercadoria. Com isso, seu extrativismo é incorporado às atividades geradoras de renda para os habitantes de Angueretá, alterando o significado das práticas tradicionais de coleta. Além disso, introduz mais um foco de tensão na experiência dos habitantes de Angueretá, representada pela concorrência externa dos que chegam em busca dos mesmos produtos.

O pequizeiro, espécie típica do cerrado e atualmente em extinção, não pode mais ser cortado, segundo a legislação ambiental. Isto, entretanto, não elimina os problemas das famílias que vivem de sua coleta. A chegada dos caminhões de fora para colher o pequi, conforme já relatado, representa mais uma modalidade de conflito e uma nova forma de violência sofrida pelos habitantes de Angueretá. Nos três últimos anos, em virtude da pressão desses agentes externos, segundo diversos relatos, o tempo da fatura tem encurtado e o tempo carência alargado.

Os períodos de cada fruto se sucedem. À medida que o pequi vai escasseando, anunciando o final de sua temporada, já começa a cair o araticum, cujo ciclo tem início logo a seguir. *“O pequi vai acabando, depois vem o araticum”*. O araticum começa em Janeiro, Fevereiro, *“até na Semana Santa já tem”*. *“Mas tem que esperar cair para pegar”*.

O araticum é também chamado *articum*, *panã* e *cabelo de negro*.

“Tem que cair do pé. Um mucado⁹⁶ panha da árvore. Mas não presta. O araticum pode estar podre que aproveita pois o podre dele é separado. É bom para os rins. Essa areinha dele. “Dez minutos depois você vai ao banheiro e

⁹⁶ ‘Mucado’ significa um punhado, um bocado, muitas pessoas, no caso.

já urina com cheiro forte. O suco com a massa, bate no liquidificador e cõa.

Trata-se de um fruto “forte” na identificação dos habitantes de Angueretá. Existem várias interdições: “Eles falam que faz mal. Se tomar cachaça e comer ele faz mal, a pessoa vomita. Ovo também não pode”, afirma Geralda em sua barraca de beira de estrada. Maria discorda baseada em sua experiência: “Pode sim. Eu comi dois ovos hoje e comi articum o dia inteiro”. Geralda continua, rebatendo também com elementos de sua própria experiência:

“Uns comem e têm dor de cabeça. Eu, se chupar muito mesmo tenho dor de cabeça. A vó comeu uma misturada. O acesso que ela teve foi misturada. Nunca mais ela sarou.”

FOTO 9 - Barraca à beira da estrada vendendo araticum



Fonte: Sales, Marli

Seu Luiz, agricultor, explica que tem dentadura e não come araticum porque “a areinha entra e machuca”. Mas confessa que sente vontade. “Vou te

falar, o araticum com leite diz que é uma delícia". Seu Nô, vem passando, pára e dá seu parecer. Ele não come: "*O articum é enjuoso*⁹⁷. *É frio. Eu não como isso não; pequi de vez em quanto*".

Maria Antônia, que possui também uma barraca, explica as características e diferenciações. "*Araticum dá no campo, no mato. Mancha roupa também, tem nódoa. Tem dois tipos de araticum, o rosa e o branco*".

Com a semente, antigamente, faziam remédio de matar piolho. Em cada memória, uma comparação com o novo estilo de vida: "*De primeiro o povo tinha mais rancor dos piolhos. Hoje ninguém liga não*"

Seu Luiz explica que o araticum tem sido mais ameaçado que o pequi em virtude de a legislação interditar o corte do pequi mas não do araticum.

"Pequizeiro tão deixando mas o articum eles ranca tudo. Corta. Eu tenho uns 3 hectares com 30, 40 articum; eu não corto".

O pequi e o araticum ocorrem no "período das águas" (primavera e verão). No outono, já é época, do terceiro produto local, o minhocuçu (*Rhinodrilus alatus*), que, entretanto, tem sua exploração interdita pela legislação. Ao final da temporada do pequi e do araticum, no período da seca, já se pode explorar o minhocuçu. A época da seca (outono e inverno) quando é permitida a exploração coincide justamente com o final do araticum. Um comerciante, na beira da estrada relata:

Na época das "águas" é proibido arrancar. Essa época ela ta andando, comendo terra. Na seca eles faz uma panelinha, a gente vai e ranca tudo. Proibiu agora de

⁹⁷ O "enjuoso" aqui, tem a mesma conotação do "reimoso" trabalhado pela antropologia da alimentação segundo a qual os alimentos reimosos são aqueles que fazem mal. Segundo Murrieta "a reima é caracterizada por oposições binárias entre alimentos perigosos (reimosos) ou não-perigosos (não-reimosos)" (Murrieta, 1998). Ao alimento pode ser reimoso para uma pessoa e não ser para outro.

arrancar nas águas e pequenininha. Ninguém sabe o tempo que ela leva para crescer”.

O minhocuçu é uma espécie endêmica do cerrado, e sua extração - é usado como isca para peixes - parece afetar a sucessão vegetal do cerrado, devido ao revolvimento do solo, uso do fogo e retirada de plantas durante a coleta. É também motivo de diversos conflitos entre os coletores e os fazendeiros que têm suas terras danificadas durante a coleta. Nem sempre o comércio é feito por aqueles que extraem o minhocuçu da terra. Alguns dos que possuem barracas de minhocuçu nas margens da rodovia BR 040 são atravessadores.

As entrevistas revelaram que *“de primeiro pegava muito”*, mas atualmente a coleta tem reduzido um pouco devido à legislação ambiental. Em municípios muito próximos como Paraopeba e mesmo no vizinho distrito de JK, também pertencente a Curvelo, sua participação é imprescindível na economia.

Moisés tem 45 anos e é vendedor de minhocuçu em sua própria barraca, às margens da rodovia BR 040 . Segundo ele, não somente a restrição da extração do minhocuçu mas também a legislação que regulamenta a pesca tem *“prejudicado o negócio”*:

“todo mundo vive do minhocuçu, ou é retirando, vendendo, revendendo...”. Este ano vendi para um fazendeiro pescador em Goiás, vendi 60 dúzias. Agora não pode trazer tanto peixe quanto podia...”. “quando termina o tempo do pequi e do araticum, nós mexe com minhocuçu”.

Segundo Manuel, outro vendedor , o excesso de exploração e a degradação do cerrado tem levado à redução do minhocuçu: *“tinha demais, os caboclo foi destocando, fazendo pasto.”*

Outro produto oferecido nas barracas de beira da estrada é o broto de bambu em conserva:

O bambu pega no mato, ele dá na beira do córrego. Nasce sempre no brejo, em áreas úmidas geralmente na beira dos rios e córregos. Nasce em touceiras, todas juntas.

Seu Noé – Nô, como é chamado pelos outros – explica que a retirada o broto causa a morte do bambuzal: “*Quebra o broto e não sai mais bambu*”.

Para produzir a conserva do broto de bambu:

“pica-se o bambu em rodela, ferve com água e sal até tirar aquele amargo. Ferve umas quatro águas. Coloca para escorrer e a hora que tiver sequinha, põe num vidro esterilizado e sal, alguns colocam vinagre e sal. Pouco sal tem que saber cuidar. Senão perde”.

Em algumas barracas, a conserva de broto de bambu está acondicionada em vidros maiores e mais bonitos, visivelmente comprados para tal fim. Costumam enfeitar os vidros intercalando ao broto de bambu, cenoura vermelha artisticamente repicada. Na maioria das barracas as conservas são comercializadas em recipientes “pet” de refrigerante de 1,5 litros ou 2 litros. Costumam não ceder às pressões dos consumidores para utilizar um recipiente mais prático:

“Eles pergunta como vai tirar o bambu daqui de dentro, eu falo, corta (o recipient “pet”) e coloca num outro vidro de boca larga, que eu não tinha outro lugar pra pôr”.

As conservas de pimenta também são um produto bastante presente nas barracas. As pimentas mais utilizadas são a *malaguêtinha*, a *malagueta*, a *cumariu* (alguns dizem *tumarina*) e a *passarim*. A pimenta *passarim* não pode ser curtida no azeite. “*a passarim no oleio dá bichinho*”. É preciso utilizar a

cachaça para conservar a pimenta *passarim*. Segundo os entrevistados a pimenta *cumarim*, é mais vendida e saudável, “faz menos mal”.

Algumas raras barracas vendem produtos derivados do leite. Fazer queijo e requeijão e doce de leite é atividade para poucos, geralmente os grandes fazendeiros (que não expõem nas barracas) ou pessoas que vêm de fora.

O cerrado representa, para os habitantes de Angueretá, um meio de sobrevivência e um modo de vida, mas as transformações recentes trazem novos conflitos e antagonismos, levando a profundas alterações na forma como eles se relacionam com os produtos do sertão. As rodovias trazem os consumidores, favorecendo o comércio das barracas, mas trazem também os coletores de fora, que não respeitam as normas locais de uso dos recursos. A legislação ambiental protege o pequizeiro e favorece a manutenção das práticas a ele associadas, mas deixa desprotegido o araticum e ao mesmo tempo restringe a coleta do minhocuçu. Trata-se da interdição dos produtos do sertão: água, mata, animais e plantas, que se dá tanto pela legislação quando pela apropriação realizada pelas empresas aí instaladas.

CAPÍTULO V – DESTERRITORIALIZAÇÕES E RETERRITORIALIZAÇÕES EM ANGUERETÁ

Nos capítulos anteriores, foram delineadas as bases para a identificação das transformações ocorridas neste espaço que levaram ao desenvolvimento de novas territorialidades pelos habitantes de Angueretá. Neste capítulo pretende-se analisar os processos relacionados às novas territorialidades, redefinidas a partir das imposições externas que se lançaram no espaço em análise.

Enquanto **lugar**⁹⁸, Angueretá é espaço da vida, das identidades, das mediações simbólicas, do fazer político cotidiano. Enquanto **área** de investimento é domínio abrangido pelos planos do governo e pelos investimentos das grandes empresas. Tem-se aí dois vetores completamente distintos de territorialidades: a dos habitantes do lugar e a dos capitalistas de fora.

⁹⁸ Lugar, como aqui entendemos, não é sinônimo de local, embora se constitua na escala local. Está vinculado às identificações que os homens e mulheres constroem com o espaço da dimensão local, correspondendo, nas palavras de Y FU TUAN, a um “centro de significados construídos pela experiência” (Y FU TUAN, 1974, 1975, 1983). Não pode ser utilizado no mesmo sentido de território, senão como metáfora, uma vez que não inclui a noção de poder.

A transformação do sertão mineiro em nova fronteira “agrícola” e, portanto, fronteira demográfica, econômica e cultural, inverte o sentido do deslocamento dos seus habitantes.

Considerando que a 'fronteira' apresenta o encontro (e o desencontro) de mundos diversos, ocorre que se instaura a exigência de mudança, de redefinições de identidades. Como Martins demonstra:

(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular: À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 1997:150)

As transformações atingem as esferas macro e micro da vida. A chegada dos novos atores traz novas materialidades, ideologias e realidades, que traduzem-se, no lugar, pelo desenvolvimento de territorialidades diversas daquelas tradicionalmente constituídas. Tem-se, portanto o encontro de duas macro-territorialidades, a do novo e a do velho, se podemos assim dizer numa primeira aproximação. Desse encontro se estabelecem conflitos e acomodações em ambas as territorialidades, notadamente no que se refere às territorialidades dos antigos habitantes, uma vez que as empresas que se instalam, apoiadas pelo poder público e sustentadas pelo poder do capital, apresentam maior força para impor sua territorialidade às populações que habitavam tradicionalmente o distrito de Angueretá.

Até o início da década de 1970, as territorialidades e construções simbólicas desenvolvidas pelos habitantes de Angueretá se aplicavam a um

sertão que é fronteira ecológica, fronteira de culturas e entroncamento de circulação econômica no domínio agro-mercantil. A partir de então, o conteúdo da fronteira se transforma. A construção de seu espaço como fronteira no domínio agro-industrial introduz uma nova lógica ao espaço e impacta o anteriormente construído, tanto no sentido material quanto simbólico.

Verifica-se mesclagens – às vezes superposições – dessas territorialidades, criando um todo dinâmico, complexo e pleno de antagonismos. As ambigüidades do sertão se agudizam. A realidade que se constrói, apresenta uma unidade no sentido da inserção da área nos novos circuitos, porém, não destrói as individualidades sejam novas, sejam antigas. A respeito desses des-fazer e re-fazer de usos, territorialidades e construções simbólicas, poder-se-ia dizer que se entrelaçam o novo e o velho, formando novas complexidades cuja unidade não destrói a diversidade do anterior.

Toda realidade é complexa, entretanto, no sertão mineiro – e neste momento histórico que enfocamos – ela se torna pulsante, impossível de se ignorar. Há uma realidade secular, representada pelos habitantes mais antigos de Angueretá e pelo Domínio do Cerrado: há o sertão. Poderíamos mesmo dizer que é da união destes dois primeiros que se desenvolveu a cultura sertaneja na porção central do estado de Minas Gerais. Existem, também, novas realidades que se colocam, impondo um crescimento vertiginoso na velocidade com que as transformações se dão na natureza (o cerrado) e nas relações culturais dessas pessoas.

A natureza das transformações e o tecido dessa complexidade exigem uma nova compreensão a respeito do sertão mineiro que se faz moderno

desde o princípio, mas, no presente, incorpora a nova ordem do capital, e se faz pós-moderno⁹⁹.

Como pano de fundo tem-se a metamorfose do sertão que se torna cerrado (e se desintegra em carvão).

Territorialidades ampliadas

As facilidades de ir e vir, ampliam as territorialidades dos habitantes de Angueretá., antes praticamente restritas ao próprio distrito e à vizinha cidade de Pompeu.

A cidade de Sete Lagoas torna-se o principal centro polarizador, em virtude dos serviços mais desenvolvidos. Sete Lagoas já se encontra na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas ainda assim, fica setenta quilômetros mais perto de Curvelo que a capital mineira.

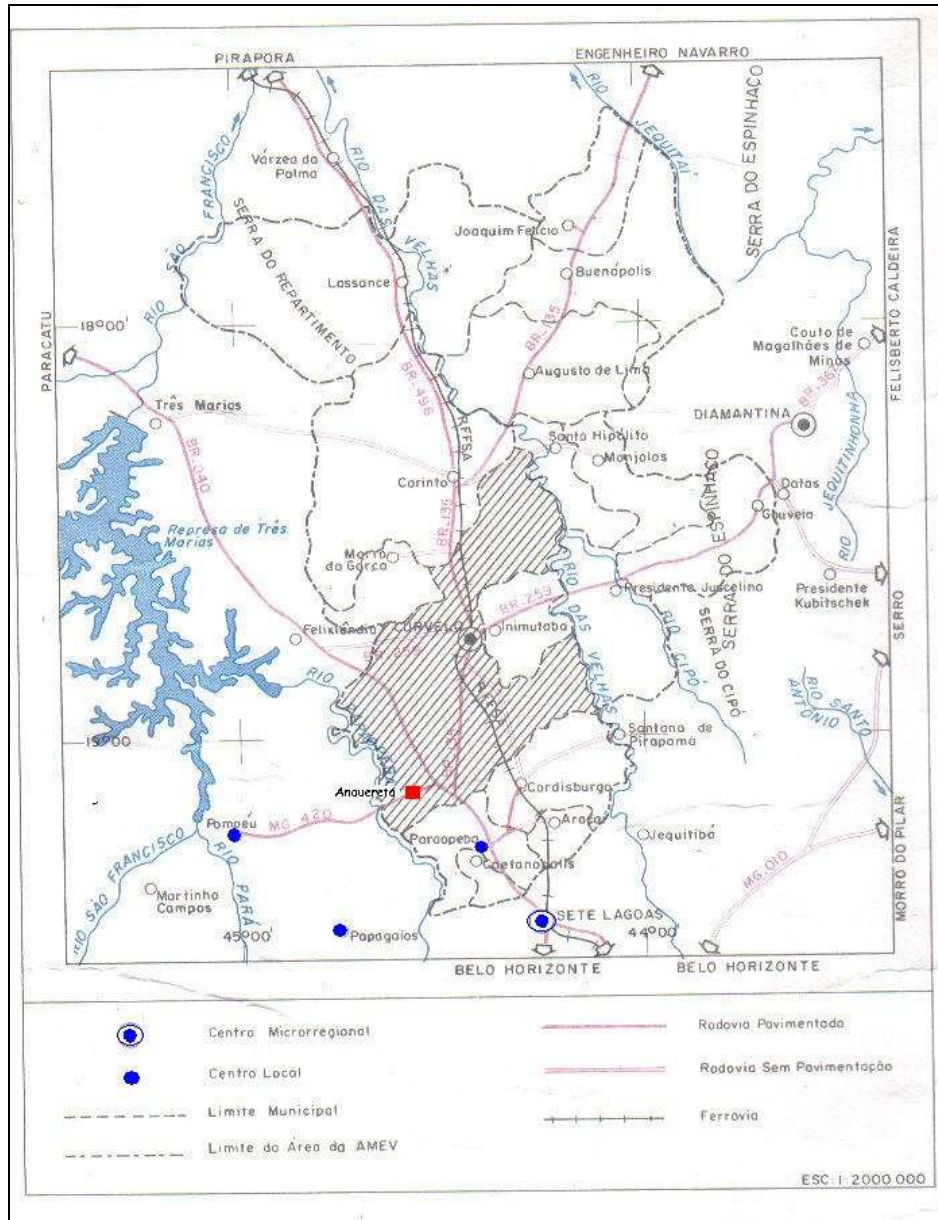
Os municípios de Paraopeba e Papagaios, bem como Belo Horizonte e até mesmo São Paulo e Brasília passam a fazer parte dessa territorialidade ampliada.

A cidade sede do município de Curvelo, embora bem mais perto de Angueretá que Sete Lagoas e Belo Horizonte, perde cada vez mais poder político e econômico sobre os habitantes de Angueretá. Isso pode se explicar,

⁹⁹ Embora reconhecendo que as posturas teóricas em relação ao termo são conflitantes, o que se quer enfatizar, com a utilização do termo é a inserção da área na lógica das transformações mais recentes da sociedade capitalista e do novo que elas significam. Considerando ou não o novo que se instala como ruptura com o moderno, é inegável que traz uma face completamente diversa, que inegavelmente situa-se no limiar do moderno. Na falta de uma denominação para esse novo, e sem pretender entrar na espinhosa ceara da discussão a respeito da pós-modernidade, é que se utiliza o termo.

em parte, pela maior facilidade de transportes para estes últimos que para a cidade de Curvelo.

FIGURA 22 – Mapa dos municípios vizinhos



Fonte: IGA, 1984
 Legenda: SILVA, Lússandra

Estando na rota para Brasília, os ônibus que ligam Brasília a toda a porção sudeste do país passam pelo território de Anguereté, num intervalo de poucos minutos o que torna todos os espaços situados na BR 040

extremamente acessíveis aos habitantes de Angueretá. Para se ter acesso à cidade de Curvelo, por outro lado, é necessário se deslocar até o trevo e aguardar os ônibus que existem em muito menor quantidade, e portanto circulam num espaçamento de tempo muito maior. Além disso, a rodovia 351, que leva a Curvelo, apesar de sua importância, nem sempre se encontra em bom estado de conservação, o que pode tornar o deslocamento mais demorado nesses sessenta quilômetros que separam Curvelo de Angueretá do que nos quase duzentos quilômetros que separam de Belo Horizonte.

Além disso, outro fator que atenua os vínculos com a cidade sede do município é o próprio enfraquecimento político de Angueretá, que o coloca à margem das decisões e dos investimentos da administração municipal.

Não é apenas com o município ao qual pertencem que os habitantes de Angueretá vêm enfraquecerem seus vínculos, mas com o próprio distrito. Os vínculos com Angueretá se atenuam à medida que se fortalecem aqueles com os centros urbanos mais desenvolvidos. A territorialidade do grupo, antes comprimida no pequeno mundo de Angueretá, se conecta com novos mundos, e se expande.

A presença das rodovias agenciadoras das transformações macro-territoriais conduz também transformações micro-territoriais. Sua implantação arrasta a direção da ocupação de novas áreas, antes dirigida na direção de elementos da natureza como, por exemplo, a presença de água.

O sentido da expansão da malha urbana, agora segue o alinhamento das rodovias: O Trevão¹⁰⁰, como a denominação indica, surge do

¹⁰⁰ O trevão é um pequeno povoado situado às margens do entroncamento da BR 040 com a 135, onde fica também o posto Trevo. Dista uns dois quilômetros de JK e 13 de Angueretá

entroncamento de duas dessas vias. Os distritos de JK¹⁰¹ e Angueretá, anteriores à implantação da malha rodoviária, passam a assumi-la como vetor de sua expansão, expandindo-se linearmente, ao longo das rodovias. O traçado atual de Angueretá, coincide com o alinhamento da rodovia, e se faz acompanhar do deslocamento da entrada principal da cidade para um novo ponto, situado na área de ocupação mais recente, como se verifica no croqui apresentado a seguir.

FIGURA 23- Mudança da entrada principal de Angueretá



Fonte: SALES, Marli 2007

Tal deslocamento aponta que as novas realidades apresentam também redefinições na territorialidade. Antigas territorialidades perdem conteúdo, implicando desterritorializações. A vida deixa de ser centralizada na igreja e passa a sê-lo na circulação de pessoas e mercadorias, significada pela rodovia. A antiga entrada de Angueretá, que se fazia pela rua da Praça de Nossa Senhora de Soledade é praticamente abandonada, a ponto de a erosão interditar a passagem de automóveis no trecho da Av. José Julio Mascarenhas (a rua principal do distrito) que leva à igreja e ao cemitério centenários. O ponto

¹⁰¹ KJ é o distrito que tem a sede mais próxima de Anguereta. Situado nas margens da rodovia 135, fica a 15 km de Angueretá e a 2km do Trevão.

do distrito para onde convergia toda a vida social é, atualmente, quase completamente isolado do restante, tanto quanto ao significado quanto à espacialidade. Não são mais as atividades da igreja que comandam a sociabilidade. Tal sociabilidade se faz comandar pelo bar, pelo forró, o convívio com os caminhoneiros que fazem do posto de gasolina seu ponto de parada.

A centralidade do distrito se desloca da praça da igreja centenária para a rodovia, no ponto em que foi instalado o posto de abastecimento de combustíveis, evidenciando já a re-territorialização que se constrói.

FIGURA 24 – A nova entrada de Angueretá



Fonte: SALES, Marli, 2007.

A partir da instalação do posto de abastecimento de combustíveis, o terreno vago à sua frente, do outro lado da rodovia, foi alçado à condição de praça. Ao seu redor foram implantados uma padaria e dois bares. O mais freqüentado deles, que possui árvores à sua frente, é também aquele no qual a juventude se reúne para as festas e danças no final de semana.

A motivação é outra, o encontro é outro: novas formas, novas funções. A começar pelo fato de que na territorialidade dada pela igreja, o convívio era predominantemente familiar, enquanto que na territorialidade comandada pelo posto e pelo bar, ela quase nunca envolve a família.

O convívio com o modo de vida urbano introduz novos conceitos de consumo e relações sócio-econômicas. Aí também se introduzem os antagonismos, demonstrando a inter-relação das novas e antigas territorialidades, agora não mais como opostos, mas como híbridos, pelo menos tendencialmente.

As mulheres e os jovens são mais expostos a essa influência tornando-se os agentes do antagonismo que confronta e, ao mesmo tempo, aproxima o novo e o velho. Este milho a ser comprado, evidentemente, não é produzido na região, mas em outras partes do país. Coadunam-se, portanto, diversas transformações: a implantação de rodovias que facilita a chegada dos novos produtos e o acesso à cultura do consumo urbano que induz sua aceitação. Juntos pressionam a ética dos antigos em relação à terra, de modo a impor novas territorialidades que, instaladas transformam o sertão de Anguereté em novo mercado para os produtos do *agrobusiness* e levam a uma redistribuição dos usos da terra dentro da propriedade e a uma re-estruturação da economia familiar.

O que está em jogo é o embate entre duas formas de se relacionar com a terra. Duas formas de territorializá-la. Para as mulheres e jovens, expostos à cultura do consumo urbano, a antiga territorialidade não mais funciona, não agencia coerentemente a vida. Sua influência sobre os homens, por outro lado,

constrói, tendencialmente, linhas de fuga que abalam suas territorialidades, mesmo quando insistem em manter a ética tradicional.

Insistimos que não se trata de antagonismos mas ambigüidades pois o que se observa é a supersignificação. Os signos e significados da tradição não foram extintos mas dialogam com os novos signos e significados que se implantam, lenta ou aceleradamente, dependendo do caso. As re-territorializações emergirão desse diálogo.

Novas paisagens, múltiplas territorialidades

A paisagem foi alterada (ambiental e tecnologicamente) em sua forma e em seu significado. Os impactos ambientais possuem efeito amplo, constatando-se a retirada da vegetação original, o esgotamento dos recursos hídricos em virtude da plantação da monocultura de eucalipto, desequilíbrios na sociodiversidade ou diversidade cultural.

A mais visível alteração na paisagem é a implantação da monocultura do eucalipto. O eucalipto, como visto, já estava presente em Angueretá mesmo antes da chegada das empresas reflorestadoras, mas em pequenas áreas.

Os espaços da monocultura do eucalipto são claramente ordenados pela lógica do capital. As plantações refletem, em suas formas regulares um ordenamento racional, autoritário (auto – centrada na lógica da empresa) e homogeneizante.

Esta ordenação “precisa” se confronta com a ordenação dos habitantes de Angueretá, regida pela “imprecisão” e se contrapõe ao ordenamento da

paisagem anterior, e dos usos dados a ela. Como vimos, o cerrado apresenta-se como um domínio bastante diversificado, não somente quanto à sua fisionomia, que ocorre em densidades diferentes como, também, devido à ocorrência de outras formações vegetais, como a mata galeria e a vereda.

À diversificação da paisagem coaduna-se com uma diversificação dos usos tradicionais, representando uma verdadeira divisão territorial da apropriação da terra a partir de territorialidades específicas. A degradação do cerrado retira o substrato dessas territorialidades, impondo a desterritorialização aos habitantes de Angueretá. E não somente a degradação mas também a interdição das terras ocupadas pelos novos empreendimentos de reflorestamento de eucalipto, que se faz, em grande medida, em terras pertencentes ao Estado, isto é, devolutas, promove a desterritorialização.

A interdição dessas terras constitui uma nova forma de violência que incide em grave desterritorialização uma vez que, tradicionalmente, em Angueretá, a territorialidade estabelecida em relação às áreas recobertas pelo cerrado é construída a partir do uso comum da terra. Tal modelo de apossamento da terra e dos recursos naturais foi estudado por ALMEIDA, (1988) ANDRADE (1990), GODOI (1999), podendo ser definido como

“situações nas quais o controle da terra não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas, entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos, que compõem uma unidade social”.(ALMEIDA, 1990, citado por GODOI, 1999:59)

Em nossa área de estudo, o uso comum da terra recoberta pelo cerrado admitia, tradicionalmente, dois usos distintos: o pastoreio do gado e a coleta de

frutos ou outros recursos do cerrado. O uso como pasto para o gado era realizado muito particularmente nas fisionomias campo sujo e campo cerrado, que possuem numerosas espécies de gramíneas nutritivas, além dos térmitas, cujas comunidades (termiteiros), chamados localmente de cupinzeiros, também servem de alimento para o gado. Nas fisionomias de cerrado e cerradão, que adquirem a feição de mata em virtude da maior presença e proximidade de arbustos, esse uso praticamente não se faz possível. Daí que, em alguma propriedades particulares, ocorra o “desbaste” dessas áreas, através do qual os arbustos menores são retirados, a fim de permitir a expansão das gramíneas, permanecendo os arbustos maiores. A configuração paisagística após esse “desbaste” se assemelha, não mais à de cerrado ou cerradão, e sim, à de campo cerrado. A diferença se dá pelo fato de que no primeiro os arbustos são de outras espécies, mais baixas que no segundo.

Uma especificidade do uso comum da terra, para pastagem do gado, nas áreas recobertas pelo cerrado, demonstra instalada nas produções do *habitus*¹⁰² desse grupo, um componente que pode ser identificado como ambíguo, especialmente se considerarmos o que se conhece a respeito do uso comum da terra em outros grupos sociais. Na maior parte das sociedades, o uso comum da terra ocorre em propriedades individuais. Em Angueretá, no que diz respeito a sua ocupação para alimentação do gado, o uso comum somente ocorria em terras devolutas. As áreas correspondentes a propriedades particulares não recebiam esse uso comum.

¹⁰² Habitus, para Bourdier (1992), é produto histórico, produzindo práticas individuais e coletivas e, ao mesmo tempo, assegura a presença das experiências passadas e garantem a permanência (em conformidade e constância) das mesmas práticas.

Talvez essa norma seja explicada pelo fato de que quanto maior o número de cabeças numa determinada área, maior a pressão sobre os recursos, principalmente na época da seca, quando o gado tem maior necessidade de pasto e este fica ainda pior. Trata-se da inclusão de uma lógica proprietária privada num uso coletivo, o que talvez ocorra pelo fato de que o gado no sertão mineiro tenha sido sempre atividade comercial.

De outra parte, independente de a terra ser do Estado ou particular, mantém-se o uso comum quando se trata da coleta dos frutos do cerrado como pequi e araticum, bem como de outros recursos como cascas de árvore, plantas medicinais, folhas das palmeiras e madeira para diversos fins.

Aqui, a desterritorialização imposta pelas grandes empresa é radical e se faz duplamente, pela supressão material do território e pela alteração do seu significado.

Tal des-territorialização se faz mais aguda quando se considera que, mesmo os tradicionais proprietários de terra da região cediam e – cedem – suas terras cobertas pelo cerrado para o uso comum da coleta, embora não fizessem nem façam o mesmo com relação à alimentação do gado.

A foto¹⁰ evidencia que até mesmo a passagem dentro das propriedades para encurtar caminho, que é um hábito comum na região, fica interdita nas áreas ocupadas pela grande empresa. Nela aparece uma das placas proibindo a entrada nas terras arrendadas pela V&M.

FOTO 10 – Interdição da circulação na fazenda Primavera, arrendada pela V&M



Fonte: SALES, Marli

Neste caso, a des-territorialização é comandada por um agente de poder externo, rígido e autoritário que transcende a esfera local.

As terras de ocorrência das matas-galeria são extremamente férteis e úmidas, tornando-se excelentes para a agricultura. Tradicionalmente sempre foram utilizadas para o cultivo de grãos, em virtude da já mencionada melhor qualidade de seus solos para este plantio. Em virtude disso, essa vegetação, embora protegida pela lei, sofre forte degradação.

Ao mesmo tempo, a legislação ambiental interdita esse uso, o que gera novos conflitos , mesmo que não expressos diretamente. As atividades que têm substituído o uso das várzeas para cultivo de grãos em Angueretá são a mineração de areia e a exploração de 'pesque-pague'.

O cerrado propriamente dito é área de pasto, pois o gado se alimenta não somente dos brotos e das gramíneas como também dos térmitas (cupins) presentes no cerrado. Algumas vezes seu uso é comum, embora uma das desterritorializações evidenciadas seja justamente a perda dessa forma de apropriação. O cerrado de uso comum para pastagem do gado correspondia às terras devolutas, que deixaram de existir à medida que foram cedidas pelo Estado para as empresas de reflorestamento. O que resta para o uso comum com finalidade de pastagens são as áreas de passagem, beiras de cerca, etc.

Muito provavelmente, a desterritorialização das áreas comuns de criação de gado tenha sido responsável pela redução da prática da pecuária em Angueretá. São duas desterritorializações associadas: a interdição do espaço e a redução/extinção da atividade, da 'lida' com o gado. Do primeiro, a supressão do direito de pais e avós na lida com o gado, quando se colhia araticum, se morria de medo de pisar em cascavéis, se ouvia o canto dos pássaros e se imitava seu canto. Do segundo, a alma do vaqueiro sem as vacas; a trempe do fogão sem o leite; a rotina de madrugar para apartar o gado, sem sentido.

Consumo do espaço e novas territorialidades

Vários novos usos são introduzidos no espaço: a pedreira de ardósia, os pesque-pague, o cultivo de hortaliças. Cada um representa novas formas de consumo do espaço e está associado a novas territorialidades. Novos consumos do espaço que têm impacto significativo também nas territorialidades, uma vez que alteram as vinculações com a terra. O cultivo de

hortaliças é o mais abrangente espacialmente e introduz, em uma prática já pertencente ao universo dos habitantes de Angueretá, novos produtos técnicos. Teoricamente, já foi bastante trabalhada a idéia das técnicas como principal forma de relação entre o homem e o meio. As novas presenças técnicas introduzidas em Angueretá trariam, portanto, modificações no espaço, na forma de relacionamento do homem com este espaço e, conseqüentemente, em sua própria vida.

O novo conjunto de objetos técnicos historicamente produzido e introduzido no contexto da modernização agrícola reduz a força da natureza no sentido das suas determinações e imposições sobre a vida dos sertanejos. Eles se libertam, por exemplo, dos riscos da falta de chuva, ao utilizarem estufas ou formas mais eficientes de irrigação, e adquirem maior poder de negociação dos preços já que podem vender os produtos em áreas mais distantes; conseguem obter mais tempo livre ao substituírem a capina¹⁰³ pelo uso de herbicidas. Não são alterações apenas na composição técnica do território mas também orgânicas (o uso do agrotóxico e dos fertilizantes são um exemplo: o produto que sai da lavoura não é como o de antes, está repleto dos conteúdos representados pelas novas configurações).

As novas configurações técnicas, ao alterarem as qualidades objetivas do tempo e do espaço, forçam uma alteração, mais sutil, mas também determinante, na forma como o mundo é representado¹⁰⁴. É o que esclarece FOSTER (1964) quanto à relação entre mudança técnica e relações simbólicas:

¹⁰³ Tarefa de retirar através do uso de enxada as ervas daninhas dos campos cultivados.

¹⁰⁴ O município de Sete Lagoas, antes considerado distante é agora extremamente próximo, a ponto de permitir duas ou mais idas num mesmo dia.

“Aliada a toda a mudança técnica e material há uma mudança correspondente nas atitudes, nos pensamentos, nos valores, nas crenças e no comportamento das pessoas que são afetadas pela mudança material”(FOSTER, 1964, p.14)

Junto às inovações técnicas temos os novos produtos disponíveis que também alteram a forma como os habitantes de Angueretá se vinculam ao espaço. A simples substituição da madeira no assento do banquinho por uma laje de pedra ardósia já evidencia uma mudança na relação com os recursos da natureza. A pedra ardósia sempre esteve no subsolo de Angueretá e seus vizinhos distritos por milhares de anos, até que a atividade mineradora viesse extraí-la. Com a chegada da mineração, a ardósia vai para o mercado internacional. Para os habitantes de Angueretá, assim como para a casa de D. Virginia e Seu Osvaldo, ficam os rejeitos. Mas por detrás dessa substituição há também o abandono das práticas de ir à mata escolher a madeira, o encontro com o outro. Todos esses usos do território estão associados às novas territorialidades de Angueretá.

A chegada do novo (novas empresas, novos processo, novas regulações) altera a natureza dos conflitos e acordos que contróem a territorialidade em Angueretá.

As antigas territorialidades eram dadas por conflitos e mediações entre indivíduos/famílias entre si e raramente tinham a figura do Estado e da lei como mediadores e, ainda mais raramente, se faziam na confluência com elementos externos à lógica local.

As novas territorialidades são construídas por conflitos e mediações estabelecidas entre indivíduos/famílias e grandes empresas, mediados pela lei e pela ação do Estado. É o que exemplificam os diversos conflitos envolvendo

as empresas de reflorestamento. Entre eles o mais grave é a instalação do viveiro da Plantar, às margens do Ribeirão Boa Morte. A instalação pela Plantar do viveiro de plantas, por exemplo, causou problemas para a comunidade pois além de comprometer a qualidade da água dos moradores levou a empresa a fazer um desvio de aproximadamente cinco quilômetros na estrada utilizada pelos habitantes.

Até mesmo a inserção da área no Circuito Turístico Guimarães Rosa, representa a imposição de uma territorialidade externa aos habitantes de Angueretá,

A representação sobre a natureza dos habitantes de Angueretá é rica e ultrapassa a visão dos ambientalistas e do Estado; nesse sentido, a perda de autonomia representada pelas novas regulações da natureza significa desapossamento e desterritorialização.

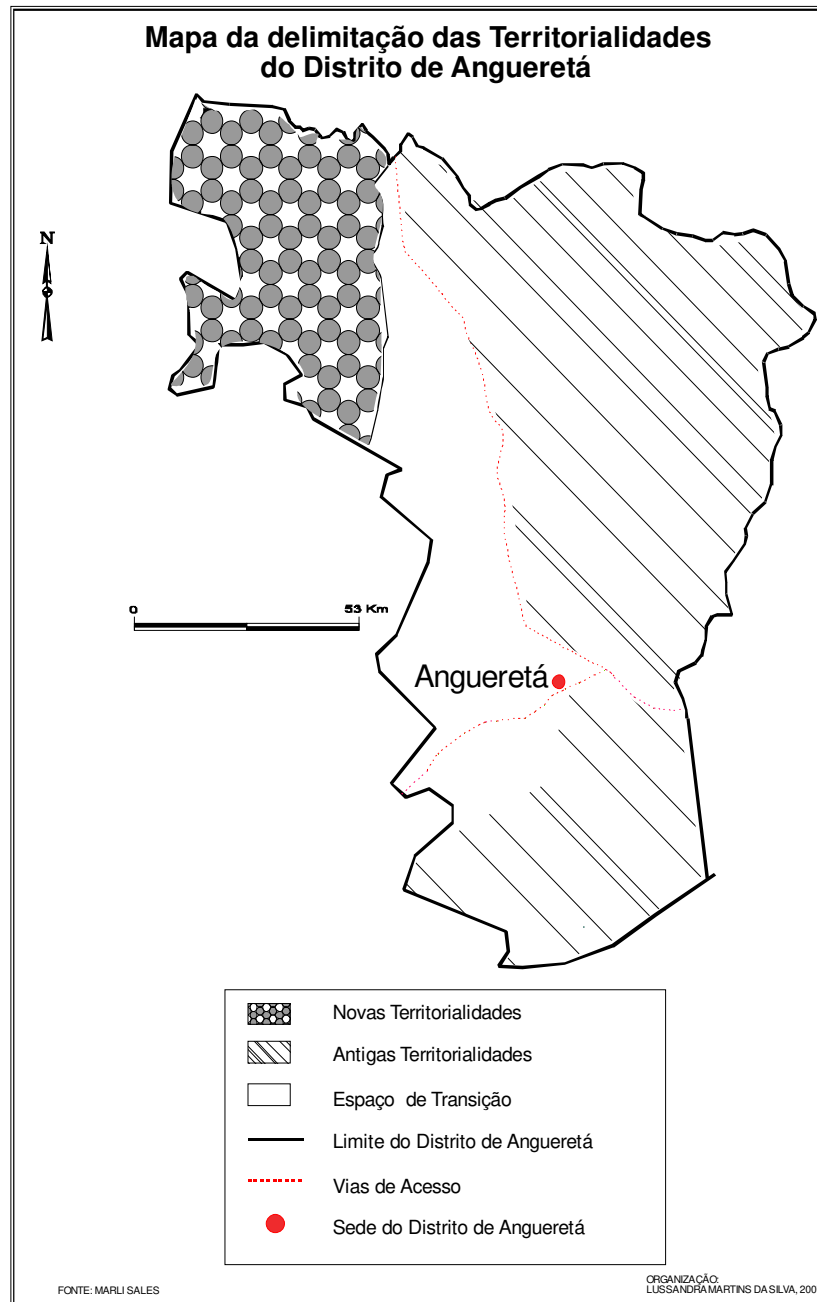
Apesar de as territorialidades desenvolvidas se sobreporem umas às outras, é possível identificar áreas em que, numa perspectiva macro, predominam umas ou outras.

Buscamos representar essas territorialidades macro a partir de um cartograma. Trata-se de uma análise fixada no tempo fadada à decrepitude, pois o movimento é dinâmico e as territorialidades se recompõem continuamente. O cartograma a seguir demonstra a espacialidade diferenciada dessas territorialidades em Angueretá segundo os dados de campo de 2003.

Os espaços dominados pelas antigas territorialidades são exíguos, ilhados na porção oeste do distrito. As novas territorialidades comandam o espaço na parte leste, mais próximo do município sede de Curvelo e da

Rodovia 040, que faz a ligação com Brasília. O vetor das novas territorialidades que se faz a partir do distrito sede Curvelo, impulsionado pelas vias de circulação e já ocupa grande parte do distrito.

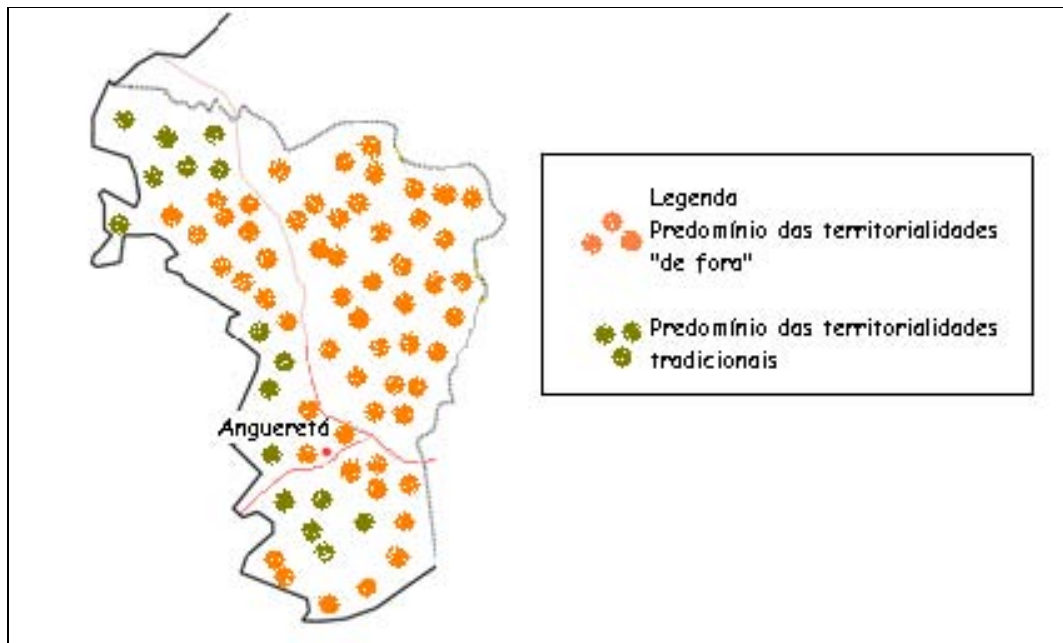
FIGURA 25- Mapa de delimitação das macro territorialidades em Angueretá – 2003



Fonte: Mapa base IGA, 1984- município de Curvelo
Autor: SILVA, Lussandra

No centro do distrito, situam-se espaços de transição. Estas áreas de transição foram incorporadas para o plantio de eucaliptos, de forma que em 2007, já não podem ser consideradas áreas de transição. O cartograma a seguir apresenta as macro territorialidades em 2007.

Figura 26 – Macro territorialidades em Angueretá - 2007



Fonte: Mapa base IGA, 1984- município de Curvelo

Autor: SALES, Marli

De sua análise percebe-se que as novas territorialidades comandam a maior parte do território de Angueretá. Entretanto, como foi demonstrado, esse tecido é esgarçado pela tessitura da vida dos habitantes de Angueretá que reconstróem suas territorialidades e se reterritorializam das mais variadas formas.

As aqui denominadas novas territorialidades, comandadas pela lógica das grandes empresas tem em Angueretá apenas uma pequena parte de seu território. Sua territorialidade está distribuída em diferentes locais em todo o

globo. Seus territórios não funcionam na escala local, sequer nacional. São territórios construídos em redes, pois se constituem não somente nos pontos em que se situam, mas nos fluxos complexos e descontínuos que estes pontos estabelecem entre si, comandados pela mesma racionalidade e visando atingir os mesmos fins. São territorialidades ágeis, estabelecidas também no movimento, daí a rapidez com que recriam continuamente o território. Por isso mesmo, ignoram as realidades locais que não interessam ao seu projeto.

Diferentemente, as territorialidades desenvolvidas pelos habitantes de Angueretá são forjadas no local onde vivem, na natureza e com a natureza. São territorialidades lentas, enraizadas no espaço vivido. Suas mediações espaciais se estendem do mais concreto ao mais simbólico, mas sempre com referência ao espaço experienciado.

As diferenciações apresentadas, contudo não devem ser identificadas como dicotômicas. As duas macro-territorialidades, se interconectam. Uma e outra recriam-se continuamente. Como espaço apropriado pelo trabalho do homem, o território se constitui também no entroncamento espaço/tempo/cultura. O novo território não anula o anterior. As territorialidades instaladas se opõem, mas também se complementam.

É a partir desse fator que podemos considerar o espaço de Angueretá como espaço de múltiplas territorialidades. A reterritorialização dos habitantes de Angueretá se faz de forma múltipla, uma multiterritorialidade que se torna fundamental na sua resistência e na construção de Angueretá como espaço de vida e de possibilidades. Como lembra HAESBAERT (2006), Durkheim já revelara:

“As antigas instituições nunca desvanecem diante das novas instituições a ponto de não mais deixarem vestígios de si mesmas. Elas persistem, não apenas por sobrevivência mas porque persistem também algumas das necessidades a que correspondiam.”(DURKHEIM, 1995:436 citado por HAESBAERT:363)

Em Angueretá, a reterritorialização dos seus antigos habitantes se faz dentro de um contexto de grande complexidade, em que convivem múltiplas territorialidades, desde as mais fechadas às mais abertas e flexíveis, num entrelaçar de tempos e velocidades desiguais, que os obrigam a recriar continuamente suas representações materiais e simbólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os habitantes de Agueretá são herdeiros de uma natureza e uma paisagem, de tradições, usos, representações simbólicas e territorialidades, que foram, histórica e socialmente, desenvolvidos naquele espaço¹⁰⁵ de domínio do cerrado. Esta herança foi profundamente alterada com os processos econômicos, políticos e culturais-ideológicos levados a efeito na região pelo Estado e pelos agentes econômicos, no período posterior a 1970, impondo desterritorializações em diversas formas. Isso se faz no contexto da incorporação das áreas de cerrado à moderna agricultura, que consistiu num dos elementos que constituíram a inserção do Brasil na modernidade. Transformações econômicas comandadas politicamente pelo Estado e atreladas ao grande capital nacional e internacional condicionaram e condicionam uma drástica transformação desse espaço e de sua paisagem.

¹⁰⁵ Espaço aqui é utilizado no sentido de totalidade, produto global de processos econômicos, culturais-ideológicos e políticos. O espaço não pode ser utilizado no sentido de território ou lugar, pois estes fazem parte do espaço, estão contidos nele mas não constituem em sua integridade.

Frente a isso estes homens e mulheres desenvolvem novas respostas aos problemas de sua existência social¹⁰⁶, o que fazem reconstruindo sua teia de significados, e suas relações com a natureza, isto é, re-territorializando-se.

Identificamos que os espaços de Minas Gerais, recobertos pelo cerrado, os quais foram alvo das ações do estado com vistas à modernização agrícola, correspondem à região reconhecida como sertão mineiro. Um espaço que, embora insistentemente referido nos documentos oficiais como “vazio” são, na verdade, espaços de vivência de grupos aí instalados secularmente os quais, na tessitura da vida, constroem formas de resolver seus problemas naquele lugar específico, **naquela** natureza e **com aquela natureza**.

Essa diferenciação é significativa pois, como referimos no corpo da tese, a denominação ‘cerrados’ diz respeito, objetivamente a **um** Domínio no qual o homem não está, necessariamente, incluído. Já a denominação “sertão”, diz respeito a uma forma de vida e existência, **num** Domínio que, no caso de Minas Gerais, corresponde ao cerrado. Este é o espaço de vida dos grupos sociais que, ao se apropriarem do mesmo, seja concreta, seja abstratamente, transformam-no em seu território.

Trata-se de uma área que começa a ser efetivamente ocupada no século XVII, no contexto das expedições paulistas que visavam, inicialmente o aprisionamento de indígenas e, posteriormente, a procura de metais preciosos. A produção do espaço se faz, portanto, desde o início, a partir de invasões e transformações freqüentes, transformando este espaço em lócus de passagem, confrontos e confluências – movimentos caracterizados de fora para dentro –

¹⁰⁶ Aqui estamos lembrando Latouche em “A ocidentalização do mundo”, ed Vozes, 1996, para quem cultura é a resposta que os agrupamentos humanos dão ao problema de sua existência social

ordenados ora por momentos de intenso dinamismo ora de verdadeiro ostracismo e abandono.

O sertão mineiro se constrói sob o signo da modernidade. Corroboram com essa idéia a efervescência e modernidade das cidades do ciclo do ouro; o desenvolvimento de uma autonomia econômica já desde o período colonial, baseada na produção voltada para o mercado interno (que não sofria os revezes das oscilações dos produtos de exportação); o fato de o fundador de Curvelo, Padre Curvelo haver sido indiciado e processado como inconfidente; o desenvolvimento de uma proto-modernização agrícola baseada nas fábricas de tecido que se constituíram a partir de um complexo sistema social e territorial organizado que trazia elementos do complexo agroindustrial (embora os elementos do contexto históricos ainda não estivessem prontos para a constituição do complexo agroindustrial como o temos hoje); a preocupação com a busca de melhorias técnicas e incorporação dos objetos tecnológicos já no início do século XIX bem como com a instrução dos agricultores e o melhoramento das vias de comunicação e, finalmente, a participação de Curvelo na Revolução Liberal de 1842 que também aponta sua sintonia com os ideais liberais e a modernidade.

As transformações do espaço e sua dinamização no contexto do processo de incorporação dessas áreas ao capital, portanto, não se fazem como **algo novo**, mas de um **novo modo**.

A gênese desse processo se dá a partir da década de 1930 quando a economia brasileira inicia seu processo de industrialização com base urbana comandado pelas ações do Estado, associada à idéia de integração do território nacional. Todavia, é a partir dos anos 70 que estas ações se

intensificam, motivo pelo qual instituímos como marco temporal o período posterior a 1970.

O Estado assumiu o papel de alargar as bases produtivas do país e desenvolveu a implantação da infra-estrutura de transportes e energia que, em Curvelo, se materializa com a construção da Usina de Três Marias e a construção da rodovia BR 040, articulada à ferrovia já anteriormente desenvolvida. A criação das indústrias siderúrgicas datadas também desta época é importante em nosso contexto, especialmente por se basearem na energia gerada pelo carvão vegetal, o que levará ao início de um processo cada vez mais acelerado de retirada da mata nativa do cerrado na região.

A moderna malha ferro-rodoviária de Curvelo se soma à inclusão da área numa privilegiada posição dentro das redes de energia elétrica e comunicação, que constituem a renovação da materialidade daquele espaço, com vistas à constituição de um novo meio, a partir do qual a circulação se pudesse fazer com maior rapidez e eficiência. Como já foi dito, o espaço estava sendo preparado como receptáculo da verdadeira transfiguração que teria lugar a partir de então.

Fator importante na determinação dessa região como espaço das citadas transformações é o relevo de chapada de Curvelo, muito apropriado à mecanização e a disponibilidade de terras a baixo custo que, aliado à privilegiada localização do município frente aos principais mercados do país. Todos os elementos citados, reunidos, transformam esse espaço uma verdadeira fronteira.

As profundas transformações associadas ao processo de incorporação dessas áreas à modernização intensificam a presença de capital, tecnologia e informação, tornam o espaço estratégico para os interesses do estado nacional e do grande capital. O novo modelo econômico e social de produção agropecuária caracterizou-se por construir, associado aos modelos de planejamento que visavam o desenvolvimento regional, uma nova espacialidade induzida, à qual se associou também uma nova divisão territorial do trabalho. As políticas articuladas a essa ação afetaram, não somente o espaço e a territorialidade de Minas Gerais, mas, também, de todo o país, transformando a distribuição territorial da renda e mesmo a economia nacional.

Para isto acontecesse, foram criados diversos programas de desenvolvimento alguns deles dirigidos especificamente às áreas de cerrado os quais, embora tenham atingido seu objetivo quanto à inserção da área nos circuitos da agricultura comercial moderna, tiveram conseqüências que afetaram de forma negativa o ambiente e os habitantes tradicionais desse espaço.

As redes de transporte e circulação instaladas marcaram a paisagem e abriram um espaço até então fechado pelas limitações de acesso e pela cultura de baixo consumo, para empresas nacionais mais competitivas, ao mesmo tempo em que desarticulam o mercado local.

A transformação da natureza, que se deu com a retirada da vegetação nativa e paralela expulsão e morte da fauna, causando profundo desequilíbrio ambiental, não deixou de afetar também o equilíbrio sócio-cultural. A alteração da paisagem aponta a degradação ambiental. Entre os problemas ambientais mais visíveis em virtude da retirada da vegetação temos dois que se destacam.

Em primeiro lugar, impactos na biodiversidade, uma vez que leva à sua redução, tanto vegetal quanto animal. Em segundo lugar, ocorrem significativos impactos no solo, posto que a retirada da cobertura vegetal leva ao aumento da erosão dos solos e assoreamento dos rios. O uso do solo com a monocultura de eucalipto aumenta a tendência à erosão, compacta e impermeabiliza o solo.

Ocorre uma expressiva redução da área do cerrado, sendo que em Angueretá o carvoejamento e o reflorestamento de eucalipto são os principais fatores. A instalação das empresas de reflorestamento – Plantar Reflorestamento S.A e Vallourec & Mannesman – e a implantação do cultivo da monocultura do eucalipto (pelas mesmas empresas) no período posterior a 1970 – representando o avanço das áreas agrícolas sobre as áreas naturais –, num padrão tecnificado e dentro de uma racionalidade capitalista, traz graves repercussões sócio-ambientais.

A instalação dessas empresas causa grande transformação ambiental – devido à retirada da vegetação, à poluição atmosférica e mortandade dos animais – e social, em virtude da privatização, redução ou extinção de recursos fundamentais para a sobrevivência das populações locais. Verifica-se também impacto na estrutura fundiária que se dá com a intensa concentração da terra. A compra indiscriminada de terras pelas empresas inflaciona o mercado de terras e leva muitos proprietários, especialmente os que possuíam menores extensões, a realizarem a venda de suas terras.

Quando se altera a paisagem o que se transforma é o conjunto de formas que naquele momento exprimiam as heranças representantes da relação entre sociedade e natureza naquele espaço. Alterar as formas evidencia também a alteração dos padrões dessa relação.

Os espaços incorporados pelas empresas correspondem quase exclusivamente aos topos das chapadas, originalmente cobertas pelo cerrado e tradicionalmente apropriadas pelos moradores pelo uso comum. Tais terras, em sua maioria consistiam em terras devolutas. A alteração da paisagem e a interdição de parte das terras de uso comum é forte fator de desterritorialização/reterritorialização. As práticas e usos herdados e desenvolvidos pelos habitantes de Angueretá apresentam uma territorialidade que se estrutura em relação à diversidade paisagística do cerrado. Tal territorialidade se constrói tanto no que se refere aos tipos de usos (pecuária, agricultura, coleta de frutos e outros recursos) quanto à natureza da apropriação dessas áreas (coletivas, privadas).

A coleta de frutos, madeira e plantas medicinais torna-se impossível em grandes áreas em Angueretá, bem como a criação de gado que era feita nessas áreas. Significativamente, a presença da pecuária hoje em Angueretá é apenas residual. Verificou-se também, que uma das empresas interditou também antigos caminhos, obrigando a população a utilizar novas rotas.

Acrescente-se ainda a degradação das relações de trabalho. Antigos proprietários venderam suas terras e passaram a trabalhar nas empresas em péssimas condições, sendo que tais empresas têm sido acusadas de desrespeito às leis e convenções trabalhistas. Essa é uma outra face da desterritorialização.

Os profundos desequilíbrios ambientais advindos da imposição de novas racionalidades, estranhas ao lugar, se fazem acompanhar de fortes impactos sócio-culturais e conseqüentemente afetam os usos e as representações dos

habitantes de Angueretá. A desterritorialização/reterritorialização, comandada por agentes externos autoritários a partir das confluências e conflitos se fazem de múltiplas formas, condicionando também múltiplas transformações. Um exemplo são as relações com o estado, profundamente conflituosas, uma vez que esta se faz de forma ambígua, direcionada a alguns aspectos específicos da vida social - ao mesmo tempo em que mantém a ordem, cria a des-ordem.

O estado negligencia Angueretá no tocante a melhorias demandadas pelos moradores. Este mesmo estado, por outro lado, se faz presente de forma bastante autoritária, tendo como um dos mais fortes focos de tensões a legislação ambiental. Esta, oriunda de uma ordem externa altera os tradicionais usos da terra. Confrontam-se duas lógicas uma vez que os habitantes reconhecem e lidam com a terra de forma diferente da dos agentes externos. A fiscalização e a aplicação de multas são percebidas como arbitrárias e incompreensíveis e representam, para os habitantes, uma nova violência: a negação das regras que regem os usos costumeiros dos recursos naturais em Angueretá. A legislação ambiental impõe restrições à autonomia dos proprietários rurais, autonomia esta muito prezada pelos mesmos. A vivência da natureza como lugar de exercício legítimo de seu domínio permanece entre esses agricultores, enquanto, por outro lado o estado, através de seus agentes, como o IBAMA, impõe controle sobre essa autonomia.

A definição das áreas de várzea como áreas de preservação permanente, por exemplo, extingue as lavouras de café e, principalmente, arroz, alterando o calendário agrícola, os tratos culturais e, conseqüentemente as atividades e a distribuição do tempo de trabalho entre esses agricultores.

Outro aspecto a ressaltar é o controle do uso de insumos como os agrotóxicos. A própria utilização desses insumos já representa uma profunda alteração nas práticas cotidianas, extinguindo atividades como a capina e alterando o tempo de permanência na *roça*. Por outro lado, sua utilização exige precisão nas quantidades aplicadas. Em Angueretá, tradicionalmente, a vida não é regulada pelo tempo do relógio ou pelo sistema decimal. A lógica camponesa apresenta como uma de suas características o que chamaremos de 'conteúdos de imprecisão'. A lógica de aplicação do agrotóxico é precisa e confronta esse conteúdo de imprecisão, trazendo consigo a exigência de rigoroso controle da quantidade e da forma de uso, instalando a contradição na prática dos agricultores de Angueretá. O uso indiscriminado de agrotóxico é uma das formas resultantes dessa contradição.

O conflito entre a lógica externa e interna se dá também em relação à ética e à justiça. Verifica-se que no sertão ocorre a incorporação da violência como um modelo socialmente válido de conduta. As regulações externas são contraditórias em relação à ética herdada e limitam essas práticas em Angueretá, rompendo a ordem do bravo. Mas ela ainda se faz presente. Verifica-se uma série de relatos a respeito de tocais e assassinatos, muitas vezes com grande desproporção entre o ato gerador e a solução encontrada. Entretanto, os habitantes de Angueretá não se dizem violentos, mas bravos, *valentes*. Para eles, violentos são os outros, cujas práticas chegam através da televisão.

A ética sertaneja verifica-se também nos hábitos de consumo que mantém-se no estrito limite da necessidade tanto entre os fazendeiros mais antigos que possuem maior poder aquisitivo e maiores extensões de terra

quanto entre os trabalhadores mais antigos. As residências, as tarefas desempenhadas, o vestuário pouco diferem uns dos outros.

Desconfiam das instituições financeiras como bancos, não incorporaram o capital fictício e percebe-se uma aversão às demonstrações de riqueza e uma forte valorização dos hábitos poupadores. Não consomem moda seja em sentido amplo seja restrito. O consumo de bens tangíveis é também restrito e o consumo de serviços o é ainda mais. Excetua-se os serviços comerciais, educacionais e de saúde, que foram parcialmente incorporados.

Os processos descritos detalhadamente na tese transfiguram o espaço enquanto totalidade política, social e cultural-ideológica, fazendo com que as novas representações se entrelacem – como visto – com as antigas, tecendo uma teia de ambigüidades que se reflete na leitura da paisagem, na relação com a natureza e seus recursos, na ética e nas ligações que estabelecem com o território. O tecido resultante é complexo, repleto de ambigüidades.

Verifica-se portanto, em parte, a manutenção das antigas territorialidades. Entretanto as passam por transformações, sobretudo entre os jovens e as mulheres que convivem mais intensamente com o modo de vida urbano. Estes incorporam e trazem novos conceitos de consumo e relações econômicas que introduzem elementos potencialmente desterritorializadores tanto em relação à terra de trabalho quanto à morada. Estes atores exercem pressões sobre outros moradores, especialmente os mais fortemente apegados às tradicionais territorialidades a saber, homens mais velhos: maridos e pais. Estes, à contragosto, incorporam algumas das transformações sugeridas.

Aí se instaura um antagonismo, demonstrando a inter-relação das novas e antigas territorialidades, agora não mais como opostos, mas como híbridos. Trata-se do confronto de duas formas de se relacionar com o território. Para as mulheres e jovens, expostos à cultura do consumo, a antiga territorialidade não mais funciona, não agencia coerentemente a vida. Sua influência sobre os homens, por outro lado, constrói, tendencialmente, linhas de fuga que abalam suas territorialidades, mesmo quando insistem em manter a ética tradicional. Os signos e significados da tradição não foram extintos, mas dialogam com os novos signos e significados que se implantam lenta ou aceleradamente, conforme o caso.

Outro aspecto em que ficam evidentes as ambigüidades e os confrontos entre a ética dos habitantes de Angueretá e a dos 'de fora' diz respeito ao consumo e à transformação em mercadoria dos produtos do cerrado, cuja privatização dificilmente é assimilada pelos sertanejos de Angueretá. A vinda de elementos de fora com fim exclusivo de extrair os produtos do cerrado intensifica o conflito entre as ordens locais e as ordens externas. Em alguns casos comprometendo a sustentabilidade ambiental.

Tendo na paisagem do sertão o substrato com o qual constroem sua vida material e simbólica, os habitantes de Angueretá desenvolvem uma percepção da paisagem e uma territorialidade fortemente ligadas aos seus usos. Os ciclos dos produtos do cerrado se sucedem e, com eles, os ciclos de atividades que regulam a vida simbólica e material dos habitantes de Angueretá.

É significativo que as planuras das chapadas, consideradas “terra ruim” pelos sertanejos são justamente as terras desejadas pelos produtores modernos , o que se explica pela disponibilidade de recursos técnicos.

Identificamos, assim, duas macro-territorialidades em Angueretá, constituídas pelo domínio da racionalidade externa numa, e da racionalidade dos antigos habitantes, noutra. É o mesmo lugar, comportando simultaneamente, funcionalidades diferentes, sentidos diferentes. Tais territorialidades, entretanto não se constituem como dualidades, senão como híbridos. É através dessa reterritorialização, que incorpora elementos da nova racionalidade mas, que ao mesmo tempo a refuta como totalidade, que os habitantes de Angueretá constroem e reconstroem sua teia de significados. Através dessa reterritorialização, reformulam localmente as normas impostas de fora, seja pela resistência silenciosa, seja pelo confronto direto, seja pela incorporação parcial e ambígua. Milton Santos considera que “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização se fazem mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo uma revanche”. Em Angueretá, a racionalidade dos habitantes mais antigos, reterritorializada, desafia as novas formas e as novas ações e restaura sua dignidade.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões** Rio de Janeiro: Funarte/Rocco,1998.412p.
- AB'SABER, Aziz **Os domínios da natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 159p.
- ALMEIDA, A.W.B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: posse comunal e conflito **Humanidades**, ano 4, n 15, Brasília, UnB, 1988:42-48.
- ANDRADE, M. de P. **Terra de índio: terras de uso comum e resistência camponesa**. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, 1990
- ARAÚJO, F.S. de, MARTINS, F. R. e SHEPHERD, G.J Variações estruturais e florísticas do carrasco no Planalto da Ibiapaba, estado do Ceará. **Revista Brasileira de Biologia**, 59 (4):663-678. 1999. in <http://www.scielo.br/pdf/rbbio/v59n4/v59n4a14.pdf> acessado em 17/02/2007
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Salvador: Progresso Editora. 1950
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CPI das Carvoarias: Relatório Final. Deputado Adelmo Carneiro Leão - Presidente da CPI. Belo Horizonte, 11-06-2002.
- BADIE, B. **La fin des territoires**. Paris, FAyard, 1995.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais** . Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itaitaia Limitada. 1995, 382p.

- BECKER, Berta B. & EGLES, Cláudio A. G. **Brasil, uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 2003, 267 p.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In. CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. pp. 84-91.
- BERQUE, Augustin **Médiance de milieux en paysages**. Montpellier. França: Gip Reclus 1990.
- BEZERRA, Marily da Cunha & HEIDEMANN, Dieter. Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta. **Estudos Avançados**. 20 (58) 2006.
- BONNE-MAISON, J. Voyage autour du territoire. **L'espace géographique**, Paris: n.4. 1981
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues **O afeto da Terra** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, 175p.
- BRASIL/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **PRODECER**, in http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33.982677&_dad=portal&_schema=PORTAL, acessado em 15 de fevereiro de 2007.
- BRASIL, 1972 – Senado Federal – Lei LEI 5851 de 07/12/1972 - LEI ORDINÁRIA –AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR EMPRESA PUBLICA, SOB A DENOMINAÇÃO DE EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. Disponível no site <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=121506> acessado em 15 de agosto de 2006.
- BOURDIER, P. A economia das trocas simbólicas. 2ª ed. São Paulo (SP): Perspectiva; 1992.

- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In **Dados**, v. 40 n. 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 Mar 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0011-52581997000200003
- CASTRO, Iná Elias de. Seca versus Seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no nordeste. In CASTRO, I. E. et al. **Brasil: questões atuais da Reorganização do território** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996
- CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Editora UFRJ, 1998 320 p.
- COSGROVE, Denis e JACKSON, Peter Novos Rumos da Geografia cultural In. CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. pp. 15-32.
- COSGROVE, Denis. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas de teoria. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, nº 3, dez. 1996.
- COUTINHO, Leopoldo M. O conceito de Bioma. **Acta Bot. Bras.**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Feb 2007.
- DANTAS, B.G, SAMPAIO, J.A.L., CARVALHO, M.R.G de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. In CUNHA, Manuela Carneiro **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras/ FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- DINIZ, Silvio Gabriel & DINIZ, Antonio Gabriel (*in memoriam*). **Dados para a história de Curvelo, vol. III** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989

- DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**, São Paulo, Ed. Paulinas, 1989.
- DURKHEIM, Émile **Da divisão do trabalho social** São Paulo: Martins Fontes 1995.
- EMBRAPA – A Embrapa, disponível do site www.embrapa.br acessado em 03 de março de 2007.
- FERRI, Mario Guimarães. **Vegetação Brasileira** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980
- FONSECA, Claudia Quando cada caso NÃO é um caso - pesquisa etnográfica e educação. *XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998* e publicado na **Revista Brasileira de Educação**, nº10, Jan-Fev-Mar-Abr, 1999, pp. 58-78.
- FOSTER, George M. **As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997, 254p.
- GARCIA JR, Afrânio R. **Terra de Trabalho- trabalho familiar de pequenos produtores** Rio de Janeiro,: Paz e Terra, 1984
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1989, 323 p.
- GIROLETTI, Domingos **Fábrica, Convento, Disciplina** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- GODOI, Emília Pietrafesa de **O trabalho da memória - cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- GUANAES, Senilde Alcântara **“Meu Quintal, não é Parque!”- Populações locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina- BA** Tese de Doutorado, Campinas: IFICH/UNICAMP, 2006

- HAESBAERT, Rogério **O mito da desterritorialização** – Do fim dos territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006, 395p.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Divisão Territorial do Brasil, MG.** 2000.
- IGA – Instituto de Geociências Aplicadas, **Mapa do Município de Cruvelo** - Com monografia, escala 1:175.000 Belo Horizonte, Minas Gerais, 1984.
- INDI, Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais. **Dados Municipais - Curvelo**, 1999
- LACOSTE, Yves **A geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1993
- LAMARCHE, Hugues (org.) **A agricultura familiar.** Campinas: Editora Unicamp1993, 336p.
- LATOUCHE, Serge **A ocidentalização do mundo**, Petrópolis: Vozes,1996.
- LE MOS, Marcos de **O Grande Tecelão.** Belo Horizonte: Giordano Editorial, 1999.
- LIMA, Nísia Trindade, **Um Sertão Chamado Brasil:** Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM: 1999
- LOWIE, Robert H. **Historia de la Etnologia.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1946,358 p.
- LUCCHESI, Dante. A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII. **DELTA.**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2004. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000100008&lng=en&nrm=iso>. Access on: 18 Jan 2007.
- MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha. **Sobre Lutas de Famílias e Suas Tramas.** In

<http://www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs00/gt17/00gt1723.doc>

acessado em 30/10/2006.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, 213 p.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, 2 v.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Precedido de uma *Introdução à obra de Marcel Mauss* por Lévy-Strauss. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, 536p.

MIKESELL, Marvin Pós-fácio: novos interesse, problemas não resolvidos e tarefas que persistem. In CORRÊA, R.L e ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Geografia Cultural: um século (2)** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000:85-109.

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. **A fisionomia das cidades mineradoras**. Belo Horizonte: FACE/CEDEPLAR/UFMG 2001 (textos para discussão, 163) in <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20163.pdf> acessado em 17 de janeiro de 2007.

MONTEIRO, Duglas T. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974, 282p.

MORAES, Maria Dione Carvalho de **Memórias de um sertão desencantado** – (Modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense) IFICH/UNICAMP, Campinas, SP – Tese de Doutorado, 2000

OLIVEIRA, Pablo Menezes e. **Uma capitania em transformação: a formação de vilas e a evolução administrativa e sócio-econômica de Minas Gerais (1711- 1791)**. Dissertação de

- Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2005.
- ORBIGNY, Alcide d'. **Viagem Pitoresca Através do Brasil** . Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/ São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, 190p.
- PAULA, João Antônio de **O Prometeu no Sertão – Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, 1988.
- PAULA, João Antônio de **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- QUEIROZ, Fábio A. de Impactos do comércio internacional de soja sobre a biodiversidade do cerrado II Encontro da **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS** Indaiatuba, SP, 1994 disponível em http://209.85.165.104/search?q=cache:mDNb10Zh584J:www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/fabio_queiroz.pdf acessado em 12 de novembro de 2006.
- REGO, Nelson & SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes & HEIDRICH, Álvaro. O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora. In **Revista Terra Livre** ano 14, nº 16, 1º semestre de 2001p.169-193.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão – o cerrado na História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: ED. Autêntica, 2005, 480p.
- RUFFESTIN, Claude, **Por uma geografia do Poder** São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, Alan e VILLAMÉA, Luíza, Uns sim outros não **Revista ISTO É**, n.150215 de julho de 1998:58-60.
- SABARÁ, Romeu **A comunidade negra dos Arturos- o drama de um campesinato negro no Brasil**. Tese de Doutorado. USP, 1997.

- SABARÁ, Romeu **Comunidade negra rural de Pontinha, agonia de um modo de produção** Pesquisa e relatório técnico para a TURMINAS, 2001, 210 p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda. 2000, 378p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Segunda viagem de Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**; Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1974
- SALES, Marli **Os produtores familiares de pêssego e figo do município de Jacui, MG -1994/1995**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- SALES, Marli **Interação e territorialidade – introdução a uma geohistória guarani**. Monografia.IGC/UFMG, 1993
- SANTOS, Milton **A natureza do Espaço- Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996, 308p.
- SANTOS, Milton, SOUZA, M^a Adélia A de & SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.) **Território – Globalização e Fragmentação** São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1994, 332p.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCOTT, James C. **Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. Raízes**. Campina Grande, vol 21, nº 01, jan./jun. 2002:10-31
- SCHETTINO, Marco Paulo Fróes **Espaços do Sertão**. Dissertação de mestrado. Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Antropologia, UNB, 1995.
- SEEMANN, Jörn **Em busca do lugar de Franz Boas na Geografia Cultural**. in. **Espaço e Cultura** , UERJ, RJ, nº 19-20, p. 07 a 21, jan-dez 2005

- SILVA, José Graziano da **Modernização Dolorosa** – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981, 192p.
- SILVA, Lilian Leandra. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos da Geografia** - Revista on line do programa de pós graduação em Geografia da UFU- Universidade Federal de Uberlândia.1 (2) 24-36, dez 2000.
- SILVA, Vanda **A idéia e pensar a tensão/conflito na relação investigador/investigado frente à escolha do objeto**. Texto inédito, 2001.
- SOARES, Juvenal Pereira **Síntese Histórica de Curvelo**. Prefeitura Municipal de Curvelo, 1988.
- SOUZA, José Moreira de **Cidade: momentos e processos** Serro e Diamantina na formação do Norte mineiro no século XIX.São Paulo: ANPOCS/ Marco Zero, 1993.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In **Geografia: Conceitos e Temas** Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil: 1999: 77-116
- STRAFORINI, Rafael **No caminho das tropas**. Sorocaba, SP: TCM, 2001, 129p.
- TORRES, André Luiz & FERREIRA NETO José Ambrósio **Análise do processo de desenvolvimento da região Noroeste de Minas Gerais** [http:// gipaf.criptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab293.pdf](http://gipaf.criptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab293.pdf)
- TUAN, Y Fu. **Espaço e Lugar**, São Paulo:Difel, 1983.
- TUAN, Y Fu. Place: na experiential perspective. **Geographical Review** 65 (2) 1975: 151-165
- TUAN, Y Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel , 1974

VASCONCELOS, Volnei Freitas e SANTOS Roosevelt, José dos. A chegada do projeto PRODECER I em Irai de Minas e os migrantes. **II Simpósio Regional de Geografia – Perspectivas para o Cerrado no século XXI.** Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 26 a 29 de novembro de 2003. Anais. Disponível em <http://www.ig.ufu.br/2srg/1/1-121A.pdf> acessado em 13 de março de 2006.

VIDAL E SOUZA. Candice **A Pátria Geográfica** – sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Editora UFG, 1997 171p

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov** . Texto apresentado no seminário: “ Os camponeses têm futuro? Uma Homenagem a Alexander Chayanov. Unicamp, IFICH, Depto de Ciências Sociais, Novembro de 1989.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, SP. **Cadernos do IFICH**, Campinas, 1988.

WOORTMANN, Klaas. O selvagem na "gesta Dei": história e alteridade no pensamento medieval. **Rev. Bras. Hist.**, v. 25, n. 50, São Paulo, July/dec 2005. in: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000200011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 15 Jan 2007.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negocia – o campesinato como ordem moral in. **Anuário Antropológico** n.87 Brasília: Editora Universitária de Brasília/ Bomtempo, 1990

WRM - World Rainforest Movement **Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. e da Plantar S.A. Reflorestamentos ambas certificadas pelo FSC - Forest Stewardship Council** Brasil, Novembro 2002 Disponível em

<http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/manejo3.html>, acessado em 15/12/2006

EMBRAPA. Cerrado, Caracterização e Recuperação de Matas de Galeria. Brasília: Universidade de Brasília 2001.

Sites

WWW.plantar.com.br

WWW.vmtubes.com.br

www.curveloportaldosertao.com.br